

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA**

ESMERALDA LIMA DA SILVA

**“POR TODOS ESSES SERTÕES EM QUE BUSCAVA SE OCUPAR”: GUERRAS E
ALIANÇAS ENTRE OS INDÍGENAS E OS LUSO-BRASILEIROS NOS SERTÕES
DO PIAUÍ E MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**

**SÃO LUÍS-MA
2023**

ESMERALDA LIMA DA SILVA

“POR TODOS ESSES SERTÕES EM QUE BUSCAVA SE OCUPAR”: GUERRAS E ALIANÇAS ENTRE OS INDÍGENAS E OS LUSO-BRASILEIROS NOS SERTÕES DO PIAUÍ E MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes.

Linha de pesquisa: Poderes, Políticas e sociabilidades.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro.

**SÃO LUÍS-MA
2023**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Lima da Silva, Esmeralda.

por Todos Esses Sertões Em Que Buscava Se Ocupar: :
Guerras e Alianças Entre Os Indígenas e Os Luso-
brasileiros Nos Sertões do Piauí e Maranhão Na Segunda
Metade do Século Xviii / Esmeralda Lima da Silva. - 2023.
195 f.

Orientador(a): Alexandre Guida Navarro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2023.

1. Capitania do Maranhão. 2. Capitania do Piauí. 3.
Ocupação. 4. Sertão. 5. Guerra Colonial. I. Guida
Navarro, Alexandre. II. Título.

ESMERALDA LIMA DA SILVA

**“POR TODOS ESSES SERTÕES EM QUE BUSCAVA SE OCUPAR”:
GUERRAS E ALIANÇAS ENTRE OS INDÍGENAS E OS LUSO-BRASILEIROS
NOS SERTÕES DO PIAUÍ E MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XVIII**

Tese ou Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História,
da Universidade Federal do Maranhão, visando a aquisição do grau de mestre ou doutor
em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Aprovada em 11 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro Docente Orientador
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Docente Coorientador
Vinculação Institucional

Prof. Dr. Alírio Carvalho Cardoso Docente Participante Interno
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa Docente Participante Externo
Universidade Estadual do Maranhão

O Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão, certifica que esta é a versão final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para a obtenção do título de (mestre ou doutor) em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE GUIDA NAVARRO**
Data: 22/05/2025 16:23:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do portal .gov

Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro Docente Orientador
Universidade Federal do Maranhão

ESMERALDA LIMA DA SILVA

“POR TODOS ESSES SERTÕES EM QUE BUSCAVA SE OCUPAR”: GUERRAS E ALIANÇAS ENTRE OS INDÍGENAS E OS LUSO-BRASILEIROS NOS SERTÕES DO PIAUÍ E MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção de Grau de Mestre em História.

Área de concentração: História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes.

Linha de pesquisa: Poderes, Políticas e sociabilidades.

Defesa: 11/09/2023

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro
Orientador
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Alírio Cardoso
Examinador Interno
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa
Examinador Externo
Universidade Estadual do Maranhão

*Dedico este trabalho à memória
de meu amado pai, Severino Leôncio.*

AGRADECIMENTOS

Após ter dado o ponto final a esta dissertação, é chegado à ocasião de agradecer a todos aqueles que, de diversos modos, contribuíram para a sua elaboração.

Quero, primeiramente, agradecer ao meu orientador Alexandre Guida Navarro, por todo o apoio e contribuição para a realização dessa dissertação, e principalmente pela paciência e compreensão que teve comigo ao longo desses anos.

Agradeço à FAPEMA, que me concedeu uma bolsa de mestrado que foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores e ao Programa de Pós-graduação em História da UFMA, pelo ensino.

De modo especial, quero registrar minha gratidão aos professores Reinaldo dos Santos Barroso Junior e a Roberta Lobão Carvalho, a quem tenho um enorme carinho e respeito por todo apoio e incentivo para ingressar no mestrado.

Aos professores Alírio Cardoso e Rafael Chambouleyron que contribuíram com importantes críticas e sugestões durante o exame de qualificação.

Agradeço a minha família, em especial minha irmã Lídia por todo o apoio e incentivo, que na ausência de nosso pai, foi a pessoa que mais me deu força para seguir em frente nessa caminhada.

Agradeço ainda a Samylla, por estar comigo durante todos esses anos, e me ajudar a enfrentar todos os percalços deste longo caminho com mais leveza.

Aos meus colegas do mestrado, o melhor que levo dessa minha passagem por São Luís, em especial a Nailza, Beatriz e Christofferson.

A todos vocês, muito obrigada!

RESUMO

A ocupação dos sertões das capitanias do Maranhão e do Piauí, no século XVIII, ocorreu em meio a inúmeros conflitos com os povos indígenas que ocupavam e controlavam esses sertões. Essa disputa em torno do território travada entre índios e portugueses se intensificou ainda mais na segunda metade do século XVIII, com o movimento de ocupação impulsionado pelos currais e fazendas gado na região. Esse movimento conquistador empreendido por sertanistas provocou a desterritorialização dos povos indígenas e uma constante instabilidade dos povoamentos coloniais, que ora eram controlados pelos portugueses ora pelos indígenas. Essa disputa em torno da terra produziu tensões, guerras, conflitos, mas também, negociações, acordos e alianças entre índios e portugueses. Nesse sentido, esta dissertação busca discutir a expansão e o povoamento luso-brasileiro nos sertões do Maranhão e Piauí, mas sobretudo busca compreender as diferentes formas de resistência dos povos indígenas. Procurando compreender como eles, diante de diferentes situações e contextos provocados pela invasão de seus territórios, reagiram e agenciaram diferentes estratégias de sobrevivência.

Palavras-chave: Capitania do Maranhão. Capitania do Piauí. Ocupação. Sertão. Guerra Colonial. Alianças indígenas.

ABSTRACT

The occupation of the backlands of the captaincies of Maranhão and Piauí, in the 18th century, occurred amid numerous conflicts with the indigenous peoples who occupied and controlled these backlands. This dispute over the territory between Indians and Portuguese intensified even more in the second half of the 18th century, with the occupation movement driven by the corrals and cattle farms in the region. This conquering movement undertaken by sertanists led to the deterritorialization of indigenous peoples and constant instability in colonial settlements, which were sometimes controlled by the Portuguese and sometimes by the indigenous people. This dispute over land produced tensions, wars, conflicts, but also negotiations, agreements and alliances between Indians and Portuguese. In this sense, this dissertation seeks to discuss the expansion and Luso-Brazilian settlement in the backlands of Maranhão and Piauí, but above all seeking to understand the different forms of resistance of indigenous peoples. Seeking to understand how they, faced with different situations and contexts caused by the invasion of their territories, reacted and implemented different survival strategies.

Keywords: Captaincy of Maranhão. Captaincy of Piauí. Occupation. Wilderness. Colonial War. Indigenous Alliances.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Número de religiosos da Companhia de Jesus no Maranhão em 1753.....	43
Tabela 1 - As Propriedades e a Receita dos Bens Sequestrados da Companhia em 1760.....	90
Tabela 2 - Receita e despesa dos bens da Companhia de Jesus durante os anos de 1761-1769.....	93
Tabela 3 - Resumo de todos os fogos, cidade, vilas e sertões da capitania de S. José do Piauí.....	100
Tabela 4 - Mapa geral da descrição da capitania do S. José do Piauí em 1771.....	102
Tabela 5 - As fazendas atacadas pelos índios Pimenteiras na cabeceira do rio Piauí.....	162
Tabela 6 - Entre aliados e inimigos: os índios na ocupação dos sertões do Maranhão e Piauí.....	177
Figura 1- Mapa geográfico da capitania do Piauí, parte das do Maranhão e do Grão-Pará.....	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	20
AS FRONTEIRAS DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ: PODERES E SOCIABILIDADE NA AMAZÔNIA COLONIAL PORTUGUESA (SÉCULO XVII-XVIII)	20
1. Representação dos territórios e territorialidades: os empreendimentos coloniais no Estado do Maranhão e Grão-Pará.....	20
2. Missões e aldeamentos coloniais: ocupação, disputas e conflitos entre luso-brasileiros e religiosos pelo controle das terras e da mão de obra indígena	38
3. O avanço das fronteiras coloniais: deslocamentos, territorializações e as populações indígenas nos sertões do Maranhão e Piauí no século XVIII	55
CAPÍTULO II	68
“NAS RIBEIRAS QUE ADENTRAVAM AQUELES SERTÕES”: CONQUISTA, OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DO PIAUÍ E DOS SERTÕES DO MARANHÃO	68
1. Povos indígenas e a conquista dos sertões do Piauí e Maranhão	68
2. Sesmarias, currais, sítios e as fazendas de gado nas capitanias Piauí e Maranhão	87
3. A Pecuária, as roças e a formação do território colonial.....	106
CAPÍTULO III	118
“AQUELAS FAZENDAS QUE VIRÃO A FICAR DESERTAS PELAS HOSTILIDADES QUE EXPERIMENTÃO”: GUERRAS, CONFLITOS E RESISTÊNCIA INDÍGENA NOS SERTÕES DO MARANHÃO E PIAUÍ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII	118
1. “Reduzem-se os gentios, e cresce o número de vassalos”: os índios aliados e a manutenção do controle das áreas coloniais	119
1.1. Os índios Principais	127
1.2. As alianças militares e as tropas indígenas.....	130
2. A luta pelo domínio da terra e a resistência indígena no Piauí e nos sertões do Maranhão.	142
2.1. Gueguê, Timbira e Acoroá	143
2.2. Os Pimenteira	160
3. Terras, aldeias e mocambos: a construção de espaços de alianças entre índios e negros ..	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS	180

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um desdobramento dos debates que iniciamos ainda na Graduação em História na Universidade Estadual do Maranhão. Durante esse período, trabalhamos com a História Indígena no Maranhão Colonial, mas especificamente, na região de fronteira do rio Parnaíba na segunda metade do século XVIII. Já durante esse período, nossa intenção esteve voltada, não apenas entender os encontros entre esses dois grupos, mas também, os processos de interação, negociação e alianças envolvendo esses sujeitos. Ao longo desse período, foi possível compreender que os diversos povos indígenas que ocupavam essa região, tinham demandas e agendas distintas, muitas vezes discordantes, e que os povos indígenas ao longo da colonização ocuparam posições diferentes nas redes de relações construída na sociedade colonial, motivados e atuando por interesses próprios. Dessa forma, alianças, acordos, negociações, em muitas situações predominavam em relação ao confronto, porém, esse também por vezes foi inevitável na história da ocupação.

O projeto desenvolvido para o Mestrado pretendia dar continuidade e aprofundar as discussões iniciadas na Graduação e levantar novos questionamentos. A proposta de pesquisa, inicialmente apresentada, teve algumas reformulações durante o mestrado. Acreditamos que uma das redefinições mais significativas foi superar o recorte geográfico inicialmente apresentado. Através das discussões realizadas a partir da disciplina, História, Território e Sertão, ministrada pelo professor Dr. Rafael Chamboleyron, percebi que era preciso romper com o recorte localista, que acabava por restringir a investigação a um local restrito. Anteriormente, nossa intenção era trabalhar com o território denominado leste maranhense, o novo recorte aqui adotado é o território da capitania do Piauí e os sertões do Maranhão. Em outras palavras, nosso esforço nesta reformulação é ampliar o foco, para uma territorialidade ainda mais dinâmica e complexa e não os reduzir apenas aos limites anteriormente estipulado. Por esta razão, procuramos dialogar de maneira crítica a intersecção entre História e Geografia, a partir dos conceitos de espaço, território e paisagem com o intuito de aprofundar as investigações, sobre o povoamento luso-brasileiro entendidas como essencial para a pesquisa¹.

¹ Nesta perspectiva, buscamos pensar o espaço geográfico não apenas como uma superfície empírica que a nós se impõe, mas sim tratá-los como resultado de práticas, ou seja, perceber os espaços como “tramas” que são tecidas em meio a um emaranhado de ações humanas e não humanas. Dessa forma, discutir a espacialidade das relações indígenas e como essas dinâmicas e as práticas desses sujeitos que viviam e circulavam por esses diferentes lugares nos ajudam a compreender a complexidade da dinâmica espacial do território colonial, de como esses espaços coloniais modificou as relações sociais e por interferências delas esse também foi modificado. Desse modo, buscamos contrapor a tradição de pensar o território como um palco e/ou teatro, mas sim torná-lo parte integrante e indissociável das próprias relações sociais. Fazemos essa discussão amparados nos debates realizados por: LITTLE, Paul. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. Anuário Antropológico 2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290. RAFFESTIN, Claude.

Ao buscar ampliar as discussões acerca do processo de ocupação luso-brasileira nas capitanias do Piauí e dos sertões do Maranhão, na segunda metade do século XVIII, não nos preocupamos apenas em analisar as dinâmicas de conquista, ocupação e povoamentos, mas sobretudo buscando compreender as diferentes formas de resistência dos povos indígenas que habitavam essa região. Procurando compreender como eles, diante de diferentes situações e contextos provocados pela invasão de seus territórios, reagiram e elaboraram diferentes estratégias de sobrevivência. Nesse sentido, foi adotado o recorte temporal da segunda metade do século XVIII, marcado por muitas mudanças como a implantação das políticas pombalinas, quando a Coroa passou a impor um controle mais efetivo sobre a região e buscava incentivar o desenvolvimento econômico.

Durante o governo pombalino, a conquista dos sertões se tornava uma ação oficial, mas embora seja o período marcado pela consolidação do processo de colonização da região, havia ainda uma dificuldade na manutenção da conquista, os conflitos e a reocupação indígena de espaços conquistados pelos luso-brasileiros, ameaçavam a manutenção da conquista, promovendo assim uma constante desterritorialização luso-brasileira dos espaços já conquistados². É nesse período que marcava também os intensos conflitos entre os índios das nações Gueguê, Timbira e Acoroá e os luso-brasileiros no sul do Maranhão e no Piauí, os luso-brasileiros começavam a enfrentar a fúria dos Pimenteiras. Assim, o intuito em trabalhar com a segunda metade do século XVIII, tem como objetivo analisar esses contextos de guerras e alianças entre os indígenas e os luso-brasileiros na conquista e ocupação nos sertões do Piauí e Maranhão e também a reconstrução da história dos povos indígenas do Piauí e sertões do Maranhão no século XVIII, ressignificar os papéis históricos desses grupos étnicos na construção da história do Piauí e Maranhão.

Em síntese, o processo de conquista e consolidação da presença portuguesa no antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, foi um processo longo e difícil. Durante as primeiras décadas do século XVI não houve avanços nesse sentido. Foi apenas nas primeiras décadas do século posterior que um planejamento e uma política expansionista mais efetiva realmente tiveram

“O que é o território”. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. SOUZA, Marcelo José Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: Iná Elias de CASTRO, Paulo Cesar da Costa GOMES, Roberto Lobato CORRÊA (orgs.). Geografia: conceitos e temas. 2a edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp. 77-116.

² É importante fazermos uma ressalva. Escolhemos optar pelo termo luso-brasileiro apesar de compreendermos que o sentido de ser “brasileiro” só veio depois da independência do Brasil em 1822. Todavia, usamos esse termo para nos referir a esses sujeitos que se estabeleceram para negócios e para viver nessas terras, sejam eles nascidos em Portugal e que migraram para a colônia ou aqueles nascidos nessas terras que viriam a se tornar Brasil e descendiam dos portugueses.

resultados. Dominar a área Norte, cobiçada por tantos países e de grande imensidão, não era tarefa fácil. Mais difícil ainda seria consolidar seu domínio. Dessa forma, desde o início da colonização os portugueses se esforçavam para estabelecer alianças com os povos indígenas essencial para suas pretensões territoriais. Com claros objetivos, essas alianças firmadas entre índios e portugueses, faziam parte de uma política de suma importância para a soberania portuguesa em regiões fronteiriças através das quais conseguiram não apenas viabilizar o seu estabelecimento na região, mas sobretudo, manter a permanência do controle das áreas coloniais ocupadas. Ou seja, os povos indígenas foram fundamentais para a manutenção dos domínios e ocupavam uma posição decisiva, sem a qual o projeto colonial era inviável.

Na segunda metade do século XVII, com a expansão da fronteira colonial no Norte da América portuguesa, os sertões passaram a ser devassado por sertanistas, missionários e criadores de gado vindo do Nordeste³. Essas terras abrigavam inúmeras populações indígenas que com a presença desses sertanistas intensificaram suas dinâmicas de mobilidade e deslocamentos. A presença portuguesa provocou uma desestruturação nas paisagens coloniais e constantes alterações dos espaços indígenas na medida que faziam nações indígenas a fugir para outras regiões. Assim, em um processo migratório contínuo, muitos grupos indígenas acabaram fugindo para áreas mais interioranas, e buscarem áreas inóspitas, remotas ou de difícil acesso como uma estratégia de sobrevivência. A fuga para um sertão mais deserto e impenetrável, foi uma alternativa extrema encontrada por grupos indígenas que tentavam escapar do extermínio ou da escravização. Desse modo, à medida que as fazendas de gado foram ganhando o interior, os conflitos entre os colonizadores e as diversas nações indígenas foram se intensificando. Essa resistência dos índios foi constantemente referenciada como empecilhos para expansão das fazendas e sítios no Piauí.

A conquista e a ocupação dos sertões foram caracterizadas pela instabilidade dos povoamentos coloniais. O processo de ocupação luso-brasileiro e a consolidação dos domínios territoriais nos sertões foram marcados por avanços e retrocessos durante todo o período colonial. Desde o início da colonização portuguesa no antigo estado do Maranhão havia uma grande dificuldade em assegurar o controle sobre o território colonial. A descontinuidade da ocupação portuguesa dos sertões manteve os núcleos já estabelecidos sob constante ataques das áreas vizinhas não ocupadas. Essas áreas não conquistadas, os sertões, mantinham um clima de

³ Aqui, também, como no caso dos luso-brasileiros, optamos, por utilizar o termo Nordeste, apesar da região não existir no período, mas usamos para nós referimos a um conjunto de capitânicas que hoje formam a atual região do Nordeste. Em termos práticos, usamos o termo para uma melhor compreensão do nosso leito do espaço que estamos nos referindo.

tensão e ameaças da retomada dos indígenas de território já ocupados. Essa instabilidade estaria relacionada às resistências indígenas no interior do território colonial, essas populações indígenas protagonizaram movimentos que desarticulavam a ocupação e o povoamento dos sertões, em um dos mais importantes estágios para a consolidação da ocupação portuguesa. O processo de ocupação e a territorialização luso-brasileira desses antigos espaços indígenas, resultou em intensos conflitos abertos pelo controle do território. Essas tensões, do ponto de vista territorial, provocaria uma situação de vulnerabilidade do domínio luso, frente às constantes ameaças indígenas de retomada do território ou de despovoamento da ocupação, face às investidas dos ataques e conflitos dos índios do curso, provocavam um despovoamento do território que levaram constantes recuos da expansão portuguesa. A resistência oferecida pelos indígenas e as frentes de ocupação luso-brasileira nas fronteiras do Piauí e Maranhão rompiam com os ritmos da ocupação lusa nos sertões e constituiu seguramente uma ameaça dura à ainda precária territorialização desses espaços.

Essa disputa tornava o “sertão” um espaço difícil de ser conquistado e mais ainda difícil de ser ocupado, os portugueses dependiam de construir alianças com os indígenas para manter a ocupação ainda ameaçada pelos ataques dos índios bravos, assim, ao longo do período colonial, os portugueses se serviram de verdadeiras milícias indígenas. Em relação aos portugueses, os interesses em firmar aliança com os índios são mais conhecidos. Mas sabemos que tais alianças, porém, se inseriam dentro das necessidades dos próprios índios, que nelas buscavam contemplar os seus interesses específicos. Perceber em que bases as relações entre ambos foram construídas e alimentadas por parte dos grupos indígenas e como eles buscavam, por meio delas, atingir os seus interesses é um dos propósitos dessa dissertação. Compreendemos que essas alianças eram, em geral, mais circunstanciais do que duráveis. Desse modo, os lusitanos arregimentavam aliados nos embates contra índios de “curso”, que resistiam fortemente a ocupação portuguesa em seus territórios, e se tornavam o principal empecilho para ocupação. Assim, o estabelecimento de alianças com os índios foi igualmente importante para a consolidação do domínio português sobre a região, o estabelecimento dessas alianças, envolveu a intermediação ativa dos índios principais. Esses atuavam como mediadores nas negociações entre índios e os portugueses e em trocas do apoio os portugueses cediam títulos e mercês. Essas alianças eram responsáveis por manter muitas das atividades portuguesas durante todo o Período Colonial.

Segundo Gallois (2005), muitos autores preocupados em avaliar os “impactos do contato”, acabavam por obscurecer o entendimento das relações de intercâmbios e processos de interação articulando todos esses grupos. De fato, os estudos realizados na década de 1960-

1970 investiam nos contextos de separação, promovendo o rendimento da noção de resistência, que dominou por muito tempo a interpretação das redes de relações entre “índios” e “não índios”. Desta forma, talvez por privilegiar o momento da conquista, a historiografia deixe de lado a ideia de que a ocupação europeia na Amazônia, destacando aqui no Período Colonial, se valeu, antes de tudo, da inserção e modificação dessas complexas relações existentes entre as sociedades ameríndias⁴. Essas disputas de poder, que atuam sobre um determinado espaço, são elementos fundamentais para a constituição dos territórios, esse como um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais. Dessa forma, os espaços indígenas se constituíram bem antes da chegada dos europeus, a partir das disputas entre diferentes grupos sobre o controle de uma determinada região.

Esta pesquisa se insere em um interesse crescente pela história indígena no Brasil nas últimas décadas. O avanço das pesquisas histórico-antropológicas sobre os índios no Brasil e a lenta, porém progressiva, conquista de espaço do tema em nossa historiografia, é graças as pesquisas pioneiras desenvolvidas na década de 1990 por Farage (1991), Monteiro (1994), Carneiro da Cunha (1992, 2003), Paraiso (1998) e Pacheco de Oliveira (1999) dentre outros, sobre a História Indígena e do Indigenismo, contribuíram decisivamente para tornar esse tema um campo de pesquisa e de reflexão da historiografia brasileira. De fato, os indígenas foram objeto de intenso debate que atravessou o século XX⁵. Dessa forma, nossa pesquisa busca

⁴ Por privilegiar o momento da conquista, a historiografia deixa de lado a ideia de que a ocupação europeia na Amazônia colonial se valeu, antes de tudo, da inserção e modificação das complexas relações existentes entre os grupos nativos. Antes da conquista dessa região, essa era densamente povoada por diferentes povos indígenas que dominava a área. Segundo Dreyfus (1993), antes da presença de europeus a partir do século XVI nas Américas, existe um mundo indígena pré-colonial extremamente complexo que já perdurava desde centenas de anos. Desde o século XVI é observável complexa e diversa rede que ligava, diretamente ou através de intermediários, as populações indígenas amazônicas pré-colombiana e o caribe, rede que constituiu um espaço de comunicação social e ideológicos, um espaço de circulação de bens, pessoas e de valores. Espaço de guerra e de comércio que aparecem como aspectos, as vezes de momentos diferentes do mesmo processo de constituição. Dessa forma, os territórios indígenas se constituíram bem antes da chegada dos europeus, a partir das disputas entre diferentes grupos sobre o controle de um determinado espaço, de tal forma que as rivalidades existentes entre eles caracterizariam esses territórios e suas territorialidades. Esse espaço indígena e seus meios de comunicação foram transformados, e os povos indígenas com demandas distintas, tiveram que (re) criaram várias estratégias de sobrevivência diante dos contatos com os colonizadores, na medida em que novas fronteiras foram estabelecidas. Sobre essa discussão ver: DREYFUS, S. Os empreendimentos Coloniais e os Espaços de Políticos Indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Coretino) de 1613 a 1796. In: VIVEIRO DE CASTRO, E.; CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.) Amazônia: etnologia e histórias indígenas. São Paulo: NHII/USP – Fapesp, 1993.

⁵ Outros debates historiográficos sobre o protagonismo indígena nos estudos do Brasil colonial incluem ainda: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Aldeados, aliados, inimigos e escravos: lugares dos índios na legislação portuguesa para o Brasil. Congresso Luso-brasileiro-Portugal/Brasil: memória e imaginários. Lisboa, Fundação Calauste Gulbenkian. 1999. ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do Século XVIII. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1995. VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. POMPA, Cristina. Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: EDUSC, 2003. DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 2000. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio

contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a realidade colonial amazônica, especialmente no que tange a História Indígena e do Indigenismo no Piauí e Maranhão. Recentes estudos acerca da Amazônia colonial portuguesa têm avançado cada vez mais sobre temas que ainda não haviam sido explorados pela historiografia tradicional. A nova história indígena ampliou os olhares que possibilitaram também perceber o papel ativo desempenhado pelos povos indígenas na conformação da sociedade brasileira, através de diferentes formas de resistência e interação dos escravizados com os demais grupos sociais que habitavam as áreas coloniais.

As abordagens histórico-antropológicas foram fundamentais para os avanços que vão, aos poucos, contribuindo para repensar não só a história indígena, mas também as várias Histórias Regionais e de forma mais ampla a História Colonial e a História do Brasil. Como já mencionamos, os estudos sobre os índios coloniais existem um estreito diálogo entre história e antropologia, mas também de outras disciplinas, tais como a arqueologia, linguística, geografia, ecologia dentre outras. Nas últimas décadas, a interlocução sobretudo entre historiadores e antropólogos para os estudos dos índios em situações de contato tem se intensificado ao ponto de tornar, por vezes, quase imperceptível a fronteira entre seus trabalhos. Esse diálogo vem colocando os indígenas na condição de sujeitos, cujas ações e escolhas influenciavam os rumos dos processos históricos. Os “etno-historiadores” consideram essencial reconstruir as histórias dos povos estudados, levando em conta suas próprias compreensões sobre elas. Além de valorizarem o protagonismo dos indígenas, essas novas narrativas procuram identificar os interesses próprios que motivavam suas interações, alianças, negociações e enfrentamentos.

Conforme enfatizou Monteiro (1995), é preciso recuperar o papel histórico dos índios na formação da sociedade e da cultura brasileira, apesar das dificuldades, os avanços têm sido significativos e, uma nova história dos povos indígenas vem sendo, mesmo que lentamente, reescrita. Mas, mesmo que essa temática tenha avançado na compreensão da história indígena através de novas pesquisas, ainda não compreendemos parte dessa realidade histórica, faltando ainda vários elementos da vida indígena, sobretudo, no espaço colonial maranhense e piauiense. Nesse sentido, acreditamos ser necessário escrever uma história dos indígenas refletindo sobre conjuntos de relações estabelecidas entre os indígenas e os demais atores e forças sociais que com eles interagem. Como apontou Oliveira (1998), não é possível entender as estratégias e performances indígenas ignorando as interações que eles mantiveram com os contextos reais em que vivem, ou seja, as relações interétnicas na escala local, a inserção dentro de um Estado-

Nação, bem como as redes e fluxos transnacionais. A história, em suas múltiplas escalas e temporalidades, não pode ser concebida como algo exterior e acidental, mas “um fato constitutivo, que preside à própria organização interna e ao estabelecimento da identidade de um grupo étnico” (OLIVEIRA, 1988, p. 58).

O avanço dos estudos no campo da História Indígena e do Indigenismo, pautado por um olhar mais atento para os processos vividos pelos indígenas na História do Brasil, vem promovendo uma nova historiografia que rompe com um discurso, não obstante, ao longo de décadas, no qual a historiografia atribuiu-lhes a condição de figuras passivas, de personagens coadjuvantes agindo sempre em função dos interesses alheios⁶. Nesse sentido, os povos indígenas compareceram em muitos estudos acerca do passado brasileiro, não na condição de agentes, mas como coadjuvantes. Diante dessa herança historiográfica, o função do historiador, de acordo com Monteiro (1989), é recuperar o papel histórico de atores nativos na formação da sociedade brasileira. A trilha aberta por pesquisadores pioneiros que iniciaram o campo de estudos hoje reconhecido como Nova História Indígena, faz parte de uma nova leitura sobre o passado, decorrente da reinterpretação de documentos e de investigação sobre as populações indígenas. Essa virada historiográfica parte também das lutas e reivindicações dos próprios povos indígena no Brasil, que passaram reivindicar seus direitos e a ocupar seus espaços enquanto sujeitos históricos.

A historiografia brasileira tradicional priorizou o avanço unilateral do projeto colonial português em detrimento da existência indígena, isso revela uma história, basicamente, eurocentrada. Os diálogos crescentes entre História e Antropologia foram resultantes para se pensar sobre as relações de contato entre povos etnicamente diversos, essas discursões têm se intensificado, desde as últimas décadas, com grandes benefícios para os dois campos de estudos e para os estudos históricos sobre os povos indígenas no Brasil. Os etno-historiadores ao analisarem as fontes, buscando os significados das ações dos agentes, a partir de suas próprias culturas, levando em conta diversidades culturais e significados diversos, conforme os grupos analisados. De acordo com Almeida (2003), questionar e interpretar documentos históricos com indagações etnológicas e analisar culturas de diferentes povos procurando entendê-las em

⁶ Os estudos de História indígena no Brasil são recentes se comparados aos de outros países. No Brasil, a história dos índios até muito recentemente, eram praticamente ausentes em nossa historiografia. O estereótipo do primitivismo, restos do evolucionismo do século XIX e o suposto caráter a-histórico das sociedades indígenas, foram imagem dos anos 1940. No entanto, desde a década de 1990, os índios, mesmo que lentamente vem conquistando um papel de protagonista dos processos históricos por eles vivenciados, questionando as antigas concepções que lhes reservavam o lugar de vítimas passivas dos processos de conquista e colonização. Desde as décadas de 1990, significativas mudanças teórico-metodológicas, associadas a criteriosas pesquisas empíricas proporcionaram o surgimento de uma nova perspectiva sobre as populações nativas e a escrita de uma “Nova História Indígena”.

contextos históricos definidos e articulados às relações sociais e interétnicas por eles estabelecidas são práticas essenciais para o avanço dos estudos históricos sobre os índios. E nessa direção que vem se desenvolvendo o campo da Nova História Indígena e que pretendemos desenvolver nossa pesquisa.

Em relação às fontes escritas, convém lembrar que os registros sobre grupos sociais marginalizados, sobretudo os povos ágrafos, são, a grosso modo, produzidos por outros e, em geral, filtrados por concepções etnocêntricas e equivocadas. Além disso, são informações, produzidos em contextos históricos específicos que influenciam as formas de compreensão dos agentes registradores. Porém, trata-se de uma difícil tarefa, se pensarmos que a documentação foi produzida por moradores e autoridades coloniais sobre esses povos indígenas, “nessa condição, a perspectiva indígena aparece de maneira muito sutil, nas entrelinhas e sempre filtrada pela ótica dos interesses de quem os documenta” (MONTEIRO, 2006, p. 13). Diante disso, buscou-se compreender a história dos povos indígenas, procurando as brechas dos discursos oficiais, da condição fragmentada dos documentos e dos relatos escritos. Nessa investigação, a tarefa do historiador é procurar nas entrelinhas a dimensão etnográfica e dialógica dessa documentação e as práticas políticas indígenas ao longo do século XVIII.

De acordo com Monteiro (2001), essa reconfiguração da noção dos direitos indígenas enquanto direitos históricos sobretudo territoriais estimulou importantes estudos que buscavam nos documentos coloniais os fundamentos históricos e jurídicos das demandas atuais dos povos indígenas. As questões continuamente colocadas pelo movimento indígena, notadamente quanto à reconstrução de histórias e identidades de vários grupos em busca de seus direitos, contribuem também para a reformulação de conceitos e teorias sobre cultura, etnicidade e relações de alteridade. A aproximação da História e da Antropologia cada vez mais intensa nos últimos anos, bem como o desenvolvimento de pesquisa interdisciplinar tem contribuído de forma fundamental para uma revisão da história dos índios do Brasil.

De acordo com Ginzburg (1981), o surgimento dessa fronteira de pesquisa entre os antropólogos e os historiadores tornou-se possível quando os primeiros passaram a interessar-se pelos processos de mudança social, percebendo que seus objetos de estudos não eram imutáveis e estático e os historiadores passaram a valorizar comportamentos, crenças e cotidianos de grupos subalternos. A partir dessas novas concepções teóricas, antropólogos e historiadores tem analisado situação de contato, repensando e problematizando alguns conceitos básicos referentes a essa temática. Assim, a etno-história caminhou para se consolidar como um método que congrega, principalmente, aportes da antropologia e da história, mas

também e com grande importância de outras disciplinas, tais como a arqueologia, linguística e a etnologia.

A constante renovação do fazer historiográfico é o que possibilita constantemente a ampliação, renovação e reformulação de novas problemáticas enquanto historiadores. O diálogo entre História e a Antropologia possibilitou que diferentes grupos, em diferentes épocas, passassem a ter sua história revisitada e reescrita. As trajetórias dos índios em contextos históricos e suas próprias compreensões sobre elas são essenciais para o estudo dos processos de formação das sociedades coloniais e pós-coloniais. Sem esse conhecimento, não é possível entender as variadas formas de relação dos índios com os diferentes agentes sociais com os quais se relacionavam e identificar os diversos interesses que os motivavam e se alteravam na dinâmica das interações.

Isso de fato ocorre quando historiadores e antropólogos começam a se debruçar na presença dos povos indígenas na História do Brasil, possibilitando uma nova leitura da história com a presença das populações tradicionais. A relação interdisciplinar passou a ser uma aliada para tais estudos. Os estudos de historiografia em contextos distintos, pensados em particular a partir dos estudos subalternos e dos estudos pós-coloniais, que vem tendo forte ascendência no mundo nas últimas décadas. A ampliação de um repertório de temas de pesquisa, ferramentas conceituais e perguntas que se abrem quando refletimos acerca do enraizamento eurocêntricos e etnocêntricos das nossas representações históricas. Essas “historiografias periféricas” buscam entender como pensar as representações do passado não-ocidental como as questões de culturas indígenas dentro da historiografia. Segundo Boccara (2001), as questões postuladas a partir do final dos anos 1970 introduziram duas inovações importantes, uma prática e outra teórica. Surgiu, de fato, uma nova vertente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia com as demandas cada vez mais militante de um emergente movimento indígena. Isso permitiu novas compreensões sobre a trajetória de povos que, por muito tempo, foram vistos como misturados ou desaparecidos.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo busca discutir o processo de ocupação do Estado do Maranhão e Grão-Pará e as estratégias empregadas pela Coroa Portuguesa na ocupação e introdução de diferentes formas de produção e apropriação do espaço e como tais iniciativas deram novos sentidos as estratégias de ocupação do Maranhão. Outro ponto discutido é o papel das missões e aldeamentos coloniais na política colonial do processo de ocupação. Por fim, discutimos ainda como esse avanço colonial provocou modificações nos vários espaços indígenas no período da conquista, o que acarretou os deslocamentos de muitos grupos indígenas para áreas cada vez mais interioranas.

No segundo capítulo, o enfoque estará no processo de conquista e ocupação dos sertões do Piauí e Maranhão que se deu início no final do século XVII e os intensos confrontos com as populações indígenas que povoavam e controlavam aqueles sertões antes das invasões dos curraleiros. Ressaltando a importância do gado para o processo de ocupação dos sertões do Piauí e nos sertões de Patos Bons, sul do Maranhão, e para a economia local.

No terceiro capítulo, o foco da pesquisa encontrasse nas guerras e alianças entre índios e portugueses nos sertões. Em primeiro lugar, nossa atenção recai sobre as nações indígenas que mantiveram relações pacíficas ocasionais com os portugueses, que aceitaram serem descidos e aldeados ou mesmo sem abandonarem seus territórios, uniram-se aos portugueses em suas guerras, firmaram alianças, negociavam acordos e tornando-se aliados. No segundo momento, buscamos discutir sobre a forma com os “índios bravos” reagiram fortemente a ocupação luso-brasileira, criando alianças entre si e aliando-se a outros sujeitos contra a invasão de seus territórios. Nessas relações construídas entre colonos, escravos e índios, o que nos interessa é perceber o modo como os próprios povos indígenas tiveram reações diversas as dinâmicas da colonização portuguesa.

CAPÍTULO I

AS FRONTEIRAS DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ: PODERES E SOCIABILIDADE NA AMAZÔNIA COLONIAL PORTUGUESA (SÉCULO XVII-XVIII)

Os processos de territorialização estão imbricadas com os incessantes processos de expansão das fronteiras coloniais. Como aponta a historiografia, o processo de ocupação do Estado do Maranhão e Grão-Pará deu-se paulatinamente com o alargamento das fronteiras coloniais sobre os territórios indígenas. A atuação da Coroa Portuguesa se articulava aos contextos locais, dando novos sentidos as estratégias de ocupação e introduziram formas diferentes de produção e apropriação do espaço. A manutenção do território, durante toda a primeira metade do século XVIII, caracterizou o surgimento de estratégias de ocupação efetiva que se adaptasse as dinâmicas ecológicas particulares de cada lugar. Tais iniciativas deram novos sentidos as estratégias de ocupação da capitania do Piauí e posteriormente no sul do Maranhão. Nesse sentido, o presente capítulo tece algumas considerações sobre a importância dos conceitos do pensamento geográfico para o estudo da ocupação do território e a dinâmicas de relações construídas nesse espaço físico. Trata inicialmente das discussões sobre território e territorialidade e as estratégias de ocupação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, e de como os avanços das fronteiras coloniais modificou os espaços indígenas em um espaço colonial.

1. Representação dos territórios e territorialidades: os empreendimentos coloniais no Estado do Maranhão e Grão-Pará

As políticas portuguesas prosseguidas em torno da ocupação econômica do espaço e do povoamento ensejaram uma concentração de interesses econômicos metropolitanos, nos dois primeiros séculos da colonização do Brasil. A agroindústria açucareira exportadora do Nordeste revela uma das formas encontradas pelo Império Ultramarino português para dar conta do processo de colonização da América Portuguesa. Nas capitanias afastadas do Nordeste açucareiro, alvo central da Coroa portuguesa, a lógica de ocupação foi articulada a partir de conjunturas distintas daquelas pensadas para o Estado do Brasil. Com a conquista e a ocupação do Norte, a partir do século XVII, Amazônia colonial passou a ser interesse da Coroa, porém dada a dificuldade de ocupar essa região levou a uma política de colonização portuguesa no Maranhão e Grão-Pará a se desenvolver. Desse modo, os incentivos estavam voltados a ocupar a terra e subsidiar os nascentes núcleos populacionais, pois só dessa forma seria possível assegurar seus domínios e defendê-los contra possíveis tentativas de ocupação por outras nações e de fomentar o desenvolvimento econômico do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

A produção historiográfica tecida sobre a presença portuguesa no Nordeste brasileiro prosseguida em torno da ocupação econômica do espaço e do povoamento ensejou a construir um modelo explicativo geral para a formação colonial da América Portuguesa. Os ritmos marcados pelos acontecimentos políticos e econômicos ocorridos no Nordeste açucareiro foi tomado pela historiografia, como um fio condutor onde se construiu um modelo explicativo geral para a formação colonial brasileira. Segundo Chambouleyron (2010), havia uma preocupação historiográfica centrada no que se denomina de “áreas dinâmicas” das conquistas da América, em detrimento das chamadas “áreas periféricas”. A experiência açucareira e o mundo do Atlântico Sul foram usados pela historiografia clássica enquanto modelo para pensar a experiência portuguesa na América como um todo, colocando em relevo a experiência do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Com efeito, em contraponto, a uma leitura tradicionalmente centrada na projeção externa do expansionismo português, confrontando-se com uma historiografia mais recente sinaliza leituras próprias, desenvolvidas no âmbito dos estudos locais e a partir de um enfoque micro-analítico, que apontam para diferentes práticas, diferentes agentes e diferentes estratégias no esforço de incorporar essas novas perspectivas de análise, tendo como objeto a sociedade colonial estabelecida no antigo Estado do Maranhão e seus sertões⁷. Desse modo, essas novas pesquisas estão alinhadas à perspectiva que interpreta o “espaço” como um lugar social, onde desenvolvem relações complexas, um lugar móvel e dinâmico que se constrói a partir das relações estabelecidas entre diferentes sujeitos a partir do contato colonial e que produziram contatos diversos.

De acordo com Chambouleyron (2010), a Amazônia colonial do século XVII tinha pouco a oferecer a Coroa de Portugal, pois era uma região muito extensa, mal povoada, pouco desenvolvida, relativamente isolada e pouco conectada aos circuitos mais amplos das conquistas portuguesas até então, como o espaço do Atlântico Sul ou o oceano Índico. Ainda segundo o autor, diferentemente do que se poderia pensar, o “atraso” da Amazônia não levou ao abandono. Muito pelo contrário, ensejou uma intervenção vigorosa e incessante da Coroa Portuguesa, que procurou controlar, incentivar e ordenar aspectos de sua vida, como o

⁷ Um desses exemplos é o trabalho de tese de Helidacy Maria Muniz Corrêa, que ao discutir a conquista, defesa e organização do território do Maranhão, destaca a importância dos poderes locais e o papel da Câmara de São Luís na dinâmica de colonização do Maranhão, com o intuito de destacar a importância que a ação da governança local teve para a conservação da conquista. Sobre essa questão ver: CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. “Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”: o papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668) Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2011.

povoamento, as atividades econômicas, e o comércio e a reprodução da força de trabalho, livre e escrava.

Como se pode ver, a Amazônia colonial compreendia uma área singular no conjunto das possessões ultramarinas lusitanas, o processo de conquista e consolidação da presença portuguesa nessa região foi longo e difícil. O Estado do Maranhão e Grão-Pará, região que ocupou uma área muito grande da região Norte do Brasil e uma considerável parte do Nordeste criado em 1621, era uma unidade administrativa separada do Brasil e subordinada a Lisboa. Segundo Farage (1991), esta separação teria sido feita em razão de fatores geográficos, tais como ventos e correntes marítimas desfavoráveis, que dificultavam o acesso à região a partir do Brasil. Ainda segundo a autora, tal divisão a princípio meramente administrativa, veio a configurar uma real e profunda diferença de cunho político-econômico entre as duas regiões⁸. Embora administrativamente unidos até meados do século XVIII, se diferenciaram economicamente no decorrer dos anos. Essas peculiaridades, segundo Sampaio (2003), criaram possibilidades para a elaboração de políticas que estivessem ligadas diretamente à realidade colonial e aos diferentes ecossistemas. Assim, a Coroa Portuguesa teria que redimensionar seus interesses e se adaptar às peculiaridades locais, o que favoreceu o desenvolvimento de diversas frentes de exploração econômica no Estado do Maranhão e Grão-Pará, ou seja, a ocupação do extenso território foi caracterizada pela heterogeneidade.

O Estado do Maranhão e Grão-Pará sofreu adaptações durante todo o contexto colonial. No decorrer da administração pombalina, a região continuou sofrendo outros reordenamentos. Segundo Sampaio (2003), em 1751, foi extinto o Estado do Maranhão e Grão-Pará, a capital passou a ser Belém, e seu nome passou para Grão-Pará e Maranhão. Pouco tempo depois, em 1772, uma nova divisão criou o Estado do Maranhão e Piauí e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, um com capital em São Luís, e outro com capital em Belém, o Piauí permaneceria unido ao Maranhão até princípios da década de 1810. Essa situação persistiu até o início do século XIX. Essas peculiaridades, segundo a autora, criaram as possibilidades para a elaboração de políticas que estivessem ligadas diretamente à realidade colonial de cada localidade, ou seja, cada capitania buscou desenvolver uma atividade econômica pautada nas possibilidades do território e dos recursos naturais.

⁸ Capistrano de Abreu também fez referência e deu atenção para essa divisão entre o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil em 1621. O autor afirmava justamente essa questão apresentada, que havia sido justamente uma dificuldade de comunicação marítima entre o Maranhão e o estado do Brasil que se criou uma necessidade de criação de um estado independente. Sobre essa discussão ver: ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 2.ed. Brasília: Ed. Unb, 1998. p. 122.

No primeiro momento, o papel desempenhado pelos religiosos no processo de incorporação do território amazônico aos domínios portugueses foi de fundamental importância⁹. De acordo com Cardoso (2002), a ocupação do Maranhão, inicialmente, não era de interesse para a Coroa de Castela até a chegada de informações sobre a atividade comerciais francesas na região, somente assim, temos de fato uma busca mais organizada de integrar as terras do Estado do Maranhão ao Império. Preocupados com o avanço dos missionários castelhanos na bacia do rio Amazonas, a Coroa Portuguesa concedeu largos privilégios, atraindo missionários de diversas ordens para a região, entre jesuítas, carmelitas e franciscanos. Segundo o autor, o Maranhão não era só uma fronteira potencialmente produtiva, era também um território aberto à expansão da fé. Não por acaso, as primeiras tentativas de conquista desse espaço foram feitas por missionário. Segundo Hoornaert (2008), os verdadeiros bandeirantes do vale amazônico foram os religiosos.

Nesse processo de ocupação e defesa do território português, as missões foram construídas em áreas estratégicas para conter o avanço das nações estrangeiras. Conforme Silva (2016), o estabelecimento desses núcleos religiosos e sua expansão em direção ao interior do continente consistiriam, portanto, nos alicerces iniciais de perpetuação do controle português sobre os territórios de fronteira com as terras de Castela. E, portanto, os religiosos tornam-se legítimos agentes da governança. Porém, outros personagens foram igualmente responsáveis pela ocupação da Amazônia portuguesa tais como os lavradores e dos moradores das vilas, lugares e cidades, que ocupavam esse mesmo território a partir de diferentes lógicas, fundamentais para ocupação e aproveitamento econômico do território. Na tentativa de entender os períodos iniciais de ocupação luso-brasileira dessa região, que se constituiu o Estado do Maranhão e Grão-Pará, buscaremos compreender as dinâmicas empregadas para apropriação colonial sobre tais espaços que, embora administrativamente unido até o século XVIII, se diferenciou economicamente ao decorrer do processo colonial.

Nos primeiros anos da colonização portuguesa foram construídas diferentes dinâmicas de ocupação devido a dimensão geográfica, que englobava áreas distintas no que diz respeito às características geográficas. Sem dúvida, as ações empregadas pela Coroa portuguesa para

⁹ Sobre a atuação da ordem jesuítica ver, EISENBERG, José. As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: UFMG, 2000. SOUZA JUNIOR, José Alves. Traumas do cotidiano. Religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina. Belém: Edufpa, 2012. CARVALHO, Roberta Lobão. Crônica e História: a Companhia de Jesus e a construção da história do Maranhão (1698-1759). Dissertação do programa de pós-graduação em história. Universidade federal fluminense. 2012. CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil - 1580-1620. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2006.

exploração e produtividade da Estado do Maranhão e Grão-Pará foram dinâmicas e complexas. Esses diferentes processos de exploração revelaram a diversidade e a complexidade das dinâmicas da economia colonial sobre os vínculos estruturais estabelecidos entre exploração colonial, que gerasse rendimentos reais para sustentação da “conquista”. Dessa forma, a dinâmica de ocupação e povoamento foram moldadas conforme as particularidades de cada região, o que levou à divisão econômica no processo de formação do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

No Estado do Maranhão e Grão-Pará, da segunda década do século XVIII, foi tentado o sistema de *plantation*, de modo análogo as das outras capitanias do Brasil. O desenvolvimento das lavouras de algodão, arroz e tabaco, no entanto, não acarretou para que a incipiente produção da região entrasse no mercado exportador em condições competitivas com as das capitanias do Estado do Brasil. Se, por um lado, o modelo açucareiro, cuja produção se desenvolveu com maior intensidade nas áreas produtoras de açúcar do Nordeste da América Portuguesa, no Norte a economia estaria voltada ao extrativismo no vale amazônico. No contexto da economia colonial amazônica, o olhar ibérico sobre a conquista e ocupação da América portuguesa o Estado do Maranhão e Pará, durante o século XVIII, estaria voltado para o comércio das especiarias, que no século XVII, com a tomada pelos holandeses de importantes áreas produtoras de “drogas” na Ásia, os possíveis substitutos luso-americanos das famosas especiarias do Oriente passam a ganhar cada vez mais audiência nos Conselhos da burocracia lusa e os produtos amazônicos atingiam bons preços no mercado Atlântico¹⁰.

Com o projeto político administrativo na Amazônia colonial, os portugueses viram no Vale amazônico importantes gêneros para exploração e organizaram, a partir da década de 1670, tentativas para o seu beneficiamento, o cultivo sistemático da terra através da cultura de diferentes produtos com o objetivo de instituir uma atividade econômica na região e, ao mesmo tempo, garantir o controle do território. A importância do mercado externo colonial, a produção e o transporte de excedentes agrícolas, articulando a região a outras partes da Colônia portuguesa e ao circuito mercantil sob o signo do Atlântico. Segundo Farage (1991), os produtos obtidos por extração, as chamadas drogas do sertão, consistiam em uma gama variada de produtos e raízes silvestres, principalmente o cacau, baunilha, salsaparrilha, urucu, cravo, andiroba, almíscar, âmbar, gengibre e paissava. As especiarias luso-maranhenses no século

¹⁰ No Estado do Maranhão, o emergente comércio dos produtos da terra chega mesmo a ser apresentado como possível alternativa à crescente crise do mercado açucareiro, acerca desse assunto ver: CARDOSO, Alírio. Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica. v. 21, n. 37. Revista Tempo. 2015. p. 116-133.

XVII significou uma renovação da “diáspora comercial”, tal como chamou Russell-Wood (1992), ao destacar as trocas e a circulação de gêneros, de origem animal e vegetal, entre as partes conhecidas do mundo. O interesse pela extração e o cultivo das especiarias em solo luso-maranhense ganham força ao longo do século XVII. De acordo com Chambouleyron (2010), em várias ocasiões o Reino concedia privilégios aos produtores de açúcar, tabaco e cacau com isenção de impostos, benefícios jurídicos e ajuda para a obtenção de escravos africanos e indígenas que foram elementos que engendraram um incremento econômico para a região e inseriu o Estado no Maranhão na expansão Ultramarina. A ausência de circulação de moeda na colônia até meados do século XVIII, o cacau no Pará e o algodão no Maranhão funcionavam como equivalente¹¹.

A trajetória da formação econômica das regiões amazônicas, principalmente do Maranhão, “destoa” em parte desse sistema exploração extrativo “produtos da floresta” do Pará, durante os primeiros anos de ocupação é notório a diferenciação existente na base econômica das capitanias que vieram a formar essa região¹². Na capitania do Maranhão, o sistema de exploração econômico foi diversificado dado o processo de conquista e de ocupação das terras, esse sistema ditou as dinâmicas de ocupação do território e sua organização produtiva¹³. A paisagem diversificada existente nessa região implicou em duas frentes ocupação e de exploração econômica da terra. Para compreendermos esses movimentos de ocupação do território da capitania do Maranhão, é fundamental observar as dinâmicas formadas por essas duas frentes de ocupação. A lavoura de exportação, no modelo definido pelo sistema de

¹¹ Ao longo de todo o século XVII e boa parte do século XVIII, panos e varas de algodão eram usados para trocas comerciais substituindo moedas metálica, assim como outros produtos tais como: açúcar, cacau, cravo, tabaco, farinha, aguardente, foram utilizados como moeda natural, somente na segunda metade do século XVIII, que oficialmente existe uma circulação de moedas metálica na região Norte. Sobre a questão monetária na Amazonia colonial portuguesa ver: LIMA, Alam José da Silva. Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”. Moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750). Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, 2006.

¹² O algodão é destacado na historiográfica local enquanto o produto de maior retorno financeiro de produção do Maranhão no último quartel do século XVIII. Mas, o Maranhão também chegava a exportar outros produtos obtidos por extração como: cacau, cravo, tabaco, gengibre, anil, baunilha, óleo de copaíba, mas em menor quantidade, eram mais presentes no Pará. Segundo Viveiros (1954), o cacau e o tabaco produzido no Maranhão era pouco e mal preparado, o cacau chegava a ser colhido ainda verde para burlar os pesos na venda final. Sobre essa questão ver: VIVEIRO, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão 1612-1895: Associação comercial do Maranhão, 1954.

¹³ Segundo Cabral (1992), a colonização da capitania do Maranhão se deu por duas frentes de povoamento: a primeira pelo litoral, teve como via de interiorização os rios Itapecuru, Munim, Mearim e Pindaré tendo como centro irradiador a cidade de São Luís. A segunda frente de expansão deu-se a partir do sertão, como a produção pastoril inicialmente, ligada as capitanias da Bahia e Pernambuco que atingiu o Piauí e posteriormente o Maranhão. Ambas tiveram papel preponderante para a ocupação domínio do território maranhense. Sobre essa discussão ver: CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

plantation, de algodão e arroz e as fazendas de gado ao sul da capitania, conformavam as duas principais paisagens do Maranhão e foram responsáveis por dilataram as fronteiras coloniais e econômica. A região, na primeira metade do setecentos, encontravam dificuldade para expandir sua agricultura em grande escala, somente na segunda metade do século XVIII, com a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, principal responsável pelo seu financiamento e incentivo, foi a responsável por criar e desenvolver a economia maranhense ao estimular a agricultura fornecendo sementes, crédito e navegação para ao Reino de Portugal. Criou-se assim, as condições para o desenvolvimento da economia baseada na monocultura latifundiária escravista com vista a exportação.

Segundo Viveiros (1954), dos produtos agrícolas produzidos no Maranhão, o algodão foi um dos produtos que mais gerou interesse e incentivo por parte da Coroa. A lavoura de algodão, um dos maiores artigos de exportação do Maranhão¹⁴, impulsionado pelo trabalho escravo africano, foi o produto de maior retorno financeiro e impulsionador da economia do Maranhão. Conforme Farage (1991), essa cultura do algodão no Maranhão emprestou à economia uma feição mais parecida com a das outras capitanias do Brasil, e assim sendo distinta do extrativismo predominante no Pará. A importância do algodão para economia do Maranhão produzido na capitania era tão grande que serviu como moeda para se estabelecer relações comerciais, os panos de algodão, eram a *moeda da terra* na capitania.

A produção do algodão transformou o Estado e colocou em posição de destaque no cenário da economia brasileira, se estabelecendo entre as províncias mais opulentas do Brasil e promoveu a ascensão do Maranhão ao cenário da economia atlântica. O incentivo da Coroa e o empenho dos lavradores que empregavam na cultura do gênero, levaram ao crescimento da exportação. Das muitas embarcações que saíam do porto de São Luís carregavam uma quantidade expressiva de produtos agrícolas pra Lisboa, o algodão saía quase sempre em maior quantidade. De acordo com o mapa de carga dos gêneros exportados do Maranhão para Lisboa de 1768, saíram cerca de 6 (seis) embarcações, carregando cerca de 21.589 mil arrobas de algodão em ramas, enquanto outros produtos saíram em menor quantidade, como o arroz, que se exportou cerca de 225 arrobas, o cacau com cerca de 62 sacas e o gengibre com 804 arrobas¹⁵.

¹⁴ Segundo Martins e Melo (2018), o Brasil foi um dos grandes fornecedores de algodão para os manufaturados europeus. O Atlântico Sul não havia sido a primeira opção dos ingleses, inicialmente, grande parte do algodão eram importado da Índia, mas devidos aos altos custo do transporte acabou não sendo muito viável. Entre os anos de 1796-1811, se tornou o segundo principal produto de exportação da colônia portuguesa, perdendo apenas para o açúcar. Segundo os autores, entre as décadas de 1750 a 1780 o Maranhão e Pernambuco eram as duas maiores regiões produtoras do Brasil.

¹⁵ Carta do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o rei D. José. Maranhão, 12 de agosto de 1768. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 43, D. 4219.

Esse cenário se repetiu ao longo dos anos, mas nas últimas décadas do século XVIII, outro produto começa a ganhar tanta importância como o algodão, no caso, o arroz.

A historiografia maranhense reconhece a importância do algodão na ascensão do Maranhão e sua inserção no comércio pelo atlântico, mas houve outros gêneros que merecem destaque nesse cenário de exportação. O arroz, altamente rentável, ganhou destaque no cenário econômico colonial. Conforme Barroso Junior (2011), o território maranhense, durante o período colonial, foi um grande produtor e exportador de arroz, sobretudo no último quartel do século XVIII¹⁶. O arroz maranhense, o *arroz de Veneza*, ganhou destaque no cenário de exportação do Maranhão, sendo produzido principalmente nas *ribeiras* dos rios Mearim e Itapecuru e na baixada maranhense. Essas terras férteis, eram as de maior interesse dos lavradores para ocuparem com seus roçados¹⁷. Segundo o autor, das cartas enviadas para Lisboa entre os anos 1770 e 1789, faziam maior menção a exportação de arroz do que ao algodão. No final do século XVIII, o arroz se tornou um dos gêneros de grande interesse da Coroa, e começava a receber incentivo e destaque no cenário econômico maranhense.

Como podemos ver, em 1769, quando o governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, escreveu ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião de Carvalho e Melo, dando conta do desenvolvimento da cultura do arroz na capitania. No ofício, o governador já apresentava a lavoura de arroz como uma promessa para ser “o maior ramo de comércio desta capitania”, e que brevemente o Maranhão poderia “sustentar esta corte de arroz”¹⁸. A partir desse momento, a lavoura do arroz começa a ser um dos assuntos de destaque nas correspondências enviadas de Portugal para o Maranhão. Conforme podemos perceber em um ofício do governador do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas sobre os gêneros agrícolas produzidos na capitania do Maranhão, no documento fica claro o interesse e preocupação da

¹⁶ O trabalho de pesquisa desenvolvido pelo historiador Reinaldo dos Santos Barroso Junior sobre o cultivo e exportação do arroz aponta o Maranhão e Piauí como uns grandes produtores, sobretudo no último quartel do século XVIII. De acordo com o autor, a produção do arroz teria sido possibilitada pelos africanos da Alta-Guiné, território da África Ocidental, a fama desses africanos como exímios produtores de arroz estendia por todo o Atlântico. Segundo o autor, umas quantias significativas de arroz foram transportadas a partir do porto de São Luís rumo a Lisboa. Sobre essa questão ver: O arroz de Veneza e os trabalhadores de Guiné: a lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí (1770-1800), v. 8, número 12, Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana, 2011. p.108-127.

¹⁷ Conforme Antonia da Silva Mota (2017), no Maranhão, a ribeira do Itapecuru se tornou a região econômica mais importante da capitania, concentrava 2/3 de toda a produção agroexportadora. A agricultura era feita por grandes proprietários que utilizavam o trabalho escravo com o intuito de atender à demanda de produtos tropicais no mercado externo.

¹⁸ Ofício do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de Estado dos Negócios do Reino. São Luís do Maranhão, 3 de setembro de 1769. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 43, D. 4264.

Corte com a produção do arroz, e sobretudo na qualidade do gênero exportado¹⁹. Desde o início do estabelecimento da cultura do arroz na capitania, havia uma grande preocupação com o beneficiamento do arroz que saía nas embarcações para Lisboa. As recomendações que chegaram de Portugal era que os lavradores deveriam ser intimados para o cuidado que esses deveriam ter com o beneficiamento do arroz, dado a importância desse em sair o mais inteiro possível. Essas recomendações eram passadas aos lavradores, que deveriam separar os inteiros para exportação e “ficando com o quebrado para gasto da terra”²⁰. Os administradores deveriam suspender as compras e remessa de arroz quebrado, pois não havia saída em Lisboa “aquela qualidade de arroz”²¹.

Na verdade, essa era uma das grandes dificuldades, pois as técnicas aplicadas no seu cultivo e beneficiamento ainda eram simples²². Dessa forma, desde o início buscava-se aplicar novos modos de cultivo e sementes para tornar a cultura do arroz mais eficaz. Um exemplo disso, foi em 1771, quando Lourenço Belfort, buscou semear o arroz no campo alagadiços, ao invés de roças, como era costume, o que gerou bons resultados. No mesmo ano, os administradores da Companhia buscavam aplicar essa técnica, mas era preciso pessoas que soubessem a forma de cultivar “pois nesta terra se ignora aquele modo de fabricar”²³. Outra medida visando o melhoramento da cultura do arroz foi tomada pelos deputados da junta, onde esses remeteram a mostra do arroz de Carolina, que eram excelentes, para serem cultivados no

¹⁹ Ofício do governador do Estado do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. São Luís do Maranhão, 1 de março de 1772. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 45, D. 4458.

²⁰ De acordo com o documento, esse cuidado com o beneficiamento do arroz era feito separando os grãos inteiros dos quebrados. Ou seja, depois de descascados passavam por um “crivos ou sirandas de arame” que faziam a separação dos grãos. Esse cuidado com a qualidade do arroz era justamente para manter os preços. Ofício do governador do Estado do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. São Luís do Maranhão, 1 de março de 1772. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 45, D. 4458.

²¹ *Idem.*

²² Ainda segundo o mesmo documento, no Maranhão não havia moinhos suficiente, conforme o governador existiam apenas três moinhos que a Companhia havia mandado construir. Esses no verão com a falta de água deixavam de funcionar, podendo apenas serem plenamente utilizados no inverno. Dessa forma, não havia moinhos suficiente para descascarem o arroz que já era colhido em grande quantidade. Estariam usando os moinhos de Lourenço Belfort, que eram bons, mas só conseguiram retirar a primeira casca, precisando ainda ser levados ao pilão, o que quebrava muito o grão. Devido a grande quantidade de arroz parados nos armazéns da Companhia de Comércio, mandasse fazer esses “moinhos de pau” tal qual os de Belfort, para ser maior a remeça de arroz para a Corte. Mas ao que tudo indica, os moinhos de pedra pareciam dá o resultado mais esperado para exportação.

²³ Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas para o secretário de estado, Martinho de Melo e Castro. 10 de maio de 1771. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 45. D. 4398

Maranhão²⁴. Em 1773, quando o intuito era buscar ampliar a produção do arroz, uma nova medida implementada foi a instalação de fábricas de descascar arroz no Maranhão, uma na vila de Vinhais e outra em Alcântara, criadas justamente pela necessidade de manter a qualidade do grão. A fábrica de descascar o arroz em Alcântara foi instalada naquela vila pois era onde se encontravam os lavradores mais ricos e mais abundantes de escravos e por isso os que melhor se podem aplicar a cultura do arroz, nessa se descascava cerca 160 arrobas de arroz por dia²⁵. Em 1774, quando a exportação de arroz chegava na casa de 44 mil arrobas, havia um pedido para a criação de uma terceira, na vila de Guimarães, para incentivar a lavoura do arroz na localidade, por essa ser a mais populosa de índios que havia na capitania, e era o meio para aumentar ainda mais a produção do gênero nas terras maranhenses²⁶.

Dentre todos, os principais gêneros exportados da capitania para Lisboa eram o algodão e o arroz, nas últimas décadas o arroz em alguns anos superava o número do algodão exportado. De acordo com o mapa de carga dos gêneros exportados no ano de 1775, o Maranhão exportou uma quantidade muito superior de arroz em relação ao algodão, naquele ano foram enviados a Lisboa cerca de e 52.795 mil arrobas de arroz enquanto de algodão foram exportadas 21.069 mil arrobas²⁷. Entretanto, outros gêneros também foram produzidos e explorados em menor quantidade como, cacau, cravo, tabaco, gengibre e anil²⁸. Enfim, o potencial de exploração do Estado do Maranhão foi extremamente variado, não somente a lavoura de exportação, mas com a pecuária desenvolvida no sul do Maranhão, que se ocupava na criação de gado vacum e cavalariço, que abastecia não somente o mercado local, mas também parte dessa produção era exportado para Lisboa. Essa economia interiorizada no sertão, estavam presentes também nas embarcações que saíam do porto de São Luís para Portugal carregavam couros (crus ou

²⁴ *Idem.*

²⁵ Ofício do governador do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas para o rei D. José. 14 de outubro de 1773. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 47, D. 4582.

²⁶ Ofício do governador do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas para o secretário do estado, Martinho de Melo e Castro. 18 de novembro de 1774. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 48, D. 4671.

²⁷ Ofício do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o Secretário de Estado da marinha e Ultramar, Martinho de melo e Castro. Maranhão, 28, julho de 1775. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 49, D. 4768.

²⁸ Havia ainda a exploração e o comércio de casco de tartarugas. No Maranhão, a pesca das tartarugas era feita pelos índios, nas povoações de: Tutoia, Paço do Lumiar, Guimarães, S. José de Ribamar e S. João de Cortos conforme o ofício do governador Joaquim de Melo e Póvoas eram onde se faziam a pesca. Os valores também são citados, se cobrava em média dois mil reis (melhores cascos), doze tostões (inferiores) cada libra. Usados principalmente na fabricação de pentes, usados pelas índias e negras, que chegavam a “marchetar de ouro, he o seu maior enfeite”, onde conseguiram um bom retorno. Ofício do governador do Maranhão para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Maranhão, 10 de maio de 1771. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 45, D. 4398.

curtidos), a exportação dessas manufaturas abastecia o mercado interno da metrópole, e ainda, eram comercializados em Portugal devido a demanda do comércio estrangeiro²⁹.

Na capitania do Piauí, devido às limitações quando ao potencial natural das terras ocupadas para o desenvolvimento de uma agricultura exportadora, veio a transformar-se na principal área pastoril do Nordeste. Sendo assim, estabeleceu-se um sistema de criação voltado à ocupação de grandes latifúndios no sertão onde se estabeleceram fazendas de gado vacum e cavalari. Esses povoadores instalavam currais nas caatingas e cerrados onde criavam o gado, e estabelecendo uma economia predominantemente pastoril. Conforme Mott (1985), foram as fazendas de gado que definiram o caráter de povoamento do Piauí, e determinou não somente a forma de ocupação, mas também, a sua organização produtiva. A adaptação do gado a regiões dos campos dilatados dos sertões do Piauí incentivou a expansão em direção ao leste com a ocupação de fazendas de gado, e o estabelecimento dessa estrutura fundiária contribuiu para a criação de novos núcleos coloniais. Nesse sentido, abriram espaço para um povoamento mais efetivo em direção ao norte, ainda na segunda metade do século XVII, por meio dos rios Gurgueia e Parnaíba. A criação de gado ocupou grande faixa do sertão, formando a princípio a retaguarda econômica das zonas de engenho e, mais tarde, um decisivo apoio à mineração.

Segundo Brandão (1999), o baixo investimento, as grandes extensões de terra, a mão de obra indígena disponível e a multiplicação biológica dos rebanhos favoreciam o investimento nas fazendas de gado no sertão. Assim, aos poucos o sertão foi se convertendo em um imenso pasto e o gado transformou o ambiente natural, em uma paisagem agrária. O Piauí se especializava em gado bovino, o mercado da carne nas áreas urbanas fornecido em boa parte para o Estado do Brasil, considerado durante o período colonial como o curral e o açougue do Brasil, seus rebanhos eram enviados, a princípio, para Pernambuco e Bahia, os primeiros mercados consumidores da pecuária piauiense. Pelo rio Parnaíba, os criadores de gado do Piauí desenvolviam um intenso comércio com habitantes dessa área mineradoras. Assim, a pecuária transformou o ambiente, as paisagens e dinamizou o comércio com a produção de mercadorias que abasteciam o mercado interno e externo. Nos sertões do Piauí, o gado passou a compor e a transformar a paisagens colonial.

O que podemos compreender desse processo é que a ocupação e a exploração econômica do Estado do Maranhão e Grão-Pará foram heterogêneas. Os lavradores adaptaram-se as condições locais e aos mercados externos e locais criando e recriando nesse ambiente rural uma

²⁹ O negócio do couro no Norte do Brasil exportação do couro para os mais variados fins em Lisboa. Conforme dados apresentados por Giorgio Riello (2002), entre 1787 e 1789 uma parte significativa do couro importado pela França era oriundo de Portugal, vindo do Brasil.

paisagem social e econômica complexa e variada³⁰. A ocupação desse espaço ensejou inúmeros processos de territorialização e transformando esse espaço, em uma paisagem diversificada e menos homogênea do que aquela normalmente descrita pela historiografia tradicional brasileira.

Todos esses empreendimentos coloniais foram viabilizados pelo trabalho compulsório. Conforme Monteiro (1994), a gênese da escravidão no Brasil, tanto indígena quanto africana, encontrava-se na articulação de um sistema que buscava criar excedentes, transformados em riqueza comercial e apropriar-se deles. Nas capitânicas afastadas do Nordeste açucareiro, alvo central do tráfico negreiro, o trabalho indígena assumiu uma importância fundamental para a sobrevivência dos colonos. A abundância de mão de obra indígena presente na Amazônia permitiu o estabelecimento de um tráfico interno de trabalhadores indígenas no Estado do Maranhão, como também para outras capitânicas³¹. Conforme Domingues (2019), a mão de obra indígena livre ou escrava foi indispensável à organização social, política e econômica das capitânicas do Pará e Maranhão. Num primeiro momento, os empreendimentos coloniais no Maranhão e Grão-Pará foi totalmente dependente da mão de obra indígena, esses trabalhadores indígenas cativos ou não, mesmo depois da introdução de africanos, não deixaram de representar um papel destacado na composição da força de trabalho. A utilização da mão de obra indígena seria não só o motor, mas também a base de sustentação necessária para esses primeiros projetos coloniais.

No Pará, a dependência dos trabalhadores indígenas para o desenvolvimento da economia amazônica, sobretudo a exportação de cacau, responsável pela intensificação do comércio na região, foi indispensável. Segundo Dauril Alden (1970), a Amazônia colonial integrou-se ao mercado atlântico já durante a primeira metade do século XVIII, através do comércio do sertão, da extração e o cultivo das especiarias. Nos descimentos ao sertão para coleta dos produtos da floresta eram necessários um contingente de trabalhadores para

³⁰ O desenvolvimento de uma economia agrária em que empregava mão de obra escrava, grandes proprietários e pequenos lavradores adaptavam o uso da terra não apenas voltada a um mercado de exportação, mas também as condições locais e a expansão do mercado interno. Segundo Barickman (2003), não se pode pensar a agricultura e o comércio de abastecimento com atividade meramente subsidiária, simples acessório da economia de exportação. Haja vista, serem atividades indispensáveis ao crescimento e expansão de uma economia regional mais ampla, no entanto, havia uma relação de mútua dependência que vinculavam a produção para a exportação e o mercado interno impunham também limites ao maior desenvolvimento desse mercado. Toda essa produção, construíram uma densa rede de relações que ligavam, senhores de terras, roceiros e escravos rurais.

³¹ Sobre essa questão ver, BOMBARDI, Fernanda. Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimento de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

realização dessa atividade. A utilização dos índios nessas “descidas” ao sertão era fundamental. Primeiro pela necessidade dos saberes indígenas sobre a região amazônica, nessa região os indígenas foram peça fundamental em todas as expedições portuguesas aos sertões desde o século XVI, nas funções de remeiros, coletores e guias pelos caminhos das florestas. Eram eles os responsáveis por conduzirem as canoas que levavam e traziam produtos alcançando áreas e populações coloniais mais afastadas. Podemos dizer que o trabalho indígena nesse comércio assumiu uma importância fundamental.

No Maranhão, o trabalho indígena também foi fundamental para o desenvolvimento dos empreendimentos coloniais, a dependência dos moradores dos braços indígenas era imensa, mesmo com a entrada dos africanos, os senhores de terras não deixavam de usar os braços indígenas nas lavouras e fazendas. Conforme Ricupero (2009, p.135) “diga-se de passagem, foi a riqueza produzida pelos chamados negros da terra que financiou a entrada dos negros da Guiné”. Apesar da legislação indigenista e a atuação dos jesuítas em defesa dos índios, não impediam a escravidão dos indígenas. Apesar da importância da mão de obra indígena no Estado do Maranhão e do Pará, a presença dos africanos nessa região não pode ser desconsiderada³².

Durante todo o século XVII e a primeira metade do século XVIII, não houve tráfico sistemático e contínuo de africanos para toda a região amazônica. Somente a partir de 1756, com a criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, é que o “estanco” de negros africanos ganhou volume expressivo. E começava a ser tornar a base de manutenção daquelas produções agrícolas, e pastoril.

A expansão e as dinâmicas históricas do Atlântico neste período possuem características específicas. Sobre essa questão, de acordo com Chambouleyron (2006), o tráfico negreiro para

³² Na formação do mundo atlântico, no século XVI, a atividade que mais movimentou a circulação do oceano foi o mercado de escravos. Desse modo, o Atlântico tornou-se um cenário de grandes migrações intercontinentais, onde diversas sociedades africanas participaram ativamente do comércio de escravos africanos para as Américas ao longo do século XVII e início do século XVIII. A criação de uma rota de escravos africanos no oceano atlântico, segundo Thornton (2014), envolveu uma gigantesca migração internacional de pessoas. Africanos atravessaram as ilhas do Atlântico e do Caribe e as Américas, tornando-se uma população dominante em algumas áreas. É a partir desse viés, que as migrações de muitos africanos adentraram as Américas, e aqui nós voltamos ao Norte da América portuguesa e, sobretudo para as terras maranhenses. Conforme Wissenbach (2009), os estudos pós-coloniais, introduziu uma nova historiografia aludida a antiga experiência portuguesa nos territórios africanos, nas quais evidencia que os navegadores e comerciantes portugueses se posicionaram diante das estratégias e dos Circuitos de mercados africanos ou asiáticos, intrometendo-se em rotas e modalidades preexistentes na África. A instrumentalização do comércio atlântico de escravos a partir de instituições e de usos de costumes locais. Na costa da África, os portugueses se abasteciam de ouro, marfim e escravos, negociando com populações já afeitas a esse gênero de comércio, com secular prática havida com os muçulmanos, por intermédio das caravanas que atravessavam os desertos africanos. Ver: THORTON, John. *A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico (1400 – 1800)*, 2014; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos (séculos XVIII e XIX)*. In: *O governo dos povos* [S.l.: s.n.], 2009.

a região amazônica efetivou-se a partir de uma rota muito específica. Em vez de Atlântico Sul, deveríamos falar antes de Atlântico equatorial. A ligação central aqui se fazia entre o Estado do Maranhão, a Guiné e a Mina. Se comparado as outras áreas da América portuguesa, pode-se dizer que o Norte do Brasil começou tardiamente a receber mão de obra africana em grande quantidade. Segundo Meireles (2006), os portos de Belém e de São Luís, aparecem mais nitidamente no cenário colonial a partir da segunda metade do século XVIII, período no qual foram conectados às rotas comerciais do Atlântico por meio da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão estabelecida em 1755, a Companhia tornou-se a responsável monopolista pelo comércio de escravo entre o antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão e pela região da Senegâmbia e Guiné-Bissau, na África³³.

Nessa lógica, o Estado do Maranhão e Grão-Pará se insere enquanto parte da emblemática relação com o Atlântico e o comércio de escravos. Nesse contexto, observa-se que a inserção regular de africanos no Maranhão foi tardia, pois podemos dizer que é somente a partir da segunda metade do século XVIII, por meio das políticas Pombalinas de incentivo e com a criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, que teremos uma entrada regular de escravizados no Estado.

Como já mencionamos, a importação de africanos para o Estado do Maranhão, durante o século XVII, fora igualmente pensada a partir de um quadro muito específico, relacionado com os problemas decorrentes do uso de trabalhadores indígenas. Essa conexão atlântica tinha por objetivo resolver a falta de mão de obra e ao mesmo tempo consolidar a presença portuguesa na Guiné. A importação de escravos africanos para o Estado do Maranhão, durante o século XVII, fora igualmente pensada a partir de um quadro muito específico, relacionado com os problemas decorrentes do uso de trabalhadores indígenas. Essa conexão atlântica tinha por objetivo resolver a falta de mão de obra e ao mesmo tempo consolidar a presença portuguesa na Guiné. O estabelecimento de uma rota escrava foi planejado, segundo Chambouleyron (2006), a partir de três fatores, as epidemias, a delicada situação da Fazenda real e os problemas decorrentes do uso de trabalhadores indígenas.

³³ Ao longo do século XVIII, diversos personagens históricos se movimentaram de forma espontânea ou compulsória pelo atlântico em decorrência do comércio de escravizados, essa migração permitiu o encontro e promoveu o contato entre agentes europeus, americanos, mercadores, tripulantes e as sociedades africanas. Essa dinâmica envolvendo diferentes agentes que circulavam entre as duas margens do atlântico, foi também um movimento de circulação de ideias e de cultura. Dessa forma, podemos pensar a diáspora africana não somente como uma movimentação de produtos e pessoas, mas também de ideias, onde se estabeleceram interações e encontro culturais que marcam a história das relações entre os diferentes povos, a partir dos séculos XV e XVI e da expansão ibérica.

Em inúmeras cartas seiscentistas escritas do e sobre o Estado do Maranhão, aparecem várias queixas dos moradores maranhenses que reclamavam sobre a falta de mão de obra para seus negócios, principalmente os relacionados a lavoura. Esse problema se tornou mais visível com as epidemias de bexiga, que disseminava principalmente nos trabalhadores indígenas³⁴. Nas correspondências enviadas do Maranhão, é notório a ideia de que o Estado do Brasil só havia prosperado graças ao uso de africanos, esse argumento foi usado como justificativa e foi fundamental para defender o urgente envio de escravos da África para a região, situação que também se projetou ao longo de todo o século XVIII para a capitania do Pará. Havia assim que trazer muitos escravos, “pois se sabe que o Brasil não teve aumento senão depois que nele entraram os negros de Angola e Guiné”³⁵.

As queixas e as reclamações dos colonos por carência de mão de obra tornaram-se constantes nas correspondências e sempre associavam os africanos ao crescimento econômico do Estado do Maranhão, como nas cartas de 17 de julho de 1673, onde os moradores e oficiais da câmara da cidade de São Luís fizeram petição ao Conselho Ultramarino para introduzir escravos de Angola, Guiné e Cacheu no Estado do Maranhão³⁶. Na carta, os moradores enfatizavam que para conservação e aumento do Estado do Maranhão era necessário a introdução de escravos africanos, alegavam ainda os problemas com a mão de obra indígenas e usando o exemplo do que se fazia no Estado do Brasil, os moradores voltavam-se sempre ao viés econômico em suas petições ao Conselho. No pedido, os moradores também solicitavam isenção dos dízimos para todos os escravos que entrassem no Maranhão durante o tempo de cinco anos.

Os moradores e officiaes da câmara do Maranhão, fizeram petição neste Conselho, por seu procurador em que dizem, que para a conservação, e aumento daquelle Estado, conve, muyto se metta nella escravos de Angola, guiné, e Cacheu, porque observando se oque a V. A. se requiere, deque senão use de resgate de escravos do gentil Natural, forosamente se hão de levar dos outros, por senão poder viver sem elles, com se usa no Brasil, e para este efeito deve V. A. ser servido mandar por edital, que toda a pessoa, que no Estado do

³⁴ As epidemias de bexiga, a varíola no Maranhão colonial, que atingiram e mataram muitos indígenas. Sobre essa questão ver: VAINFAS, Ronaldo. A peste da Bexigas no Brasil Colonial: Tragédia Histórica ou Genocídio? Revista de Estudos Celtas e germânicos, v. 20, 2020.

³⁵ Essa afirmação aparece constantemente na documentação colonial, ao que parece os moradores a usava com o intuito de fortalecer os discursos e legitimar seus argumentos da importância que teria a entrada de africanos na economia do Estado do Maranhão.

³⁶ Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a petição dos moradores e oficiais da câmara da cidade de São Luís. 17 de julho de 1673. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 5, D. 576.

Maranhão quiser meter escravos de Angolla, Guiné, e Cacheu e os liberta V. A. dos sireitos pelo tempo for servido³⁷.

Os colonos da capitania do Maranhão com frequência solicitavam trabalhadores africanos, os moradores das capitanias pressionavam os governadores e estes pressionavam o governo metropolitano. Em 1750, o governador do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, escrevia para o então rei D. João V, para relatava a situação deplorável das capitanias face ao número de vítimas (índios e mestiços), dado as epidemias de contagiosas ocorridas naquela região³⁸. Na correspondência, o governador solicitava a “substituição” dos índios por escravos negros de Angola, Guiné, Costa da Mina e das Ilhas de Cacheu, dada a sua robustez física, o que segundo o governo seria o único remédio para “socorrer o Maranhão”. Nesse caso, o governador solicitava que o monarca facilitasse a introdução dos escravos da África como já se praticaram em outras ocasiões. Porém, essa entrada não deveria se dá por conta da Real Fazenda, como apontava o governador, mas por meio de um assento que se poderia contratar alguns homens de negócios e obrigando este a introduzir a um determinado número de escravos. De acordo com as condições solicitadas ao Conselho pelo governador, a introdução da escravatura deveria ocorrer por meio de assentos, assegurada pelo rei da ausência de direito de entrada na alfândega e que só pagariam os direitos dos escravos retirados do porto de Angola na saída daquele reino. O governador solicitava uma entrada de mil casais para as capitanias do Maranhão e Pará.

Os pedidos também viam dos comerciantes que buscavam comercializar os escravos africanos, diretamente nas costas africanas para as capitanias do Maranhão e Pará. João da Silva Ledo, foi um desses, e em junho de 1752, fez um pedido ao rei D. José, solicitando autorização para enviar sua embarcação o Navio Providência e Santo Antônio, aos portos de Cacheu e Cabo Verde para transportar escravos para os portos do Maranhão e Pará³⁹. João da Silva informava na carta que isso resultaria em uma grande utilidade ao Estado, “dado a grande falta de escravos ‘próprios’ para a lavoura de cacau, e outros q costumão vir daquele Estado, onde se experimenta grande falta delles em razão do contágio q ‘há dois annos padeceu o gentio da terra”. O contágio,

³⁷ *Idem.*

³⁸ Consulta do conselho ultramarino para o rei D. João V, sobre a carta do governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. 16 de maio de 1750. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 25, D. 2976.

³⁹ Requerimento de João da Silva Ledo ao rei D. José, pedindo autorização para enviar o seu navio para transportar escravos. 19 de junho de 1752. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3308.

ao qual os moradores se referente foram as epidemias de varíola que atingiram e dizimaram grande parte dos indígenas. Ainda no ano de 1752, um segundo pedido chega ao presidente do Conselho Ultramarino Marques de Penalva, no requerimento, João Fernandes de Oliveira e António Ferreira, pediam licença para poderem transportar escravos da Guiné para o Maranhão⁴⁰.

V. Mag^{de} q' pela grande falta q' tinhão de escravatura para fabricadar seus engenhos, e fazendas por terem falecidos os escravos q' possuhião na grande epidemia q' la houve, fosse V. Mag^{de} servido mandar lhes por conta da real fazenda fornecer os escravos necessários e q' fazendosse esta aqui certo ouve homem de negocio q' oquizeze fazer termo sem que queremos suplicantes fazer meter de duzentos até quatrocentos escravos todos as annos tirados de Guiné em duas embarcações pequenas de lotação de cento e sincoenta até duzentos escravos cada huá no tempo de dez annos⁴¹.

Como mencionamos, nesse período ainda não temos uma entrada sistemática de trabalhadores africanos no Maranhão, os poucos africanos que chegavam ao porto de São Luís eram trazidos em embarcações privadas e de forma esporádica e em pequena quantidade, ou seja, o tráfico por meio de assentos com comerciantes privados. Como os exemplos dados acima. A situação foi superada somente a partir da segunda metade do século XVIII com a criação da Companhia de Comércio. Percebe-se que ao menos, desde o final do século XVII, a Fazenda Real procurava tornar regular a entrada de escravos africanos no Estado do Maranhão por intermédio das Companhias de Comércio criadas nos séculos XVII e XVIII. Na segunda metade do Setecentos, a Amazônia ocupava papel central nos projetos reformistas da Coroa portuguesa. Estas ações tiveram um papel fundamental no desenvolvimento das dinâmicas de poder que se constituíram na Amazônia colonial. De acordo com Cardoso (2002), no contexto da reorganização do sistema de defesa dos territórios amazônicos na segunda metade do século XVIII, as políticas pombalinas deram início ao controle e a promoção da atividade comercial do Estado do Grão-Pará e Maranhão, como uma medida que atendia a um projeto de desenvolvimento colonial.

⁴⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre o requerimento de João Fernandes de Oliveira e António Ferreira. 17 de novembro de 1752. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 33, D. 3330.

⁴¹ *Idem*.

Com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, iniciou-se o tráfico africano em larga escala e o Maranhão passou a receber grande quantidade de negros⁴². Os escravizados africanos provenientes da África Ocidental, sobretudo, de portos de Cacheu e Bissau formavam uma região atlântica específica de escravos, uma região equatorial no Atlântico. Eram os principais fornecedores dos braços necessários para o desenvolvimento da lavoura no Maranhão. E, é importante destacar que a criação da Companhia de Comércio surgiu como uma tentativa de recuperação econômica da colônia, as políticas pombalinas, transformar o Maranhão em uma colônia produtora de artigos de exportação, estimulando o desenvolvimento da cultura do arroz e do algodão, gêneros que tinham grande demanda no mercado europeu. Para isso, a Companhia buscou regularizar o tráfico comercial com os mercados consumidores europeus, dos produtos tropicais.

A Companhia de Comércio foi responsável pela entrada e o aumento de mão de obra africana a praça mercantil de São Luís estabelecendo um fluxo contínuo e regular de negros. Essa entrada regular de escravizados africanos se tornaria a base para manutenção das produções agrícolas e pastoril que se iniciava desde o final do século XVII. Os escravizados trazidos nas embarcações que chegavam ao porto de São Luís prestaram serviços aos proprietários locais em diferentes atividades, nas lavouras, nos engenhos e nas fazendas de gado. Vale salientar, entretanto, que o emprego da mão de obra africana não se limitou as lavouras de exportação desenvolvida no Maranhão. Os africanos também esteve presente no Piauí, onde atuaram nas fazendas de gado e currais⁴³.

A companhia desfrutou do monopólio do comércio e da navegação das rotas de São Luís, Belém, Bissau, Cacheu, Angola e Ilhas de Cabo Verde e operou mudanças profundas não apenas no número de africanos, mas também no fomento do comércio, incentivando o cultivo de vários produtos. O comércio transatlântico de negros aumentou consideravelmente após a atuação da Companhia, gerava mais receita à Coroa portuguesa. Mas, apesar de ter contribuído para o fornecimento de trabalhadores africanos, não conseguia atender a demanda dos colonos. Além disso, a questão do monopólio não agrava a muitos, gerando muita insatisfação, conforme Silva (2012), muitos comerciantes do Pará, se sentiam prejudicados, pois antes do monopólio

⁴² A companhia de comércio desfrutou do monopólio do comércio e da navegação das rotas de São Luís, Belém, Bissau, Cacheu, Angola e Ilhas de cabo verde. Ao encerrar as atividades da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o Estado português continuou mantendo o comércio através de grupos particulares.

⁴³ Segundo Brandão (1995), no final do século XVIII, a maioria dos negros residentes no Piauí achava-se sob o regime da escravidão. Segundo as pesquisas realizadas pela autora nos inventários, os escravizados africanos que ocupavam a capitania eram predominantemente os bantos e sudaneses. Entre os que apresentavam as origens, de Angola, Minas, Benguela, Guiné, Congo e Gegê.

eles realizavam o comércio de alguns produtos com exclusividade e obtinham lucros altíssimos, e com a atuação da empresa monopolista, tal benefício foi perdido. Assim, durante sua vigência, a empresa pombalina gerou muitas insatisfações que acabaram culminando na perda do monopólio em 1778. Ao encerrar as atividades da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o Estado português continuou mantendo o comércio através do monopólio a grupos particulares. Esses ficaram responsáveis pela manutenção do tráfico já esquematizado e mantido na África Ocidental até então pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

A compreensão de tal dinâmica é fundamental para entendermos todo o processo de colonização subsequente, pois na segunda metade do século XVIII, a Amazônia ocupava papel central nos projetos reformistas da Coroa portuguesa. Estas ações tiveram uma importância fundamental no desenvolvimento das dinâmicas de poder que se constituíram na Amazônia colonial. Nesse contexto, a exploração dos sertões amazônicos e o governo dos índios se constituíram como um dos principais pontos de pautas da Coroa portuguesa.

2. Missões e aldeamentos coloniais: ocupação, disputas e conflitos entre luso-brasileiros e religiosos pelo controle das terras e da mão de obra indígena

Quando se alude no Norte da América portuguesa, durante a primeira metade do século XVIII, toma-se em consideração a existência de núcleos administrados por autoridades laicas e de aldeamentos confiados a administração religiosa. O povoamento efetivo do Estado do Maranhão e Grão-Pará articulado pela Coroa portuguesa se deu por meio de uma política colonial que promoveu a fortificação de vilas, fortalezas e aldeamentos⁴⁴. Esta organização sobre o território colonial fora montada nas margens dos grandes rios e em áreas estratégicas, e logo, se tornou uma rede de povoados que foram indispensáveis à ocupação do território e à sua exploração econômica.

Essa política de incorporação dos povos e territórios amazônicos aos domínios portugueses foi uma das principais políticas do domínio colonial. O papel dos missionários nessa política de ocupação do território foi fundamental como agentes da Coroa portuguesa, a ação missionária por meio das missões foi fundamental na ampliação das áreas coloniais, onde os aldeamentos levantados pelas ordens religiosas tornaram-se núcleos de povoação indígenas. Na fronteira, a manutenção de aldeias indígenas foi feita em locais estratégicos, tendo em vista

⁴⁴ Muitos desses aldeamentos se tornaram vila e cidades de Caxias, antiga Aldeias Altas; Viana, antiga Maracu; Monção, antiga São Francisco Xavier do Carará; Tutóia, antiga Nossa Senhora da Conceição; São José do Ribamar, antiga São José todas no Maranhão. Sobre essa questão ver: AZEVEDO, Aroldo de. Geografia urbana. Boletim Paulista de Geografia, 1959.

contra-ataques de invasores estrangeiros, e passaram a ser vistos como, “muralhas do sertão”. A celebre expressão empregada por Farage (1991), ao discutir a estratégia portuguesa no Rio Branco, destaca como a fixação dos aldeamentos seculares tinha o intuito de estabelecer a ocupação permanente da região e defesa das fronteiras. Essas ações também foram utilizadas nos sertões como estratégia para controlar os ataques dos índios do curso, serviam como uma barreira aos ataques dos índios bravos. Dessa forma, a criação do sistema de aldeamento foi fundamental para a manutenção da colonização e para fortificar a presença portuguesa.

As missões e os aldeamentos eram um empreendimento comum em quase todo o mundo colonial. De acordo com Perrone Moisés (1999), os aldeamentos, preferencialmente as missões, eram o primeiro objetivo do projeto tocante aos índios. Os primeiros aldeamentos missionários se estabelecem no início do século XVII, com a colonização da Amazônia colonial, os franciscanos se instalaram no Maranhão e Grão-Pará em 1622. De acordo com Guzmán (2008), os missionários franciscanos tentaram criar reduções de grupos indígenas próximos aos núcleos urbanos coloniais. Porém, não conseguiram desenvolver suas missões do ponto de vista demográfico. Dentre as disputas por território para evangelizar dos vários grupos de missionários entalados na conquista no Maranhão, os jesuítas foram as figuras centrais. Nos séculos XVII e XVIII, intensa foi a atividade missionária dos jesuítas em terras no Nordeste, de maneira particular no Maranhão.

No primeiro momento, a atuação da Companhia de Jesus no Império Português garantiu a integração do domínio português na região Amazônica, assim como nas demais regiões onde atuou a dita ordem. A presença da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e Grão-Pará atingiu tal independência, devido a imensidão da região Amazônica e o fraco contato entre Maranhão e o Estado do Brasil⁴⁵. Nessa região, a participação dos missionários foi fundamental, não apenas pelo trabalho que se envolveram na missão, com a conquista espiritual e o deslocamento e a reorganização de grupos indígenas em aldeamentos. Mas todas as estruturas de ocupação implementadas pelas ordens religiosas que se envolveram na missão nos sertões. Os missionários ergueram os primeiros aldeamentos, capelas, residências e colégios que faziam parte de uma ocupação direta do território. Na busca de criar subsídios para manutenção desses espaços, os religiosos criaram empreendimentos e se envolveram

⁴⁵ A entrada dos jesuítas está ligada a figura de Luís Figueira, fundador da missão jesuítica no Maranhão e o grande responsável por grande expedição em terras maranhense, bem como, são a partir dos escritos de Figueira, fazendo menção a possibilidade de perda desse território pela presença francesa como forma de atrair os olhos da Coroa para o Maranhão, colocado como uma área estratégica para o comércio.

diretamente nos negócios temporais. Nos sertões do Maranhão e Piauí, os missionários possuíam bens de raiz que garantiam os rendimentos e manutenção de toda a estrutura religiosa empreendida pelas ordens religiosas. De uma forma mais ampla, nas missões sertanejas, os missionários tiveram que se dividir entre os trabalhos missionários e administração das fazendas. Principalmente os jesuítas, pois os religiosos da Companhia de Jesus estavam diretamente ligados na administração de fazendas e engenhos nas capitanias.

Diante dessa discussão, podemos dizer que o estabelecimento das missões religiosas no sertão estava atrelado principalmente aos negócios temporais desenvolvidos pelos missionários. No Piauí, por exemplo, a missão parece mais voltada para a atividade econômica do que para a evangelização, os missionários dividiam sua atuação entre as atividades religiosas e administração dos negócios. Os negócios temporais realizados pelos jesuítas no Piauí fizeram com que os religiosos se desviassem das missões, havendo formado poucos aldeamentos na capitania. Dessa forma, a atuação dos jesuítas no interior da capitania foi marcada por intensos conflitos com os colonos proprietários principalmente com os criadores de gado, pois, os religiosos da Companhia de Jesus avançavam espaço adentro, ocupando terras e controlando os índios dos sertões. No Maranhão, as ações de conquista e ocupação se deu também pelo patrimônio fundiário construídos pelos missionários, essa estrutura foi fundamental para a formação do povoamento do sertão. Por meio dos negócios, os jesuítas conseguiram prosperar no Piauí e Maranhão. Os gêneros produzidos abasteciam os colégios e seminários, e os excedentes eram comercializados. Dessa forma, não é possível discutir a atuação dos jesuítas no Piauí e Maranhão sem o tocante aos negócios temporais.

Assim, durante o século XVIII, se encontrava consolidada uma administração pecuarista jesuíta nessa região, os inacianos eram possuidores de inúmeras fazendas nas capitanias do Maranhão e Piauí. O intenso envolvimento de religiosos nos negócios seculares foi motivo de críticas até mesmo dentro da própria ordem, pois era visto como um desvio das funções missionárias para a qual tinham sido destinados. No entanto, os negócios se efetivaram como a principal fonte de recurso para o sustento de sua missionação. Isso, claro, fazia parte do projeto colonial, os missionários eram pagos pela Fazenda Real, o que resultaria em um fraco investimento das missões no sertão, pelo seu distanciamento e custo mais elevado. Os percalços das remeças dos recursos do padroado levaram as ordens a buscarem a sustentação de suas atividades religiosas no desenvolvimento de vários empreendimentos econômicos, que buscavam a libertação da missão.

No antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, “os jesuítas, sem contar as aldeias, fundaram diversos estabelecimentos de ensino em São Luís, Alcântara, Parnaíba, Guanaré e

Aldeias Altas, Vigia e Belém: colégios, seminários, escolas”. (LEITE, 1943, p. 167). No Piauí, a atuação dos jesuítas teve início com a criação do seminário do rio Parnaíba, em Oeiras, mas sua atuação no Piauí esteve mais relacionada a administração das fazendas de gado do que a catequese e a educação. Foram essas instituições, os colégios, que ajudaram a consolidar o seu poder e seu apostolado na região⁴⁶. De acordo com Amantino (2014), conforme os jesuítas avançavam suas áreas de atuação foram montando um padrão de estruturação de seus negócios. Os colégios serviam como uma estrutura central, pois era o único que tinha poder de movimentar dinheiro, vender ou trocar terras e produtos. Os mesmos, em suas áreas de atuação, constituíam as seguintes instituições, colégio, casas, aldeamentos e fazendas. Toda essa estrutura era necessária para manter o projeto salvacionista jesuítico. “Assim, a ereção de um colégio jesuítico já era pensada de modo a desenvolver atividades temporais/comerciais, para além do ensino dos moradores, indígenas e religiosos” (NEVES NETO, 2012, p. 26). Nesse sentido, os negócios temporais, criados no Estado do Maranhão e Grão-Pará, viriam como meios capazes de gerar condições materiais que fossem suficientes para a ampliação das missões.

O projeto missionário idealizado durante seu período de atuação no Estado do Maranhão não diferenciou em nada das que foram tomadas em outras regiões. Sendo assim, as preocupações iniciais foram as mesmas, basicamente, inserir a ordem religiosa na sociedade colonial e, assim, alcançar por diversos meios, “doações de terras para ereção de colégios, criação de animais, plantio de diversos gêneros e tantas outras atividades” (NEVES NETO, 2012, p. 25). O erguimento de colégios vinha nesse sentido como uma instituição central, na manutenção e administração das missões. As conquistas das propriedades e alguns pleitos iniciais que os colégios tiveram que enfrentar vários setores da sociedade colonial, apesar de que a acumulação de posses era comum a algumas ordens, que atuaram na colônia. Segundo Hoornaert (2008), a manutenção de fazendas era comum as ordens religiosas que dependiam do Padroado, era uma forma de conquistar uma relativa independência diante do Estado português⁴⁷.

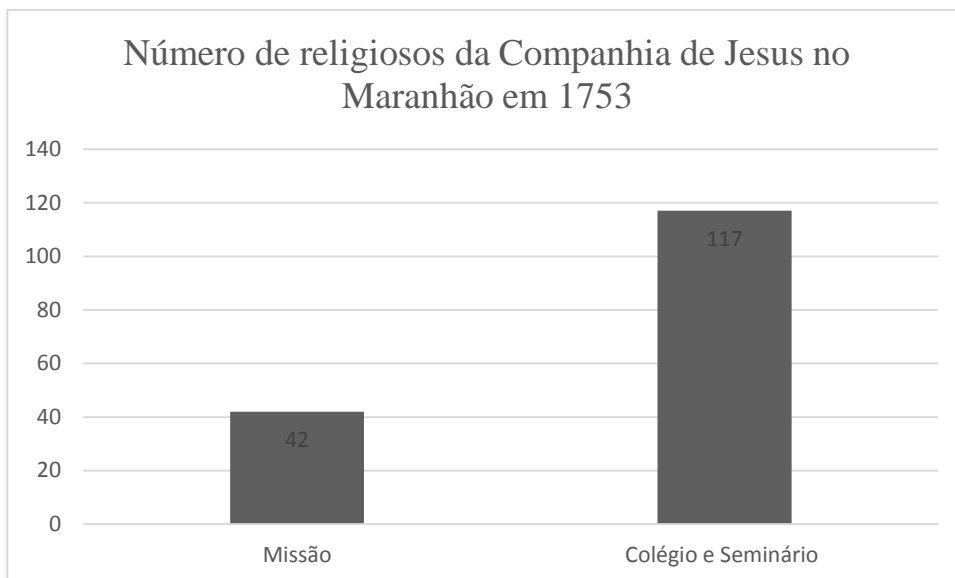
⁴⁶ Conforme Luana Melo Ribeiro (2017), a conquistar um vasto patrimônio fundiário aconteceu por diversas vias, tais como: compras diretas, trocas, arrematações e pedidos de sesmarias”, além, das doações. Dessa maneira, fica claro que os jesuítas, muito cedo, compreenderam a importância de se garantir recursos para a missão e não se duvidava mais em adotar posições que denotavam claramente aspectos comerciais ou econômicos.

⁴⁷ O intenso envolvimento de religiosos nos negócios seculares, foi motivo de críticas dentro da própria ordem, pois era visto como um desvio das funções missionárias para a qual tinham sido destinados. Assim, a Companhia de Jesus recebeu terras com a justificativa de que a liderança que exerceram sobre os índios já aldeados havia sido crucial para o domínio do Império português, por consequência, garantiram inúmeras propriedades pelo estado colonial. Segundo Alden (1970), essas concessões territoriais e dotações representavam a amplitude da assistência

Nesse cenário colonial, a Companhia de Jesus iniciou a montagem de um complexo sistema econômico à medida que crescia sua atuação, a necessidade de gerar recursos foi crescendo continuamente. Com a “intensificação e o crescimento das atividades dos jesuítas passaram a requerer fontes mais seguras de recursos e uma força de trabalho fixa que se dedicasse à manutenção dos colégios” (HEISENBERG, 2000, p. 48). A existência dos colégios e fazendas supostamente se justificava pela necessidade de se gerar recursos e contingente humano para o trabalho nas aldeias. De fato, porém, essas atividades de suporte acabaram por desviar os padres de seu propósito evangelizador original. Como sugere o autor, o surgimento dos colégios jesuítas nas cidades coloniais foi decisivo para o declínio do fervor missionário na década de 1560. No Estado do Maranhão, desde o século XVII, teria ocorrido um aumento no número de colégios, pelo fato de que os missionários chegados ao Brasil, neste período, preferiam cuidar da educação dos colonos a ter que catequizar os indígenas aldeados. Em carta de 1753, o provincial da Companhia de Jesus da província do Maranhão, Manuel Ferreira, ele descreve o número de religiosos da Companhia de Jesus que se encontravam na província, suas respectivas atribuições, missões e colégios⁴⁸. Nesse ano, havia a atuação de 159 religiosos da Companhia de Jesus no Maranhão. Deste número se ocupavam nas missões 42 e os demais 117 nos colégios e seminários da Companhia. Conforme representado no gráfico 1 abaixo.

econômica direta da Coroa aos jesuítas. Com o correr do tempo, em fins do século XVII pelo menos, a importância dessa ajuda foi em muito ultrapassada pelo nível da beneficência particular e pela quantidade de capital que os jesuítas podiam produzir com o número cada vez maior de suas propriedades. Os inacianos, para melhor se estabelecerem na colônia, passaram a angariar, por meio da compra e de doação régia ou particular, terras, pessoas escravizadas, entre outros bens.

⁴⁸ Requerimento de Estevão de Passos ao rei D. João V. 5 de dezembro de 1739. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 25, D. 2608.



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_009, Cx. 25\Doc. 2608.

As várias atividades econômicas permitem perceber que a Companhia de Jesus foi se integrando a essa gama de atividades que eram desenvolvidas na região. Nas capitanias do Maranhão e Piauí possuíam uma economia específica, que os padres souberam explorar, como proprietários de grandes fazendas de criação de gado, os missionários buscavam comercializar a venda de carne em açougues particulares. Como sugere o requerimento de 22 de julho de 1731, no qual os religiosos da Companhia de Jesus, que administram os colégios de São Luís do Maranhão, pedindo autorização régia para cortar carne em açougues particulares. Os religiosos afirmavam que o principal patrimônio que tem os colégios são os currais de gado, os quais são destinados para o sustento dos padres e dos colégios⁴⁹. Era comum não só entre os jesuítas como nas demais ordens, matarem o gado para consumo dentro dos colégios como também para venderem, alargando ainda mais suas relações de comércio.

Esse contexto acabou criando uma sequência de denúncias, onde os padres foram ganhando uma imagem negativa acerca de seus intuitos na Colônia, colocando-os como inimigos dos moradores e da Coroa por causarem prejuízos e por não se preocuparem com a economia local, a atuação dos padres jesuítas vinha sofrendo duras críticas provocando conflitos entre jesuítas, colonos e autoridades coloniais. Em requerimento de 9 de dezembro de 1739, de Estevão de Passos ao rei D. João V ilustra bem essa questão⁵⁰. Na carta, o morador

⁴⁹ Requerimento dos religiosos da Companhia de Jesus do colégio da cidade de São Luís para o rei D. João V. 22 de julho de 1731. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 19, D. 1924.

⁵⁰ Requerimento de Estevão de Passos ao rei D. João V, solicitando provisão que confirme que os padres da Companhia de Jesus não podem ter fazendas fora das duas léguas estipuladas para cada missão. 9 de dezembro de 1739. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 25, D. 2608.

reclama que os padres jesuítas do colégio de São Luís estavam invadindo suas terras por causa dos aldeamentos dos Tremembé, estes aldeados pelo padre José Ribeiro. A missão deveria ocupar em média duas léguas, de acordo com os marcos legais, porém ela estava chegando a uma dimensão de dez léguas, onde possuíam nessas imediações quatro fazendas de gado vacum e cavalar, ocupando todas as terras na referida passagem da ribeira do Tutoia até o lago da preguiça. No requerimento, Estevão de Passos solicita que o monarca mandasse medir as terras e as que se sobressaírem da medida estipulada sejam tomadas dos missionários, pois os moradores não tinham condições de concorrerem com os padres. O morador ainda informava que:

“Hos ditos padre são os que negocião, comprão, e vendem como homens de negocio, povoando, quantas fazendas querem sem pagar dízimos alguns, e os supp^{te} que os estão pagando lançados por força fora da sua fazenda do logo na forma já referida, tão violentamente, que só nella conserva alguns cabeças de gado para conservação de sua posse; e como o supp^{te} não tem poderes para se poder oppor contra as poderosos valimentos, e industrias dos ditos padres da Companhia dos moradores que no dito Estado estão vexando a maior parte dos moradores por quererem ajuntar fazendas, e riquezas”⁵¹

Os jesuítas como já foram mencionados anteriormente, gozavam de favorecimentos, segundo Assunção (2009), durante sua atuação, a Companhia de Jesus conseguiu angariar privilégios econômicos como a isenção de impostos alfandegários graças ao alvará de 4 de maio de 1543, em virtude dos serviços que exerciam dentro da colônia, e controle que exerciam sobre os índios aldeados. As repartições dos índios, de acordo com o Regimento das Missões de 1686, dava aos padres o monopólio dos descimentos e repartições. Tais privilégios sempre foram motivos de intensos problemas e reclamações pelos moradores, sobretudo, pela alegação de haver poucos braços para suprir as demandas de mão de obra, e a quase inexistência de trabalhadores africanos.

Em requerimento de 2 de março de 1726, o visitador geral da Companhia de Jesus solicitava ao rei, o regate de escravos para trabalharem nos colégios jesuítas⁵². O requerimento apresenta as justificativas apontadas como uma resposta as ações tomadas pelos jesuítas nas conquistas da mão de obra utilizadas pelos moradores do Maranhão. “Que se arriscavam nas descidas dos sertões correndo perigos de vida, doenças e mortes sem remuneração alguma nem ainda entrando na repartição dos escravos que resgatam, fazem somente por amor de Deus e por V. Majestade”. Segundo os religiosos, os escravos que possuíam foram dados de esmolas

⁵¹ *Idem.*

⁵² Requerimento do visitador da Companhia de Jesus ao rei D. João V. 2 de março de 1726. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 15, D. 1496.

ou comprados de seus donos, porém com a grande mortandade provocada pelo contágio de bexiga, e pouca gente para trabalharem em seus engenhos não conseguiram cultivar, não havendo como arcar com as despesas e sustentos dos colégios.

“Para a V.Mag q pondera a necessidade dos superiores e as razoes que allegao seja servido conceder lhes licença e facilidade para que em cada hua das entradas que dar fazer ao certao os resgate dos escravos na forma da ley de V. Mag possa mandar da fazenda de seus collegios com que se posao resgatar trinta até quarenta escravos para o serviço dos ditos collegios e suas fazendas⁵³”

A intensificação e o crescimento das atividades dos jesuítas passaram a requerer fontes mais seguras de recursos e uma força de trabalho fixa que se dedicasse à manutenção dos colégios. A existência dos colégios e fazendas supostamente se justificava pela necessidade de se gerar recursos e contingente humano para o trabalho nas aldeias. Havia aldeias destinadas especificamente para os trabalhos dos missionários jesuítas, como era a aldeamento de Maracu.

Como foi acordado anteriormente, grande era as objeções dos colonos em relação ao comércio desenvolvido pelos jesuítas. Em 3 de agosto de 1729, o provedor-mor da fazenda real do Maranhão, Matias da Costa e Sousa, enviava uma carta ao rei em que se queixava dos membros da Companhia de Jesus, por estes não concorrerem para o aumento das rendas do Estado do Maranhão⁵⁴. Por ela, o provedor-mor informa dos muitos obstáculos que vem enfrentando a respeito dos padres da Companhia de Jesus, sendo essa a ordem que “tem recebido tantas, e tão duplicadas mercês” “são os que as querem dissipar”. De igual modo, Matias da Costa e Sousa aponta como questão a negativa daqueles padres na falta de pagamento de dízimos das fazendas que possuíam. Como já mencionamos, a Companhia de Jesus se ausentava do pagamento dos dízimos eclesiásticos, o que gerava algumas hostilidades entre a os jesuítas e os demais moradores, que se vinham desprivilegiados em relação aos padres da Companhia. Conforme Amantino (2010), no argumento de seus opositores, os religiosos haviam deixado de se comportar como tais e haviam se transformado em comerciantes desleais, ambiciosos e que usavam o controle que exerciam sobre os índios e escravos como uma ferramenta para seu crescimento econômico, impedindo com isso que muitas regiões pudessem desenvolver uma economia que fosse capaz de gerar renda para os colonos e, conseqüentemente para o rei.

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ Carta do provedor-mor da Fazenda Real do Maranhão, Matias da Costa e Sousa, ao rei D. João V. 3 de agosto de 1729. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx, 17, D. 1751.

A atuação do trabalho missionário nos aldeamentos e o controle exercidos da mão de mão de obra indígena foi fundamental para a sobrevivência dos colonos. Desde o início gerou descontentamento por parte dos moradores, a insatisfação dos moradores também gerou constantes tensões e revoltas contra a ordem. A pressão de vários religiosos contra a escravidão indígena iria de contra os interesses dos colonos, a insatisfação aumentava com as mudanças na regulamentação das leis sobre o controle e administração das aldeias e dos índios. Assim, as missões no Maranhão e Grão-Pará foi marcada pela instabilidade política, resultado dos muitos conflitos ocorridos na segunda metade do século XVII. Diante disso, uma das alternativas criadas a Coroa criou o *Regimento das Missões do Maranhão e Grão-Pará*, promulgado em 1686, como uma tentativa de os conflitos no Maranhão, procurando equilibrar os interesses e poderes naquela região⁵⁵.

No Estado do Maranhão e Grão-Pará, as aldeias indígenas desempenharam papel fundamental para a expansão das fronteiras portuguesas. A administração dos aldeamentos é envolta de inúmera legislação que foram se reformulando ao longo do período colonial. Conforme Almeida (2000), os aldeamentos foram o palco privilegiado para a inserção das populações indígenas na ordem colonial e a julgar pelas intensas disputas que se estabeleceram em torno deles. A disputa em torno do controle da mão de obra indígena resultou em inúmeros embates, dado o caráter essencial desses trabalhadores na colônia, foram “objetivo de um conflito violento entre jesuítas e colonos, arbitrado pelas autoridades políticas” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 20). Assim, colonos, missionários e autoridades locais e metropolitanas enfrentavam-se na legislação e na prática por questões relativas à realização de suas expectativas quanto a formação e o funcionamento dessas aldeias, sobretudo ao tocante da repartição dos índios e a sua administração temporal. Segundo Souza e Mello (2009), a legislação indígena colonial sofreu sucessivas alterações ao longo do século XVII. Em alguns

⁵⁵ O Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686-1757) era um regulamento indigenista na qual a Coroa portuguesa estabelece novas normas sobre o controle e administração da mão de obra indígena. De acordo com o regimento as atividades missionárias dos índios aldeados passavam com exclusividade para o controle dos religiosos, responsáveis, portanto, não apenas pela catequese *governo espiritual* como também, pela organização das aldeias e repartição dos trabalhadores indígenas pelos serviços, tanto da aldeia, quanto para moradores e para a Coroa *governo temporal*. O regimento estabeleceu algumas normas, de acordo com a legislação, a repartição dos índios aldeados passava a se dar em duas partes, ficando uma parte no aldeamento enquanto a outra servia aos moradores e à Coroa. Um outro item do regimento diz respeito a condição dos índios, esse que eram considerados livres e, portanto, teriam seus serviços pagos por salários a serem estipulados conforme a especificidade local. Para muitos historiadores como o Azevedo (1901), Farage (1991), Souza e Mello (2006) e Arenz (2010), o Regimento representou a vitória para a política da Companhia de Jesus sobre os moradores do Norte da América portuguesa e de sua cabal prova de poder na região. O Regimento das Missões esteve em vigor no Estado do Maranhão e Grão-Pará até a era pombalina, onde surgiu uma nova legislação, o Diretório dos índios de 1757. Para Dias (2017), o Regimento, que, para além de expressar um acordo entre os setores coloniais, deve ser entendido como um verdadeiro projeto de ocupação do interior por meio de missões.

momentos os colonos leigos controlavam o sistema de trabalho, ora este passava ao controle dos colonos missionários.

Com o avanço da conquista e a efetiva ocupação das terras no Maranhão, essas ações missionárias foram fundamentais na ampliação e manutenção das áreas coloniais. De acordo com Bombardi (2014), os locais escolhidos para o desenvolvimento de novos centros de catequização estavam estrategicamente ordenados no que podemos chamar de *geografia das missões*. Como podemos observar, na carta datada de 5 de dezembro de 1755, do bispo do Pará, D. Fr. Miguel de Bulhões e Sousa, para rei D. José, em resposta a uma provisão na qual se lhe ordenava que desse o seu parecer sobre carta do provedor da Fazenda Real do Maranhão, acerca dos serviços dos índios empregarem no serviço real e para os moradores⁵⁶. Porém, o que de fato estamos interessados nessa documentação, para além da mão de obra indígena existentes nesses aldeamentos e os problemas existentes na questão das repartições é a organização geográfica dos aldeados na capitania do Maranhão. A documentação apresenta as aldeias “suficientemente povoadas”, e apresenta um “mapa” dessas missões do Maranhão. De acordo com o documento, as missões estavam da seguinte forma, os Gamela no rio Mearim a dos Guajajara no Pindaré a dos Aranha e Cahicahize no Itapecuru e a dos Barbados e Guanaré no Tutoia. Vale ressaltar que essas são as maiores no que se refere números de índios, mas existiam outras menores que não foram citadas. Outros aldeamentos subsidiaram o povoamento de distintas partes do sertão maranhense, os Anapurú e Arayô no Parnaíba.

Ao longo da primeira metade do século XVII, as tensões e atritos entre colonos e missionários se intensificaram e ganham contornos mais dramáticos. De acordo com as acusações, os jesuítas distanciavam dos interesses dos moradores locais, a ideia de missão em aglomerados aldeamentos, com o tempo tornaram-se a razão dos conflitos entre jesuítas e colonos. Pois acreditavam que os jesuítas buscavam monopolizar a mão de obra indígena. Dessa forma, “o controle dos índios, questão essencial na Colônia, era o objetivo de um conflito violento entre jesuítas e colonos, arbitrado pelas autoridades políticas” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 20). As disputas e as acusações vinham dos dois lados, e só se agravariam com o decorrer dos anos, principalmente com o aumento dos missionários nos negócios temporais, os conflitos pela posse das terras começariam a gerar ainda mais tensões.

Esses conflitos ganhavam ainda mais força com a atuação dos governadores, esses, dependendo da sua posição e interesse, aumentavam ainda mais as tensões. Ou seja, a mudança de governadores afetava as relações com esses conflitos. Foi o que aconteceu durante o governo

⁵⁶ Carta do bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa, ao rei D. José. 5 de dezembro de 1755. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 36. D. 3606.

de Alexandre de Sousa Freire, que implicou em mudanças na relação com os padres jesuítas, pois era tido como inimigo dos missionários⁵⁷. Teve sua atuação no Maranhão marcada pela forte atuação contra as ordens religiosas, sobretudo, a Companhia de Jesus.

Em setembro de 1728, o Maranhão estava sendo governado por Alexandre de Sousa Freire, o governador escrevia ao rei D. João V para informar sobre os índios nas aldeias missionárias e o episódio de conflitos com os inacianos⁵⁸. Segundo as acusações do governador, as aldeias de índios estavam ficando vazias devido aos missionários estarem usando os índios nas suas fazendas e casando os índios com os seus escravos. As intrigas começaram após o sargento-mor Damiam de Bastos acompanhado do capitão-mor Carlos Varjão Rolim e o secretário de estado João Antônio Freire solicitarem aos missionários alguns índios da aldeia S. José, para o descobrimento das minas no Pindaré. Segundos as autoridades, esses haviam encontrados com alguns índios que informavam que os missionários os tiravam das aldeias e os levavam para a fazenda chamada Anindiba, onde se achavam casados, com os escravos dos padres. O governador chegou a fazer um levantamento dos índios aldeados da aldeia S. José, mas também de outra aldeia como a de Icatu e Maracu que supostamente estavam se casando com os escravos das fazendas dos ditos padres e a enviar junto com essas informações uma solicitação ao rei, pedindo permissão para recolher todos os índios que se achavam distribuídos pelas fazendas e feitorias particulares dos missionários e os levarem de volta para as aldeias⁵⁹.

Ainda naquele mesmo ano, o governador Alexandre de Sousa Freire chegou até mesmo a elaborar um inventário com a avaliação dos bens dos jesuítas. No documento, o governador aponta todos os bens, aldeias, fazendas de gado, sítios e engenho e as aldeias de índios sobre o controle dos missionários⁶⁰. Alexandre de Sousa usava o inventário para apontar o grande

⁵⁷ Diferente de governo anterior com João da Maia da Gama, que era tido como simpático aos jesuítas.

⁵⁸ A documentação apresenta os nomes dos índios e índias casados com escravos e forros das fazendas, informa ainda as respectivas aldeias de onde supostamente haviam sido retirados pelos padres. Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V. 16 de setembro de 1728. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 16, D. 1689.

⁵⁹ Outras fazendas também são citadas no documento, entre elas a fazenda S. Brás, com cerca de 130 pessoas entre escravos e forros, um grande número desses escravos casados com os índios da aldeia S. José, e a Fazenda Anindiba 160 escravos e ainda uma Olaria S. Marcos 10 escravos.

⁶⁰ Esse inventário datado de 1730, já apresenta um patrimônio considerável, sobretudo se compararmos aos de outras ordens religiosas, e é isso que o governador também buscar fazer, justamente como o intuito de apontar a discrepância dos bens e negócios dos jesuítas no Maranhão. No documento, o governador elenca todos os bens e propriedades que esse tinha conhecimento, começando pelo rio Pindaré, onde os missionários possuíam a aldeia Maracu, onde os missionários desenvolviam a extração e cultivo de cravo, usando os índios aldeados nos trabalhos. Nesse local, os missionários possuíam ainda 5 fazendas de gado, muito populosas, com cerca de 500 bezerros de produção cada ano e 1500 cabeças de gado. Havia ainda uma pequena fazenda de gado, que tinha sido formada a poucos anos, que não tinha conhecimento claro sobre a produção. Ainda no Pindaré, os missionários possuíam um engenho, que fabricava principalmente aguardente, e um sítio, que com muitas roças. No Itapecuru, os missionários

número de bens e criticar à atuação dos jesuítas sobre o controle dos índios aldeados e a utilização desses nos seus negócios e a falta de pagamentos dos dízimos. No documento, o governador reforça as acusações de que os missionários estavam casando os índios das aldeias com os negros das suas fazendas de gado, as duas maiores fazendas em número de escravos negros, S. Brás e Anindiba.

Essas acusações desencadearam uma movimentação dos jesuítas para rebatê-las, em 1730, em resposta às acusações, o visitador geral das missões da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e Grão-Pará, o padre Jacinto de Carvalho escreveu ao rei, onde fazia alguns esclarecimentos sobre as acusações⁶¹. De acordo com o documento, o visitador informava que o pedido do capitão-mor não havia sido atendido devido à falta de índios na aldeia de S. José, os que haviam aldeados eram poucos, de acordo com o visitador na aldeia se não encontravam mais do que cinquenta índios e que deste se repartiam entre os serviços de contratos dos dízimos e contratos das carnes todos os anos, ficando na aldeia apenas as mulheres.

Na carta, o padre esclarece ainda sobre o pedido que foi feito pelo capitão-mor, que de acordo com as informações, os índios que o capitão havia solicitado aos padres seriam das aldeias dos Barbados e Cahicahize, dos quais disseram os padres que “lhe não podião dar, pelas, razoes de se não amotinarem, e fugirem para os matos, e tornarem a renovar a guerra q tantos annos trouxerão com os moradores daquela capitania”. Quanto à acusação feita a respeito de os jesuítas estarem usando em suas fazendas os índios da aldeia de S. José, o visitador novamente negou as acusações e afirmava que nunca os ditos padres se servirão de índio algum da dita aldeia S. José, como também provava ser falso a lista que acusava os padres estarem casados seus escravos com os índios da dita aldeia. Informou que o colégio de São Luís tinha algumas fazendas e escravos, e que tinha a aldeias de Maracu, destinado para os serviços dos colégios, que foi concedida pelo Regimento das Missões, pelos “descimentos dos índios dos mattos à sua custa, com condição de só a elles servirem por se não quererem descer, nem sahir

ainda não tinham desenvolvido uma atuação muito forte, possuíam apenas uma missão de repartição, ocupavam na fabricação de canoas, pelos índios da nação Chai, e as índias na fabricação de panos de algodão, e a extração de baunilha, (abundante no local). Na ilha, possuíam duas grandes fazendas, a S. Brás e Anindiba, povoadas de muitos “escravidões misturadas”, possuíam também uma salina. Passando para a “banda da costa do mar”, os religiosos possuíam uma missão chamada dos Tremembés, onde tinham o comércio de casco de tartarugas em muita abundância, e de pescado, esses comercializados no colégio pelos jesuítas. Nas áreas vizinhas, os missionários possuíam ainda fazendas de gado (não é citado quantas), e um sítio chamado S. Marcos, que não se tinha muitas informações. Inventário elaborado por Alexandre de Sousa Freire, de 1728. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 16, D. 1712.

⁶¹ Carta do visitador geral das Missões da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, padre Jacinto de Carvalho, para o rei D. João V. 4 de maio de 1737. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 20, D. 1843; Requerimento do visitador da província do Maranhão, padre Jacinto de Carvalho, ao rei D. João V. 10 de janeiro, 1730. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 17, D. 1773.

dos mattos de outra sorte”, e que os índios usados nas suas propriedades eram retirados dessa aldeia, os que se produziam eram para o sustento os estudantes. Que ao todo na época, contava com sessenta, entre eles estudantes, teólogos, filósofos e noviços, todos sustentados pelos missionários. Ao final, o visitador acusava a ganância dos moradores pelos índios, e pela falta de cumprimento das leis de repartição, e que o não cumprimentos das leis reais já haviam acabado quatorze populosas aldeias no Estado.

Nesse mesmo ano, o procurador geral das missões escreve novamente, dessa vez, dando um parecer sobre a posição dos padres missionários da Companhia de Jesus, essa correspondência nos ajuda a entender melhor esse cenário de queixas e acusações⁶². A carta é uma resposta a um pedido dos oficiais que haviam solicitado os índios para prestarem serviços na Câmara de São Luís, mas esclarecem os acontecimentos retratados anteriormente. Conforme o Regimento das Missões, as repartições dos índios para os serviços deveriam ser feitas por ordem do governador, e em sua falta pelo capitão-mor. Mas, os oficiais da câmara, quando mandaram buscar os índios, mandaram por conta própria, o que era contra o regimento, e logo, os missionários não poderiam enviar os índios. Na carta, o procurador rebate as queixas dos oficiais, pois desde 1728, quando o governador solicitou uma tropa para descobrimento de uma mina de ouro próximo ao rio Pindaré, esse retirou quase todos os índios que havia nas aldeias de S. José, do Itapecuru, do Turiaçu, de S. João e da vila de Tapuitapera, ficando nas ditas aldeias apenas as mulheres. O procurador informava que mesmo que os índios já tivessem sido restituídos as suas aldeias, os padres não deveriam enviar novamente para nenhum serviço, pois já haviam servido mais de seis meses que era o estipulado conforme o Regimento das Missões, e que quando esses índios foram retirados das aldeias, foram nos meses que era o tempo de fazerem as suas roças e que não deveria enviar os índios para outros serviços logo após retomarem as aldeias.

Ainda na carta, o procurador fez questão de rebater as queixas dos oficiais que afirmavam que “os padres não têm dado nenhum índio para o serviço de vossa majestade” e mencionava todos os feitos conquistado pelas suas ações com os índios aldeados pelos missionários. O procurador mencionou os Guajajara que servindo e sustentando as tropas que buscavam ouro do sertão do Pindaré, aldeados pelo padre Manoel de Abreu. Nas guerras contra os Guanaré, os missionários enviaram os Cahicahize que se encontravam aldeados pelo padre Gabriel Malagrida. Esses mesmos índios assistiram no arraial que o governador João da Maia da Gama, quando esse esteve quatro anos no rio Mearim, e esses foram os guias e os melhores

⁶² Carta do procurador geral das missões do Maranhão, padre Jacinto de Carvalho, ao rei D. João V. 12 de fevereiro de 1730. AHU, Avulsos de Maranhão, Cx. 17. 1784.

soldados para o governador. E os Taramambés, aldeados pelo padre João Tavares, esses serviam os moradores do Parnaíba, nas muitas fazendas de gado que havia naquele rio. Todos esses efeitos conquistados com as ações dos missionários.

Ainda em 1730, o procurador geral das missões do Maranhão escrevia novamente ao rei com acusações diretas sobre os procedimentos do então governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, para com os índios das ordens religiosas⁶³. Na carta, fica claro a relação de conflitos cultivados entre os jesuítas e o governador. O procurador informa ao rei a situação deplorável do estado das missões e aldeias do Maranhão devido a atuação do governador que segundo ele “não foi governar naquele Estado, se não para destruição das Missões, e do mesmo Estado que sem aldeias dos índios se não pode conservar”. O padre deixava claro a importância das missões para a paz e o aumento da fé católica no Maranhão. E solicitava ação da Coroa para que se restituíssem todos os índios das aldeias que haviam sido retirados pelos moradores, e ainda que se castigasse todos os culpados pelas injustiças praticadas.

Em 1743, agora sobre o governo de João de Abreu Castelo Branco, o Maranhão ainda era palco de disputa pelo controle dos índios aldeados. Nesse ano, o governador escrevia ao rei sobre as aldeias estarem diminutas, não havendo o suficiente para assistir as obrigações⁶⁴. Segundo ele, os índios da aldeia de S. José, que eram usados para assistir ao serviço do contrato das carnes e a condução do gado para açougue do Maranhão e para a arrecadação dos dízimos de contrato, se encontravam muitos reduzidas para estas obrigações.

Diante disso, o governador informava ter feito um novo descimento, cerca de oitenta e dois índios entre homens e mulheres. Mas quando havia chegado na aldeia, foi informado que o padre jesuíta Miguel Ignacio, missionários dos índios, havia feito uma tentativa de mudar a localização da aldeia da ilha para terra firme por entender que ali teriam os índios maiores comodidades para o seu sustento. Mas, essas mudanças de espaço acarretaram problemas na viagem, aonde uma das canoas alagaram, levando a morte de mais de trinta índios. A mudança parecia atender muito mais aos interesses dos missionários do que dos próprios índios. Diante desse problema, o governador solicitava ao rei que a aldeia se mantivesse no local, e ainda que nenhum missionário pudesse mudar a localização das aldeias por iniciativa própria, somente por

⁶³ Carta do procurador geral das missões do Maranhão, padre Jacinto de Carvalho, para o rei D. João V. 13 de fevereiro de 1730. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 17, D. 1785.

⁶⁴ Carta do governador do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, ao rei D. João V. Pará. 1 de dezembro de 1743. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 27, D. 2825.

ordem da Junta das Missões. Essa questão ilustra mais uma vez que as disputas pelo controle e acesso da mão de obra indígena se estenderam ao longo do período colonial e contava ainda com os interesses dos governadores.

Assim, as disputas de interesses pelo uso da mão de obra dos indígenas aldeados contribuíram para o acirramento dos conflitos, e nesse sentido, a Coroa buscava uma solução. Em consulta de junho de 1750, do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, buscavam regulamentar o uso da mão de obra indígenas e a situação que se encontrava a aplicação das leis sobre a questão do cativo e os serviços forçados dos índios no Estado do Maranhão⁶⁵. As disposições propostas nesse documento alteravam alguns pontos do então regimento 1688 em vigor sobre o cativo dos índios e as novas ordenanças sobre os resgates e suas repartições. Conforme a resolução de 27 de maio 1750, para se evitarem os injustos cativos dos índios era necessário fazer alteração no Regimento das Missões, Ordens e Leis que havia para o Maranhão e revogar parte do Alvará de 28 de abril de 1688. De acordo com o conselho, os serviços forçados que eram submetidos aos índios eram o maior impedimento para que eles não estivessem dispostos a descerem e assim formarem muitas aldeias, especialmente na capitania do Pará.

Assim, uma das propostas sugeridas era a renovação da lei de 1 de abril de 1680, na qual proibia totalmente o cativo dos índios, tanto por meio de resgate quanto por guerra justa. Porém, essa iniciativa, seria contrária aos interesses locais e provocaria prejuízos ao Estado os moradores e a Fazenda Real e, tudo cairia em decadência. Desse modo, foram apontados outros meios para resolver essa questão.

O primeiro ponto era a introdução no Estado do Maranhão de africanos, conforme a experiência que se tinha no Estado do Brasil, que “só então começou a florescer depois que se proibiram totalmente os cativos dos índios, e se introduziram pretos de Guiné”. O segundo era sobre os descimentos, esses deveriam ter sempre dois missionários que sem aparato nem forma de tropa acompanhados só com os índios e alguns poucos soldados, fossem aos sertões (principalmente por aqueles onde os holandeses podem ter algum comércio a praticar com os índios) e “persuadi-los com dádivas” a descerem para as aldeias, oferecendo e prometendo assegurar todos os pactos e condições justas com que os missionários selaram a paz. Aqueles que não quiserem descer, os missionários deveriam resgatar os escravos de guerras sobre suas mãos e enviarem para as aldeias onde se ocupariam dos serviços reais e o pagamento dos seus

⁶⁵ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a necessidade de se evitar os cativos dos índios. 5 de junho de 1750. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 31, D. 3216.

salários seriam usados para pagar os gastos que a Fazenda Real teve com seu resgate. Depois disso, seriam tratados com os demais índios existentes nas aldeias.

O terceiro era sobre as manutenções de índios aldeados, para isso, todos os missionários deveriam fazer de dois em dois anos um novo descimento de indígenas para as aldeias. O quarto, diz respeito as repartições, um dos pontos mais importantes nas disputas. Com os descimentos e, conseqüentemente, o aumento no número de índios nas aldeias, deveria se observar as determinações estipuladas sobre o trabalho dos índios. Segundo foi determinado, “ninguém poderia ocupar fora das suas aldeias em serviço algum debaixo de nenhum pretexto mais número de índios nem por mais tempo, se não quanto permitisse a lei”. Somente os missionários poderiam ocupar os índios que ficavam nas aldeias em serviços úteis para as aldeias ou serviços próprios dos índios. Além dessas aldeias, seria necessário conceder aldeias de índios livres aos moradores que os quiserem descer a sua custa na forma da provisão de 2 de setembro de 1674. Sempre fazendo os descimentos com a presença de uma autoridade pública e com missionários. Dessa forma, ficariam em parte ressarcidos da falta de escravos.

Outra medida era buscar manter um controle sobre os índios existentes nos aldeamentos religiosos, e para isso, a Coroa determinava que deveria ser feito um inventário anual criterioso da mão de obra disponível nos aldeamentos, essa relação de índios serviria como um guia para a realização das repartições. Em inúmeras correspondências trocadas é notório os inúmeros problemas sobre as repartições, não somente pelos fatos desses relatórios não serem feitos, ou seja, não se tinha muito controle sobre os índios existentes nas aldeias, mas também pelos conflitos de interesse entre moradores e missionários sobre o controle dos índios. A carta do vice provincial da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão, padre José Lopes, para o rei, em resposta a provisão de 21 de maio de 1750, sobre a repartição dos índios para as canoas que vão à colheita dos frutos dos sertões é um exemplo dessa discussão⁶⁶. De acordo com a documentação, os missionários estavam se ausentando de cumprir a ordem, o que dificultava a repartições dos índios que acompanhavam as canoas que vão para a colheitas no sertão. Esse deveriam enviar ao governador as listas de cada uma das aldeias com o número de índios que existiam nelas com certidão juradas por eles e com toda legalidade na forma da resolução dos capítulos 12 e 13 do Regimento das Missões. Os missionários na maioria dos casos se esquivavam das solicitações levando aos descontentamentos dos moradores, muitos pedidos

⁶⁶ Carta do vice provincial da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão, para o rei D. José I. Colégio do Pará, 1 de dezembro de 1751. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 32. D. 3066.

eram feitos até terem o cumprimento da ordem, no documento afirma que as listas haviam sido enviadas, apesar de não está incluída.

Essas disputas reforçavam a campanha de acusações contra os jesuítas e serviriam de base para a argumentação pombalina de combate aos padres e sobretudo reforçava o sentimento antijesuítico e fundamentava as reclamações dos colonos com a Coroa portuguesa no qual os acusava de serem responsáveis pelo atraso e ruína do Estado. De acordo com as acusações, os jesuítas distanciavam dos interesses dos moradores locais a ideia de missão em aglomerados aldeamentos, com o tempo tornaram-se a razão dos conflitos entre jesuítas e colonos.

O processo que determinou a expulsão da Companhia de Jesus do antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão na década de 1750 é envolto em um contexto de disputas advindo das políticas pombalina no âmbito do Projeto Português para a Amazônia. A expulsão dos jesuítas aconteceu sob o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e estão relacionadas às divergências na atuação da ordem e as políticas pombalinas que estavam sendo idealizadas para a Colônia, pois os inacianos, com o tempo, passaram a ser vistos como um obstáculo à implantação da política ilustrada e centralizadora de Pombal. Os desentendimentos entre o então governador do Maranhão, Mendonça Furtado, e os jesuítas contribuíram para a supressão da ordem “como interlocutor do Marquês de Pombal, tornou-se um dos mais importantes incentivadores da propaganda contra a Companhia de Jesus, embora tal contribuição raramente seja evocada-foi importante eminência parda no fomento do antijesuítismo no Portugal do século XVIII” (GILIELMO, 2010, p. 97).

Em 1759, depois de dois séculos dedicados ao ensino e à missionação em Portugal, no Brasil e no Oriente, os jesuítas foram expulsos do Império português e de suas posições ultramarina e, conseqüentemente, seus bens foram sequestrados⁶⁷.

O período Pombalino foi marcado por mudanças executadas pelo Coroa no intuito de organizar a administração colonial, garantindo as fronteiras e aproveitar as riquezas, promovendo a agricultura e o comércio, com a criação das companhias de comércio. A dinâmica de ocupação começa a ser pensada e sofre uma intervenção do governo português nessa região. As políticas pombalinas buscavam aplicar medidas para exploração de todos os domínios coloniais. Em meados do século XVIII, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, elaborou uma série de medidas visando integrar as populações

⁶⁷ Em 7 de junho de 1760, os jesuítas que ainda permaneciam no Grão-Pará e Maranhão e foram embarcados para o reino. Cerca de 115 religiosos da Companhia de Jesus partiram na nau da Companhia Geral de Comercio “Nossa Senhora da Arrábida”. O capitão Antonio da Rocha e Araujo, tesoureiro dos bens sequestrado dos padres jesuíta foi pago o valor 4:518.510, o valor foi debitado da venda dos bens que a ordem possuía.

indígena à sociedade colonial portuguesa. A Companhia de Jesus tornou-se um dos principais alvos da política de Mendonça Furtado. Em 1757, o sistema das missões jesuíticas é extinto, sendo criados os Diretórios Pombalinos, pelo então governador Mendonça Furtado. A partir de 1759, os jesuítas foram obrigados a deixarem os territórios portugueses e, com isso, a administração das aldeias.

Uma das políticas pombalinas foi a criação do diretório. Conforme Garcia (2007), o Diretório tinha como objetivo principal a completa integração dos índios à sociedade portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre estes, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos. Dessa forma, projetava um futuro no qual não seria possível distinguir uns dos outros, seja em termos físicos, por meio da miscigenação biológica, seja em termos comportamentais, por intermédio de uma série de dispositivos de homogeneização cultural. Promulgado em 1757, o Diretório conformava um conjunto de dispositivos que buscava regular a Lei de Liberdades de 1755, responsável por erradicar quaisquer formas de submissão dos indígenas à escravidão e equipará-los aos demais vassallos da Coroa lusa.

3. O avanço das fronteiras coloniais: deslocamentos, territorializações e as populações indígenas nos sertões do Maranhão e Piauí no século XVIII

Vários povos indígenas etnicamente distintos habitavam o Brasil no período da conquista, com demandas e agendas distintas, muitas vezes discordantes, e com o advindo dos empreendimentos colônias essa situação ganha contornos ainda mais complexos. A presença portuguesa provocou uma desestruturação nas paisagens colonial, e constantes alterações dos espaços indígenas na medida que faziam nações indígenas a fugir para outras regiões. Segundo Monteiro (2001), a chegada dos europeus resultou em migrações substantivas e outros rearranjos da população indígena no nordeste do Brasil. Durante esse período, as comunidades nativas passaram historicamente por movimentos de migrações contínuas, paralelas e sequenciadas que afetaram estes povos ao longo do período colonial. Segundo os autores, como Neves (2006) e Porro (2017), o processo de colonização foi, portanto, um grande fator de desarticulação dessas sociedades, ao mesmo tempo promoveu a reconfiguração territorial e social, levando a dispersão de grupos indígenas e que, até então, povoavam áreas mais próximas a adentrarem cada vez mais as terras mais interioranas.

Esses processos desencadearam mudanças na paisagens indígenas ao longo do período colonial e na forma como essas dinâmicas levaram a construção de novas territorialidade e configuração de novos grupos emergidos das mudanças das relações étnicas à medida que os

territórios coloniais avançavam⁶⁸. O “contato com o elemento europeu não representou a substituição de concepções territoriais nativas por outras impostas pelo colonizador, mas sim um complexo processo de reorganização social a partir da releitura de suas relações com o espaço” (BOMBARDI, 2014, p. 48). Essa dinâmica certamente modificou constantemente o mapa etnográfico da Amazônia durante os séculos de conquista. Como também sugeriu Castelnau-Léstoile (2013), ao destacar que os deslocamentos foram intensificados com os avanços da colonização portuguesa e de seu corolário, a escravidão das populações indígenas.

Na segunda metade do século XVII, com a expansão da fronteira colonial no Norte da América portuguesa, os sertões passaram a ser devassado por sertanistas, missionários e criadores de gado vindo do Nordeste, especialmente das capitanias da Bahia e Pernambuco. Essas frentes de ocupação e povoamento permitiram viabilizar a expansão da presença portuguesa nos sertões. À medida que as fazendas de gado que partiram da Bahia foram ganhando o interior, os conflitos entre os colonizadores e as diversas nações indígenas foram se intensificando. Essas expedições de guerra enviadas para ocupar o sertão entravam em conflitos com os indígenas que habitavam essa sertões, dizimaram muitas nações e aprisionavam os sobreviventes das guerras que eram levados para as povoações portuguesas. Segundo Silva (2016), a pressão dessas frentes de expansão do povoamento luso-brasileiro para o interior, provocando violentas guerras contra os povos indígenas e provocou movimentos migratórios mais intensos e duradouros.

Assim, as investidas dos sertanistas causavam inúmeros transtornos aos indígenas provocando deslocamento de muitos grupos indígenas. Para fugir das guerras, os indígenas tiveram que migrar forçosamente para outra paragem que lhe dessem condições de sobrevivência. Assim, em um processo migratório contínuo, muitos grupos indígenas acabaram fugindo para áreas mais interioranas e buscarem áreas inóspitas, remotas ou de difícil acesso como uma estratégia de sobrevivência. A fuga para um sertão mais deserto e impenetrável, foi uma alternativa extrema encontrada por grupos indígenas que tentavam escapar ao extermínio e à escravização. As populações indígenas que não foram dizimados pelas guerras e pelas epidemias ou deslocados pelos descimentos abandonaram seus territórios, subindo os rios e

⁶⁸ Em sua pesquisa sobre o processo de migração e fusão entre os Waiapi, na Guiana, Gallois (1986), afirma que a fusão ocorria entre grupos que mantinham relações de longas datas e que se aproximavam por afinidades culturais, além de responderem através de alianças, às contingências impostas por uma luta frente ao inimigo comum. Mas os processos de fusão também ocorreram entre populações diferenciadas culturalmente, onde os minoritários eram absorvidos por grupos mais numerosos, a autora cita o caso dos remanescentes absorvidos pelos Waiapi. Fusão é o termo usado pela autora para falar sobre etnogênese, termo proposto por John Monteiro em 2001.

embrenhavam-se na mata, havia, assim, uma constante fuga de populações indígenas e comunidades de fugitivos sendo formada. Nesse processo, as populações indígenas passaram a reconfigurar suas fugas e a enfrentar novos processos de territorialização, em busca de áreas distantes dos territórios coloniais que se formavam. A questão demográfica provocada pelo deslocamento das populações indígenas, durante o processo de ocupação dos sertões pela pecuária dos séculos XVII, levaram muitos povos indígenas a se refugiarem nos matos e brenhas, essa ação provocaria múltiplos fatores que afetariam na formação geográfica e provocariam mudanças na paisagem dos sertões.

Assim, em um processo migratório contínuo, muitos grupos indígenas adentraram as terras piauienses como uma estratégia de sobrevivência. Como chegou a afirmar Mott (1989), muitas das nações indígenas que ocupavam o território do Piauí, eram naturais de outras capitanias como da Bahia, Pernambuco e Maranhão e encontraram nos sertões piauienses algumas décadas de isolamento e paz longe dos engenhos de açúcar que inexoravelmente se espalhavam por todo o Nordeste. Dessa maneira, na tomada e posse dos territórios indígenas nos sertões, diferentes povos indígenas articularam distintas respostas diante dos constantes avanços das fronteiras coloniais, como parte de um processo dinâmico e complexo envolvendo as várias frentes da resistência. Muitos povos indígenas, como estratégias de sobrevivência, acabaram fugindo em constantes deslocamento para o interior. Essas migrações provocou uma mudança na ocupação colonial pois conforme Gomes (2011), essas fugas sejam individuais ou coletivas foram componentes fundamentais para redefinir espaços e territórios coloniais.

O Piauí, antes da presença sertanista, era amplamente ocupado e controlado por povos indígenas, segundo Oliveira (2007), o processo de ocupação dos sertões do rio São Francisco, promoveu muitas mudanças nos povos indígenas, muitos desses grupos foram obrigados a fugir para o interior, e o Piauí foi local de refúgio para muitos povos indígenas que acabavam fugindo das frentes pastoril que avançavam pela região. Ou seja, por ter tido uma ocupação tardia em relação a outras capitanias, as terras piauienses foram usadas como espaço de refúgios para muitas nações indígenas que fugiam dos avanços do gado.

Assim, o século XVII foi marcado pela dispersão da população indígena que usaram a fuga como uma estratégia de manter a sobrevivência. Esse foi o caso de várias etnias indígenas, dentre os quais podemos destacar os Gueguê, índios Jê, que são retratados nas documentações coloniais como índios do corso, não tendo um domicílio certo, e que a muitos anos vinham cometendo, roubos e mortes aos portugueses deste a capitania da Bahia “seguiu percorrendo por

todos os sertões vam e vem pellas estradas”⁶⁹. Esses grupos ocupavam um território muito vasto, segundo a autora, nos primeiros registros, esse grupo estava situado na região de Morro do Chapéu na Bahia, e devido ao processo de conflitos com os sertanistas da Casa da Torre, foram empurrados e obrigados a descer para o Piauí. Mas, mesmo antes disso, os índios por vezes excursionavam esses territórios, ou seja, a comunicação entre a região do São Francisco e o Sudeste do Piauí já era feita pelos índios antes mesmo da chegada dos sertanistas.

Durante o século XVIII, os Gueguê estavam em conflitos com os sertanistas na capitania do Piauí, mais precisamente em Parnaguá e campos de Gelboés⁷⁰. Por volta de 1744, os índios Gueguê chegaram a ser aldeados no Maranhão pelo capitão Antonio Gomes Leite, no mesmo aldeado onde estavam os índios da nação Barbados. Depois de poucos meses aldeados, os índios fugiram e se deslocaram para a região de Pastos Bons, no sul do Maranhão⁷¹. Esses conflitos obrigaram muitas vezes os indígenas adentrarem cada vez mais para o sertão e ficar com terras menos férteis e mais vulneráveis à seca, esses deslocamentos para outros territórios foram constatados, forçando os índios a enfrentarem novos processos de territorialização. Após inúmeros conflitos, em 1765, os Gueguê estavam aldeados e retomaram para capitania do Piauí, no aldeamento S. João de Sende⁷².

Outras etnias também se deslocavam continuamente foram os Acoroá, que também faziam parte da família Jê, esse índios no período da conquista ocupavam uma área extensa que ia desde a Bahia, Pernambuco, Goiás, Piauí e Maranhão. Segundo Apolinario (2005), em 1697, os moradores do sertão da capitania do Pernambuco, procurando terras para ocuparem com seu gado, os Acoroá-Assú já povoavam essa região. Na década de 1730, os índios Acoroá aparecem na documentação que ocupavam as terras ao sul da capitania do Piauí e em conflitos com os moradores. Na segunda metade do século XVIII, depois de constantes conflitos com os moradores do Piauí levaram os Acoroá a buscarem novamente outras regiões que lhes dessem condições de sobrevivência. Segundo a autora em 1740, os Acoroá passaram a excursionar com

⁶⁹ Carta do governador do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, para o rei D. João V. Belém do Pará, 2 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 27, D. 2570.

⁷⁰ Carta do governador do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Brancos, ao rei D. João V. São Luís do Maranhão, 28 de julho de 1738. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 24, D. 2479.

⁷¹ Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus no Maranhão, João Ferreira para o Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. São Luís do Maranhão, 18 de dezembro de 1748. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 31, D. 3143.

⁷² Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus no Maranhão, João Ferreira para o Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. São Luís do Maranhão, 18 de dezembro de 1748. AHU, Cx, 31, D. 3143.

maior frequência o sertão do Norte de Goiás (atual Estado do Tocantins), especialmente as ribeiras dos rios afluentes do rio Tocantins. Assim, os Acoroá passaram a ocupar o interior do sertão goiano. Podemos compreender diante disso, que os índios Acoroá viviam constantemente se deslocando de um lugar a outro devido os conflitos das frente colonizadoras, se fragmentando e se encontravam espalhando “pelos tão dilatados sertões”.

Em 1750, os Acoroá aparecem se aliando aos Gueguê e Timbira provocando hostilidades na capitania do Maranhão, mais precisamente na ribeira do Itapecuru, impossibilitando os moradores de estabelecerem e aumentarem as suas fazendas de gado⁷³. Em 1770, os Acoroá retomaram os ataques aos moradores da vila de Parnaguá, no Piauí conforme a carta do governador, podemos perceber que os Acoroá já eram conhecidos por atuarem em outras capitanias, “combater hum inimigo tão reforçado com o dito Acoroá, que já haviam sido enfrentados pelos povos das Minas da Natividade e Goyazes”⁷⁴. Após os conflitos no Maranhão e Piauí, os Acoroá foram vencidos e tiveram o mesmo destino dos Gueguê, foram aldeados no Piauí em 1772, em um aldeamento chamado de São Gonçalo de Amarante⁷⁵.

Os Pimenteira, que são considerados Caraíbas, também foi um desses grupos que migrou, fugindo das frentes de expansão e buscou refúgio no Piauí. Nas últimas décadas do século XVII, ocupavam as terras de Pernambuco, conforme pode ser visto no mapa etnográfico Nimuendaju. Segundo Oliveira (2007), que trabalhou com os mapas do Piauí nos séculos XVIII e XIX, constatou que os Pimenteira aparecem localizados entre os rios Piauí e Gurgueia, o que segundo a autora pode ser hipótese de que o grupo tem sua formação no sudeste do Piauí, e não se constituindo como uma única etnia. De acordo com as documentações analisadas, afirma que, há a possibilidade de existirem duas etnias, Coripó e Prassaniú ou mais grupos que fugiram das frentes pastoril que no século XVII, atuavam no São Francisco. Nas últimas décadas do século XVIII, os índios Pimenteira ocupavam a capitania do Piauí, mais precisamente o alto Piauí. Até os anos de 1770, os índios viviam de forma pacífica e isolados. Segundo os documentos, os Pimenteira é um exemplo claro, desses grupos indígenas que migraram e foram forçados a ocupar terras menos férteis, sem muitos recursos e de difícil acesso. Devido a essas

⁷³ Carta do Governador e Capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V. Vila da Moucha, 13 de agosto de 1750. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 31, D. 2983.

⁷⁴ Carta do governador do Piauí Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao rei D. José, Oeiras do Piauí, 20 de julho de 1770. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 644.

⁷⁵ Ofício do governador do Piauí, ao Secretário de Estado, Oeiras Piauí, 7 de julho de 1772, AHU, Avulsos do Piauí, CX. 12, D. 686.

péssimas condições de acesso, várias expedições voltaram sem mesmo terem conseguido alcançar os índios. Esse grupo indígena, devido as constantes investidas dos portugueses, tiveram em constante deslocamento, percorrendo pelos rios São Francisco, Piauí e Gurgueia.

Esses deslocamentos poderiam ocorrer mesmo de índios já aldeados, que insatisfeitos acabaram fugindo dos aldeamentos, conforme Gomes (1997), com os avanços da ocupação territorial portuguesa e a formação dos aldeamentos e as imposições dos trabalhos em que esses índios eram submetidos, muitos grupos indígenas acabaram fugindo das missões. Assim, essa política dos aldeamentos e o trabalho compulsório acabaram aumentando as fugas coletivas e a formação de "mocambos de índios" que tanto as autoridades coloniais reclamavam⁷⁶. Assim, em resistência as imposições que eram submetidos os índios fugiam dos aldeamentos e retornavam as suas aldeias. Um exemplo desta perspectiva é o relato de 1718 do padre Manuel Seixá, então, o superior das missões da Companhia de Jesus, que escreveu uma carta informando que os índios que estavam trabalhando na construção de uma casa forte junto do rio Iguará, fugiram um total de cerca de 14 índios pertencentes da aldeia do Icatú, devido ao intenso trabalho em que eram submetidos, pelos oficiais, "os índios fugiram desesperados para suas aldeias, e ocultavam-se nos matos e serras mais distantes, onde se dão seguros⁷⁷". A resistência e as imposições do regime de trabalho nos aldeamentos levaram a constantes fugas individuais e coletivas.

A paisagem dos sertões favorecia esse movimento, a existência dessas zonas de refúgio dentro desse ecossistema permitiu a sobrevivência desses grupos indígenas, que se dispersaram pela floresta. Em várias documentações sobre o período colonial é apresentada referência sobre a vegetação fechada dos sertões sendo retratado em algumas delas como *matos impenetráveis*. Diferente do que acontecia na várzea amazônica, de acordo com Porro (1984), a inexistência dessas zonas de refúgio impediu a sobrevivência de qualquer grupo indígena, levando a maioria abandonar a várzea, subindo os rios e embrenhando-se pela terra firme⁷⁸. Em ambos os casos, esses movimentos iriam encontrar condições desfavoráveis à manutenção da sua

⁷⁶ As guerras e as epidemias foram outros motivos pelos quais os índios passaram a fugir, isso aconteceu com os constantes contágios pelas epidemias de bexiga "que he a peste mais temerosa para os índios", levaram muitos índios a desertarem dos aldeamentos e a fugirem para os matos.

⁷⁷ Carta do superior das missões da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão, ao rei D. João V. 3 de agosto de 1719. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 12, D. 1220.

⁷⁸ A várzea é uma planície aluvional propriamente dita ou o leito maior dos rios; é a região sujeita, parcialmente, às inundações anuais, e o seu solo é constituído de sedimentos quaternários depositados anualmente pelo rio. Sobre essa questão ver PORRO, Antonio. O povo das águas. Ensaio etno-história amazônica. 2 ed. Manaus: EDUA, 2017.

integridade sociocultural até serem definitivamente alcançados e absorvidos pela sociedade colonial ou ainda dizimados.

O sertão foi um lugar que facilitou a dispersão dos seus moradores e a fugas dos índios das reduções religiosas. Aspecto importante para se depreender as fugas entre os índios no interior das capitanias do Maranhão e Piauí é a mobilidade da fronteira indígena. Principalmente quando a ocupação se deslocava para o sertão, um território, naturalmente indígena. Assim, o conhecimento indígena sobre o espaço geográfico permitia que esses forjassem a formação de novos territórios, um lugar onde os índios vinham e um local para onde escapavam, um espaço fora do controle do Estado português e onde expedições desapareciam por meses⁷⁹. O sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, conforme Moraes (2003), esse lugar não se inscreve como um conceito e realidade empírica, nos moldes de enfoques indutivos tradicionais da geografia, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica, como uma *ideologia geográfica*. Assim, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Dessa forma, esse espaço é apresentado não somente um espaço físico mais um lugar cultural, que vinha sendo construído aos poucos pelos agentes.

Como afirmou Vainfas (2019), o sertão varia no tempo e no espaço, sendo assim, os “sertões” seriam múltiplos e recheados de múltiplos significados, dependendo do lugar a partir de onde essa representação espacial é construída, uma fronteira sempre móvel e instável⁸⁰. A ideia de sertão como “interior” ou como espaço que se opõe ao litoral foi construída pelos

⁷⁹ A vários casos sobre esse, um exemplo, é a carta que faz menção a chegada de uma expedição que andou três meses perdida no sertão, 2 de marco de 1637. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 1, D. 111.

⁸⁰ É importante ressaltar que o sertão do Maranhão, (especificamente de Pastos Bons), ao qual estamos trabalhando é um sertão extremamente conectado por rotas fluviais. Não se trata de um sertão isolado das demais capitanias, contrapondo a ideia de um sertão como um espaço isolado, inculto, distante, seco e infértil. Ou seja, essas definições não se aplicam a esse espaço. Um bom exemplo disso, que foi retratado anteriormente, aconteceu em 1772, quando o governador Joaquim de Melo e Póvoas, descreve esse sertão de Pastos Bons no Maranhão, onde diz: “acharam com efeito excelentes terras, pastos e água”. Os inúmeros rios são foram os principais responsáveis por essa conexão. O autor Alan Kardec Pacheco Filho (2011), ao discutir esse sertão o apresenta como um “rico manancial”, e destacando a importância crucial das bacias hidrográficas dos rios Parnaíba, Tocantins, Itapecuru, Mearim e Grajaú. Porém, quando falamos do Piauí, nos deparamos com outro sertão, (mas ainda se trata de um sertão conectado por rotas fluviais), sobretudo quando falamos dos altos sertões piauiense, território ocupado pelos índios Pimenteira, onde nos deparamos com um sertão mais agreste, onde predomina a caatinga, um lugar seco, de água escassa e de uma terra pouco fértil. Por volta de 1770, período quando as tropas militares começaram a fazer incursões militares por esse sertão, os retrataram usando a seguinte expressão, “no certão do certão mais agreste e terrível aque neste continente chamão catingas pelo serrado dos matos pella nímia faltade agoas, setem feito quazi invencível”. Não atoa que esse espaço nesse período ainda era quase que desconhecido, as tropas que incursionavam por essas terras tinham pouco ou nenhum conhecimento desse sertão, que só começa a ser alvo da ocupação lusa quando as terras mais “próprias” para as atividades das pecuárias, já haviam sido ocupadas. Essa percepção do espaço é extremamente importante para entender as dinâmicas construídas nesses territórios, e compreender a diversidade naturais desses diferentes sertões.

viajantes, missionários e cronistas. Conforme Pompa (2003), o sertão é descrito por meio de imagens construídas em oposição, representando ao mesmo tempo espaço vazio e lugar de riquezas. As entradas e o conseqüente povoamento do sertão como lugar físico, que ia se construindo juntamente com a “redução” dos indígenas e sua incorporação ao sistema colonial. O sertão, a partir dessas vertentes, era um espaço em contínuo movimento e no limite do espaço povoado, que aos se tornava alvo das necessidades da ação humana.

As diversas ondas de migração, no interior da fronteira indígena, combinam uma série de seqüências de contatos entre grupos ou sociedades diferentes evidenciam um processo substancialmente complexo de intercâmbios e mestiçagem. De acordo com Carvalho Júnior (2015), no Maranhão e Grão-Pará diversos grupos indígenas tupinambás se localizavam ao longo de praticamente todo o Estado. Muitas dessas populações eram originárias do Estado do Brasil que, ao longo do século anterior, haviam se deslocado para aquela região. Algumas dessas nações indígenas provavelmente se formaram a partir dos processos internos das zonas tribais. Parece que estes povos diferentes se encontraram e se misturaram, fizeram guerras entre si e/ou formaram alianças. Essas narrativas são um indicativo das estratégias que os povos indígenas recém reconstituídos estavam desenvolvendo para rechaçar demandas indesejadas.

Nos sertões, diferentes populações indígenas foram responsáveis por ocupar extensas áreas, sua mobilidade no espaço era relativamente grande. Com o avanço da ocupação portuguesa, essa configuração sofreu profundas mudanças. As guerras, epidemias e resgates promovidos pelos moradores levaram uma rearticulação destas sociedades diante das demandas da colonização. Dessas novas dinâmicas resultavam relações complexas entres esses sujeitos. A forma como os indígenas agenciaram uma série de estratégias diante do incremento dessas relações afinal de contas, a presença portuguesa resultou em migrações substantivas e outros rearranjos da população indígena. Essa ação migratória está intimamente ligada com o alargamento das fronteiras coloniais, desencadeados pela expansão das atividades agropastoris. No Estado Piauí e Maranhão, essa ação está coadunada ao processo de ocupação da capitania pela pecuária, esse avanço é caracterizado como uma busca por uma nova fronteira econômica. As dinâmicas desse espaço são constantemente tensionadas pela mobilidade que caracteriza esse espaço de “*passagem*”.

Segundo Gomes (2011), essas microssociedades até então dispersas entre a extensa área geográfica que formava o Maranhão e que embora a localização desses grupos fosse temporária esse fenômeno provocaria alterações significativas nas relações sociais entre essas populações promovendo alianças, negociações, interesses e conflitos na formação de novo espaços. Porém, é importante observar que foi no contexto dessas mesmas alianças que se originaram novas

relações de forças no interior da Colônia, com a participação de outros atores como as lideranças indígenas, contrabandistas de índios, autoridades régias, ouvidores, governadores e provedores que, envolvidos na prática dos descaminhos, criaram redes de poder para defender seus negócios, desvirtuando as determinações da Metrópole.

Em contextos e por motivações variadas, as fugas de grupos indígenas durante os conflitos com os portugueses se intensificavam. A dilatação das fronteiras, e conseqüentemente a ocupação dos sertões, logo começaram a transformar paulatinamente as dinâmicas do contato com as populações nativas. Dado que zonas até aqui ocupadas de forma dispersa e irregular, com a marcha em direção ao sul promoveu o estabelecimento de forma mais regular. As narrativas sobre migrações certamente refletiam os eventos do século XVIII. Os espaços ocupados por grupos indígenas vão se reconfigurando com o decorrer da ocupação portuguesa. Sabemos que houve desde o século XVII intenso trânsito de moradores entre o Piauí e o Maranhão, para a sua ocupação e povoamento. Os constantes movimentos migratórios a partir de ações tomadas por grupos indígenas que fugiram dos povoamentos coloniais e ocupavam o sertão. Essa ação produziu situações específicas, que caracterizaram uma onda de migração que transformou a paisagem e promoveu uma reconfiguração dos espaços indígenas. Esse movimento de penetração do território acarretou inúmeros conflitos, o que segundo Viana (2019), alterava as fronteiras indígenas. Os indígenas passaram a “*embrenhar-se nos matos*”, de acordo com Monteiro (2001) estes refúgios serviam não apenas para escapar dos portugueses como também proporcionam um espaço para restabelecer divisões antigas. O sistema hidrográfico teve papel relevante pelas facilidades que ofereceu tanto à penetração dos colonizadores como à dispersão dos grupos indígenas agredidos.

Esse processo migratório advindo do alargamento dos territórios coloniais sobre o território indígena levou em pouco tempo à desintegração e dizimação da população indígena. Em muitos casos, os sobreviventes das nações dizimadas migraram para as regiões cada vez mais interioranas longe dos núcleos coloniais. Na maior parte dos casos, esses grupos se desestruturaram se fragmentaram e se desfizeram, nações inteiras desapareceram ficando apenas grupos dispersos e isolados nos sertões. Como foi o caso dos índios Barbados. Em carta de 11 de junho de 1716, o governador do Estado do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire escrevia ao rei D. João V, informa sobre os ataques que os gentios Barbados faziam contra os moradores das capitanias do Maranhão e Piauí⁸¹. Diante das ofensivas, e por ordem do governador, foi levantada uma guerra contra as hostilidades e os grandes prejuízos que recebiam

⁸¹ Carta do governador e capitão general do Estado do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, para o rei D. João V. 11 junho de 1716. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 6. D. 519.

os moradores dos índios “mortes e roubos, que lhe faz o dito gentio”. De acordo com a carta, os índios estavam situados nas Aldeias Altas, que ficavam nas margens do rio Itapecuru, cerca de 165 soldados comandados pelo sargento mor João Nogueira de Souza e o capitão Domingos Duarte seguiram para a aldeia dos índios para promover o ataque. De acordo com carta, os índios Barbados eram vistos como “os mais ferozes, e os que fazem os mais danos aos moradores dos rios Itapecuru e Mearim”. De acordo com o relato, a tropa levou cerca de quinze dias chegaram à aldeia dos Barbados.

q acharam tão pupolaza q nem para a quarta parte della tiveram gente para lhe lançarem o cordão, o q visto pelos nossos índios requererão ao Sargento Mor se retirasse, mas como a retirada podia se atotal ruina da tropa, resolverão os dois cabos a investir a Aldeia, e não obstante sustentaa o inimigo o choque perto de seis horas a peito de seuberto se retirarão desordenadamente deixando mortas setecentas pessoas fora os feridos, o q senão perto e saber o número sem q os nossos recebessem mais danno que feriremlhe hum soldado e três índios, retiradi o gentio mandou o sargento-mor por fogo a Aldeia, q ardeu toda constando de 291 casas⁸².

De acordo com os dados apresentados na documentação podemos ter noção de que se tratava de uma “aldeia fixa”, ou seja, havia um certo tempo que os índios estavam nessa localidade. Temos essa conclusão devido ao contingente populacional dos Índios, que segundo os relatos após o ataque eram mais de 700 mortes, fora os feridos e os que fugiram para os “matos”. Outro parâmetro é o número de casas existentes na aldeia, cerca de 291 casas, um número significativo. Com a perda de praticamente todo o grupo os sobreviventes tiveram que se refugiarem nos matos. Ainda tentaram fazer uma emboscada, mas as tropas portuguesas se “livram sem receber prejuízo, como também da q lhe fez no seguinte dia”. O ataque levou à fragmentação dos Barbados e conseqüentemente a dispersão desse na floresta. A reorientação das populações indígenas influenciou profundamente a sua história natural, e provocaram significativas mudanças no mosaico complexo de povos indígenas que ocupavam a capitania do Maranhão.

A formação de expedições aos sertões exerceria forte influência nos rumos da efetiva colonização do interior. De acordo com Mott (1985), alguns grupos indígenas preferiram fugir para outras regiões menos ameaçadas, no início da conquista dizia o pe. Carvalho que os índios Anassu e Alongá tinham se retirado para a serra da Ibiapaba, vivendo junto com os caboclos, "com medo dos brancos". As veredas abertas pelos índios foram fundamentais para o conhecimento e povoamento do território. A fuga para o sertão, pode ter sido um recurso extremo encontrado por grupos indígenas que tentavam escapar dos conflitos ou a

⁸² *Idem.*

escravização. A expansão dos currais e fazendas de gado impulsionaram o processo migratório para outras regiões, e muitos grupos indígenas acabaram se instalando nas terras que correspondiam a capitania do Maranhão

Dessa forma, a história da colonização do Maranhão e Piauí foi marcada por movimentos de migração de populações indígenas para áreas distantes dos povoamentos coloniais. Essas frentes de conquista e ocupação luso-brasileira pressionavam esses grupos a buscar áreas remotas do sertão e de mata fechada. Essas migrações forçadas redefiniam as territorialidades luso-brasileiras e indígenas nos sertões. Nesse cenário, o rio Parnaíba, região de passagem para todos os curraleiros⁸³ que buscavam ocupar a região sul do Maranhão, foi feito através de muitos confrontos com os grupos indígenas. Nesse período, as guerras movidas contra os grupos indígenas habitantes do rio Parnaíba foram responsáveis pela abertura da passagem as tropas portuguesas e outras partes do território. O processo de ocupação portuguesa aos sertões do Maranhão foi se constituindo paulatinamente ao longo do século XVIII. Foi nessa região, onde as fronteiras coloniais eram mais definidas que se fizeram sentir os processos de ocupação destinados a alterar essa região em grande produtora de gado que a partir da segunda metade do setecentos. Esse movimento ampliou a geografia da conquista, porém, não foram apenas os cenários demográficos que conheceram mudanças em meados do século XVIII, as investidas das populações indígenas frente ao processo de ocupação portuguesa levaram diferentes grupos indígenas a articularem interações e estratégias frente a esse processo, alimentando alianças e conflitos.

Nesse caso, é importante enfatizar que a produção desses espaços colonial envolveu concomitantemente, com a desterritorialização dos povos indígenas. A necessidade de ocupação de novos territórios pelos portugueses levou a “desinfestação” desses espaços antes ocupados pelos índios. Na segunda metade do século XVIII, com o movimento de ocupação desses espaços pelos currais e as fazendas de gado, esse processo de desapropriação dos territórios indígenas se intensificou ainda mais, gerando inúmeros conflitos, entre esses sujeitos pelo controle e domínio da terra. Esse movimento conquistador e ocupador territorial empreendido por sertanistas impulsionou uma reconfiguração demográfica das populações indígenas que dispersaram sobre o sertão, levando o alargamento das fronteiras coloniais nos territórios até então despovoados pela ocupação portuguesa. Os espaços ocupados por grupos indígenas vão se reconfigurando com o decorrer da ocupação portuguesa. Essas diversas ondas de migração,

⁸³ Criadores de gado, fazendeiros e bandeirantes que ocupava os territórios com suas fazendas de gado.

combinam ainda com uma série de sequências de contatos entre grupos ou sociedades diferentes já instaladas no território.

Sabemos que houve, desde o século XVII, intenso trânsito de moradores entre o Piauí e o Maranhão, para a sua ocupação e colonização. Essa ação produziu situações específicas que caracterizaram a onda de migração que transformou a paisagem e promoveu uma reconfiguração dos espaços indígenas que habitavam esses espaços ocupados por outros grupos indígenas. Em áreas onde haviam aldeamentos, esses espaços emergiram novas comunidades num processo de etnogênese ainda pouco conhecido. A etnogênese constituiu um processo de fundamental importância na história dos povos da Amazônia. No primeiro momento, os reagrupamentos entre etnias indígenas foram forçados. Assim, as primeiras missões reuniram grupos já fragmentados, muitos fugitivos de outras capitanias. Os aldeamentos absorveram grande parte dos remanescentes de outras etnias reduzidas nas missões, assim como os sobreviventes das nações dizimadas pelos primeiros contatos com as frentes de colonização no interior da área. Deste modo, construindo novas identidades que resultavam da integração cultural e social de várias etnias e a criação de subgrupos.

De acordo com Monteiro (2001), na crescente bibliografia etno-históricas das Américas, a ideia de que o impacto do contato, da conquista e da história da expansão europeia não se resume apenas na dizimação de populações e na destruição de sociedades indígenas. Esse encontro com o outro também produziu novas sociedades e novos tipos de sociedades. O processo de etnogênese em variadas regiões, as cosmologias indígenas, as expectativas dos contatos e as primeiras gerações de colonos e trabalhadores assim como as línguas e cultura material são muitas vezes faces históricas, arqueológicas e antropológicas ocultas em análises que acentuam as dinâmicas coloniais de ocupação e economia cristalizadas. Esse aspecto foi fundamental na formação de alianças e na determinação das políticas coloniais, a tendência de definir grupos étnicos em categorias fixas serviu não apenas como instrumentos de dominação, como também, de parâmetro para a sobrevivência étnica de grupos indígenas, balizando uma variedade de estratégias e resistência. Para o autor, isso vem obrigando os estudiosos a tratarem o cipoal de antônimos com mais cautela e rigor, sobretudo no que diz respeito as relações entre as formas sociais pré-coloniais e as unidades sociais posteriores à instalação de populações europeias e africanas nas Américas.

Nesse sentido, há uma relação intrínseca entre a classificação étnico-social imposta pela ordem colonial e a formação de identidades étnicas. É importante lembrar, no entanto, que as identidades indígenas se pautavam não apenas em relação as origens pré-coloniais como também, em relação a outras categorias indígenas que gestaram no contexto colonial das

Américas. Tal vinculação, porém, não estava relacionada apenas a um “sentimento de pertencimento”, mas era também um desdobramento, conforme se verá, da conjuntura na qual estavam inseridos, onde a sua origem indígena funcionava como um dos principais elementos de identificação em relação à sociedade envolvente. Afinal, de acordo como Monteiro (2001), as categorias étnicas foram simultaneamente um instrumento de dominação e uma forma de sobrevivência para as populações indígenas.

CAPÍTULO II

“NAS RIBEIRAS QUE ADENTRAVAM AQUELES SERTÕES”: CONQUISTA, OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DO PIAUÍ E DOS SERTÕES DO MARANHÃO

O processo de conquista e ocupação do vasto espaço que formavam os sertões do Piauí e Maranhão que se deu início no final do século XVII, foi um empreendimento árduo e lento. Essa expansão foi marcada por intensos confrontos com as populações indígenas que povoam e controlados aqueles sertões antes das invasões pelos curraleiros. Dessa forma, o avanço da frente pastoril nessa região aconteceu associado às guerras, com inúmeros grupos indígenas que resistiram a invasão e apropriação portuguesa em seus territórios, dificultavam a ocupação e permanências desses criadores de gado. A adaptação do gado a regiões dos campos dilatados dos sertões, do Piauí e nos sertões de Patos Bons, sul do Maranhão, incentivou a expansão em direção ao leste com a ocupação de fazendas de gado vacum e cavalariço, e o estabelecimento de uma estrutura fundiária decorrente da economia pastoril contribuíram para a criação novos núcleos coloniais. Esta região tornou-se um dos principais postos avançados de fazendas de gado, paulatinamente, esses curraleiros chegavam o gado, onde passou a ser criado em espaços abertos em vastas regiões num modelo de pecuária extensiva. Nesse capítulo, iremos discutir as dinâmicas de apropriação territorial e as ações de diversos agentes coloniais empregadas no processo de ocupação e povoamento dessa região. Outro ponto de discussão são os conflitos fundiários que envolveram indígenas, moradores, sesmeiros e missionários em torno da terra.

1. Povos indígenas e a conquista dos sertões do Piauí e Maranhão

De acordo com Mott (1985), no período colonial, o Brasil era um país fundamentalmente rural. Para o autor, esse caráter ruralista se tornou ainda mais notório naquelas áreas interioranas, cuja características ecológicas de regiões semiáridas no interior do Nordeste permitiram o estabelecimento notadamente da pecuária. Assim, pode-se dizer, que a estrutura da sociedade colonial se constituiu no meio rural, e mais efetivamente daquelas que desde o início não participaram diretamente dos empreendimentos agroexportador, e efetuaram seu processo de ocupação fora dos meios urbanos e, tiveram como elemento definidor da sua ocupação os currais e as fazendas de gado. Assim, a forma de ocupação e povoamento dessas regiões entre os séculos XVII e o século XVIII persistiu com o isolamento e a dispersão das povoações. Seguindo o caminho do gado, as fronteiras foram expandidas rumo ao interior do território colonial e pouco a pouco ocupadas através da distribuição de terras. Mas, é necessário

levar em consideração que mesmo com as inúmeras doações de sesmarias, isso não significava necessariamente o povoamento do território, com a edificação de uma estrutura urbana, com a formação de cidades, vilas e freguesias. Pois, embora muitas terras tivessem sido doadas pelo sistema de sesmarias, muitas dessas eram ocupadas pelo gado, e transformada em imensos pastos, o que não pressupõe uma ocupação humana, e o estabelecimento de núcleos de povoamento. De forma geral, esse foi um marco na ocupação e povoamento daqueles sertões.

A economia do gado foi a base na formação territorial e social do interior do Nordeste, apesar da historiografia tradicional relegar um papel secundário à pecuária, atribuindo a lavoura de exportação e a mineração os méritos de permitir e sustentar a ocupação do interior da colônia. Mas, a pecuária foi uma atividade de grande importância, tanto para a economia como para a história da ocupação do território, essa, abriu os caminhos para o sertão e permitiu a expansão do povoamento, dada a necessidade da criação do gado, em campos abertos, forçou o gado a ocupar regiões mais interioranas. Esse movimento adentrou esses sertões através dos leitos e dos vales dos rios, e paulatinamente promovia uma transformação ambiental da paisagem do sertão⁸⁴. O gado passou assim, a compor a paisagem, anteriormente forjadas nas dinâmicas e transformações oriundas das interações dos grupos indígenas com o ambiente e se espalhou pelos campos de pastagens naturais, ribeiras e vales férteis desses espaços interioranos. Assim, os caminhos e veredas abertas pelo avanço das reses àqueles sertões promoveram modificações simbólico-materiais nas paisagens indígenas.

Logo, a expansão da pecuária se deu pelas condições geográficas e naturais, onde a caatinga oferecia um ambiente adequado para o gado. Pois, assim como a lavoura de exportação esteve condicionada às condições favoráveis de terreno e condições climáticas que possibilitavam o desenvolvimento da lavoura, a pecuária se desenvolveu bem nas regiões consideradas impróprias para a agricultura, dessa forma, o gado foi “empurrado” para o sertão, onde oferecia condições naturais favoráveis para criação e o desenvolvimento dos animais. Segundo Ab’Sáber (2003), com um clima semiárido e possuindo uma vegetação que se adaptava aos

⁸⁴ O estudo sobre o impacto ambiental da expansão do gado passou a ser um tema debatido nos estudos sobre História Ambiental. Apesar de Puntoni (2002), afirmar que o desenvolvimento da pecuária nos sertões dispensou qualquer preparo prévio da paisagem, isso não se imprimia a todas as localidades. Segundo Dean (2018), possuímos ainda poucos elementos para mensurar os impactos da pecuária extensiva na transformação ambiental da paisagem da Caatinga, podemos, entretanto, atentar para as impressões sobre algumas características adversas desse ambiente no princípio da colonização. Para o desenvolvimento de uma pecuária extensiva, era preciso intervenções humanas que acarretaram transformações importantes no ambiente. O terreno para o gado era preparado retirando-se a vegetação considerada imprópria para os gados se alimentar, deixando apenas as consideradas comestíveis e semeando capins e leguminosas. Outro ponto apontado pelo autor, era o uso das queimadas, usada justamente nesse processo, acabou por prejudicar o solo. Essas ações acabaram por promover mudanças nas paisagens naturais dessas regiões. Sobre essa questão ver: DEAN, Warren. A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

períodos de secas, com altas temperaturas, no domínio da caatinga dominavam as práticas do pastoreio. Essas características naturais representaram um fator de suma importância para o sucesso da atividade criatória no sertão, com a criação do gado em campos abertos, por entre arbustos e tratos de capins nativos os “pastos mimosos” servia de alimento para o gado. Tais condições paisagísticas, como a combinação de fatores geográfico e hidrográficos dessa região favoreciam o desenvolvimento da pecuária extensiva. Deste modo, ao decorrer desse processo de ocupação, houve modificações decorrentes de novos manejos aplicados as terras, produziram transformação dos meios urbanos e rurais. Esses novos usos, apropriações e interações entre os grupos humanos (fazendeiros, arrendatários, índios aldeados e lavradores) com a natureza, provocou mudanças, ao mesmo tempo que, construiu a formação de um espaço colonial no Nordeste.

A conquista e ocupação luso-brasileira para o interior do Brasil se deram a partir de várias frentes de ocupação. Conforme Prado (1987), no Nordeste, as capitanias de Pernambuco e da Bahia foram os centros de irradiação da pecuária, sob o impulso em especial da iniciativa particular, um dos traços marcantes do povoamento dos sertões. Tal avanço para o interior, nas décadas finais do século XVII, se deu através de duas correntes principais investigadas por Abreu (1998), que foram também as correntes de povoamento, a baiana ocupando os “sertões de dentro”, acompanhando o curso do São Francisco e do Itapecuru e a pernambucana que ocupou os “sertões de fora”, nas regiões mais próximas do litoral, até atingir o Ceará. Conforme Melatti (1967), o gado pernambucano ocupou a costa da Paraíba e a do Rio Grande do Norte avançando depois para o interior até atingir o Ceará. Dos arredores de Salvador, com a conquista de Sergipe, o gado baiano foi levado até as margens do rio São Francisco, também alcançados pelo gado pernambucano.

Desse movimento partiram os primeiros criadores em direção ao interior, atingindo o São Francisco ainda na primeira metade do século XVII, onde foram concedidas sesmarias e instaladas várias fazendas de gado. E após transpor o São Francisco chega ao lado oriental da bacia do Parnaíba, onde foram instalados os primeiros currais. O avanço das fazendas de gado seguia nas margens dos cursos fluviais e lagoas e nas imediações dos olhos d’água do sertão. Essas zonas eram atrativas do ponto de vista dos ocupadores, pois abrigavam pastagens e área de plantio, e abastecida de água fundamentais para a criação do gado. Esse processo de instalação luso-brasileira nos sertões abriu os caminhos para a instalação das primeiras unidades territoriais e a elevação de arraiais, vilas e freguesias.

Na segunda metade do século XVII, os sertões do Piauí foram invadidos por esses curraleiros quem embrenhava-se e devassavam em sucedidas expedições militares de

reconhecimento desses espaços desconhecidos e indômitos. Nessas primeiras entradas, os “aventureiros” que percorriam esses territórios, buscavam apresamento de índios e metais preciosos, nesse momento não havia interesse em fixar-se nas terras⁸⁵. Segundo Brandão (1999), só podemos falar de uma ocupação afetiva na segunda metade do século XVII quando foram doadas as primeiras sesmarias, antes disso, “a região assemelhava-se a um corredor migratório”. Dessa forma, a ocupação dessa região se efetivou com a fixação dos colonos que permitiu assegurar o domínio da região conquistada e efetivar seu aproveitamento econômico. Essas primeiras sesmarias doadas tratava-se da doação de vastas extensões de terras recém-conquistadas ou por conquistar, principalmente em remuneração ao serviço militar prestado contra os índios concedidas com limites e extensão incertos.

O empreendimento da colonização do sertão foi principalmente privado, ou seja, os colonos que empreenderam a conquista, a Coroa se limitava a doar sesmarias e estabelecer os critérios de produção dos currais. A ocupação e a formação do território piauiense possuem uma relação direta com a expansão e a conquista de terras empreendidas pela Casa Torre⁸⁶. A ocupação das terras do Piauí, as quais correspondiam a uma parte da área do “sertão de dentro”, ocorreu na segunda metade do século XVII, e se iniciou pela costa leste e sul do território, pelas margens dos rios Piauí, Canindé, Paraim e Gurgueia.

Dentre os sertanistas que chegaram e empreenderam à penetração do território, destaca-se a presença Domingo Afonso Sertão, um dos primeiros desbravadores das terras do Piauí, que participou em 1674 de uma expedição comandada por Francisco Dias Ávila, acompanhando de outros vaqueiros e sertanista. A entrada que tinha objetivo a conquista do território e o estabelecimento do gado atingiu os campos piauienses e estabeleceram assim as primeiras fazendas, nas margens do rio Canindé, eixo principal da ocupação piauiense⁸⁷. Do litoral do Rio Grande do Norte e Ceará, através do Piauí, partiram entradas que alcançaram o Maranhão

⁸⁵ Antes das instalações dos primeiros povoadores nessas terras, elas já eram conhecidas, as expedições não chegaram a fixar-se nas terras piauiense. Apesar de existir algumas discussões sobre a presença de Domingo Jorge Velho, sugerir-se que esse chegou a se ficar no Piauí, apenas provisoriamente. Sobre essa questão ver: LIMA SOBRINHO, A. Barbosa. O devassamento do Piauí. Ed. Nacional, 1946.

⁸⁶ De acordo com Cabral (1992), a expansão da corrente baiana está intimamente ligada à implantação dos domínios territoriais da Casa da Torre, um dos potentados baianos que mais se beneficiou com essas conquistas. Instituição fundada e administrada pela família Ávila, da Bahia, foi detentora de latifúndio entre a Bahia e o Maranhão destinadas a pecuária. Essa família desde meados do século XVII, dedicou-se a pecuária e foi um dos mais destacados agentes de estímulos e promoção dessa atividade. A conquista e a ocupação das terras do Piauí possuem uma relação direta com a expansão e a conquista de terras empreendidas pela Casa Torre, esse processo deve início a partir do rio São Francisco quando chegaram as primeiras expedições.

⁸⁷ De acordo com Nunes (1975), a partir de 1676, ocorreram as concessões das primeiras sesmarias, doadas pelo governador de Pernambuco D. Pedro de Almeida, as terras foram doadas para Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias de Ávila e Bernado Pereira Gago nas margens do rio Gurgueia.

e seguiram para Goiás com o devassamento do rio Parnaíba, iniciou, somente nas primeiras décadas do século XVIII, penetrando os campos dos altos sertões maranhenses, onde se instalaram as primeiras fazendas de gado. Segundo Miranda (1938), a ligação dos sertões do Parnaíba com os do São Francisco abriu caminho direto entre as bacias desses rios e não custou o desbravamento de tão vastas terras, proveitosas para a criação de gado.

A ocupação das terras consolidava a apropriação luso-brasileira dos sertões, permitindo a fixação dos seus novos ocupadores, mas ainda não significava de fato um aproveitado econômico das terras. A conquista e ocupação do Piauí foi um empreendimento árduo e lento, os colonizadores tiveram confrontos com as populações indígenas que povoam e controlados aqueles sertões⁸⁸. O povoamento do Piauí se iniciou pelo Sul e se fez maior junto ao rio Canindé, que foi, na realidade, o eixo da conquista, aproveitando pontos de menor resistência, ao longo dos rios. O território piauiense era uma região estratégica e servia como área de conexão entre as duas partes do império português. Conforme Brandão (1999), estando a Coroa interessada na ocupação colonial da área e impossibilitado de empreender com recursos próprios o devassamento do interior, utilizou-se do sistema sesmaria, que na prática se constituiu na distribuição da terra a quem empreendesse a conquista⁸⁹.

A existência de terras ainda não ocupadas, *o sertão* passou a ser visto com lugar atrativo, um espaço a ser desbravado e conquistado, para onde muitos se direcionavam em busca de refúgio e riquezas, essa visão atraiu fazendeiros, vaqueiros e “aventureiros”, e aos poucos esses curraleiros chegavam com o gado, escravos e agregados e ocupavam as terras recém-conquistadas. Muitos atraídos por uma relativa facilidade de acesso à terra, seja por meio da concessão de sesmarias, ou através de arrendamentos. Conforme sugere Silva (2003), esse deslocamento populacional aconteceu não apenas de senhores já abastados que buscavam

⁸⁸ A dilatação das fronteiras coloniais, e conseqüentemente a ocupação dos sertões, logo começaram a transformar paulatinamente as dinâmicas do contato com as populações nativas, que ao longo na conquista, se tornaram o principal empecilho para a formação e estabelecimento dessas fazendas. Frente a esse processo, os indígenas não ficaram impávidos, ainda que a ocupação portuguesa sobre o território indígena tenha provocado uma série de mudanças na estrutura sociopolítica e territorial sobre as sociedades indígenas, diferentes grupos conseguiram articular-se e construir estratégias frente as dinâmicas coloniais, promoveram fortes movimentos de resistência, despovoando fazendas, e desestruturando a principal atividade econômica da região. Mas, o contato com essa colonizadores e a casada violenta dizimou inúmeras nações indígenas.

⁸⁹ Segundo a autora, os recursos de que dispunha, obviamente, deveriam ser aplicados em empresas, cuja taxa de retorno fosse mais imediata, ou na defesa das áreas mais cobiçadas ou, ainda, na manutenção do aparelho administrativo e militar. Por esses e outros motivos, os títulos territoriais referentes à área conquistada foram concedidos aos devassadores em troca de serviços prestados. Dessa forma, a exigência de pouco capital inicial, as grandes extensões de terra, a mão de obra indígena disponível e a multiplicação biológica dos rebanhos, favoreciam o investimento nas fazendas de gado no sertão. Sobre essa questão ver: BRANDÃO, Tanya Maria Pires. O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

ampliar suas propriedades, mas por muitos homens pobres e vadios que acabaram sendo “empurrados” pela Coroa, como uma tentativa de desafogar os núcleos urbanos canavieiros e ainda de utilizar militarmente esses grupos para empreender a conquista. Segundo a autora, os “vadios” tornaram-se o principal alvo do recrutamento das tropas regulares, que tiveram participação ativa nas expedições empreendidas a conquista dos sertões.

A adaptação do gado a regiões dos campos dilatados dos sertões, do Piauí e nos sertões de Patos Bons, sul do Maranhão, incentivou a expansão em direção ao leste com a ocupação de fazendas de gado vacum e cavalariço, e o estabelecimento de uma estrutura fundiária decorrente da economia pastoril contribuíram para a criação de novos núcleos coloniais. Esta região tornou-se um dos principais postos avançados de fazendas de gado, paulatinamente, esses curraleiros chegavam com o gado, onde passou a ser criado em espaços abertos em vastas regiões num modelo de pecuária extensiva. O erguimento de currais e fazendas de gado, em sua maioria, acompanhavam as *ribeiras* dos rios, dado a importância da água mais também da vegetação essencial para garantir a criação do gado. Esse avanço da pecuária, nesse sentido, abriu espaço para um povoamento mais efetivo em direção ao norte, ainda na segunda metade do século XVII, por meio dos rios Gurgueia e Parnaíba.

O processo de conquista e ocupação dessas terras foi marcado por várias frentes de ações, a abertura de caminhos e o seu correlato, as vias fluviais, os *caminhos das águas*, foram o que possibilitou a chegada aos espaços remotos do sertão, e foi o fio condutor do povoamento. Segundo Santos (2010), os caminhos e as vias fluviais foram os primeiros elementos de estruturação da ocupação luso-brasileira dos novos espaços conquistados, por meio deles, possibilitaram as chegadas aos espaços mais remotos do sertão, em torno de suas ribeiras, se instalaram a maioria do povoamento e das aglomerações urbanas⁹⁰. No Maranhão, o movimento de ocupação do vasto interior foi notadamente impulsionado pela rede fluvial que abriram um novo mundo aos portugueses. “Os rios se tornaram verdadeiras estradas de águas, atraindo e penetrando um vasto território ainda desconhecido da Coroa portuguesa, através deles chegaram fazendeiros, vaqueiros, escravos, negros forros, desocupados e aventureiros” (PACHÊCO FILHO, 2011, p. 21). Esse movimento que empreendeu a conquista e a abertura de caminhos pelos sertões envolveu uma verdadeira operação militar, aos índios hostis.

⁹⁰ Ao discutir as dinâmicas do processo de ocupação dos sertões o autor, elenca cinco elementos estruturantes desse processo, (o caminho, a sesmaria, a povoação, o posto militar e a missão religiosa). O autor defende o argumento que a conquista e ocupação se estruturou nesses cinco “pilares” e se utiliza dessas estruturas para compreender as tendências históricas em cada caso. Assim, a conquista dos sertões só se efetivou quando e onde implantou determinadas estruturas materiais de ocupação, que garantiram a apropriação territorial e o controle das populações indígenas remanescentes. Sobre essa questão ver: SANTOS, M. R. A. dos. Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2010.

Segundo Miranda (1938), desde a época do seu devassamento, o Piauí ficou quase todo conhecido, embora o povoamento tivesse tido maior incremento ao sudeste, cujos campos ofereciam vantagem excepcional ao rápido desenvolvimento das sesmarias nascentes. De acordo com o autor, a colonização propriamente dita do território piauiense teve início na segunda metade do século XVII, dado o interesse da Coroa em ocupar a área, utilizou-se do sistema de sesmaria, aos primeiros conquistadores. Conforme Brandão (1999), essa ação se por um lado intensificou a conquista do território, por outro resultou na formação de latifúndios que viria a ser uma das principais características do Piauí, ou seja, a grande concentração de grandes extensões de terras em mãos de pessoas com cabedal que pudessem empreender a conquista⁹¹. Segundo a autora, durante o século XVII, o número de proprietários foi bastante limitado. No entanto, esses grandes sesmeiros, não foram os reais senhores que ocupavam os sertões, esse título, na verdade devem ser dados aos donatários, vaqueiros, escravos e lavradores, que foram os principais responsáveis pela ocupação, eram esses sujeitos que desbravavam e ocupavam esse território a partir de diferentes lógicas, e a esses sujeitos, que devemos atribuir os avanços do movimento povoador.

Nesse expansionismo luso-brasileiro, a ação dos missionários foi fundamental, a conquista do interior para a Igreja significava a abertura de novas fronteiras para a catequese. Conforme Nunes (1975), aos sesmeiros no início se agradavam das missões, pois com o aldeamentos dos índios, os territórios anteriormente ocupados e controlados por eles, ficavam livre para a expansão da pecuária, nesse sentido, a atuação dos religiosos reforçou o seu controle sobre o território e os povos indígenas, e os aldeamentos tiveram um papel extremamente importante para a conquista, principalmente durante os períodos de conflitos, onde os índios aldeados representavam a principal força bélica das tropas portuguesas. Mas, não demorou muito para a política missionária de catequizações desagradar os moradores, e esses insurgir contra os religiosos. A ação dos missionários serviu de suporte na ocupação, nas Missões agrupavam-se os indígenas que passavam a receber ensinamentos tanto religiosos como aqueles que possibilitariam habilitá-los para o trabalho organizado, além de uma rede eclesiástica de paróquias, que estimulava o povoamento em torno das capelas. A atuação dos missionários serviu de suporte à colonização do Piauí, grande parte das fazendas situadas no território

⁹¹ Para a autora, as características ecológicas regionais como também o baixo nível técnico da pecuária, levaram a formação no Piauí dos maiores latifúndios no Nordeste. Outra questão apresentada pela autora, sobre a origem do latifúndio piauiense, dizia respeito ao próprio processo de ocupação das território, sobretudo no tocante ao limite de áreas doadas. Embora houvesse limite previsto em lei (as sesmarias deveriam medir três léguas de comprimento por uma de largura) sobre essa questão, em relação à sesmaria doada no Piauí, havia o descumprimento das determinações.

piauiense pertencia a Domingos Afonso Mafrense foram doadas a ordem, que passou a ser responsável por administrar os bens. Conforme sugere Arraes (2016), ao discutir o processo de formação da capitania do Piauí, o autor destaca as reformas territoriais também abrangem a dimensão religiosa. Igrejas, paróquias, hospícios, colégios, dos jesuítas desencadeou a expansão urbana. O autor destaca também o papel das paróquias, dentre essas, destaca a paróquia de Cabrobó, pois dessa surgiu a primeira igreja, que foi núcleos para a futura vila da Mocha⁹². No Maranhão, a atuação dos missionários também foi importante para a ocupação do território, assim como no Piauí.

No final do século XVII, o Piauí não chegava a ter um povoamento efetivo, pelos diversos caminhos que davam acesso ao Piauí, a resistência de índios bravios foi intensa, assim, a abertura desses caminhos e o povoamento dependia de vencer a resistência dos indígenas. De acordo com Sobrinho (1946), nesse período o Piauí era um sertão difícil, dominado por nações indígenas e a ocupação da região se dava em grande parte pelo rio Gurgueia. Segundo o autor, a presença dos índios do curso, que habitam essa região, impossibilitava a presença de núcleos de povoamento, com exceção de um pequeno trecho, entre a foz do Gurgueia e do Canindé. Assim, o povoamento seguia o eixo do Vale do Canindé, estendendo-se para entre os dois lados do rio. Nesses povoados precários, a luta contra o gentio foi uma preocupação fundamental, devido as continuadas investidas de várias nações indígenas, e ainda dos grupos que passaram a incursionar pelo território. Como em 1727, quando o ouvidor geral do Piauí, António Marques Cardoso, informava ao rei dos danos causados pelos gentios que desciam o rio Itapecuru, na parte do Maranhão, e passavam para a ribeira do Parnaíba, onde se espalhavam pelos sertões dessa mesma, chegando até o rio Canindé e Gurgueia⁹³. Segundo o ouvidor, depois que esses índios chegaram à região “tem causado grande receio aos moradores da capitania do feito bastante mortes a pessoa”.

Sendo assim, à resistência indígena oferecida nos sertões do Piauí ao avanço da frente pastoril nessa região aconteceu associado às guerras, com inúmeros grupos indígenas que habitavam o interior do território, a resistência dos povos indígenas, a invasão e apropriação portuguesa em seus territórios, dificultava a ocupação e a permanência desses criadores de

⁹² Segundo o autor os jesuítas tinham certo cuidado com o local, aplicando um caráter funcional no núcleo urbano ao qual eram erguidos. Isso pressupõe que em muitos casos de construções havia um estudo prévio do lugar onde se estabeleceria a construção. A atuação da ordem no Piauí, e conseqüentemente a edificação de igrejas, colégios e hospício, desencadeou a expansão urbana na capitania. Sobre essa discussão ver: ARRAES, Esdras. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V.24. n. 1. P. 257-298. 2016.

⁹³ Carta de ouvidor geral do Piauí Antonio Marques Cardoso ao rei D. João V. 3 outubro 1727. Vila da Moucha. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 1, D. 35.

gado. No Piauí, os conflitos se deram no sul da capitania nas últimas décadas do século XVII, com invasão dos sertanistas pelo rio Gurgueia, na região do Parnaguá. Esses conflitos decorrentes das frente de expansão da pecuária pelo sertão provocou contínuas revoltas e guerras dos indígenas contra os invasores. Entre os povos indígenas que resistiram a presença portuguesa em destaque aos Acoroá, Gueguê e Timbira, Jaicó e Pimenteira. As contínuas investidas dos índios as propriedades, ao longo do século XVIII, provocaram um processo de expulsão dos colonizadores e ao abandono de muitas fazendas de gado. Apesar disso, as relações estabelecidas entre colonos e indígenas foram marcadas por diferentes interações sociais, ou seja, não se restringia apenas a conflitos, a relação entre indígenas e colonos eram complexas, em muitos momentos chegaram a estabelecer negociações, acordos e alianças.

No início do século XVIII, apesar dos sertanistas terem ocupados com suas fazendas e sítios uma grande extensão de terras, a ocupação da capitania do Piauí era continuamente ameaçada pela presença e investidas de grupos indígenas. A resistência indígena à expansão dos currais, acabou incidindo diversos conflitos ao longo do processo colonial. Os poucos núcleos de povoações existentes estavam constantemente ameaçados pelos índios que incursionava pela região atacavam as propriedades pela defesa de seus antigos territórios. As guerras na capitania do Piauí, aos indígenas, são resultados desses conflitos territoriais, onde índios e colonos disputavam o controle desses espaços. Durante esse período foram organizadas várias jornadas ao sertão para combater os “índios bárbaros” (muitas dessas financiadas pelos sesmeiros), interessados em ampliarem suas terras quanto em receber honrarias, empregam sua própria gente, os moradores e agregados de suas terras à conquista.

Desde o início do século XVIII, as campanhas militares contra os índios foram organizadas contra os sucessivos levantes e ataques dos chamados “índios do corso” que ameaçavam as povoações, vilas e fazendas dos colonos. Uma dessas, aconteceu no ano de 1718, quando o mestre de campo da conquista das capitanias do Piauí e Maranhão, Bernardo de Carvalho e Aguiar escrevia uma carta informando as hostilidades feita pelos índios do hostis as propriedades dos moradores⁹⁴. Nessa ocasião, é possível perceber o discurso, onde os índios são retratados como verdadeiros “inimigos”, onde é destacado o caráter de “barbárie” com que os gentios atacavam os moradores, destruindo não só as fazendas mais tirando muitas vidas, não somente dos moradores como dos próprios religiosos. Para endossar as acusações, o mestre de campo relatava um dos ataques que os gentios haviam feito a uma igreja, onde destruíram as imagens religiosas e mataram um padre chamado Amaro Barboza, e fez questão de enfatizar

⁹⁴ Provisão do rei D. João V, para o governador e capitão general do Estado do Maranhão, Bernardo Pereira de Berredo, 20 de outubro de 1718, AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 12, Doc. 1204.

que “depois de morto o abrirão, e lhe tirarão o coração”. No discurso colonial, os índios são colocados como cruéis e ferozes, para legitimar as guerras violentas aos povos indígenas. Junto desse discurso vinha outro, que alegando constantemente as ruínas e consideráveis perdas sofridas como esses ataques, muitos moradores que ameaçavam abandonar os sítios em que viviam, “sendo perto de cem legoas que se achão despovoadas q’ he necessário que de novo se conquistem”. A tática utilizada pelos moradores para receber ajuda do governador era ameaçar abandonar as fazendas e sítios.

Esse discurso oficial estava presente em cartas, ofícios, petições e requerimentos, entre outros documentos escritos por governadores, autoridades coloniais e moradores, que buscavam angariar seus objetivos, que eram muito claro, o de justificar e legitimar a conquista e a guerra aos indígenas, que também é requerido pelo mesmo documento que afirmava “por esse motivo, era preciso formar uma expedição para combater os insultos e hostilidades do ditos gentios”. É muito claro, assim, que os índios constituíam um obstáculo à ocupação dos sertões e eram tidos como verdadeiros inimigos e deveriam ser fortemente combatidos. Não à toa que o processo de ocupação dos sertões, era tratado nas correspondências como a “desinfestação dos sertões”, os índios tidos como uma verdadeira “praga” que infestavam aqueles espaços e deveria ser exterminado para abrir caminhos para o gado.

Como mencionado, muitos dos conflitos armados e das expedições militares contra os índios do sertão, eram financiadas pelos próprios senhores de terra. A partir do século XVII, quando esses conflitos se intensificaram, esses sesmeiros ao perceberem a força dos índios e que sozinhos não conseguem fazer frente a resistência indígena, requisitavam apoio da Coroa. Esse foi o que aconteceu nesse episódio, onde foi solicitado o envio de auxílio da capitania de Pernambuco (munições, pólvoras, armar e mantimentos) e de tropas formadas por soldados pagos, e principalmente de índios da Serra de Ibiapaba. Nesse episódio, as investidas dos índios foram tantas, que em 1721, os colonos passaram a solicitar o apoio da Câmara de São Luís, que chegaram a escrever ao rei, solicitando ajuda os moradores e ouviu-se os “clamores deste povo”, para defenderem suas propriedades⁹⁵. Na carta, os oficiais reforçavam o discurso contra os índios, afirmando ruínas e consideradas perdas provocadas pelos ataques dos indígenas nas povoações da região, e que o remédio mais conveniente para resolver seria a “extinção dos gentios de corso que infestavam estas capitanias”. Esse não é um exemplo isolado, pelo contrário, a maioria das expedições são requisitados dos índios aliados da Serra de Ibiapaba, e dos diversos aldeamentos do Maranhão.

⁹⁵ Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Luís do Maranhão, 18 de julho de 1721. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 13. Doc. 1310.

Desde o início do processo de conquista dos chamados sertões coloniais, os sertanistas invadiram e desapropriaram os povos indígenas, para o estabelecimento de suas fazendas de gado. Esta expansão provocou uma série de conflitos travados entre os povos indígenas e os sertanistas, para manter os seus territórios tradicionais que agora eram constantemente invadidos pelos currais. Desde então, os povos indígenas enfrentaram esse processo violento de desapropriação de suas terras e a tomada de seus territórios. Como resposta, em 1728, os índios Timbira chegaram a invadir a vila da Moucha, provocando uma das maiores ruínas de toda a capitania⁹⁶. Conforme a carta do governador Alexandre de Sousa Freire quando os índios invadiram o arraial, ele estava completamente sem defesa, pois os poucos soldados existentes haviam sido retirados pelo governador da Bahia, o que facilitou os ataques dos índios. Os Timbira queimaram as rancharias e colocaram cerco em uma fazenda chamada Alagoa, que ficava distante cerca de doze léguas do arraial, onde mataram uma pessoa. Na carta, o governador enfatizava o “poder de gente”, ou seja, o número expressivo de índios e que temiam um ataque a toda a “capitania desarmada”. E solicitava auxílio da Coroa, informando que o remédio para evitar os ataques dos índios seria se “valer dos índios da Serra de Ibiapaba”. E solicitavam ainda licença para os moradores poderem formar uma tropa para combater os ataques.

Em 1729, devido aos constantes ataques dos índios e a falta de soldados na capitania, o governador Alexandre de Sousa Freire concedeu aos moradores de Parnaguá uma licença para esses constituírem uma tropa de combate a esses ataques⁹⁷. Durante esse período é possível perceber várias cartas do governador do Maranhão solicitando índios para a guerra no sertão do Piauí, o que aponta para algumas questões importantes para essa discussão. O primeiro que devemos considerar é a falta de uma defesa dos territórios ocupados e a precariedade das tropas militares do Maranhão e Piauí que, sem defesa, eram obrigados a constantemente requerer as auxilio militar de Pernambuco durante esses conflitos. Assim, para essas expedições eram necessárias a mobilização de tropas de Pernambuco e dos índios da Serra de Ibiapaba. Outra questão é que ao longo do processo de ocupação dessa região fora marcado pela instabilidade dos povoamentos coloniais. Desde o início da ocupação, havia uma grande dificuldade em assegurar os domínios conquistados, a descontinuidade da ocupação manteve os núcleos já estabelecidos sob constante ataques das áreas vizinhas não ocupadas. Os muitos sertões ainda

⁹⁶ Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire ao rei D. João V. sobre a invasão dos índios Timbiras, 25 de setembro de 1728. AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 1. Doc. 40.

⁹⁷ Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire ao rei D. João V. 16 de julho de 1729. AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 16. Doc. 48.

dominados por índios mantinham um clima de constantes tensão e ameaças de ataques indígenas que buscavam retomar o controle dos seus territórios.

Durante as últimas décadas do século XVII e ao longo do século XVIII são organizadas várias jornadas ao sertão do Piauí, para combater os índios que estavam atacando as fazendas e povoações da região. Essas expedições militares agregavam um certo contingentes de soldados, mas de qualquer forma, as tropas portuguesas eram majoritariamente compostas por indígenas. Os índios aldeados/aliados foram personagens fundamentais no projeto defensivo desde o início da colonização, sob o comando de missionários eram requisitadas pela Coroa para combater no sertão. O recrutamento de índios aldeados foi uma política amplamente usada pelo governo, o que reforça a dependência da Coroa, das forças indígenas em questões militares não apenas as do Maranhão, mas também as de Pernambuco como aparece nas diversas ordens para a mobilização desses índios para a capitania do Piauí.

Durante esses períodos, aldeias inteiras eram mobilizadas para os conflitos, e ainda contavam com as nações aliadas, que não estavam aldeados. Essas alianças e a incorporação dos indígenas nas tropas portuguesas foram fundamentais para a defesa dos territórios coloniais. Principalmente porque a parcela da estrutura militar formada pelas companhias militares regulares, auxiliares e de ordenanças era normalmente pequeno. É recorrente na documentação colonial a descrição sobre o precário estado militar e a falta de soldados para formar as tropas como em 1727, quando o governador do Maranhão, João da Maia da Gama, escreveu para o Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavre informando sobre a falta de soldados no Maranhão⁹⁸. No Piauí, a situação de defesa era ainda mais problemática, segundo Nunes (1975), a capitania não dispunha de recursos militares, somente no governo de João Pereira Caldas em 1760, que começa a formação de uma força de defesa. Antes disso, a defesa era feita basicamente pelos sertanistas, que “sempre andavam com as armas nas mãos”.

Os sertões da capitania do Piauí aos poucos foram começando a ser ocupados e povoados, por inúmeros currais e fazendas de gado, essas invasões já vinham provocando contínuas revoltas dos índios, que se intensificavam na década de 1730, quando os conflitos se concentram na região do Parnaguá, e Gelboê, nas margens do Gurgueia, e se tornaram mais frequentes. Entre os grupos indígenas que atacavam as povoações estavam os Acoroá-Mirim, Acoroá-Assú, e os Timbira⁹⁹. Segundo Mott (1985), desde que sertanistas chegaram ao rio

⁹⁸ Carta do governador do Maranhão João da Maia da Gama para o secretário do Conselho Ultramarino André Lopes de Lavre. 27 de setembro de 1727. Belém do Pará. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 15, D.1610.

⁹⁹ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, 15 de março de 1740. Lisboa. AHU, Avulsos de Piauí. Cx. 3. D. 157.

Gurgueia encontravam os índios Acoroá, esses ocupavam os territórios onde foi fundada a vila de Parnaguá, desde então, os indígenas mantiveram contínuas investidas contra os invasores. Assim, a região do Parnaguá era uma das mais afetadas, muito provavelmente por ter sido fundada nos territórios dos Acoroá, pois conforme os moradores “as fazendas que estavam situadas nas fronteiras dos inimigos são as que experimentam maior vexação”¹⁰⁰. Nesse período, os conflitos ganharam uma dimensão ainda maior, quando os índios Gueguê, também começaram a “infestar a capitania do Piauí”. Muitas correspondências fazem referência aos conflitos e com esses gentios já haviam despovoado muitas fazendas de gado e com seus repetidos assaltos, vinham fazendo muitas mortes, queimando muitas fazendas, destruindo e roubando cavalos e gado.

Diante das constantes denúncias dos ataques de índios hostis, as povoações demandaram, por parte das autoridades coloniais, a organização de estratégias políticas de defesa. Diante da situação e preocupação com o avanço das ações dos índios que impediam os fazendeiros de avançarem suas fazendas de gado ao longo do sertão do Piauí e Maranhão, várias medidas de caráter militar foram tomadas com o propósito de reprimir os ataques dos gentios a capitania no Piauí e suas andanças a capitania vizinha, o Maranhão. Logo em 1738, aconteceu reunião na Junta das Missões para tratar a respeito das hostilidades e invasões que sofriam os moradores dos sertões da capitania do Piauí feita por diferentes nações indígenas que seguiam desde as Aldeias Altas até os campos de Parnaguá e Gelboê¹⁰¹. Os conflitos, como podemos ver, se propagavam em grande extensão, segundo o documento, as revoltas dos índios chegavam a percorrer cerca de duzentas léguas, “discorrendo ofendendo os povoadores daqueles sertões”. No mesmo ano foi dado parecer favorável para que se fizesse guerra aos gentios pelos estragos causados pelos índios.

Mas apesar da resistência dos índios em solo piauiense ter se tornado o grande empecilho para a permanência dos domínios já ocupados e a instalação de novos currais e fazendas e mesmo diante da incerteza e de territórios conflituosos, que ainda estava sob o controle dos índios, não impediam a expansão pecuarista e a conquista de novos territórios para seus rebanhos na capitania do Maranhão. Assim, as terras ocupadas inicialmente situavam-se nas proximidades do Parnaíba, chegando às margens do rio das Balsas e à região de Pastos Bons, onde se instalaram as primeiras fazendas de gado.

¹⁰⁰ Requerimento dos moradores de Parnaguá ao rei D. José, 7 de janeiro de 1760. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 39, D. 3848.

¹⁰¹ Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao rei D. João V, 28 de julho de 1738. AHU, Avulsos do Maranhão. Cx. 24, Doc. 2479.

Durante o período colonial, os rios não foram somente o eixo de ocupação luso-brasileira, esses também demarcaram os espaços de conflitos, dada a importância de suas ribeiras, os rios foram áreas de constantes disputas. Em 1697, o padre Miguel de Carvalho escreveu a *Descrição do Sertão do Piauí*, onde apresentava esses conflitos entre índios e sertanista¹⁰². Segundo Miguel de Carvalho, nessa época, “as ribeiras do Parnaíba eram quase todas capazes de criar gado, e não estão povoadas por causa dos muitos gentios bravos que na beira dele habita”. Das muitas tentativas de povoar, “alguns moradores meteram lá gados e se retiraram com medo e os que moram nas fazendas acima ditas andam sempre em contínua guerra e muitos perderam as vidas nas mãos daqueles bárbaros”. Para os criadores de gado, a ocupação do rio Parnaíba era fundamental para obter acesso as terras do Maranhão, e das verdes pastagens que ali possuíam, dada as notícias sobre as exuberantes pastagens, das terras do Maranhão, fez essa região ser cobiçada pelos criadores de gado, que seguiam tangendo o gado, rumo aos caminhos que levavam ao Maranhão.

As condições naturais e geográficas foram indispensáveis para o desenvolvimento da pecuária, “campos naturais contínuos cobertos de exuberantes pastagens, pastos realimentes bons regados por inúmeros e perenes rios” (CABRAL, 1992, p, 109). Essas condições levaram a expansão e o desenvolvimento da pecuária pelos altos sertões maranhenses. Essa ação migratória de fazendeiros foi pouco a pouco ocupando novos espaços à medida que as fazendas e currais iam se intensificando. Essas levas migratórias redefiniria as experiências coloniais e alimentavam uma nova dinâmica social e econômica promovendo um impacto significativo no despovoamento indígenas do território. Nesse processo, foi a ocupação do rio Parnaíba que possibilitou a entrada desses curraleiros aos campos naturais do Maranhão e a instalação das primeiras fazendas de gado.

Em resposta as contínuas investidas dos povoadores em ocuparem essa região, os índios que nela habitavam constantemente resistiram a ocupação portuguesa em seus territórios, e provocavam enormes danos as povoações. As reações e hostilidades dos índios que ocupavam o rio Parnaíba da parte do Maranhão, foram registadas ao logo da ocupação, esses se organizavam para atacar os povoados, se aliando uns com os outros, para atacar os portugueses. Como aconteceu em 1732, onde os moradores da ribeira do Parnaíba sofriam com os ataques

¹⁰² CARVALHO, Padre Miguel de. “Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilm.^o e Rvd.^o Sr.^{or} Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambu.^{co}” [1697]. In: ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

dos índios Arani, Suassuí, Anapurú Araí, e os gentios Aranhi associados com os Guanáré, faziam grandes hostilidades e insultos, que eram continuamente cometidas as fazendas de gado dos moradores naquela ribeira¹⁰³. O estabelecimento de acordo entre os grupos indígenas foi usado como uma estratégia para combater um “inimigo incomum”, os portugueses.

Diante dos ataques, um dos moradores da ribeira do Parnaíba Manuel da Silva Pereira, que também era possuidor de fazendas de gado em Aldeias Altas, na ribeira do Itapecuru, solicitou provisão para fazer guerra de caráter privados, ou seja, a sua custa aos índios Aranhi, Guanáré e outros associados por estavam provocando hostilidades e insultos as fazendas de gado daquela localidade. Com o pedido de licença concedido, Manoel da Silva Pereira acompanhando de cerca de dez a dose homens fundaram uma povoação junto das Aldeias Altas, onde viviam os Aranhi. Durante a ocupação da localidade, um de seus escravos, chegou a ser ferido por um índio bravo, o que acarretou novos conflitos. Depois desse episódio, seguiam todos os moradores dessa recente povoação entre brancos e negros na busca dos índios Aranhi. De acordo com o que foi apresentado, a maioria dos índios conseguiram se refugiar nos matos, porém foram apanhadas cerca de 60 pessoas, entre mulheres e crianças. Todas as presas foram repartidas entre o próprio Manuel da Silva Pereira e seus companheiros de batalha. Contrariando o que havia sido ordenado na decisão régia de que todos os índios capturados na guerra deveriam ser entregues a Junta das Missões, onde seriam examinados e posteriormente encaminhada ao procurador dos índios.

Os conflitos com os índios Aranhi abrem uma discussão importante para questionar e estarmos atentos aos reais interesses nessas guerras, ou seja, questionar até que ponto essas acusações são foram verídicas ou usadas para angariar privilégios e benefícios e assegurar certa autonomia de poderes locais. Esse discurso sustentado por elites locais e os mesmos governadores tinham interesses em dissimular objetivos expansionistas, privilégios e benefícios. Esses ataques poderiam ser pretexto para angariar objetivos expansionistas concretos que estavam por trás da instalação de novas fortificações e ganhos econômicos. Outro era o interesse nos índios capturados, o acesso a mão de obra, segundo Carvalho (2012), isso se tratava de *guerras conveniente*, ou seja, muitas situações de guerra contra “índios bárbaros” podem ter sido, portanto, artificialmente sustentada por grupos que possuíam interesses em sua manutenção, incluindo os próprios governadores.

Digo isso pois, a ordem na qual estabelecia que todos os índios capturados que se fizessem na guerra deveriam ser entregues a Junta das Missões, não agradou a todo,

¹⁰³ Carta do governador do Estado do Maranhão José da Serra para o rei D. João V. 21 de 1732. Belém do Pará. AHU, Avulsos do Pará. Cx, 14. D. 1284.

principalmente ao governador Alexandre de Souza Freire, que chegou a enviar uma carta sobre essa provisão e os episódios envolvendo a guerras aos índios Aranhí. Na sua carta, o governador apresenta alguns pontos sobre as suas posições contrárias as provisões anteriormente apresentadas, sobretudo envolvendo o destino das presas indígenas feita no conflito, informando que não havia nenhuma pessoa que queria fazer guerra as suas custas para não utilizar os índios e ainda ser obrigado a conduzir essas presas por longas distâncias. Além disso, informava que “todos os gentios que infestam aqueles campos são gentios de corso, que nunca se aldearão, nem os fara aldear ninguém”. Informou ainda que na Câmara de São Luís havia uma ordem para se dá guerras a todos os índios do corso, como os que infestavam a capitania do Piauí e suas anexas. E que foi avisado pelo ouvidor da vila da Moucha, Joseph de Barros Coelho, que na vila de Parnaguá, nesse período, já se achavam sete fazendas de gado despovoadas e muitas mortes feitas pelos índios. O governador recomendava ainda a necessidade da construção de um arraial para promover a defesa das hostilidades e insultos dos índios do corso.

Durante seu governo, Alexandre de Souza Freire (1728-1732) parecia estar interessado no combate aos índios hostis, imputando as ideias de que esses não poderiam ser aldeados, e se mostrava favorável aos interesses dos moradores pelo uso da mão de obra indígena, e usando seu poder para angariar interesses próprio e em benefícios dos moradores desejosos em conseguir mão de obra escrava por meio de guerras justas. No episódio dos índios Aranhí fica claro seu interesse em favorecer e apoiar os interesses de Manoel da Silva Pereira em relação as presas feitas no conflito, o governador chegou até mesmo afirmar irregularidades, informando que a ordem não havia sido instituída no Tribunal da Junta das Missões, e que a ordem não havia sido ordenada a Manoel da Silva, apenas o pagamento dos quintos, dessa forma, para o governador não parecia ser justo. Diante disso, percebe-se que o governador desejava angariar interesses e ainda fortalecer suas relações e influência com os colonos locais. Essa oposição estava alinhada não somente como os interesses dos colonos pelos trabalhadores indígenas, mas também pelas intrigas nutridas contra os jesuítas. Sobre essa questão Melo (2011) afirma que os governadores desempenharam um papel fundamental nas guerras ofensivas realizadas contra os índios no Maranhão e no Piauí. Esses possuíam interesses particulares, que poderiam estar relacionados aos índios capturados “as joias”, ou ainda para conseguir ou fortalecer certas alianças com outros autoridade locais ou moradores que também tinham interesses em realizar essas guerras ofensivas.

Como foi mencionado, diante do alargamento dos territórios coloniais a conquista e a ocupação do rio Parnaíba foi importante, sua localização e constituição geográfica de fronteira,

era visto como uma importante rota de comunicação e de comércio. A ocupação das margens do rio Parnaíba representou a abertura de novos territórios da margem da esquerda do rio, ou seja, ao longo da primeira metade do século XVIII, assiste-se ao aumento de pedidos de doações de sesmarias o que levou o avanço das tropas sobre o território indígena incumbidos de ocupar e povoar definitivamente esse território. O impacto dessa ação é notável nas diversas correspondência trocadas entre o Estado do Maranhão e a Coroa Portuguesa. O estabelecimento da Coroa Portuguesa na área do médio Parnaíba e as doações de terras para a criação de fazendas e currais eram fundamentais para obter acesso aos territórios interioranos abrindo novos caminhos para o gado. Segundo o levantamento feito na documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino por Melo (2011)¹⁰⁴, sugere que grande parte das sesmarias concedidas na capitania do Maranhão era para criação de gado vacum e cavalari.

No processo de implantação de fazendas e currais na região foi acompanhado de conflitos com os indígenas. Pela região oferecer excelentes condições para o desenvolvimento da pecuária, “aqueles descobrimentos acharão com efeito excelentes terras, pastos e águas, porém infestada de gentios”, essa foram as palavras do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Castro, sobre os bons pastos da freguesia de São Bento de Balsas¹⁰⁵. Os indígenas faziam frente a esse movimento, por ser uma região de ribeira apresentava boas terras, úmidas, onde provavelmente os índios usavam para fazer suas roças e construir suas casas, conseqüentemente, eram ocupadas por muitos indígenas, que resistiam a tomada de seus territórios. Como foi dito, os índios por volta das décadas de 1730, formaram ampla zona de resistência que se estendia desde Aldeias Altas, no Itapecuru até Parnaguá, no rio Gurgueia se tornando uma verdadeira barreira a ocupação das fazendas impossibilitava os moradores de estabelecerem ou manterem suas fazendas. Diante dessa forte investida indígena, nessas ribeiras, segundo Cabral (1992), em 1740, foi fundado o povoado de Pastos Bons para servir de apoio para o avanço da conquista no Maranhão. Nesse período, a ocupação ainda era escassa, poucos habitantes viviam dispersos distantes léguas e léguas uns dos outros, e os altos sertões maranhenses ainda povoada por nações indígenas.

¹⁰⁴ De acordo com a autora o levantamento foi realizado nos Avulsos do Maranhão, Pará e Piauí (primeira metade do século XVIII). Todos do Arquivo Histórico Ultramarino. MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

¹⁰⁵ Ofício do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Maranhão, 23 de junho de 1772. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 46, D. 4476.

E pelo visto, esses cenários se manteve ao longo de bons anos, pois conforme a correspondência dos moradores da freguesia de S. Bento das Balsas, em 1744, ainda não havia conseguido estabelecer uma povoação, a região ainda era segundo os moradores de Pastos Bons “infestadas de gentios bravos”¹⁰⁶. Conforme os moradores, “não havia povoações, nem casas permanentes e fixas, nem ainda a sua Igreja, que apenas lhe ter della hua pequena capela coberta de palha”, viviam esses moradores em “terras tão distantes e apartadas do comércio e comunicação”. Esses sertanistas que empreendiam a conquista os “descobridores” alegavam que faziam a sua própria custa sem despesa alguma da Real Fazenda, com “grande trabalho, morte e cotidianos encontros e batalhas que tem o gentio bravos”, e viviam em guerra contínuas “dia e noite” com os indígenas. Conforme os moradores relatam, os gentios “lhe roubam seus gados e moveis e fazendas, matando muitos dos escravos”, e a ribeira do Itapecuru ainda se achava infestada de gentios bravos, e os moradores que nelas havia estabelecidos residência são frequentemente despejados das suas casas. Diante desse cenário, para os moradores precisavam “recuperar a força e vão descobrindo e rompendo novas terras”, assim, devido a esses constantes ataques as suas povoações, os moradores de Pastos Bons solicitavam ao rei que eles fossem isentos das sesmarias e demarcações enquanto não tivessem livres das hostilidades dos gentios. Ou seja, que esse pudessem ocupar as terras sem demarcarem, pois as suas eram constantemente perdidas pelos ataques dos índios.

As investidas indígenas e as disputas pelas ricas pastagens nativas interessados em fixar seus currais foram motivos de disputas entre índios e colonos. Mesmo com os conflitos, com as nações indígenas da região, as terras da bacia oriental do Parnaíba, há duras disputas iam sendo povoadas, conforme escreveu Abreu (1998, p. 158), “em 1751, a capitania do Maranhão contava já com oito freguesias, cinco engenho de açúcar, duzentas e três fazendas de gado, das quais quarenta e quatro em Pastos Bons e trinta e cinco em Aldeias Altas”. Assim, as fazendas de gado formavam o povoamento desta região, constituindo a partir daí o modelo dominante de ocupação território.

No Maranhão, desde a segunda metade do século XVIII, muitos grupos indígenas estavam aldeados, o que trazia relativamente “tranquilidade” as povoações e vilas da capitania, índios que anteriormente foram responsáveis por inúmeros ataques e conflitos com os portugueses, agora estavam aldeados e ocupavam outra posição, a de aliados. Esse contingente indígena agora era amplamente usado como auxílio militar durante os conflitos contra os índios hostis. Assim, eram recrutados e mobilizados os índios aliados existentes nos aldeamentos em

¹⁰⁶ Requerimento dos moradores da freguesia de São Bento das Balsas ao rei D. João V. 18 de janeiro de 1750. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx, 31. D. 3179.

momentos de conflito, vemos seguidamente os Gamela, Aranha, Cahicahize, Barbados, Guanaré, Anapurú e Arayô entre outros, passarem de inimigos a aliados. Assim, ocupação portuguesa se seguiam, apesar de muitos de índios aldeados, havia ainda os Gueguê, Acoroá e Timbira, que em constante investida ainda assolavam as povoações dos moradores do rio Parnaíba e das terras de Aldeias Altas, no Itapecuru.

No Piauí, dada a fraca presença do Estado português nos sertões contribuiu para promover aos grupos e potentados individuais uma condição de autonomia relativa que não desfrutavam nas regiões coloniais. A colonização passou por diversos problemas e precisou se moldar ao longo do processo conforme as dinâmicas locais. Desde a segunda metade do século XVII, a Coroa passou a impor um controle mais efetivo sobre a região, antes disso, os sesmeiros estavam mais interessados na ampliação das sesmarias da Casa da Torre. A partir da segunda metade do século XVIII, após a expulsão dos jesuítas e a aplicação das políticas Pombalinas, buscavam incentivar o desenvolvimento econômico e a criação de vilas por toda a capitania do Piauí, e materializar o poder da Coroa portuguesa. O Piauí era uma região de interesse para a política pombalina, na luta contra os jesuítas e sua integração ao processo colonial era fundamental. Durante o governo pombalino, a conquista dos sertões se torna uma ação oficial referida aos interesses uniformes do Império português e não aos objetivos particulares de grupos e indivíduos luso-brasileiro, a Coroa portuguesa e as autoridades buscaram ordenar o uso e a posse da terra que estavam sob o domínio dos senhorios locais.

Embora contanto com boas pastagens para o gado, vários fatores limitavam o desenvolvimento ainda mais favorável da pecuária no sertão, dentre eles os indígenas. Do ponto de vista da consolidação da ocupação, havia uma dificuldade na manutenção da conquista, os conflitos e a reocupação indígena de espaços conquistados por luso-brasileiros, ameaçava a manutenção da conquista, promovendo uma constante desterritorialização luso-brasileira dos espaços conquistados. Segundo Oliveira (2007), no Piauí, desde 1759, com a instalada a capitania do S. José do Piauí, começava atravessando um período de relativa tranquilidade, os grupos indígenas estavam em conflitos nas “bandas do Maranhão” e outros se encontravam aldeados, os conflitos com os povos indígenas, mesmo em menor escala, ainda vigoravam, com os levantes dos Jaicó e principalmente dos Pimenteira, eram uns dos poucos grupos que ainda promoviam ataques aos currais. Segundo a autora sugere, essas mudanças, em partes, podem ser atribuídas a atuação de governador João Pereira Caldas, desde que chegou ao Piauí, demonstrou grande interesse na perseguição dos indígenas, e foi o responsável por promover as principais mudanças no desenvolvimento da capitania.

Sobre o viés da ocupação e povoamento desses sertões, é justamente nesses períodos em que começa a ocorrer uma territorialização dos sertões principalmente na capitania do Piauí, ou seja, a construção do território colonial a partir do levantamento de uma estrutura material de ocupação, com a formação de novas povoações, a elevação de cidades e vilas. Pois inicialmente, isso não foi de interesse dos sertanistas que ocupavam essas terras criando gado. Devido ao caráter da pecuária extensiva, as terras eram ocupadas de forma dispersa e irregular, haviam poucas habitações e uma população diminuta, sobretudo nos meios urbanos. A grande parte da população sertaneja estava concentrada no meio rural com seus currais e fazendas de gado. Segundo Mott (1985), o povoamento nessas zonas pastoris era rural extremamente disperso e rarefeito, apesar da criação de vila e núcleos populacionais não se pode caracterizar como “urbano”, o povoamento se limitava nos meios rurais, ou seja, nos sertões. Segundo o autor, as vilas não passavam de pequenos centros políticos administrativos dependentes do universo pastoril. Desse modo, as fazendas de gado e os sítios emergem como a principal unidade de povoamento e a pecuária extensiva como a atividade econômica dominante nessa região.

2. Sesmarias, currais, sítios e as fazendas de gado nas capitanias Piauí e Maranhão

A ocupação luso-brasileira dos espaços conquistados aos índios do sertão tem na distribuição e posse das novas terras um dos seus elementos estruturantes e evidentemente se tornou um dos fatores centrais para o erguimento dos grandes patrimônios coloniais. Ao longo do século XVII, a luta pelo domínio e controle da terra, foi o motivo de ações violentas entre índios e colonos que disputaram, em intensos conflitos, a posse da terra, e de certa forma, consolidou a apropriação dos sertões, e permitiu a fixação dos seus novos ocupadores. Conforme Ricupero (2009), na busca de promover a conquista efetiva foi montando um sistema de doação de cartas de sesmaria para os vassallos del Rey, que nada mais era do que a concessão de terra para efetivar a colonização. Assim, a ocupação concreta das terras interioranas foi ocorrendo por meios da concessão de sesmarias, essas primeiras terras doadas, “tratava-se da doação de vastas extensões de terras recém-conquistadas ou por conquistar, principalmente em remuneração ao serviço militar prestado contra os índios, essas concessões de sesmaria era concedida com limites e extensão incertos” (SILVA, 1997, p. 119).

Assim, após uma série de expedições que abriam os caminhos para o sertão, as concessões de terras serviram como uma forma de povoamento da região, e se efetivou com a fixação dos colonos permitindo assegurar, assim, o domínio da região conquistada e efetivar

seu aproveitamento econômico com a implantação da lavoura e da pecuária. Essas concessões eram dadas aos senhores como mercê por favores prestados ou mesmo pela influência que tinham junto aos governadores. Como podemos ver, por meio do requerimento de 1701 dos povoadores e descobridores do sertão do Piauí, onde esses solicitavam a posse das terras que cada um tivesse descoberto e as que fossem descobrindo, pagando apenas o fora a Fazenda Real¹⁰⁷. Com a concessão de grandes sesmarias doadas e da apropriação e monopolização precoce das terras, aqueles que teriam chegado após esses períodos de conquista, foram forçados a um regime de dependência em relação aos sesmeiros.

Em meados do século XVII e ao longo do século XVIII, a Casa da Torre e seus associados desbravaram os sertões do Piauí, e foram os primeiros e principais beneficiados com títulos de terras. Nestas primeiras concessões de terras, os requerentes eram homens que possuíam cabedais para empreender a conquista, esses homens interessados em ampliar suas terras quanto em receber honrarias, empregam sua própria gente, os moradores e agregados de suas terras, sendo assim, tinham maior facilidade de receber títulos de terras, o que favoreceu a formação de grandes latifúndios no Piauí. Essa invasão de grandes extensões de terras assumiu basicamente um caráter privado. Após chegarem as novas terras, os membros da família Ávila, solicitaram concessões de terras, que foram concedidas com limites e extensão incertos, essas, passavam a ser repassadas, para aqueles rendeiros que se aventurassem em ocupá-las. “A generalização do sistema de arrendamentos foi a resposta encontrada para a questão da apropriação e monopolização precoce das terras” (SILVA, 1997, p. 119), este seria o objetivo básico dos desbravadores por almejar imensas sesmarias, arrendá-las. Poucos foram os donos de terras que participavam efetivamente do povoamento do território piauiense.

No Piauí, um dos rendeiros da família e um dos responsáveis pelo processo de conquista do sertão piauiense, foi o sertanista Domingo Afonso Mafrense, esse chegou a possuir trinta e cinco fazendas de gado no sertão piauiense. Além desses privilégios, segundo Silva (1997), as grandes sesmarias que eram doadas quase sempre faziam menção direta e regular a pastos e campos, ou seja, esses primeiros sesmeiros, puderam se valer nos seus requerimentos de sesmarias e se apropriaram de recursos naturais, fundamentais para o desenvolvimento do gado.

Ao longo do século XVIII, houve muitos pedidos de sesmarias para as regiões de sertões com o propósito de desenvolvimento da atividade pastoril. Durante os pedidos de sesmarias, os requerentes usavam diferentes justificativas para legitimar seus requerimentos. De acordo com Felipe (2020), em Pernambuco, os requerentes de sesmarias utilizavam diversas justificativas

¹⁰⁷ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. 26 de fevereiro, Lisboa. AHU, Avulsos do Piauí. Cx. 1. Doc. 4.

no intuito de conseguir as terras, como alegar a participação na luta contra os gentios, usavam também a justificativa do descobrimento de terras não povoadas e não cultivadas, ou afirmando ter gado, mas não ter terras para criá-los. Essas alegações, ao que parece, não se diferem tanto em relação ao Piauí e o Maranhão. Pois de acordo com as solicitações de terras, os argumentos que os requerentes se valiam para a aquisição das sesmarias, eram de que os indivíduos possuíam gado, mas não tinham terras para criá-los. Como podemos ver, em 1722, com o caso do requerente Pedro de Oliveira Jardim, esse ao solicitar um pedido de sesmaria justificava que era possuidor de bastantes gado *vacum* e cavalar, porém, não tinha terras próprias para criá-los¹⁰⁸. Além disso, reivindicava a terra se apoiando num discurso de legalidade, afirmando que as terras das Aldeias Altas até a borda da mata do rio Iguará, se achavam devolutas, capazes de criar gado e que só eram ocupadas por gentio bárbaros.

Outros grupos que também se beneficiaram das sesmarias foram os religiosos, apoiados na missionação e no povoamento do sertão por meio das aldeias e das fazendas, a atuação missionária no sertão assume um papel fundamental no povoamento do território da caatinga. Durante o período colonial, a montagem de uma estrutura fundiária sertaneja foi possível com a participação da Companhia de Jesus, não somente na missionação, mas também com as fazendas de gado dos jesuítas, que foram fundamentais para a formação da estrutura fundiária. No Piauí, todas as fazendas que pertenciam a Domingo Afonso, após sua morte em 1711, passaram a ser administradas pelo Colégio da Bahia e começaram a ser controladas pelos padres jesuítas, cerca de trinta fazendas de gado. De acordo com Nunes (1975), a administração das fazendas de Domingos Afonso Sertão, pelos jesuítas constituiu-se fundamental para a coesão do território, esse processo foi importante para a criação da capitania do Piauí. A importância da atividade desenvolvida pela ordem religiosa foi fundamental não só na integração da economia colonial, mas sobretudo no seu povoamento. Em 1749, os jesuítas chegaram a fundar, na capitania do Piauí, um seminário, localizado em Oeiras, tendo como regente o padre Francisco Ribeiro, esse foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário na capitania. No entanto, como já discutimos ainda no primeiro capítulo, a atuação da Companhia de Jesus no Piauí estava mais relacionada à administração das fazendas de gado do que às missões ou à educação. Após a expulsão dos jesuítas, as antigas fazendas de Domingos Afonso Sertão foram confiscadas e passaram para a Real Administração. Devido a existência de muitos estudos realizados sobre essas questões, acredita-se que seja mais pertinente voltarmos nossa atenção às terras maranhenses.

¹⁰⁸ Requerimento de Pedro de Oliveira Jardim ao rei D. João V. 2 de novembro de 1722. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 1, D. 10.

No Maranhão, os missionários também se valeram das concessões de cartas de data de sesmarias desejosos de fixarem seus empreendimentos, desde cedo, buscavam possuir terras. Comumente os padres solicitaram cartas de sesmarias de terras, para edificarem igrejas, aldeias, capelas, colégios e seminários e fazendas. Ao que tudo indica, não demorou muito para os jesuítas ocuparem terras devolutas e conseguirem ampliar seus domínios, pelos rios Pindaré, Itapecuru e Mearim. Em 1728, o colégio de Nossa Senhora da Luz da Companhia de Jesus, estabelecido em São Luís, era possuidor “vários bens de raiz e sortes de terra no distrito daquela capitania”, conforme informava o reitor do colégio João Tavares, ao enviar um requerimento ao rei solicitando que se pudesse marcar e tombar as terras e bens do colégio, pois se achavam algumas posses usurpadas por estarem consumidas com o tempo suas demarcações, o que estavam resultando em muitas demandas e contendas¹⁰⁹. Devido as constantes disputas por posse das terras com os colonos, os jesuítas buscavam sempre a confirmação das terras já adquiridas. É importante mencionar, que essas posses de terras não eram angariadas somente por meio de pedidos de sesmarias, outros meios também foram usados, como a compra, doações e arrendamento de terras pelos padres jesuítas. Essas iniciativas fizeram com que os missionários rapidamente se tornaram senhores de terras, e conseqüentemente acabou gerando disputas entre colonos.

Como foi relatado em 1733, conforme a carta dos oficiais da câmara da cidade de São Luís do Maranhão ao rei, onde solicitaram que fossem proibidas conceder cartas de sesmarias aos religiosos e pessoas eclesiásticas, por esses já possuírem uma grande parte do território da capitania do Maranhão, “três partes das terras deste Estados as estão possuindo os religiosos e pessoas eclesiásticas” enquanto os mais pobres, para terem algum pedaço de terra, precisavam pagar foros¹¹⁰.

Os jesuítas, em terras maranhenses, se tornaram possuidores de muitas fazendas de gado vacum e cavalar, em busca de construir um ambicioso projeto missionário do Estado do Maranhão. Essas propriedades, como já foram elencadas anteriormente, tinham o objetivo de abastecer os colégios. No Maranhão, a ordem teve uma atuação que se dividia entre as missões e os negócios, esse último foi essencial para a manutenção dos colégios. Ou seja, as fazendas de gado funcionavam como núcleos de produção para o abastecimento dos colégios, seminários

¹⁰⁹ Requerimento do reitor do colégio de Nossa senhora da Luz da Companhia de Jesus, João Tavares, ao rei D. João V. 7 de janeiro de 1728. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx, 16, D. 1621.

¹¹⁰ Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Luís do Maranhão ao rei D. João V. 8 de agosto de 1733. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 20. Doc. 2099.

e casas e dos próprios padres. Assim, na complexa política jesuítica de aquisição e administração de propriedades, a ordem se valeu de uma série de estratégias, mas a principal delas foram os colégios. Nesses, centralizavam-se todas as demais atividades da ordem, para além do ensino dos moradores, indígenas e religiosos. A principal instituição de ensino dos jesuítas no Maranhão era o colégio Nossa Senhora da Luz em São Luís, mas havia outras instituições, que também tinham grande importância, como era o caso do colégio dos Nobres em Aldeias Altas, onde jesuítas possuíam um seminário destinado para os “filhos dos nobres daquela parte do Maranhão e da capitania do Piauí e seu território até os confins das Minas da Natividade”¹¹¹.

O seminário de Aldeias Altas, apesar de ser uma instituição que atendia muitos alunos, não possuíam uma “boa estrutura”, como muitas das construções jesuíticas no sertão, eram construções simples, “casa de taipa”. Quando foi feito o levantamento e sequestros dos bens, foi enfatizado o estado físico, “o colégio nas Aldeias Altas quanto para os moradores desta capitania e porque também ali não existe já tal seminário por ser huma caça de palha que se destruiu com o tempo”¹¹². Nessas instituições, os jesuítas construíram currais e fazendas, pois como afirmou Sobrinho (1946), as próprias ordens religiosas, nos limites destinados aos seus colégios, não desprezavam a criação de gado, não à toa que os jesuítas eram donos de muitas fazendas no Itapecuru, onde possuíam esse seminário. Como os demais empreendimentos, os missionários foram fundamentais no estabelecimento e desenvolvimento de uma estrutura como: colégios, igrejas, casas, seminários e ainda na criação do gado nas fazendas, e no cultivo de diversas culturas e especiarias, o que sem dúvida favoreceu a ocupação das terras maranhenses.

A Companhia de Jesus teve uma atuação expressiva ao longo do período colonial, a ordem tornou-se um dos principais agentes econômicos da colônia. Ao longo de sua atuação na região, construíram uma rede de atuação que ajudou a consolidar o seu poder e seu apostolado na região, sua atuação foi extremamente relevante no processo de ocupação e conquista colonial do Maranhão, onde os padres jesuítas estavam diretamente ligados na administração de fazendas e engenhos e tiveram que se dividir entre os trabalhos missionários e administração de suas fazendas. Podemos constatar essa afirmação com base nos dados

¹¹¹ Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 8 de novembro de 1761. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 40, D. 3972.

¹¹² Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas para o Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Marquês de Pombal. 22 de agosto de 1771. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 45, D. 4416.

levantados no sequestro dos bens jesuíticos, onde foram levantados o patrimônio que a ordem possui. A tabela a seguir é uma lista de todos os bens que foram confiscados dos jesuítas no ano de 1760. De acordo com as propriedades listadas podemos ter noção da quantidade expressiva da riqueza que os jesuítas conseguiram montar no Maranhão.

Tabela 1 - As Propriedades e a Receita dos Bens Sequestrados da Companhia em 1760

PROPRIEDADES	RECEITA
Engenho S. Bonifácio do Maracu	762.010
Engenho do Muni Mirim	82.700
Fazenda de Amanajuê	335.010
Fazenda de Anindiba	226.650
Fazenda de S. Braz	169.050
Olaria de S. Marcos	14.720
Fazenda do Pericumã	89.340
Fazenda de Gerijó	72.500
Fazendas de gado nos rios Mearim e Pindaré	5:398.890
Fazenda Javaróca	170.350
Fazenda Periassû	106.480
Fazendas do Parnaíba, Alto Alegre, Aldeias Altas	1:417.265
Bens pertencentes a Tapuitapera	292.950
Bens pertencentes ao seminário de São Luís	50.370
Bens pertencentes ao colégio de São Luís	2:227.140
Escravos	10:837.637
Total	21:491.814

Fonte: AHU_ACL_CU_009, Cx. 41\Doc.4072.

Conforme os dados apresentam, esses eram os bens que a Companhia de Jesus possuía na capitania do Maranhão no ano de 1760. Se analisarmos, os jesuítas possuíam por volta de 12 fazendas, essas ocupavam desde o rio Pindaré ao Parnaíba. Todas as posses citadas acima estavam sob a jurisdição do colégio de São Luís, pois como foi salientado anteriormente, só os colégios poderiam possuir bens. Como proprietários de fazendas, os padres se mostraram bons administradores, o volume de propriedades reflete isso. Conforme os dados, os jesuítas possuíam terras e atuavam na criação de gado, mas também nas lavouras de subsistência. Em suas propriedades produziam desde produções dos engenhos, como açúcar branco, farinha e aguardente e mesmo as destinadas à exportação como no caso o cacau. Ou seja, a atuação dos inicianos foi importante também na produção de lavouras de abastecimento. Grande parte da produção das fazendas, são de gêneros que fazem parte da base da alimentação da colônia.

No Pindaré, talvez seja onde os jesuítas desenvolveram com maior intensidade sua atuação, nessa localidade possuíam a aldeia de Maracu onde estavam aldeados os índios Guajajaras, ainda em 1728, quando o então governador Alexandre de Sousa Freire, fez o levantamento dos bens, os jesuítas já possuíam cinco populosas fazendas de gado e um engenho que fabricava principalmente aguardente, e um sítio, que com muitas roças e ainda atuavam na extração e cultivo de cravo¹¹³. Em 1760, os engenhos de S. Bonifácio do Maracu se destacam sobretudo nas produções de açúcar, aguardente e farinha. Esses itens representam mais que metade da receita. Se atentamos a receita do engenho em 1760, ela apresenta um valor de 762,010 réis, sendo que 458.120, mais da metade da receita representa essas três principais produções. No levantamento das fazendas do Pindaré, não se sabe o motivo, mas foram somadas juntas com as do Mearim, o que não permite saber a quantidade específica, mas podemos perceber a importância dado o valor.

As produções agrícolas dentro das fazendas estão ligadas sobretudo pela localização dessas propriedades. De acordo com a documentação levantada, as fazendas apresentavam produções com algumas distinções. Algumas estavam voltadas para a produção de gêneros agrícolas, outras, se dedicavam quase que exclusivamente as atividades criadoras. Isso se dava pela localização geográfica, pois havia áreas próprias para cada empreendimento. Ou seja, havia as propriedades que estavam localizadas em terras mais proveitosas para a produção de lavouras, como eram os casos dos Engenho S. Bonifácio Maracu, Engenho Muni Mirim, Fazenda Gerijó, Fazenda de Amanajuhí e Fazenda Anindiba. Fazendas onde as lavouras tradicionais de arroz, algodão, tabaco, e cacau assim como, as produções de açúcar, aguardente e farinha de mandioca tem grande destaque. Enquanto outras terras eram mais bem aproveitadas para a criação de animais, como as fazendas existentes na região próximas ao rio Mearim, Pindaré, Aldeias Altas e Tutoia, os campos vastos propícios para o pastoril, com a gado vacum e cavalari, como também de outros animais. Nessas propriedades, os jesuítas ainda se valiam como os negócios voltados para a venda de carne em açougues privados.

A administração das estruturas agrárias e a forma como esses senhores de terras gerenciavam os gêneros produzidos dentro das propriedades é resultado de uma rede de negócios articulada pelos missionários. O bom aproveitamento da terra, bem como dos indígenas existentes nos aldeamentos, foi o que possibilitou uma grande produção agrícola-criatória dentro das fazendas. Os aldeamentos eram ocupados por uma população maciça de

¹¹³ Inventário elaborado por Alexandre de Sousa Freire, de 1728. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 16, D. 1712.

indígenas, porém não devemos desconsiderar os escravos africanos, ou seja, os jesuítas se valiam de um grande contingente de trabalhadores em seus empreendimentos¹¹⁴.

Com a expulsão da ordem e o sequestro de seus bens, as propriedades passaram para administração Real e incorporadas ao patrimônio da Coroa Portuguesa, e começaram a ser administradas por pessoas indicadas. Sem a administração dos jesuítas, os rendimentos das fazendas caíram muito, os administradores não conseguiram manter o rendimento, conforme os relatórios que anualmente era enviado, os rendimentos caíam ano após ano. Ao todo foram levantados e enviados os rendimentos que correspondiam sete anos de administração. Os relatórios elucidam os rendimentos e despesas das fazendas sequestradas dos jesuítas e o valor líquido que foi para o cofre da Fazenda Real. Os relatórios de rendimento apresentam todas as produções das fazendas e engenhos, o que tornou possível compreender as funcionalidades dessas propriedades, fora das administrações dos jesuítas.

Tabela 2- Receita e despesa dos bens da Companhia de Jesus durante os anos de 1761-1769

Ano	Receita	Despesa	Líquido
1760	13: 917.905	2:544.158	11:373.747
1761	1:930.099	116.490	1:813.60
1762	1:954.275	116.490	1:916.825
1763	2: 096.071	257.700	1:838.371
1764	1:195.335	257.700	1:144.234
1765	7:190.545	965.890	6:224.650
1768	8: 418.080	729.240	7:688.840

¹¹⁴ Eles trabalhavam nas lavouras nos engenhos e nas áreas criatórias para sustentação dos colégios, ou seja, os escravizados exerciam várias funções dentro desses espaços coloniais. Os indígenas compreendiam a maioria dos trabalhadores nos negócios jesuítos, esses trabalhadores exerciam todas as funções desenvolvidas no interior das fazendas e colégios da Companhia de Jesus. Durante a análise dos documentos, foi possível encontrado o papel do indígena de forma bastante variada, podemos dizer que os indígenas representavam a principal força de trabalho nos negócios jesuítos, principalmente, nos trabalhos em que o conhecimento indígena era indispensável, como era o caso da coleta das drogas do sertão, existentes nas, nas terras pertencentes ao Engenhos de S. Bonifácio de Maracu. Mas a mão de obra negra também foi muito presente, podemos observar devido o expressivo número de escravos existentes sobre a custódia dos jesuítas. Esses adquiridos por compra, ou doação, mas também, geração de uma prole mestiça estruturando todo o restante da comunidade ao longo dos anos. O incentivo ao casamento dos cativos e, conseqüentemente, formação de numerosas famílias propiciaram a formação de uma mão de obra bastante significativa para os inacianos, a ponto de eles não precisarem recorrerem ao tráfico como o resto dos moradores. Essa prática já havia sido mencionada ou mesmo denunciada, quando o governador Alexandre de Sousa Freire, acusava-os de estarem casando os negros com índios, com o intuito de aumentarem o número de escravizados em suas fazendas.

1769	6:408.045	836.995	5:571.050
Total	37: 571. 326		

Fonte: AHU_ACL_CU_009, Cx. 16\Doc. 1712, AHU_ACL_CU_009, Cx. 42\Doc. 410, AHU_ACL_CU_009, Cx. 43\Doc. 428, AHU_ACL_CU_009, Cx. 44\Doc. 4336.

Sobre a mão dos administradores, os bens jesuítas apresentam queda nas receitas de algumas fazendas, se comparar os rendimentos de 1760, período que a ordem ainda estava no Maranhão, a grande flutuação econômica é evidente. Os valores das rendas têm uma queda significativa, uma justificativa apontada pelos administradores seria uma rigorosa seca que estava passando a capitania do Maranhão que acabou por diminuir muito a produção principalmente nos engenhos, na produção de açúcar e aguardente. Conforme os dados, nos primeiros anos, houve uma queda na produção, a situação só começou a se estabilizar por volta de 1765, com o grande inverno, e as ditas fazendas começaram a render como antes.

Nesse mesmo ano, o governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, enviava um ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando uma relação dos rendimentos e despesas das fazendas¹¹⁵. Esse foi o segundo documento que elucidava sobre a questão dos rendimentos das propriedades, agora sobre a jurisdição dos administradores. Na carta, o governador destacava o fato de algumas fazendas, e justificava o fato de que enquanto algumas fazendas apresentaram bons rendimentos, como era o caso das fazendas Amanajuê, Pericumã e Munim, que já se encontravam adiantadas, outras como era o caso das do Maracu, no Pindaré estavam sofrendo uma flutuação econômica muito grande, em virtude de uma praga que assolava os canaviais. O governador buscava advertir os administradores das suas obrigações como tal, de manter receitas expressivas dessas propriedades. O destino dado aos bens dos jesuítas, com exceção do colégio de São Luís, foram se perdendo com o tempo, sobretudo as igrejas, capelas e seminários.

Com o tempo, as terras e propriedades dos jesuítas começaram a ser solicitadas por moradores que desejavam ocupar novamente aquelas propriedades. Devido sua excelente situação geográfica e as boas terras para a prática e cultivo, a fazenda Anindiba, veio a se tornar a vila do Paço do Lumiar e, em 1762, o governador Joaquim de Melo e Povoas, havia mandado um grande número de índios, que andavam dispersos para ocuparem aquelas terras que “vira a

¹¹⁵ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. 27 de janeiro de 1765. Lisboa. AHU, Avulsos do Maranhão. Cx 25. D. 2536

ser hua das melhores vilas desta capitania”¹¹⁶. Por esse motivo, muitos moradores se mostravam interessados em cultivarem as antigas terras dos jesuítas que haviam nessa localidade, e por meios de requerimentos solicitavam as terras, como aconteceu em 1769, quando o alferes, Francisco Ferreira Portugal, solicitava preferência na aquisição dos bens dos jesuítas, alegando os serviços prestado nas campanhas a favor da Coroa portuguesa¹¹⁷.

Desde a segunda metade XVII, muitas sesmarias já haviam sido distribuídas, muitas dessas concedidas aos devassadores, com extensões fora dos limites estabelecidos, mas ainda muitas terras, com recursos de água e pastagens naturais para as criações continuavam a ser demandadas. Durante esse período, havia uma grande concentração de terras nas mãos de grandes sesmeiros, levaram a disputas pela posse da terra, muitos que chegavam tiveram que arrendar a terras, pois encontravam muitas dessas já ocupadas, isso veio a se tornar um dos principais motivos para conflitos de terras. É sabido que nos dois primeiros séculos da colonização as sesmarias foram distribuídas com extensas dimensões, fruto da própria falta de especificações nas Ordenações, mas também da visão de que, diante de tantas terras, não seria problema a concessão de gigantescas extensões. As autoridades coloniais, que eram responsáveis pelas distribuições, acabaram por conceder vastos terras nas mãos de poucos senhores.

Tal facilidade em se obter terras praticamente desconhecidas acaba por gerar uma forte tensão social. Conforme a frente pioneira avançava, encontrava, muitas vezes, as terras já apossadas juridicamente, com base nas doações feitas em Salvador. Assim, aqueles que, após duras fainas, chegavam às novas áreas deveriam se contentar em arrendar terras aos grandes sesmeiros, que de Salvador, controlavam através de mecanismo político e argumentos legais toda a fronteira (SILVA, 1997, p. 121).

Em finais do século XVII, a Coroa portuguesa criou uma série de mecanismos em relação às distribuições de sesmarias, como o estabelecimento do tamanho, a cobrança de foros anuais, como uma tentativa da Coroa de manter um maior controle sobre os processos de demarcação das sesmarias.

Essa problemática de grande concentração de concessões de sesmarias levou conforme Nunes (1975), a uma luta pelo domínio da terra, antes entre colonos indígenas, agora se tornava entre posseiros e sesmeiros. Em relação ao Piauí, segundo Brandão (1995), no final do século XVII já era bastante significativo o número de sesmarias concedidas no Piauí, ainda que fossem

¹¹⁶ Carta do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Povoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier Furtado. 2 de julho de 1762. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, Doc. 3997.

¹¹⁷ Ofício do alferes Francisco Ferreira Portugal para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 15 de setembro de 1769. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 43, D. 4286.

dadas sem prudência, e sem as condições que as leis exigiam. Segundo a autora, se, por um lado, isso intensificou-se a conquista do território, por outro resultou na formação de grandes latifúndios que viriam a ser uma das principais características da ocupação do Piauí. Embora houvessem limites de áreas, fixados em lei, para as concessões de sesmarias, verificou-se, um relaxamento ao cumprimento das determinações. As exigências legais eram frequentemente desobedecidas, nem mesmo a condição fundamental exigida em outras localidades para a aquisição de sesmaria, que era a de demonstrar aptidão de cultivo do solo era respeitada. A posse foi uma prática recorrente no processo de interiorização do território, tornando-se um costume compartilhado tanto por aqueles que almejavam um pedaço de terra, quanto pelos donos de sesmarias que desejavam ampliar suas fronteiras. O monopólio de grandes sesmarias que foram doadas no início da conquista acabou por gerar uma forte tensão social. Os povoadores que teriam chegado após o período de lutas e conquistas foram forçados a um regime de dependência em relação aos sesmeiros, caso almejassem se estabelecer como produtores rurais. Durante o século XVIII, entretanto, a concentração da terra veio provocar um sério conflito social entre os titulares do domínio das terras, os sesmeiros e os povoadores efetivos, os posseiros.

Logo no início do século XVIII, já era enérgica a reação contra as sesmarias muito amplas. A questão de terras no Piauí, nesse período, motivou a anexação da capitania ao Maranhão, o que excluía intervenções de Pernambuco, em assuntos de competência tão rigorosamente restrita, como a concessão de terras. Essa mudança na distribuição de terras contribuiu para o controle sobre o tamanho das terras ocupadas. Poucos eram os donos de terras que participavam efetivamente do povoamento do território piauiense. Conforme aponta Antonil (1967), as terras dos domínios dos sertões da Bahia pertenciam apenas a dois grupos familiares, sendo a maior parte delas repassadas a terceiros através de arrendamento. Mas, não podemos atribuir a conquista unicamente aos sesmeiros, pois, na realidade especialmente arrendatários e vaqueiros que, correndo riscos de suas vidas, adentram nos sertões em busca de novas terras, as quais posteriormente eram repassadas aos seus tradicionais donatários, ficando em prejuízo os verdadeiros conquistadores. Seus proprietários, após ocuparem as terras, as arrendavam ou essas passavam a ser administradas por vaqueiros. Os relatos do padre Miguel Coutinho apontam que “naquele ano havia 129 fazendas, porém poucas eram as que recebiam administração direta de seus donos, a maioria delas estavam sob responsabilidade de vaqueiros” (MOTT, 1985, p. 98).

Inicialmente, a administração do Piauí estava a cargo da capitania de Pernambuco, que tinha o objetivo de garantir o domínio das regiões conquistadas e concretizar seu

aproveitamento econômico, D. Francisco de Almeida, na época, era o governador e encarregado de conceder as sesmarias aos sertanistas¹¹⁸. Mas, devido aos problemas e a essa forte tensão social, a capitania passou para jurisdição do Maranhão. A principal vantagem que se apresentou como argumento para a adoção da medida, era o Piauí estar mais próximo do Maranhão que da Bahia, mas os posseiros do Piauí queriam de fato fugir do foro da Bahia e Pernambuco, onde sentiam o peso da prepotência dos sesmeiros. De acordo com Nunes (2007), essa mudança favoreceu os posseiros do Piauí que passaram a pedir sesmaria para fundação de seus currais. Uma tentativa dessas na Bahia ou Pernambuco seria frustrada devido a posição dos sesmeiros. Já os posseiros não tinham por vezes recursos materiais para tão longa viagem. Transferidos seus litígios para a jurisdição do Maranhão daria mais fácil acesso. Nas primeiras décadas da ocupação territorial não ocorreram conflitos mais sérios, entre os moradores, por questões de posse das terras. Pois ainda havia terra em demasia e pouca gente para ocupá-la, esse fator pode ter contribuído no sentido de que fossem atenuadas as determinações concernentes às distribuições de terras. Durante o século XVIII, entretanto, a concentração da terra veio provocar o sério conflito social.

A concentração de terras veio a provocar conflito entre posseiros, onde os litígios sobre a posse da terra eram julgados pelos sesmeiros que detinham o título de posse, mas muitos não ocupavam, nem administravam a terra, estavam amparados pelas autoridades representantes do Estado Português. Conforme sugere Samir (2018), para entender esses conflitos envolvendo sesmeiros e posseiros é preciso compreender as medidas políticas e administrativas e os interesses envolvendo as autoridades regias, governadores, provedores e ouvidores. Os conflitos fundiários na parte oriental do Maranhão e no Piauí ocorreram desde o final do século XVII e se prologaram durante toda a primeira metade do século XVIII. Segundo o autor, esses conflitos se caracterizaram pelas tensões contrárias entre as ações e os interesses que os moradores e os senhores tinham em torno do uso e da posse das terras na região. De acordo com Silva (1997), o auge das disputas se dá em torno de 1714 quando o ouvidor geral do Maranhão, mais próximo dos interesses dos novos homens da fronteira, declara devolutas todas as sesmarias do Piauí. Porém, por meio do Alvará de 11 de janeiro de 1715, a Coroa volta a reafirmar a validade das sesmarias, mas, transfere o Piauí para a jurisdição do Maranhão,

¹¹⁸ Sendo desmembrada em 1695 e a jurisdição eclesiástica esteve dependente da capitania da Bahia. A partir de 1715 esteve sob a jurisdição do estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 1718, foi criada a Capitania de São José do Piauí, sendo instalada somente em 1758. A Carta Régia de 3 de março de 1700, decretou a anexação de Piauí ao Maranhão.

tornando, segundo o autor, essa medida acabava por tornar a justiça mais acessível e menos manipulável pelos politicamente poderosos na Bahia.

Os problemas em relação a posse da terra levaram a Coroa a limitar as doações de terras, que buscava impor medidas para diminuir a concentração de terras. Mesmo a Coroa tendo feito determinações e estipulados padrões de dimensões, não impediu dos sesmeiros de tentarem burlar as determinações, usando o prestígio que tinham com os governadores. Como relatado em 1740, onde o Conselho Ultramarino emitiu um despacho ao então governador do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, referente a não confirmação das cartas de data de sesmaria que o governador havia concedido a alguns moradores¹¹⁹. Entre esses estavam Mário Vieira de Carvalho, Floriano Fecundo de Carvalho, José Vieira Escobar, Custódio Fecundo Monteiro e André Moreira de Sousa, que haviam solicitados terras, mas devido as dimensões das sesmarias excederem a área permitida por lei não haviam sido concedidas.

Segundo era determinado na lei de sesmaria, as doações de terra deveriam seguir o padrão de uma légua de largura e três de comprimento, ou uma de comprimento e três de largura, de qualquer forma, que não excedesse três léguas de terras, mas esse regulamento foi constantemente desrespeitado. Os moradores da Bahia que solicitavam terras para criarem o gado, geralmente solicitavam sesmarias maiores do que era estipulado pela lei, muitos desses se valendo das redes de relações que mantinham com os governadores, provedores, ouvidores e demais autoridades coloniais. Em 1744, o governador João de Abreu Castelo Branco, solicitava informações e esclarecimento ao ouvidor geral do Piauí sobre as sesmarias e as pretensões da casa de Garcia d'Avilas, ao não receber as informações solicitadas ao ouvidor, João de Abreu chegou a sugeriu que o motivo poderia ser “ou porque as não pode achar ou porque sendo natural da Bahia se inclinaria a favorecer as tais pretensões¹²⁰.

Essa suspeita veio a se tornar ainda mais forte quando o governador João de Abreu Castelo Branco, ao escrever ao rei, dando provisão sobre a demarcação das sesmarias e informado que de acordo com o que constava nos livros de registro haviam muitas datas de terras confirmadas que se achavam estavam fora dos limites estabelecidos, conforme constavam nas certidões inclusas¹²¹. Segundo registrado nos livros, a maior parte dos sesmeiros que ainda

¹¹⁹ Despacho do Conselho Ultramarino para o Governador do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco. 9 de março de 1740, Lisboa. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 26, D. 2638.

¹²⁰ Carta do governador do Maranhão João de Abreu Castelo Branco, para o Secretário da Marinha, António Guedes Pereira. 30 de novembro, 1744. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 28, D. 2885.

¹²¹ Carta do governador do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, ao rei D. João V. 6 de novembro, de 1743, Pará. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 27, D. 2816.

não haviam demarcado suas terras, seria porque essas estariam acima das três léguas de comprimento e uma de largura. Muitos desses sesmeiros, estavam com a posse de terra de mais de quatro, cinco e até seis léguas. Por esse motivo, os sesmeiros receosos de demarcarem e outros moradores requererem “as sobras da dita terra” usavam sua influência para não demarcarem suas terras. Diante disso e em busca de solucionar o problema, a Coroa buscava estratégias para forçar os sesmeiros a demarcarem as terras, uma desses foi estipulando um prazo para que todas as sesmarias que se achassem confirmadas e não demarcadas, teriam o prazo de seis meses para efetivarem a demarcação ou essas seriam consideradas devolutas.

A Coroa continuava atuando de forma paliativa, com as constantes queixas dos moradores descontentes, buscava conter as tensões existentes no sertão do Piauí, como foi registrado, em carta, régia datada de 1752, encaminhada para o governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará, sobre a situação de conflitos em que vivem os moradores do Piauí, provocados pelos “possuidores de vasta sesmarias”¹²². De acordo com a carta, os possuidores de fazendas reclamavam ao rei sobre as pressões e prejuízos, que sofriam pelas contendas e litígios que haviam lhe movidos pelos sesmeiros, entre eles Francisco Dias de Avila, Francisco Barbosa Leam, Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Certão, Francisco de Souza Fagundes, Antonio Guedes de Brito e Bernardo Viera, por ocuparem uma grande quantidade de terras, e deixando a maior parte dela devolutas, sem consentirem que pessoa alguma as povoasse, salvo, os que pagassem os forros das ditas terras. Esses senhores de grandes domínios, não abriram mão e buscavam a todo custo a conservação de seus privilégios, e se negavam a demarcação de suas terras.

Para evitarem as contentas que costumavam haver sobre as terras que não se achavam medidas, foi tomada uma segunda medida em 11 de abril de 1752, que havia sido tomada pelo Conselho Ultramarino, em anular, abolir e caçar as datas de sesmarias devolutas. Por não serem dadas a sesmarias “se não para os sesmeiros as cultivarem e não as repartirem e darem a outros que as conquistem”. Por esse motivo, o monarca determinou que fossem observados os limites das terras, determinou aos provedores da fazenda dos distritos que fossem medir e demarcar cada uma das sesmarias separadamente observando os limites determinados por lei¹²³. Como podemos ver havia uma atuação da Coroa em resolver os conflitos mais não se efetivava tão impressivamente.

¹²² Carta régia para o governador do Estado do Maranhão, sobre a situação de conflito em que os moradores do Piauí, dos sertões da Bahia e de Pernambuco. 1752. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 33, D. 3343.

¹²³ *Idem.*

No Piauí, as políticas Pombalinas buscavam garantir a posse das terras e o desenvolvimento da capitania. Um dos primeiros passos, foi a luta contra os jesuítas, que culminou com a expulsão dos inacianos e o sequestro de seus bens, por conseguinte, era tratar da criação das primeiras vilas e desenvolvimento econômico da capitania. Deixava-se assim ocupação da capitania de ser guiada exclusivamente por iniciativas de sesmeiros e religiosos, e começava a ter uma maior intervenção do governo português nessa região.

Como já elencamos anteriormente, a paisagem dos núcleos de povoamento piauiense era formada no meio rural, a falta de povoações formadas e a presença de poucos habitantes foi um marco do povoamento na capitania. Os poucos que moravam viviam dispersos em suas fazendas de gado, pois como já mencionado, requeriam grandes extensões de terra para criação do gado. Essa característica, contribuiu para o isolamento da população piauiense. Conforme sugeriu Nunes (1975), devido ao excesso de rebanhos, a falta de mercado, ao mesmo tempo que levava o estabelecimento de novos currais, e conseqüentemente maior área conquistada, teve como resultado a dispersão cada vez mais a exígua população. Segundo o autor, mesmo com a abertura das estradas para as capitanias vizinhas, e havendo o aumento de mercado, as áreas conquistadas eram grandes e, assim a densidade demográfica sempre foi extremamente pequena. O que contribuiu à quase ausência de núcleos de povoamento, sobretudo nos anos iniciais, mas a baixa urbanização, se manteve mesmo com o avanço do povoamento.

Sobre o processo de implementação da política pombalina em São José do Piauí, foi marcado por mudanças e medidas que buscaram garantir a posse das terras e o desenvolvimento da capitania e a implantação da rede formada por vilas. A ocupação e povoamento deixar de ser uma iniciativa exclusivamente por sesmeiros, e começa a haver uma intervenção do governo português. Durante o governo de João Pereira Caldas, ele recebeu ordem para a criação de vilas no Piauí, mas devido as dificuldades precárias, condições demográficas da capitania “pequena densidade, baixo nível cultural, nenhum povoado de significação social. (NUNES, 1975, p.144). Conforme os dados apresentados pelo autor, no ano de 1760, o governador enviou uma carta a Lisboa informando que das oito paróquias que se encontraram na capitania, apenas Parnaguá e S. Antonio do Surubim tinham condições para serem erigidas em vilas. A criação das primeiras vilas, veio a partir de determinações régias, assim, em 1761, conforme a carta régia, o rei ordenava a fundação de vilas na capitania, pois “vivendo os seus habitantes em grandes distâncias uns dos outros sem comunicação”, os moradores viviam dispersos e separados, vivendo em lugares “ermos e desertos”¹²⁴. Segundo o monarca, com a fundação das

¹²⁴ Carta régia do rei D. José ao governador do Piauí, João Pereira Caldas. 19 de junho de 1761, Lisboa. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 8, D. 457.

vilas, a antiga vila da Mocha, agora Oeiras, deveria ser elevada à categoria de cidade e capital do Piauí. E teve início o processo em transformar as sete freguesias que existiam no Piauí em vilas, as freguesias existentes foram elevadas, vila de N. Senhora do Livramento Parnaguá, Jurumenha, Valença, Marvão, Campo Maior, São João da Parnaíba.

Em 1765, o governador João Pereira Caldas enviava um ofício ao secretário de estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado informando a respeito da fundação das novas povoações na capitania conforme havia ordenado¹²⁵. Havia se levantado muitas casas em todas aquelas vilas, em algumas delas em grande número, a vila S. João da Parnaíba, havia sido fundado “um sítio excelente”, era a que apresentava maior adiantamento, devido a sua localização e do porto que recebia as embarcações de Pernambuco, com que desenvolviam um comércio de couro e de carne. Mas como podemos ver, a crescimento da vila se mantinha nos meios rurais, na vila haviam sido levantadas apenas quatro casas. No documento, o governador apresentava ainda uma lista com todas as fazendas de gado estabelecidas na capitania, e a respectiva lista dos seus moradores.

Tabela 3 - Resumo de todos os fogos, cidades, vilas e sertões da capitania de S. José do Piauí em 1765

Localidade	Fogos Urbano	Fogos Rurais	Fazendas
Oeiras	270	324	169
Valença	39	266	52
Marvão	19	176	39
Campo Maior	31	276	86
S. João da Parnaíba	4	330	84
Jurumenha	16	77	51
N. Senhora do Livramento Parnaguá	34	130	55
Total	413	1.579	539

Fonte: AHU_ACL_CU_016, Cx. 9, Doc. 547.

De acordo com o mapa de todas as pessoas livres, escravas, fogos e fazendas da cidade, vila e sertões da capitania do S. José do Piauí, podemos observar, após a criação das vilas, o número de casas não foi significativo. Apesar das falas do governador, não havia se desenvolvido muitas casas nas vilas, a maioria delas ainda se encontravam inexpressivo, apesar

¹²⁵ Ofício do governador do Piauí João Pereira Caldas, ao Secretário de Estado da marinha e Ultramar, Francisco Xavier Furtado. 6 de julho de 1765, Oeiras do Piauí. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9. D. 547.

dos incentivos para o crescimento ao entorno das vilas, quase não houve avanços nesse sentido, as vilas criadas, ainda se encontravam em condições precária. Não havia o desenvolvimento do meio urbano, apenas Oeiras, antiga vila da Moucha que era a capital do Piauí a mais desenvolvida, chegando a conter 270 casas, as demais vilas praticamente não haviam se desenvolvido, a vila de S. João da Parnaíba, é um bom exemplo, contava apenas com 4 casas na vila, enquanto havia 330 no meio rural.

Durante esse período, verifica-se o que já era esperado uma grande concentração no meio rural, como já mencionado, as vilas recém fundadas não tinham condições nenhuma para essa elevação, mesmo com os incentivos para o desenvolvimento dos meios urbanos, a capitania mantinha um caráter ruralista, e tendo seus moradores concentravam suas atividades no meio rural. Das 536 fazendas de gado na capitania, no geral, as fazendas eram povoadas por poucas pessoas, normalmente composta pelo núcleo familiar, agregado e trabalhadores (livres e escravos). Algumas dessas eram ocupadas por escravos, como era o caso fazenda da Torre, fazenda do Campo Largo, na ribeira do Canindé e ainda as Fazenda riacho dos Bois, fazenda dos Espinhos, fazenda grande, fazenda da Água Verde, fazenda Boa Vista, fazenda Brejinho, na ribeira do Piauí, o que era comum. Nesse ano, havia cerca de 12.744 pessoas, entre elas, (livre e escravos). Nesse total, foram somados os aldeamentos de índios Jaicó, cerca de 354, e dos índios Gueguê, que estavam aldeados no lugar chamado de S. João de Sende 337 índios. De acordo com o levantamento, a imensa maioria vivia fora dos meios urbanos, se concentrando na zona rural, sobretudo os escravizados, de 4.644 pessoas em situação de escravidão, 4.002, viviam no meio rural. As pessoas livres que representavam a maioria da população piauiense, chegava em cerca de 8.102 livres e 1.136 viviam nas vilas. Ou seja, a concentração populacional se desenvolvia, fora dos meios urbanos.

Em 1771, o ouvidor do Piauí António José Morais Durão enviou um ofício ao secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí¹²⁶. No documento é possível ter noção de aspectos como o número de fazendas, sítios e o número de pessoas, bem como, a formação territorial da capitania do Piauí. A historiografia piauiense produziu uma importante discussão sobre a formação dessa estrutura fundiária na capitania do Piauí, o trabalho Mott (1985) e de Brandão (1999) apresentam uma contribuição importante para compreensão dessa estrutura fundiária¹²⁷. Os estudos da sociedade

¹²⁶ Ofício do ouvidor do Piauí António José Morais Durão ao secretário de Estado da marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. 15 de junho de 1772. Oeiras do Piauí. AHU, Avulsos do Piauí, CX. 12. D.684.

¹²⁷ Os dados apresentados já foram discutidos anteriormente por autores como Nunes (1975), Mott (1985) Brandão (1999), ao analisar a formação social do Piauí. Sobretudo por Mott, que dedicou uma obra inteira para destrinchar

piauiense permitiram conhecer formação caráter ruralista, a grande parte da população vivia no campo, e se o quadro se manteve durante boa parte do século XVIII, os moradores viviam dispersos em suas fazendas. Na tabela apresentamos partes das informações apresentadas no documento, para que possamos compreender a formação social e econômica do Piauí. Como podemos ver novamente não houve muitos avanços.

Tabela 4 - Mapa geral da descrição da capitania do S. José do Piauí em 1771

Localidades	Número de Fogos	Urbano	Rural	Fazendas	Sítios
Oeiras	1.002	269	733	182	103
Parnaguá	329	31	298	60	11
Jurumenha	253	23	230	69	46
Valença	369	67	302	58	46
Marvão	190	24	166	39	50
Campo Maior	447	86	361	91	49
Parnaíba	444	78	366	79	47
Total	3.034	578	2.456	578	352

FONTE: AHU_ACL_CU_016, Cx. 12\Doc. 684

As tabelas a seguir apresentam a distribuição mais minuciosa do quadro apresentado acima, com o intuito de compreender as especificações referentes à destruição e a localização das fazendas, sítios, fogos e pessoas, assim é possível ter uma visão mais ampla dos núcleos sertanejos, no meio rural e urbano, existente na capitania. Conforme os dados apresentados e se comparados aos anteriormente discutidos podemos observar um crescimento no número de fogos, e ainda muito precário, o crescimento se mantinha mais expressivo no meio rural. A maior se manteve em Oeiras, em relação ao número de casa, fazendas e sítios estavam em Oeiras, assim como o número de pessoas. As vilas de Valença, Campo Maior e Parnaíba foram as que mais cresceram no número de casa ao entorno da vila, sobretudo Parnaíba, que em 1765, quando contava apenas com 4 casas, chegava agora com 78 casas. O crescimento se dava em parte ao desenvolvimento da vila, estabelecida no porto dos barcos, permitia em relação ao comércio da carne seca e o couro (couros em cabelos e curtidos e os atanados) constituiu como

cada parte dos dados apresentado do documento, que por sinal é rico em informações. Brandão, em sua pesquisa dedicou a uma parte fundamental, a formação da escravaria negra e mestiça nas fazendas de gado do Piauí, um tema amplamente debatido, e que sua pesquisa foi fundamental para o debate acadêmico sobre essa questão. Nesse sentido, minha intenção em revisitar as fontes e trazer os dados tem o intuito de discutir essas informações sobre o viés da formação do urbano do Piauí, de como se deu esse processo, e sua evolução ao longo dos anos. Sendo assim, os dados apresentados podem apresentar alguma variação em relação aos já discutido anteriormente por esses autores.

o principal objeto de comércio de seus habitantes, anualmente se matava em média quarenta mil cabeças de gado, que anualmente saíam em média entre quinze e dezesseis sumacas carregadas de carne seca e couro para diferentes portos do sul e chegando já se estendia para Lisboa, o desenvolvimento na vila provavelmente se deve a isso, o comércio, o que atraiu os moradores, esse talvez tenha sido o principal motivo para o desenvolvimento urbano na vila.

No documento, além de conter os números, apresentam informações sobre cada vila, conforme o levantamento apresentado na tabela, a vila de Marvão havia uma superioridade no número de sítios se comparado aos das fazendas. O termo sítios era designado para as terras onde se cultivava, sendo separadas das áreas de criatórios, ou seja, havia o desenvolvimento de uma agricultura. Nem todas as propriedades rurais existentes no Piauí durante os séculos XVII e XVIII eram grandes latifúndios, onde predominava a atividade pastoril, havia uma parcela de propriedades menores, onde se dedicava sobretudo a agricultura de subsistência para atender às demandas das populações sertanejas. A agricultura de subsistência apesar de ser uma atividade menor foi fundamental nesse processo. Essas de tradições indígenas eram formadas pelo sistema de roçados na produção de alimentos locais, na produção de cereais como o milho, feijão, farinha e outros grãos, que eram fundamentais para a sobrevivência dos moradores. Apesar da população dedicar-se com mais afinco a criação de gado do que a lavoura de subsistência, esse sem abandonarem as atividades de criação, desenvolviam nesses locais onde o solo era favorável, seus roçados, onde desenvolviam a produção de alimentos, cuja produtividade ficava submetida aos bons períodos chuvosos. Apesar dos dados, a vila é retratada como a “pior de toda a capitania por se achar no sítio mais seco”¹²⁸, mas pelo visto, os lavradores encontravam formas de adaptar o seu cultivo.

A população no Piauí continuava escassa, o pouco aumento que teve em relação ao levantamento anterior, os moradores existentes viviam dispersos, e longe uns dos outros, mesmo que ao longo dos anos, em decorrência desse processo, os sertões foram se formando cada vez mais povoadas, o número ainda era pequeno. Em 1771, a capitania contava com 19.191 pessoas, apesar de haver um crescimento não chegava a ser muito significativo. Principalmente se compararmos esses números em relação a capitania do Maranhão, e assim construir um parâmetro¹²⁹. Conforme o ofício do governador do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, remetendo o mapa da

¹²⁸ Ofício do ouvidor do Piauí António José Morais Durão ao secretário de Estado da marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. 15 de junho de 1772. Oeiras do Piauí. AHU, Avulsos do Piauí, CX. 12. D.684.

¹²⁹ *Idem.*

população da capitania do Maranhão e Piauí¹³⁰. De acordo com o levantamento, podemos estabelecer uma relação entre a população da capitania do Piauí e Maranhão no ano de 1777, o Piauí mantinha um crescimento lento contabilizando cerca de 23.352 pessoas, enquanto o Maranhão contava com 48.768 habitantes mais que o dobro em relação ao Piauí¹³¹.

3. A Pecuária, as roças e a formação do território colonial

A pecuária foi uma atividade de grande importância tanto para a economia como para a história da ocupação do Nordeste, assim, o avanço da fronteira de povoamento, aconteceu paulatinamente e teve como principal instrumento de ocupação os currais e as fazendas de gado. Devido a necessidade de encontrar novos pastos para a criação dos animais, a pecuária veio a ocupar regiões cada vez mais interioranas. No Piauí, a pecuária foi fundamental no desbravamento do sertão, como muito bem relatava o Mott (1985), possuindo grande parte de seu território ocupado por catingas e cerrados, e dispondo de poucos rios perenes, o Piauí, de um lado apresentava fracas possibilidade para o desenvolvimento de uma agricultura exportadora, (apesar de haver o desenvolvimento da lavoura de arroz nas proximidades do rio Parnaíba), o Piauí veio a transformar-se na principal área pastoril do Nordeste.

A criação de gado foi desde o início tida como uma atividade econômica subsidiária e indispensável ao abastecimento interno da colônia. Conforme Melatti (1967), diante da necessidade de se abastecer os principais mercados consumidores do litoral açucareiro e a região mineradora, que demandavam um grande número de mão de obra, a pecuária assumiu uma importância fundamental. Devido a esse crescimento populacional dessas regiões, os criadores de gado do sertão passaram a ser os principais responsáveis pelo abastecimento interno de carne na colônia. Conforme sugere Brandão (1999), do ponto de vista econômico, a pecuária era atraente porque não estava sujeita às oscilações externas, dava possibilidade de ascensão social, e o mercado interno, naquele momento, se desenvolvia de forma crescente. Essas características associadas as condições naturais, como o clima semiárido e as boas pastagens facilitaram a adaptação do gado ao sertão do Piauí, logo, o “Piauí foi considerado durante o período colonial como o curral e o açougue do Brasil”, (MOTT, 1985, p.71) e seus

¹³⁰ Ofício do governador do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o Secretário de Estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 7 de maio de 1778. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx, 52, D. 5014.

¹³¹ Sabemos que o Maranhão desenvolveu uma lavoura de exportação e teve uma entrega muito significativa de escravizados africanos, tudo isso acabou por influencia o número muito superior ao do Piauí. Onde as fazendas de gado, que foi o principal vetor econômico não exigiam o mesmo volume de trabalhadores no seu interior.

rebanhos eram enviados, a princípio, para Pernambuco e Bahia, esses que foram os primeiros mercados consumidores da pecuária piauiense. Mas à medida que crescia o número de fazendas de gado no Piauí, expandiam-se também os mercados para onde se destinavam os seus rebanhos. No século XVIII, eles abasteciam não somente os já citados mercados de Pernambuco e Bahia, mas eram mandados para os do Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Essa expansão, conforme sugere Brandão (1999), foi possibilitada devido o Piauí ser uma das mais importantes fazendas de criação de gado do Nordeste, o que possibilitou aos currais dessa capitania monopolizar os mercados consumidores de gado que se ampliavam como surgimento de outras praças. Nesses locais, o gado do Piauí misturava-se aos das demais capitânicas do Norte, compondo os circuitos mercantis sertanejos que ligavam diversas regiões criadoras. Muito embora tais regiões pudessem desenvolver uma pecuária, era mais interessante ocuparem suas terras com a lavoura de exportação, e mais rentável comprar dos sertões do Piauí o gado necessário para consumo interno. Como mencionado, a disseminação das fazendas de gado por todo o território dos sertões do Maranhão e Piauí aconteceu sem muitos esforços, mas aproveitando as condições naturais e adaptação do gado ao semiárido sertanejo, assim, não necessitava de muitos recursos. Dessa forma, as primeiras terras ocupadas eram as que ofereciam melhores condições, próximas das margens dos rios, ou com presença de água, a rápida expansão da pecuária pode ser interpretada sobretudo como “produto do crescimento natural do rebanho, como também, o contínuo desenvolvimento da demanda de animais e do consumo de carne na Colônia” (BRANDÃO, 1999, p. 61).

A pecuária extensiva, a partir de meados do século XVII, foi fundamental ainda para a formação de uma unidade territorial, e teve os novos caminhos abertos pelo gado, como uma das justificativas para o povoamento do interior. Os caminhos e estradas criadas para a condução dos animais fizeram parte do processo de formação de uma rede de vias e, conseqüentemente, da formação de povoações às margens desses caminhos. Ou seja, a ligação entre as capitânicas, devido ao comércio de gêneros do sertão (carne e couro), os vaqueiros e tangedores responsáveis por levar a boiada até as feiras para serem comercializadas, deram os primeiros indícios de povoamento, e se tornavam eixo condutor do povoamento do sertão e conseqüentemente a formação de povoados e vilas. Uma dessas estradas estabelecidas para o desenvolvimento do comércio do gado estava sendo feita em 1773, conforme foi notificado pelo governador João Pereira Caldas. A abertura e o estabelecimento da comunicação terrestres ligavam as capitânicas do Pará, Maranhão e Piauí para o estabelecimento de um caminho de terra

para a introdução de gado daqueles sertões que era tanto preciso e necessários na ilha de Marajó, que naquele período sofria na diminuição do gado¹³².

Conforme o ofício do governador Gonçalo Botelho de Castro, encaminhado ao secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro em 1770, o principal rendimento da Fazenda Real da capitania do Piauí consistia nos dízimos dos gados¹³³. Devido aos comércios serem feitos com as capitanias vizinhas, o gado produzido nos sertões precisava fazer longas caminhadas de centenas de léguas que poderiam durar vários meses até chegar aos mercados consumidores. O transporte do gado às feiras era feito por escravos e vaqueiros ocupavam as funções de guias. Durante essas longas marchas do gado, além de sofrer com os problemas advindos das longas caminhadas com a boiada, as longas viagens, as condições precárias dos pastos existentes pelos caminhos, “os grandes prejuízos, que experimentam conduzindo-as por longes caminhos áridos, escabrosos e faltos em certas estações e lugares de pasto e água necessária pra a conservação”¹³⁴.

Além desses problemas, havia outro empecilho ainda mais dificultoso, os índios. Durante essas jornadas, os vaqueiros e tangedores eram surpreendidos por constantes ataques dos indígenas. Principalmente, quando esses já estavam em conflitos com os moradores dos sertões, atacavam as fazendas de gados. Os indígenas invadiam também os caminhos e as estradas onde os viajantes sertanejos que passavam da Bahia, Maranhão e do próprio Parnaguá no Piauí, que era rota comercial para o abastecimento de carne em outras regiões das colônias, sobretudo, para o Estado do Brasil. Um desses ataques foi relatado por volta de 1745, quando os índios Gueguê estavam em conflitos com as tropas portuguesas próximo a região do Parnaguá, no Piauí¹³⁵. Sabemos que esses indígenas eram os principais conhecedores desses caminhos que os vaqueiros conduziam o gado, e estavam atacando os comboios, que passavam por essas estradas, matando e roubando os sertanejos. Ou seja, as reações dos índios bravos

¹³² Ofício do governador do Estado do Pará e rio Negro, João Pereira Caldas para o Secretário de Estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, 6 de novembro de 1773. AHU, Avulsos do Pará. Cx.71, Doc. 6064.

¹³³ Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 19 de julho de 1770, Oeiras do Piauí. AHU. Avulsos do Piauí. Cx. 11, Doc, 633.

¹³⁴ *Idem*.

¹³⁵ Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus no Maranhão, João Ferreira, para a Secretária de Estado da Marinha e Ultramar. São Luís do Maranhão, 18 de dezembro de 1748. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 31, D. 3143.

ameaçavam à estabilidade da economia, não apenas atacavam as fazendas, incendiavam casas e matavam os moradores, mas também nos caminhos e estradas. Provocando enormes prejuízos a Fazenda Real.

Além dos ataques e assaltos as fazendas de gado, a ocupação dos caminhos e a tomada de controle por parte dos índios, eles dificultavam e prejudicavam o trânsito de pessoas, mercadorias, e principalmente a passagem do gado, que abasteciam outras capitânicas. Por esses caminhos e estradas, os curraleiros da Bahia e do Piauí desenvolveram um intenso comércio de troca e venda de carne e outros gêneros do sertão. Durante o século XVII, com os constantes ataques dos indígenas que ocupavam e conseqüentemente bloqueavam os caminhos do sertão dificultava o transporte do gado que levavam meses em caminhadas até as feiras, esses conflitos ocasionavam muitas vezes a perda quase que completa das cargas. Fora os problemas ocasionais que já geravam um grande empecilho, as condições precárias dos caminhos, as fugas e perdas naturalmente geradas nesse percurso.

Como já mencionamos, o Piauí era um dos maiores fornecedores de gado, das regiões do Norte, Nordeste e centro da Colônia, e chegando a monopolizar os mercados consumidores de gado, as capitânicas do Pará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, durante todo o século XVII. Com o desenvolvimento crescente da região das Minas, essa região veio a se tornar um mercado de grande potencialidade, os preços que os comerciantes obtinham nas regiões das Minas era muito maior em relação a outros. Conforme os dados apresentados por Boxer (1969), o gado chegava a alcançar de três a cinco oitavas de ouro por cabeça em outras localidades, em Minas Gerais chegava aos valores de quinze a trinta oitavas. Podemos constatar essa valorização dos preços do gado, conforme a carta de 1745, quando é mencionado os problemas com índios Acoroá-Assú, por esses ocuparem as terras que eram os caminhos de passagem para as Minas Gerais, que no período eram um dos principais mercados consumidores dos produtos do gado piauiense¹³⁶. Conforme os dados apresentados, o gado que era comercializado na Bahia, era arrematado o contrato por nove mil cruzados. Com a abertura do mercado para a região das Minas, mesmo com o longo caminho (que levava em média três a quatro meses de viagem), o contrato chegava em torno de cinquenta e sete mil cruzados. Diante disso, podemos constatar que os ataques dos índios provocavam enormes prejuízos, e conseguiam desestruturar a principal atividade econômica do Piauí e impossibilitava o crescimento dos dízimos reais.

A expansão dos currais foi a impulsionadora do processo de colonização do sertão e a inserção do trabalho escravo na estrutura social. O trabalho realizado nas fazendas de gado do

¹³⁶ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco. Lisboa. 24 de julho de 1745. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 4, D. 235.

sertão, contava com a participação dominante da escravidão na vida econômica, bem como, foi um dos traços fundamentais do cotidiano sertanejo. A discussão sobre a presença ou não da escravidão negra, contrapôs uma narrativa da historiografia tradicional, que afirmava a predominância do trabalho livre. Mas, nas últimas décadas, as narrativas vêm se distanciando dessa historiografia, que apontava o caráter não escravista da sociedade do interior nordestino, as novas narrativas apresentam o contrário, os dados apresentados por Mott (1985) e Brandão (1999), apontam que desde o início e ao menos durante todo os setecentos, a pecuária piauiense dependeu substantivamente da mão de obra escrava negra e mestiça. Embora houvesse trabalho livre, o trabalho escravo sempre foi uma presença importante e indispensável nas fazendas de gado. Nessas regiões produtoras de gado vacum e cavalariço, a mão de obra indígena também foi usada, apesar da legislação, com o avanço das fronteiras e o contato com as nações indígenas que ocupavam a região, os índios não deixaram de ser usados como mão de obra, e foram essenciais nessas regiões produtoras de gado, usando entre outras funções, na condução de gado dos sertões para o centro consumidores. No Maranhão, podemos mencionar os índios da aldeia S. José, que era usados apenas para condução do gado para os açougues e arrecadação dos dízimos¹³⁷.

Dada a importância do comércio do gado para os sertões do Piauí e do Maranhão, a Coroa e os agentes da colonização chegavam a intervir para manter o funcionamento e estabelecer medidas para garantir a demanda e evitar escassez. Diante disso, as autoridades buscaram regulamentar a produção do gado como forma de solucionar o problema ligado ao abastecimento. Em uma troca de carta entre o governador da capitania do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas e a rainha D. Maria I, em 1781, o governador elencava as preocupações a respeito da criação de gado nessa região¹³⁸. Nesse documento, é possível perceber a constante intervenção do governador e de seu antecessor sobre a forma como deveria proceder para criação do gado para atender as demandas da capitania.

Conforme destacava o Joaquim de Melo, no Maranhão, as três principais freguesias que se destacavam na criação do gado eram Pastos Bons, Aldeias Altas e S. Bernardo da Paraíba. Nessas não havia outro comércio além das boiadas que eram enviadas para a Bahia, Minas, Goiás e para os lavradores do rio Itapecuru que usavam para prover o sustento das suas escravarias e as compravam também para “o sustento da cidade pois é certo que tendo crescido

¹³⁷ Carta do governador do Maranhão e Pará, João de Abreu Castelo Branco, para o rei D. João V. 2 de setembro de 1739, Belém do Pará. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2071.

¹³⁸ Carta do governador do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para a rainha D. Maria I. 22 de janeiro de 1781, Lisboa. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 56, D. 5267.

muito a população da capitania, não podem suprir as fazendas da ribeira do Mearim, donde sempre se sustentavam”. Diante desse cenário que estava acarretando a falta de gado nos açougues do Maranhão, o governador D. Antonio de Sales e Noronha, seu antecessor, interveio mandando proibir a partida do gado da capitania para serem comercializados em outras capitanias. Ademais, também ficava proibido que matassem vitelas e vacas de produção, com o intuito de assim aumentar o número do gado nas fazendas sobretudo as existentes na ribeira do Mearim “donde melhor se prove aquella cidade”. A intenção dessas determinações era evitar uma possível falta desse gênero de primeira necessidade, que era a carne.

No entanto, a respeito da imposição que havia sido tomada essa não foi bem recebida pelo governador que informava que era contra a decisão de proibir a saída do gado da capitania, não só porque essas medidas provocariam a falta aos povos da Bahia e Minas, mas também pelo “forte vexame” que seria obrigar os donos das fazendas a trazerem ao Maranhão “sincoenta mil bois, quando ali se não gastão mais de tres, athe quantro mil”. Mas também pela grande dificuldade para conduzir os ditos bois ao Maranhão, sendo preciso canoas para os seus transportes, as quais não poderiam prover os senhores das fazendas do sertão. Diante disso, solicitavam que esta proibição fosse desfeita, e que era perfeitamente possível os marchantes do Maranhão comprar as boiadas que necessitavam para o sustento daquela cidade e conduzirem a tempo para os campos do Mearim e transportarem em canoas para os açougues como se praticou sempre em anos.

A respeito da imposição que os criadores de gado colocavam, havia outro problema envolvendo, principalmente, os interesses dos criadores, pois alegava que diferente do que acontecia na Bahia e Minas, os preços dos bois eram muito diminutos, e mesmo assim os senhores dos gados eram obrigados a vendê-los pelo que quiserem os ditos marchantes por não poderem enviá-los para outras partes. De igual modo, acontecia também no porto de S. João da Parnaíba, na capitania do Piauí, onde seguiam para essa vila todas as boiadas da capitania do Piauí, e vendo os boiadeiros que os senhores dos gados não podem enviar para outra parte, deixava de dar por eles o seu valor justo, o que causava grave prejuízo do comércio de todo o sertão. Diante de toda essa situação, o governador solicitava que a monarca ordenasse que deixasse sair o gado “para onde os senhores das fazendas bem lhe transportá-los”, e que fosse feito um levantamento mais claro a respeito dos bois que se costumava “gastar” no Maranhão e dos que se costumam “extrair” das fazendas situadas nas freguesias de Pastos Bons, Aldeias Altas e S. Bernado da Parnaíba e da capitania do Piauí porque assim ficará conhecendo o que deve determinar a este respeito.

Em longo prazo, entretanto, as interferências aparecem, pois diante da liberdade de escolha dos criadores de gado, optavam por manter o comércio com os mercados consumidores mais lucrativos. Diante dessa situação, em 1785, num momento em que a oferta de carne já não conseguia atender as demandas da população, o governador do Maranhã e Piauí José Teles da Silva, dava ordem para que os bois deveriam ser comercializados no Maranhão em vez de irem para a Bahia, pois “padecendo esta cidade hua falta continuada de gado para subsistência de seus moradores” desse que era um gênero de primeira necessidade¹³⁹. Mas, diante da situação buscava-se evitar que os senhores das fazendas e demais criadores de gado rompessem o comércio que esses vinham tendo com as capitânicas da Bahia e Pernambuco, o governador ordenava que se enviassem das fazendas que pertenciam ao Real Fisco, que anualmente se costumavam mandar para a Bahia, agora fossem remetidas para São Luís.

Diante da correspondência trocada entre os governadores e as autoridades coloniais, podemos perceber as interferências do governo no comércio do gado e o esforço para garantir a oferta de gênero de primeira necessidade na Colônia. Mas nota-se também o desinteresse dos criadores de gado, no cumprimento das determinações, esses estavam mais interessados nos lucros com a venda do gado. Para evitar a escassez no abastecimento e conseqüentemente a falta do alimento exigiu, por vezes, uma postura mais incisiva das autoridades coloniais para subir as demandas que só aumentavam devido ao crescimento da população nos centros urbanos no Maranhão.

Fazendeiros e comerciantes de gado do sertão do Piauí e do Ceará, que eram sempre prejudicados pela concorrência, pois não estavam tão próximos dos centros consumidores, passaram a salgar e secar as carnes. Essa mudança ampliava enormemente o tempo para a comercialização. Para poder durar as longas distâncias dos centros comerciais, a falta de água charqueada, exportavam o gado abatido nas embarcações. A carne seca permitia que a comercialização da carne, para os centros de consumo, sem precisar esperar meses até os gados serem levados para o sertão. No Piauí, a vila de São João da Parnaíba, o comércio da carne seca e o couro (couros em cabelos e curtidos e os atados) constituiu como o principal objeto de comércio de seus habitantes, anualmente se matava em média quarenta mil cabeças de gado e saíam em média entre quinze e dezesseis sumacas carregadas de carne seca e couro para diferentes portos do sul e chegando já se estendia para Lisboa¹⁴⁰. As carnes secas e couros, via

¹³⁹ Ofício do governador ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro., Oeiras Piauí, 4 de janeiro, de 1785. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 14, D. 816.

¹⁴⁰ Ofício do governador do Maranhão e Piauí, José Teles de Silva ao Secretário de Estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 13 de fevereiro 1786. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 15. Doc. 826.

rio Parnaíba, funcionária de maneira paralela e, em muitos casos, de modo complementar ao que se praticava na cidade de São Luís, uma vez que a carne seca comercializada naquela cidade chegaria tanto pelo estuário comercial da vila da Parnaíba, como também, pelo interior do continente, descendo o rio Itapecuru até alcançar a ilha de São Luís.

Os empreendimentos coloniais dedicaram sua força produtiva aos gêneros mais demandados pelos circuitos mercantis, a economia colonial se restringia em grande parte a manutenção do complexo agroexportador. Os historiadores dedicaram atenção a essas *plantation*, tomadas como atividade econômica mais importante para compreensão da formação histórica do Brasil. Entretanto não se pode resumir a economia da colônia à dinâmica exportadora, presente, mas não a única forma de organização econômica desenvolvida nessa região. As lavouras de subsistência foram fundamentais para o abastecimento interno e na ocupação da terra que se tornou possível graças ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno. Nesse sentido, a agricultura voltada para o abastecimento interno era vista como uma espécie de retaguarda da principal atividade colonial. Assim, essa dinâmica levou os agentes coloniais a privilegiarem determinados produtos de exportação e deixar em posição secundária os destinados ao mercado local. O desenvolvimento de uma agricultura sertaneja, apesar de não ter sido a atividade principal, desenvolveu-se à sombra dos currais, devido à grande distância que se separava aquela zona do litoral e ao elevado preço que os gêneros atingiam após o transporte por dezenas de léguas.

Nos sertões, onde predominava a atividade pastoril, a lavoura de alimentos teve que adaptar-se às particularidades do terreno para atender às demandas das populações sertanejas, as propriedades de terras se dividiam entre fazendas de criar e sítios de plantar lavouras. Esses roçados eram cultivados, em grande maioria, pelo próprio vaqueiro com sua família e agregados. As propriedades dispunham quase sempre de amplas extensões propícias à criação, onde se faziam, desde os primeiros tempos cultura de subsistência, onde plantavam seus roçados.

Nem todas as propriedades rurais existentes no Piauí durante os séculos XVII e XVIII eram grandes latifúndios, onde predominava a atividade pastoril, havia uma parcela de propriedades menores, onde se dedicava sobretudo a agricultura de subsistência para atender às demandas das populações sertanejas. A agricultura ocupou um papel importante nos empreendimentos coloniais empregados para ocupar a terra, e povoar, e aqui não estamos nos referindo apenas as grandes lavouras de exportação, mas também a agricultura de subsistência apesar de ser uma “atividade menor”, foi fundamental nesse processo. A história da economia rural da colônia e a lavoura de exportação tinham seus caminhos bem definidos, foi mais

difundida na historiografia, em detrimento da *lavoura de abastecimento*. Essas de tradições indígenas eram formadas pelo sistema de roçados. A produção de alimentos local, de cereais milho, feijão, farinha e outros grãos era fundamental para a sobrevivência dos moradores. A produção de alimentos por meio de pequenos roçados na colônia foi fundamental também para a ocupação da terra. Essa agricultura sertaneja se instalou “nos locais mais úmidos, mais favoráveis, onde os solos eram mais espessos, como os leitos dos rios e lagoas secas” (ANDRADE, 1998, p. 174).

A agricultura de subsistências foi indispensável para a manutenção interna da economia da colônia e para o desenvolvimento da agricultura de subsistência, responsável por suprir a demanda alimentar dos engenhos e dos aglomerados urbanos da colônia. Assim, passou a população de trabalhadores rurais e pequenos agricultores, arrendatários, esses sujeitos tiveram papel importante no desenvolvimento da economia interna. Nesse contexto, os roceiros eram os responsáveis por prover alimentos. Dentre esses gêneros, a produção de farinha de mandioca foi fundamental. A mandioca era de longe a lavoura de subsistência mais cultivada e a farinha era um componente indispensável da dieta alimentar dessa região. O cultivo da mandioca e a produção já eram conhecidas e cultivadas pelos povos indígenas desde antes da chegada dos portugueses, essa foi disseminada entre os colonos, e se tornaria o principal gênero de subsistência nos sertões do Piauí e Maranhão.

A importância da farinha de mandioca no processo de colonização portuguesa no Estado do Maranhão e Grão-Pará, se deu não apenas pela sua importância fundamental para o abastecimento das vilas, mas também na manutenção da mão de obra indígena, no suprimento das tropas militares e de resgate. Dessa forma, a farinha assumiu uma importância crucial para as populações das áreas rurais e urbanas. De acordo com Cruz (2011), a farinha passou a ser a base de sustentação de empreendimentos econômicos, políticos e militares, na efetivação do processo colonial português sobre a região, a produção da farinha de mandioca não constituía um produto voltado para a exportação, sua utilização abastecimento interno¹⁴¹. Juntamente com a mandioca e outros variados grãos eram cultivados, milho, feijão e arroz, mas em proporções diferentes, ocupando um papel secundária na alimentação.

¹⁴¹ A farinha de mandioca, item básico indispensável na alimentação indígena, passou constituir a base da alimentação da colônia, sendo utilizada no abastecimento de canoas enviadas “aos sertões”, para a alimentação de soldados e de religiosos, além de ser usado no consumo diários entre os principais grupos da sociedade colonial. A roças de mandioca ainda se apresentava como uma das bases de apoio aos empreendimentos agrícolas voltados para o domínio do território, pois a produção de especiarias para exportação não se realizaria se não fosse acompanhada por uma produção destinada a subsistência dos trabalhadores indígenas.

Conforme Linhares (1996), a produção de alimento tinha entre outros papéis, o de ocupar a terra, desbravando-a e povoando-a. Apesar da predominância da atividade pastoril, a agricultura de abastecimento se desenvolveu para atender as necessidades dos currais e dos centros urbanos em expansão ao longo do século XVIII. Nessas áreas permaneciam alguns moradores, comumente lavradores, que sobreviviam de suas pequenas roças, onde plantavam para subsistência, e os excedentes comercializavam com os viajantes que passavam pelo local. Esses pequenos lavradores desenvolveram pequenas roças em conjunto com a criação de gado vacum e cavalariço, para atender as exigências de consumo da mandioca cujo cultivo se queria intensificar. O crescimento populacional aumentou o consumo interno e a preocupação com o abastecimento de alimentos, e dependiam dos abastecimentos de outras localidades para atender as demandas de alimentos.

No abastecimento de viveres, os produtos de primeira necessidade como a farinha, era essencial para o sustento das capitanias. Dentro do contexto de uma economia colonial, os roceiros eram provedores de alimentos e responsáveis pelo abastecimento dos núcleos urbanos em expansão. Assim como aconteceu com a comércio do gado, devido sua importância, a farinha não foi diferente, sua produção também foi alvo de constante atenção das autoridades coloniais, que buscava sempre estabelecer medidas governamentais voltadas para manter a regulamentação e evitar problemas de abastecimento, assim, havia uma forte intervenção das autoridades que atuavam no sentido de garantir o abastecimento. Em 1727, a carta do governador do Maranhão José da Serra ao rei informando nenhum morador deveria vender farinha sem antes declara primeiro ao almoxarifado, para saber se as querem comprar para o “serviço de V. Mag, pagar pelo preço de terra, que hê duas varras de pano de algodão por alqueire ou paneiro”¹⁴². Essa intervenção gerava descontentamento entre os lavradores que estavam descontentes com os preços avaliados faziam em seus roçados. Essa interferência na venda da farinha era costumeira, as autoridades buscavam garantir o aprovisionamento para evitar a escassez, o que geraria problemas, pois a farinha era um item essencial para a conservação e abastecimento da população. Se fizemos uma comparação em relação ao comércio da carne a situação era ainda mais preocupante, pois, a população dedicava-se com mais afinco a criação de gado do que a lavoura de subsistência.

O cultivo e a produção do farinha eram feitas sobretudo pelo uso do trabalho dos índios, os indígenas aldeados tornavam-se produtores de alimentos e foram usados principalmente no

¹⁴² Carta do governador do Maranhão José da Serra ao rei D. José V. 6 de setembro, Belém do Pará. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 21. Doc. 2121.

cultivo e produção de farinha, técnicas e conhecimentos agrícolas, podemos perceber a dependência dos trabalhadores indígenas, em 1769, conforme o ofício do governador do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas, sobre a falta de farinha devido a epidemia de bexiga ocorrida nos anos de 1766, o que também ocorreu em outros anos, os problemas com a mão de obra devido as epidemias acarretaram problemas na produção de alimentos¹⁴³. Outro fator que preocupava em gerar a escassez de farinha e, conseqüentemente, o aumento dos preços foi o problema com o clima, sobretudo as chuvas, o que aconteceu em 1773, a capitania passou por uma grande falta de farinha, devido ao “inverno muito continuado”, padeceram a maior parte das plantações de mandioca, havendo assim, de suprir essa falta da farinha com o arroz, prejudicando assim o comércio de exportação¹⁴⁴.

Diante da enorme demanda interna do gênero e devido aos poucos lavradores que se dedicavam ao cultivo desse produto, havia uma enorme preocupação, não somente pela demanda dos gêneros que abasteciam diversos setores, consumidos pela população das áreas rurais e urbanas, a farinha, devido sua durabilidade, era um importante componente da alimentação das tropas de guerra que iam ao sertão. Para garantir o aprovisionamento dos cativos em longas jornadas aos sertões, a farinha foi fundamental, sobretudo pela sua durabilidade, pois permitia que essa mercadoria fosse condicionada por um longo período de tempo, sem nenhum problema. Os soldados partiam carregados com farinha, juntamente com a carne seca e outros grãos. Devido à distância e todas as dificuldades para o sustento das tropas era feita toda uma logística de organização e distribuição complexa. Para uma melhor compreensão da importância desse gênero para a alimentação das tropas de guerras na capitania, iremos discutir mais detalhadamente sobre esse ponto no terceiro capítulo.

Os indígenas reconheciam a importância das roças de mandioca, não atoa em seus ataques as fazendas de gado, esses indígenas não poupavam também os roçados, como aconteceu em 1750 com os Gueguê, ao atacarem a fazenda Serra Grande e outra próximo ao Itapecuru, “arrancaram a mandioca que havia nas roças deixando os moradores sem sustento”¹⁴⁵. As constantes investidas dos índios dificultavam o desenvolvimento territorial, urbano e econômico nos sertões do Piauí e Maranhão. Os ataques diretos as fazendas de gado,

¹⁴³ Ofício do governador do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas, para o arcebispo da patriarcal Paulo de Carvalho e Mendonça. 5 de março de 1769. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 43, D. 4244.

¹⁴⁴ Ofício do governador Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de Estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 14 de novembro de 1773. AHU, Avulsos do Maranhão. Cx. 47, D. 4588.

¹⁴⁵ Requerimento dos moradores da freguesia de São Bento das balsas ao rei D. José. 18 de novembro de 1750. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3233.

os roubos e ataques as boiadas que eram conduzidas as feiras da Bahia, Pernambuco e Minas levaram muitos prejuízos. A comunicação era difícil e perigosa e intensificava ainda mais devido ao ataque dos índios bravos.

CAPÍTULO III

“AQUELAS FAZENDAS QUE VIRÃO A FICAR DESERTAS PELAS HOSTILIDADES QUE EXPERIMENTÃO”: GUERRAS, CONFLITOS E RESISTÊNCIA INDÍGENA NOS SERTÕES DO MARANHÃO E PIAUÍ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

A conquista e a ocupação dos sertões foram caracterizadas pela instabilidade dos povoamentos coloniais. O processo de ocupação luso-brasileira e a consolidação dos domínios territoriais nos sertões foram marcados por avanços e retrocessos durante todo o período colonial. Na segunda metade do século XVIII, com a interiorização e penetração dos sertões por meio da expansão da pecuária, a colonização portuguesa não conseguia exercer uniformemente o controle sobre esses territórios, mesmo os já ocupados, e caminhava em um ritmo irregular. Essa instabilidade estaria relacionada às resistências indígenas no interior do território colonial, essas populações indígenas protagonizaram movimentos que desarticulavam a ocupação e povoamento dos sertões, em um dos mais importantes estágios para a consolidação da ocupação portuguesa.

O processo de ocupação e a territorialização luso-brasileira desses antigos espaços indígenas resultou em intensos conflitos abertos com os índios pelo controle do território. Essas tensões do ponto de vista territorial provocariam uma situação de vulnerabilidade do domínio luso, frente às constantes ameaças indígenas de retomada do território ou de despovoamento da ocupação. A resistência oferecida pelos indígenas as frentes de ocupação luso-brasileira nas fronteiras do Piauí e Maranhão rompiam com os ritmos da ocupação lusa nos sertões e constituiu seguramente uma ameaça dura à precária territorialização desses espaços como também a economia local.

Nesse cenário, o que nos interessa é perceber o modo como os próprios povos indígenas tiveram reações diversas as dinâmicas da colonização portuguesa. Partindo desse marco, inicialmente, nossa atenção recai sobre as nações indígenas que mantiveram relações pacíficas ocasionais com os portugueses, que aceitaram serem descidos e aldeados, ou mesmo sem abandonarem seus territórios ou mesmo se aldearem, uniram aos portugueses em suas guerras, e firmaram alianças, negociavam acordos e tornando se aliados, no que podemos chamar de alianças negociadas. Mas sabemos que houve outras reações indígenas as invasões portuguesas, com a avanço da ocupação territorial portuguesa no Piauí e o sul do Maranhão, muitos grupos indígenas acabaram fugindo para as áreas mais interioranas, o que entendemos as fugas se constituíam em formas de resistência às imposições dos aldeamentos. Junto desse desdobramento de apossamento das terras, tiveram outro, os “índios bravos” que reagiram

fortemente a ocupação luso-brasileira, aliando se entre si e a outros sujeitos e resistiram contra a invasão cada vez maior de seus territórios. Essas reações foram sendo tomadas conforme os interesses próprios desses grupos e foram se modificando ao longo da ocupação, contínuos reajustes das relações de força, especialmente durante as guerras¹⁴⁶. A reconstrução das complexas tessituras das relações entre indígenas e luso-brasileiros, as estratégias de alianças, negociações, acordos e perdas negociadas de que se utilizaram os povos indígenas para lidar com territorialização portuguesa. Essas questões oferecem alguns indícios daquela que viria a ser a complexa rede de relações entre índios e colonos no sertão.

1. “Reduzem-se os gentios, e cresce o número de vassalos”: os índios aliados e a manutenção do controle das áreas coloniais

Nas últimas décadas, a historiografia tem apresentado a importância crucial dos povos indígenas na conquista, ocupação e manutenção dos territórios coloniais e o papel ativo dos índios nas políticas expansionistas dos Impérios Ibéricos. Desde o princípio da expansão no Norte da América portuguesa, os índios desenvolveram com eles relações de alianças, as quais possibilitaram a conquista e permanência das possessões americanas da Coroa portuguesa. Conforme afirmou Fernandes (1976), desde o início da colonização, os povos indígenas foram fundamentais para a manutenção dos domínios, esses eram ao mesmo tempo os trabalhadores nos empreendimentos econômicos coloniais e os povoadores dos territórios recém ocupados. Como aliados faziam frentes às tentativas de conquista ou invasão de outras nações europeias, após a consolidação da conquista portuguesa, a atuavam como aliados nas guerras contra os índios hostis que faziam resistências a ocupação.

Independente dos diversos contextos de disputa territoriais, os índios ocupavam uma posição decisiva, sem a qual o projeto colonial era inviável. As alianças estabelecidas com os povos indígenas foram construídas ao longo da conquista, e fundamental para a dimensão política da manutenção do controle das áreas coloniais e garantir a administração e governança portuguesa. Para os portugueses manterem as alianças com os povos indígenas, para fins militares ou apenas de conservação do domínio foi uma política amplamente usada principalmente nas regiões de fronteira. Como sugere Garcia (2008), que independente dos contextos de disputa territorial, tais alianças eram ainda mais importantes nas regiões

¹⁴⁶ É preciso deixar esclarecido que não podemos deixar de perceber como esse processo de colonização foi uma verdadeira tragédia para as populações indígenas, que provocaram a dizimações de grande contingente da população indígena. Sobretudo no início do processo de devassamento do Piauí, onde numerosas expedições foram organizadas, onde o objetivo estava muito mais voltado a uma verdadeira caça aos violentos aos indígenas do que a ocupação e povoamento do território.

fronteiriças, pois eram justamente onde os estados competiam entre si por territórios e vassallos. É importante atentarmos que a construção e a manutenção dessas alianças não eram apenas dos interesses dos europeus, mas das próprias populações indígenas, as quais ora viam vantagens em tais acordos, ora preferiam outros caminhos.

A conquista e o domínio político e militar português na Amazônia colonial nas primeiras décadas do século XVII foi um processo complexo. Segundo Carvalho Junior (2005), o domínio efetivo das terras ocupadas, no entanto, não se estabeleceu somente com a expulsão das outras nações europeias, era preciso enfrentar um inimigo mais difícil, os índios hostis, que se contrapunham ao avanço luso nos sertões. No final do século XVII, a soberania lusitana incluía as regiões coloniais consolidadas no litoral, mas não chegava aos sertões da América Portuguesa, nesse momento era preciso consolidar seu poder nas fronteiras internas. A penetração sobre os rios e terras dependeu, principalmente, do domínio militar sobre diversos grupos indígenas, essa questão envolveu a constituição de uma política de alianças com as populações indígenas da região. Os portugueses sabiam que sem o apoio dos índios aliados não poderiam vencer a resistência dos inimigos. Assim, para a conquista e ampliação das fronteiras coloniais foram obrigados a estabelecer alianças e concederem privilégios as lideranças indígenas no intuito de garantir a governabilidade.

Nesse processo, a ação evangelizadora das diversas ordens religiosas que atuaram na região Amazônica foi essencial nessa empreitada. Sem a força dos indígenas aliados era impossível o controle e a manutenção dos territórios ocupados, sem os guerreiros indígenas, que suplantavam em números e em conhecimento dos sertões, os militares portugueses, não somente teriam perdido o controle sobre o espaço, mas também não formariam corpo suficiente em quantidade numérica para lutar contra os índios inimigos. Estabelecer alianças tornava-se essencial para criarem possibilidade de autonomia e consolidar o poder e a soberania portuguesa na região. Para Carvalho Junior (2005), era imprescindível ao colonizador montar uma rede de alianças caso quisesse estabelecer um controle eficaz sobre o território. Portanto, estabelecer alianças com essas populações era uma consequência inevitável e indispensável durante todo o período colonial.

Durante a conquista do Maranhão e as disputas para garantir o domínio sobre esse território, já amplamente visitado por diversas nações europeias, entre essas, ingleses, holandeses e franceses, essa política de alianças com os índios era amplamente usada. Cardoso (2011), ao discutir os projetos de conquista do antigo Maranhão, afirma que dentre esses projetos foi a ocupação francesa a que mais obteve a atenção da burocracia hispano-lusa na primeira década do século XVII. Diferente dos ingleses e holandeses, que construíram apenas

complexos comerciais e feitorias, os franceses organizavam uma conquista do território, e buscavam a implantação do projeto conhecido como a *França Equinocial* (1612-1615). Os indígenas que ocupavam a região já haviam tido contato com outras nações europeias, que esporadicamente estabeleciam alianças comerciais, mas com pretensões limitadas.

Com o interesse em ocupar essa região, uma das preocupações das autoridades portuguesas em relação ao grande contingente indígena, era uma possível alianças indígenas com os inimigos “estrangeiro”. Segundo o autor, as autoridades envolvidas sabiam que aqueles que obtivessem o apoio das nações indígenas, no Maranhão e no Grão-Pará, conquistariam com facilidade essas terras. Nesse sentido era compreensível uma preocupação dos portugueses sobre uma possível aliança desses “estrangeiros” com os índios. A expulsão dos franceses da região só ocorreria em 1615, numa ação militar realizada por soldados luso-pernambucanos, e com extensa ajuda indígena. Conforme Carvalho Junior (2005), a dinâmica da política de alianças portuguesas, principalmente em relação aos seus aliados Tupinambá, foi essencial para a ampliação e para a manutenção das fronteiras. Os índios ocupavam posição central na conquista luso-espanhola do Maranhão e desempenhavam um papel decisivo na conquista, instalação e desenvolvimento do aparato produtivo colonial.

A legislação indigenista e a política da Coroa portuguesa em relação aos indígenas foram tradicionalmente consideradas contraditórias e oscilantes, graças às interpretações feitas João Francisco Lisboa. Mas, contraponto a essas interpretações, e apresentando uma análise mais precisa e renovada sobre a legislação, Perrone Moisés (1992), sugere que no período colonial, havia duas políticas básicas aquela para os índios aldeados/aliados e aquela para os índios inimigos. A política aplicada aos “índios amigos” era garantida a liberdade ao longo de toda a colonização, eram senhores de suas terras, e poderiam ser requisitados para trabalharem para os moradores mediante pagamento e recebiam bom tratamento (embora na prática nem sempre cumprindo). Por outro lado, aos inimigos eram destinados a escravidão. Segundo a autora, essa distinção provia da reação indígena à imposição colonial portuguesa, que variam entre os aliados ou a resistência. Porém, ainda é preciso perceber as nuances a partir do exame circunstancial da legislação, mas também a própria regulamentação da prática. Essa política distinta para essas duas categorias distintas para os índios (amigos e inimigos), conforme sugere Chambouleyron (2017), no Estado do Maranhão, eram pouco claras. Segundo o autor, a experiência das guerras e dos descimentos de índios demonstravam que a política em relação aos índios parecia adaptar-se às circunstâncias concretas, mais do que a princípios gerais.

Segundo Dias (2017), no Estado do Maranhão, fatores históricos, econômicos e políticos levaram a uma progressiva adaptação e flexibilização (entre a manutenção de alianças

e a necessidade de mão de obra) do regime de obtenção de escravos, e de outras formas de trabalho forçado indígena, a partir do final do século XVII e durante a primeira metade do século XVIII. Apesar de haver essas distinções, na prática, sofriam com o constante interesse dos colonos locais por braços nas suas lavouras, fazendas e demais empreendimentos coloniais. Com a necessidade crescente por trabalhadores indígenas, principalmente com o avanço da ocupação e a formação dos núcleos coloniais se criava uma demanda cada vez mais crescente de mão de obra. Segundo Bombardi (2014), desde o final do século XVII, havia um gradativo incentivo à produção e cultivo dos produtos da floresta passou a ser incentivada de maneira mais sistemática pela Coroa e impulsionou a intensificação da arregimentação oficial e ilegal de mão de obra. As tropas de guerra justas e o resgate capturavam índios que posteriormente seriam vendidos como escravos entre os moradores nas cidades de Belém e São Luís.

Nesse sentido, os descimentos se tornavam um instrumento fundamental de inserção desses trabalhadores, os moradores buscavam incessantemente promover viagens pelos rios, penetrando a floresta à procura de índios nas aldeias e o uso da violência que os moradores cometiam contra as “nações amigas”. A carta do visitador e missionário da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão, ao rei D. João V, sobre a prisão e descida forçada de índios para as fazendas dos portugueses no Estado apresenta alguns indícios importantes¹⁴⁷. Segundo o visitador, o governador havia “entendido erroneamente” as instruções do monarca sobre a questão dos descimentos dos índios. De acordo com o regimento, os descimentos deveriam ser feitos e organizados por autoridade pública conforme a lei de 9 de março de 1718. Na carta régia de 1718, o rei garantia aos índios o direito à liberdade, garantindo que os índios não podiam ser retirados de suas aldeias sem vontade dos índios. Mas, segundo o religioso, o governador Alexandre de Souza Freire estava concedendo licença a todos os particulares, ainda que por lei fossem proibidos de irem ao sertão para fazerem descimentos de índios para as suas fazendas sem levarem consigo um missionário.

Segundo Perrone Moisés (1992), a obrigatoriedade da presença de missionários junto às tropas de descimentos fora estabelecida desde a lei de 1587. As disputas entre jesuítas e moradores geradas pelas práticas de descimentos ilegais, estava provocavam inúmeros conflitos com muitas nações amigas dos portugueses. No documento enviado ao rei, o padre apresentava alguns episódios onde foram feitos esses descimentos ilegais onde “matavam muitos inocentes, capturavam e vendiam como escravos”.

¹⁴⁷ Carta do visitador e missionário da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão, ao rei D. João V. São Luís, 3 de abril de 1728. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 16, D. 1644.

A prática dos descimentos feita pelos missionários era feita através da persuasão, através de uma série de estratégias, onde buscavam convencer os índios a abandonarem suas aldeias e a integrarem os aldeamentos religiosos. Segundo o missionário, os moradores Manoel Pinto e Ludovico de Assunção seguiram com uma quantidade de índios armados seguiram pelo rio Aroaxias, de onde se tiravam a maior parte dos índios das aldeias do Maracanã e Abacaxis, índios que cultivavam uma relação de paz com os portugueses onde muitos de seus parentes já estavam aldeados nessas aldeias, “com aquela paz e alegria que costumavam receber os portugueses que chegavam as suas terras”. Os dois moradores chegaram à aldeia com uma aleivosa guerra, prendendo e amarrando todos os homens, mulheres e crianças para não fugirem. Devido ao grande número de índios capturados que mal cabiam nas canoas esses foram levados para as feitorias onde foram vendidos por farinha e cacau. Outro exemplo foram os dos moradores Joseph Pereira e João Pereira da Motta que entraram pelo rio Maxi terras dos índios Toraze e Mura, nações essas que se haviam descido já muitos índios para a aldeia dos Abacaxis. Quando esses moradores chegaram nas aldeias dos índios, as notícias dos ataques já eram de conhecimento dos índios que receberam os portugueses com armas nas mãos. Entraram em conflitos, onde resultou na morte de muitos índios e outros ficaram feridos, e os portugueses foram obrigados a fugir “deixando aquelas nações de amigas, inimigas”¹⁴⁸.

Essa carta serve entre tantas coisas para compreendermos um ponto norteador dessa discussão, apesar de fugir do nosso recorte espacial, nos ajuda a ter uma noção dessa discussão. Os religiosos ao buscarem estabelecer alianças com as nações indígenas, sofriam com os constantes interesses dos colonos locais para a equipagem de canoas que iam ao sertão. Essa necessidade de mão de obra, sem dúvida foi um dos principais obstáculos na ampliação e manutenção das alianças com os povos indígenas, a necessidade de trabalhadores indígenas não somente dificultava, mais também rompiam os acordos firmados com os índios. Principalmente no Estado do Maranhão e Grão-Pará onde a principal mão de obra foi a indígena, livre ou escrava, usados nas lavouras e na colheita das drogas do sertão. A denúncia que o padre jesuíta fazia ao rei revelam a violência estabelecida pelos moradores nações indígenas, fossem elas aliadas ou inimigas. Essa questão foi observada por Chambouleyron (2017), conforme a experiência dos descimentos revelou, a violência se tornou um recurso fundamental da política da Coroa e dos portugueses, em geral, em relação aos índios.

Segundo Dias (2017), no século XVIII, os termos referidos as expedições eram “descimentos” ou “tropas”. O termo descimentos era designado a uma expedição que tivesse o

¹⁴⁸ *Idem.*

objetivo de realizar alianças e amizades com os índios. Já o termo “tropa”, tinham como objetivo principal, as guerras ou resgates. Para a realização dessas expedições, seja de descimento, guerra ou de resgate, os portugueses contavam com a participação dos índios, em várias funções, eram remadores, soldados, guias e tradutores, esses índios eram recrutados nos aldeamentos. Conforme Perrone Moisés (1992), os índios eram “descidos”, ou seja, levados de suas aldeias para os aldeamentos religiosos, onde seriam catequizados e civilizados para se tornarem vassallos. Os descimentos deveriam ser feitos pela persuasão, sem violência, deveriam convencer os índios voluntariamente a aceitar serem descidos e aldeados. Esses índios passariam a ser controlados por religiosos à serviço da Coroa portuguesa. A construção dessas aldeias de “índios mansos” foram fundamentais na proteção das fronteiras, ao mesmo tempo que serviam de mão de obra na região.

Essa foi uma política constante, e contava com a forte participação dos jesuítas, que conseguiram mobilizar grupos indígenas em aldeias missionárias. A legislação sobre a administração das aldeias foram complexa e variavam conforme os interesses dos colonos à necessidade de mão de obra e à posição contrária dos missionários nesta questão. O Regimento das Missões, posto em vigor em 1686, dava o controle espiritual e temporal das aldeias, aos jesuítas, e garantia aos colonos o acesso a mão de obra indígena mediante pagamento. Desses índios aldeados e aliados dos portugueses dependiam do sustento, mas ainda a defesa da capitania. Os descimentos abasteciam as aldeias de repartição, esses índios trabalharem nas fazendas e ainda formavam o corpo necessário para suprir a carência por soldados lusos nas tropas de guerra contra os constantes ataques dos índios hostis. Apesar da ordem ser dada pelo governador, essa precisava da intermediação e ação dos missionários.

As estratégias que os índios aliados exerciam para fazer valer seus interesses, ainda que fosse uma autonomia diminuta, possuíam algum poder de barganha. As relações que os índios estabeleciam com os portugueses foram em muitos casos relações de convivência amigável que, naturalmente, deveriam envolver o respeito de interesses mútuos. A aliança estabelecida com os índios e o aldeamento dessas nações permitia o conhecimento e o domínio colonial, permitindo o controle dos territórios e proteção de suas vilas. Mas, esses indígenas ao longo do período colonial se enterreiravam cada vez mais sobre o jogo político e social e criaram possibilidades de autonomia.

Os indígenas mesmo nesse contexto conseguiam dentro de suas possibilidades manter certo poder de negociação. Certas nações ao aceitarem se aldear, exigiam algumas restrições, que para os índios eram fundamentais. Esse é o caso dos índios Guajajara que ocupavam as proximidades do rio Pindaré, na capitania do Maranhão. Conforme o requerimento do padre

jesuíta Francisco Wolf ao rei, sobre as condições estipuladas pelos índios para aceitarem serem descidos¹⁴⁹.

“com a expressa condição e pacto de não serem obrigados a servir aos moradores daquela capitania contra sua vontade, e q os missionários seus antecessores forão obrigados a aceitarllos a dita condição, e pacto, por q de outra sorte se não queria desser e aldear, nem receber a ley de Chistoe e se sugeitarse ao domínio de V. Mag^a”¹⁵⁰

Dessa forma, fica claro que os índios, ao estabelecerem alianças com os portugueses, também buscavam negociar interesses específicos junto as autoridades.

Outro ponto importante e usado pelos índios era utilizavam-se dos auxílios dos portugueses para combater inimigos antigos, como foi o caso dos índios da nação Amanajó. Em 1764, quando as fazendas dos moradores da ribeira do Itapecuru, nas proximidades da freguesia de São Bento das Balças, estavam sendo atacadas pelos índios Gueguê, Acoroá e Timbira, os Amanajó haviam se oferecido voluntariamente para lutar ao lado dos portugueses contra aqueles índios, “por serem estes os seus maiores inimigos”, os Timbira¹⁵¹. Nesse relato, observamos que os Amanajó buscavam inserir os portugueses nas suas rivalidades com os Timbira. Esta questão mostra ainda como a colonização se valiam das antigas estruturas de relações sociais estabelecidas entre grupos indígenas e se beneficiaram, ao obter apoio dos índios. Alianças essa que favorecia ambos os lados.

Outros interesses dos índios em estabelecer alianças ocasionais era o retorno em ferramentas. Esses instrumentos utilizados em suas roças eram muito estimados e cobiçados pelos indígenas, machados, foices, facas e outros utensílios de trabalho, eram usados nas negociações para estabelecer alianças com os indígenas. Esse foi o caso feito com os índios Acoroá-Assú, que na época hostilizavam as fazendas de gado na freguesia de Parnaguá capitania do Piauí. Na busca de obter um acordo de paz com os índios, os portugueses acertavam com um dos índios principais para que esse conseguisse persuadir os demais indígenas a se aldearem. Em troca do apoio “lhe gratificou com um bastam, alguns machados e huá faca de

¹⁴⁹ Carta do Câmara da cidade de São Luís ao rei D. João V, São Luís do Maranhão, 8 de julho de 1735. AHU, Avulso do Maranhão, Cx. 22, D.2247.

¹⁵⁰ *Idem*.

¹⁵¹ Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 3 de agosto de 1764. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4063.

mato joyas as mais estimáveis para aquele gentio”¹⁵². É importante perceber e compreender a importância de tais itens, conforme Garcia (2008), pois tais ganhos podem ser considerados modestas se vista da perspectiva ocidental, mas certamente não eram para os povos indígenas, pois esses empreenderam negociações e acordos para obtê-las. Esse foi o caso dos Amanajó em 1764, quando esses buscaram se aliar aos portugueses na guerra aos índios Timbira, esses também buscaram na negociação angariar alguns desses utensílios. Quando o índio Principal dos Amanajó mandou aos portugueses dois índios da mesma nação para persuadir os portugueses de lhe mandarem ferramentas, com o argumento de que eles desceriam até a freguesia quando necessário¹⁵³.

Esses itens eram tão importantes que conforme Silva (2016), durante as guerras ou em fugas dos aldeamentos, grupos indígenas costumavam retirar-se com alguns pertences do corpo, mas, antes disso, não se esqueciam de levar as enxadas e foices. Esse foi o caso dos Gueguê, que em 1749, ao fugirem do arraial onde estavam aldeados, os indígenas invadiram um armazém onde levaram as ferramentas e todas as armas, pólvoras e chumbos existente no armazém consigo e ainda apanhavam esse utensílios em seus assaltos “depois de lhes tirarem as vidas aproveitando das armas, pólvoras e chumbos que levavam e achavam pelas casas que asolarão para fazerem mais eficaz o seu poder, por cuja causa tem despovoado o maior parte das fazendas daquela freguesia”. Além de se valerem dos utensílios usados no aldeamento, os indígenas ainda dificultaram o contra ataque das tropas portuguesas usando as armas¹⁵⁴.

Os portugueses sabiam da importância desses utensílios para os indígenas. Durante o estabelecimento de paz com os índios Pimenteira, depois de muitos incômodos causados aos moradores, quando as tropas portuguesas se mostravam dispostas a construir acordo com o grupo, uma forma de demonstrar isso, foi pela oferta de ferramentas nessas negociações. Pois durante o primeiro contato da tropa de guerra a aldeia dos Pimenteira em 1769, os soldados não chegaram a ter contato com os índios, apenas a aldeia onde esses moravam. Segundo as descrições feitas pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar Francisco Carvalho, foram encontradas ferramentas, o que poderia evidenciar uma relação entre esse grupo e

¹⁵² Conselho do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. 24 de julho de 1745. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 4, D. 235.

¹⁵³ Ofício do governador do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier furtado. 3 de agosto de 1764. AHU, Avulso do Maranhão, Cx. 41, D. 4063.

¹⁵⁴ Ofício do ouvidor geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silva, ao governador do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. Vila da Moucha. 6 de novembro de 1747. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 4, D. 285.

portugueses¹⁵⁵. Ou que poderiam ter sido adquiridas por meio de alguma ataques às fazendas de gado locais. Sabendo disso, os portugueses buscaram estabelecer aliança com esses índios fornecendo esses utensílios tão estimado por eles. Conforme relatado por Oliveira (2007), em 1779, durante as expedições de guerra comandadas por Antonio Rego Castelo Branco que adentravam o sertão do Piauí em busca dos índios Pimenteira, ao se depararem novamente com uma aldeia abandonada, “deixou uma carta, duas facas flamengas e uma espada no braço de uma cruz. Na fazenda Formigas, também deixaram uma cruz; e, no braço dela, uma carta semelhante a primeira, com um machado e duas facas flamengas”. (OLIVEIRA, 2007, p. 91).

1.1. Os índios Principais

Nessas relações em que buscavam estabelecer alianças com os índios entra a figura dos *Principais*, que segundo Sampaio (2011), era crucial para garantir os descimentos e para onde, inicialmente, se dirigiam as atenções e cuidados dos responsáveis pela execução da operação. Esses índios eram os principais responsáveis por intermediar e construir relações de amizade e alianças com os indígenas. O próprio sistema colonial buscava se utilizar das lideranças indígenas, através da utilização de ferramentas, mercês, patentes de oficiais e hábitos das ordens militares para cooptar lideranças indígenas para, por meio delas, controlar os demais índios. Conforme Domingues (2000), os poderes coloniais se apropriaram de antigas estruturas de poder inerentes às sociedades ameríndias e integraram fortemente na hierarquia social colonial. A negociação entre os índios e colonos em que sua lealdade era mobilizada a partir da concessão de certos privilégios e benefícios. A política de transformar parte significativa dos povos indígenas aliados e vassalos era, por outro lado, essencial para a consolidação de seu poder na região. Os índios principais eram um dos muitos cargos administrativos instituídos pela Coroa com base nas antigas estruturas de poder das sociedades indígenas ao serviço da sociedade colonial, e passaram a ter uma importância estratégica.

Sobre essa questão Carvalho Junior (2005) afirma que esta prática acontecia no Estado do Maranhão e Grão-Pará desde o século XVI, instituída pelo governo português, face a necessidade de construir relações de amizade e alianças com líderes indígenas buscando sustentar e consolidar seu domínio político e militar nos seus territórios. As lideranças indígenas já existentes se somavam as que se forjavam no interior dos aldeamentos. A formalização instituída-se para aqueles que já exerciam o poder em suas comunidades de origem. “Eram

¹⁵⁵ Carta do governador, Gonçalo Lourenco Botelho de Castro, ao rei D. José, sobre a investigação realizada pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar Francisco Carvalho. 20 de julho de 1770. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 643.

aliados, antes de ser vassalos” (CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 218). A prática instituída pela Coroa de enobrecer algumas lideranças que foram fundamentais na implantação de sua hegemonia política no território, assim, a Coroa portuguesa buscava consolidar e fortalecer as lideranças indígenas já estabelecidas. A política do principal ato da segunda metade do século XVII no Maranhão estava voltada ao controle dos territórios conquistados na formação e manutenção dos aldeamentos e consolidação do governo das vilas.

As alianças das lideranças indígenas revelam a sutileza da política indígena acomodando-se ao sistema colonial quando necessário. Segundo Domingues (2000), atuavam como mediadores nas negociações entre índios que esses representavam e os autoridades portuguesas. Esse processo formou uma elite indígena leal. Pois os indígenas que ocupavam essa posição de lideranças possibilitavam conseguirem privilégios para legitimar a sua condição de chefe. Cientes do prestígio que era fazer parte dessa elite, que garantiam certo poder diante dos colonizadores e a possibilidade de serem agraciados com patetes, horas militares e até sesmarias havia um interesse desses sujeitos em construir essas alianças e essas foram usadas de forma estratégica e cultivadas pelos indígenas quando necessário.

Em 14 de outubro de 1739, o rei D. João V recebia uma carta do governador do Maranhão João de Abreu Castelo Branco solicitando uma mercê ao mestre de campo João Magu de Deus índio principal da nação Araio¹⁵⁶. A solicitação tinha como principal justificativa os bons resultados que o Principal obteve no acordo de paz com os índios Aranhi que estavam provocando bastantes distúrbios aos moradores de alguns distritos da ribeira da Parnaíba.

O governador informava que ao desembarcar no Maranhão, foi informado das hostilidades dos Aranhi, e solicitou ao índio Principal que se encontrava na localidade, que procurasse reduzir a paz os ditos gentios. Segue a ordem:

Ordeno ao mestre de campo João Magu de Deus da nação Arayô, que tanto que o tempo lhe der lugar, passe em serviço de S. Mag^{de} as cabeceiras das Aldeias Altas, e a outras mais partes a onde habita o gentio bravo de nações Arany, faça todo a deligencia por persuadir ao dito gentio a que venhão em paz a aldearse na sua própria aldeã do Paramerim, aonde serão tratados dom todos o bom acolhimento, como vassalos de S. Mag^{de} e ao mesmo senhor darei conta do bom serviço que o dito mestre de campo lhe fizer na execução desta minha ordem para que lhe seja remunerado conforme o seu merecimento, e conforme a real grandeza de S. Mag^{de}.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Carta do governador do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco ao rei D. João V. Belém do Pará. 14 de outubro de 1739. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 25, D. 2604.

¹⁵⁷ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa. 8 de maio de 1741. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 26, D. 2691.

Acatando a solicitação do governador, em rediz a paz ao dito gentio Aranha João Magu de Deus, “entrou ao matto e depois da deligencia em que gastou sete ou oitos mezes, trouxe consigo duzentas pessoas da dita nação”, essas foram levadas para a aldeia dos Araio, localizada na ribeira da Parnaíba. Conforme o governador, o índio Principal ainda informava que iria buscar alguns poucos que restaram. Diante dos serviços prestados, o governador mandou dar alguns “trastes” e ferramentas, mas acreditava ser mais justo e conveniente solicitar ao rei uma mercê ao índio, por entender que pelos anos de fidelidade prestado a Coroa, dessa forma o governador solicitava ao rei uma mercê ao dito índio. Nesse momento, podemos perceber a intervenção do governador à Coroa para solicitar mercês ao chefe indígena.

A resposta veio em 8 de maio de 1741, por meio de uma consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre os serviços prestado pelo índio Principal e referente a solicitação¹⁵⁸. Como o índio João Magu de Deus já possuía a patente de mestre de campo, o rei lhe concedera a trazer no peito a cruz de alguma das ordens militares e mandou lhe dar um vestido. O caso apresentado acima, segundo Carvalho Junior (2005), havia uma importância simbólica, esses “vestidos”, significavam itens de prestígio, a dimensão deste valor simbólico era ainda mais significativa no mundo indígena. Conforme Ale Rocha (2009), as roupas serviam como um reforço das hierarquias e distinções, havia um esforço das autoridades portuguesas em vestir os índios a proporção dos cargos que ocupavam, as roupas enquanto presentes aos principais, a fim de selar a alianças destes com as autoridades lusitanas e o rei, era uma estratégia comumente utilizada. Essa prática com *os principais* passou a ter uma importância estratégica na consolidação dessa política, esses usavam para conseguir benesses.

A criação e consolidação de uma hierarquia indígena se diferenciava dos demais grupos indígenas aldeadas. Segundo Ale Rocha (2009), a transformação dos índios em vassalos lusitanos na legislação indigenista buscava equipará-los aos vassalos brancos, eles deveriam ser reconhecidos como livres, poderem receber privilégios, ocupar cargo honoríficos de governanças. No período Pombalino, o principal era um posto legalmente formalizado pela Coroa portuguesa, a lei de 4 de abril de 1755, buscava consolidar a transformação dos índios em súditos do rei. Muitos dos índios principais possuíam títulos de sargento mor e capitão mor dado pela Coroa. Esses índios também se utilizavam do posto de Principal também para requerem à Coroa a posse da área onde atuavam, por meio da concessão de carta e datas de sesmarias. Esses índios se adequavam as dinâmicas das políticas portuguesas para conseguir terras nos territórios que tradicionalmente ocupavam.

¹⁵⁸ *Idem.*

Como vassalos do rei, esses indígenas puderam requerer concessões de terras, e fizeram, como foi o caso dos índios principais Estevão, era o Principal da aldeia grande dos Barbados, que em 1757, solicitou por meio de um requerimento ao rei, confirmação de carta de data de sesmaria na zona da referida aldeia. Terras essas, que ficavam entre o rio Mearim e as terras que foram da aldeia pequena dos barbados, segundo suas alegações, Estevão afirmava que tinham meios para povoar os ditos campos de gado vacum e cavalar, assim, solicitava três léguas de comprimento e uma de largura na referida paragem¹⁵⁹. Seguindo os mesmos passos, no mesmo ano, o índio Principal da aldeia pequena dos Barbados de nome Pedro escrevia ao rei, pedindo confirmação de carta de sesmaria na referida aldeia¹⁶⁰. Solicitava na cabeceira do rio Peritoró, terras essas pertencente as da aldeia onde antigamente estivera situado e vieram com seus missionários para a beira do rio Itapecuru, o indígena, assim solicitava três léguas de terra de comprimento e uma de largura nesses ditos campos.

Diante desses casos, podemos compreender que os índios estavam cientes e reconheciam a formalidade de procedimentos de petição de terras. Ou seja, os indígenas se apropriaram da ordem jurídica régia para obter benefícios. Nos dois casos apresentados, os requerentes Estevão e Pedro visavam garantir o domínio sobre as terras que esses ocupavam o posto de Principal, justificando os serviços que já tinham feito a Coroa.

1.2. As alianças militares e as tropas indígenas

Durante o processo de conquista e expansão colonial para o sertão impulsionado pela pecuária, os índios hostis, formaram uma primeira barreira à penetração do Piauí e os sertões Maranhão. Desde o século XVII, muitos grupos indígenas vinham se opondo aos avanços da fronteira pastoril, e essa resistência foi se intensificando ao longo que os curraleiros foram os desapropriando de seus antigos territórios e os ocupando com suas fazendas e sítios, e povoando uma grande extensão de terras. Dessa forma, o avanço da frente pastoril nessa região aconteceu associado às guerras, com inúmeros grupos indígenas que resistiram a invasão e apropriação portuguesa em seus territórios, dificultavam a ocupação e permanências desses criadores de

¹⁵⁹ Requerimento do principal da aldeia pequena dos Barbados, o índio Pedro, ao rei D. José, pedindo confirmação de carta de data de sesmaria na zona da referida aldeia. 16 de fevereiro de 1757. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 37, D. 3696.

¹⁶⁰ Requerimento do principal da aldeia grande dos Barbados, o índio Estevão, ao rei D. José, pedindo confirmação de carta de data de sesmaria na zona da referida aldeia. 16 de fevereiro de 1757. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 37, D. 3695.

gado. Assim, aos poucos os núcleos de povoações existentes estavam constantemente ameaçados pelos índios que incursionava pela região atacavam as propriedades pela defesa de seus antigos territórios, esses ataques dos índios bravos às fazendas, povoados e caminhos ameaçavam a integridade da soberania portuguesa, e provocava o despovoamento da região.

Durante as últimas décadas do século XVII e ao longo do século XVIII, são organizadas várias jornadas ao sertão do Piauí, para combater os índios que estavam atacando as povoações, vilas e fazendas e povoações da região. Como mencionado, muitos dos conflitos armados e das expedições militares contra os índios do sertão, eram financiadas pelos próprios senhores de terra, mas a partir do século XVIII, quando esses conflitos se intensificaram, as tropas de guerra formadas pelos sesmeiros e seus agregados não tinham força o suficiente para fazer frente a resistência indígena, principalmente em relação a grupos indígenas maiores, como foi o caso dos Acoroá e Gueguê, era preciso apoio da Coroa. Que nesse cenário tinha a função de mobilizar as tropas.

As alianças e a incorporação dos indígenas nas tropas portuguesas foram fundamentais para a defesa dos territórios coloniais. Como já mencionamos, a política de aldeamento foi fundamental, pois os índios aliados integravam essa parcela fundamente nas tropas militares. Segundo Viana (2019), a presença indígena nas tropas militares ocorria por meio de três formas, os aldeamentos, a negociação direta com as lideranças e a cooperação entre as capitanias. Os missionários responsáveis pelos aldeamentos eram os responsáveis por intermediar, esses deveriam ceder os índios para as tropas. Segundo a autora, os religiosos tinham um papel fundamental na mobilização indígena para as tropas, esses cediam e organizavam os índios capazes para as diligências.

Durante a ocupação dos sertões no século XVIII, os moradores enfrentavam constantemente os ataques dos índios hostis, que faziam resistência ao avanço da conquista e atacavam as fazendas já estabelecidas. Esses conflitos se estenderam durante todo o século, em alguns momentos se intensificavam mais que outros, mas não deixaram de existir durante todo o período colonial. Durante a segunda metade do século XVIII, com os constantes ataques as fazendas de gado, os indígenas “aliados”, foram incorporados nas tropas militares, que enfrentavam os índios hostis. Assim, “a arregimentação de índios aldeados é feita então sob a justificativa de que os mesmos, agora catequizados, são também vassalos da Coroa, o que lhe confere os mesmos encargos com a defesa do território que os outros colonos” (ALE ROCHA, 2013, p. 242).

Assim, nas tropas de guerras que empreenderam as ações militares de conquista do Piauí e Maranhão, um ponto fundamental foi a participação de guerreiros indígenas ao lado das tropas

luso-brasileiras. Além de ocuparem a função de soldados nos combates, os índios eram usados nessas expedições como guias, remadores, caçadores, ou seja, eram peças fundamentais e indispensáveis e ocupavam posições distintas nessas empreitadas. Essas tropas regulares de indígenas eram compostas em geral, formadas por índios livres, recrutados nos aldeamentos, e somavam os contingentes por nações aliadas. Essa primeira era sempre arregimentada em qualquer conflito. O número dos índios era superior nas tropas em relação aos soldados lusos, e a forte participação indígena nas expedições militares foi decisiva para a conquista. De acordo com Ale Rocha (2019), do ponto de vista demográfico, é importante observar que tais povoados comportavam boa parte da população de todo o Estado e, especialmente, poderiam representar a principal força armada da Amazônia Portuguesa. Podemos assim afirmar que havia de fato uma dependência dessas tropas dos índios aliados e aldeados nas guerras movidas pelos portugueses contra índios hostis e a conquista territorial.

Nesses conflitos, segundo Puntoni (2002), foi necessária uma forma adaptada de fazer guerra, para a qual a assimilação de técnicas locais e o conhecimento da guerra indígena foi decisivo. As condições ecológicas do ambiente possibilitavam a criação de zonas de refúgio, possibilitavam os índios que viviam em constante mobilidade, com ataques de surpresa, as emboscadas, a se esconderem após os ataques “suas terras e matos em que se refugiam depois das hostilidades e insultos”. Nessas “*guerras do mato*”, os colonos luso-brasileiros tiveram que assimilar as técnicas militares indígenas, o que no início foi um empecilho a ser enfrentado pelas tropas. Essa assimilação foi possibilitada sobretudo pelos índios aliados que formavam o corpo das tropas, e foram colocadas em práticas nas conquistas nos sertões. Portanto, diversos acordos e alianças entre portugueses e grupos indígenas foram indispensáveis em diversos momentos da conquista. Sobretudo, pelo fato de que “os índios representavam o grosso das tropas portuguesas”, principalmente dado a falta de soldados luso-brasileiros (ROCHA, 2013, p. 53). De acordo com as documentações, na necessidade de compor uma tropa de guerra ou resgate, era solicitado os “*índios das aldeias*”. Mas haviam outros índios aliados, que não estavam aldeados, porém faziam parte desse contingente de soldados indígenas usados¹⁶¹.

Como já elencamos, durante o processo de conquista e ocupação da capitania do Piauí e os sertões do Maranhão podemos perceber que havia a falta de uma defesa dos territórios ocupados, e a precariedade das tropas militares do Maranhão e Piauí, que sem defesa, eram obrigados a constantemente requerer aos auxílios militares de outras capitanias, principalmente

¹⁶¹ Segundo Santos (2010), havia ainda outra estratégia menos “amigáveis”, como o aprisionamento de mulheres e crianças como forma de obrigar os índios de determinados grupos indígenas a se engajarem nas guerras.

a de Pernambuco durante esses conflitos. O Estado do Maranhão sofria com a dependência dessas tropas indígenas aliados, não havia um número de soldados que formassem uma tropa capaz de lutar. Em 23 de junho de 1692, o governador do Maranhão António de Albuquerque Coelho de Carvalho informava sobre a grande falta de soldados nas praças do Maranhão e Pará estando as companhias de com grande diminuição¹⁶². A participação dos índios ao lado dos luso-brasileiros foi decisiva e amplamente utilizada pela Coroa durante as guerras empregadas na conquista do sertão. A dependência da Coroa, do governo do Maranhão e do Piauí e das forças indígenas em questões militares aparece nas diversas ordens para a mobilização de índios aldeados para a conflitos no sertão.

Começamos no início do século XVIII, em carta de 29 de abril de 1700, o tenente Fernão Carrilho escreveu ao rei D. Pedro II, dando conta da sua viagem à vila de Santo Antonio de Alcântara e dos problemas que os donos de engenho e os criadores de gado estavam tendo devidos as ações de ataque dos índios do curso¹⁶³. De acordo com as informações levantadas pelo tenente, o açúcar produzido nessa região, antes dos ataques sofridos pelos índios, chegava a carregar quatro a cinco navios, mas, agora se arrematam de três em três anos por dez e onze mil cruzados e assim se perdiam os contratadores como havia acontecido naquele ano e a produção de açúcar decaía cada vez mais. Diante desse cenário, os senhores largavam seus engenhos do rio Mearim mesmo sendo “as melhores terras que tem esta capitania”, mas pela invasão dos bárbaros de curso na região, se conservavam apenas dois engenhos, esse porque os senhores “sempre andam com as armas nas mãos”. De acordo com as informações, os donos de fazendas de gado nas margens do Mearim também enfrentavam os mesmos ataques, com que já extinguíram sete a oito currais de gado.

Para compor a defesa da região e fazer guerra os índios atacavam as propriedades dos moradores, o tenente Fernão Carrilho apresentava as estratégias caso fosse servido mandar fazer guerras aos gentios. A primeira diligência que deveria se fazer para melhor execução da dita guerra e segurança da capitania, seria mandar ordem expressa para que os índios da nação Guajajaras, que residiam na aldeia de Maracu, comandada pelos missionários da Companhia de Jesus onde “nunca foi gentio bravo”, permaneçam no aldeamento para proteger a fronteira. Feito essa diligência seria necessário uma ordem expressa para a capitania do Ceará, solicitando que se enviasse ao Maranhão os índios das aldeias da língua geral da sua jurisdição e os tapuias

¹⁶² Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. II. Lisboa, 4 de novembro de 1692. AHU. Avulsos do Maranhão, Cx. 8\Doc. 852.

¹⁶³ Carta do tenente Fernão Carrilho ao rei D. Pedro II. São Luís do Maranhão, 29 de abril de 1700. AHU. Avulso do Maranhão, Cx. 10\Doc. 1004.

da nação Jaguaribara e dos Manaçé e ainda que deveria solicitar aos padres da Serra de Ibiapaba que mandassem os índios Tabajara da sua missão. E desse modo logo seria possível vencer os índios. Diante dessas informações, uma questão fica muito clara, a dependência dos índios aldeados e aliados para formar o corpo das tropas e das defesas da capitania. Esse não é um exemplo isolado, pelo contrário, os exemplos são vários e iremos discorrer sobre eles ao longo desse capítulo.

Desde que os conflitos começaram a ser tornar uma constante nos sertões do Piauí, na região do Parnaguá e Gelboê, nas margens do Gurgueia, e se tornaram mais frequentes e uma das mais afetadas. Em 1739, o governador João de Abreu Castelo Branco escrevia informando sobre os ataques que os índios Acoroá-Assú, Acoroa-Mirim, Gueguê e Timbira têm feito nas fazendas e nas vidas dos seus moradores, habitantes em diferentes distritos da capitania do Piauí¹⁶⁴. Dentre as primeiras medidas feitas para combater os ataques dos índios, foi passado uma ordem para capitão mor Antonio Gomes Leite para que “puxasse” todos os índios da nação Jaicó, na época estavam situados no rio Itaí junto a capitania do Ceará, e que formassem uma espécie de arraial entre a Gurgueia e o Parnaguá, na parte que parecia mais exposta as investidas dos índios. E para reforçar era preciso um corpo considerável de índios aldeados e guerreiros, mas, por se fazer pouco confiável dos que se achavam na capitania do Maranhão, o governador que o monarca ordenasse para essa guerra cerca de 300 índios da Serra de Ibiapaba. Porém, conforme a proporção, 16 de julho daquele mesmo ano, foi elaborado uma espécie de formulário, listando todas as medidas para combater os índios.

Além do preparo de todas as armas e munições de guerra, solicitavam formar um corpo de 60 soldados de Infantaria paga e seus oficiais, os quais iriam se unir 200 índios dos Barbados, Guanaré, Arayô e Anapurú, e ainda reforçava o pedido de 250 índios da Serra da Ibiapaba. Vejamos que nesse momento, as aldeias dos índios do Maranhão são recrutadas. Essas tropas indígenas seriam comandadas pelo capitão mor do Mearim, Francisco de Almeida, com auxílio de cabos para sustentar o seu arraial no rio das Balças, para desse local sair com o parecer dos cabos maiores poderem “despedir” as bandeiras e fazer as demais operações necessárias. No geral, o governador passa ordem para as aldeias para mobilizarem os índios, que eram colocados sob o comando de um oficial.

Em 1750, quando os conflitos já não ocupavam apenas o Piauí mais também as terras de Pastos Bons, capitania do Maranhão, quando o governador do Estado do Maranhão, Pedro Mendonça Gorjão, informava sobre as violências praticadas pelas nações Gueguê, Timbira e

¹⁶⁴ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco. 15 de março de 1740. AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 3. D. 157.

Acoroá nas fazendas dos sertões do Maranhão, assim como em Parnaguá, no Piauí, diante das tamanhas investidas dos índios, o governador solicitava auxílio bélico. Entre os pedidos estavam os índios das nações Arayô e Anapurú e ainda alguns que pudessem tirar das aldeias do Itapecuru. O pedido ainda fazia menção aos índios de Pernambuco, solicitando o socorro da Serra da Ibiapaba, para reforçar¹⁶⁵. Os missionários que eram os responsáveis pelos aldeamentos, podemos evidenciar o papel desempenhado por esses religiosos, conforme a consulta do Conselho Ultramarino em de 7 de abril de 1751, onde se faziam recomendações ao governador do Maranhão, para solicitar aos missionários, para persuadir os índios necessários para irem para compor as tropas que iria combater os índios hostis nos sertões¹⁶⁶. É importante salientar que cada missão era obrigada a fornecer os índios sem pagamento, mas essa arregimentação era efetivada com alianças de paz ou mesmo acordo, onde os índios tinham a promessa de algumas retribuições.

Há casos também onde os próprios moradores solicitavam a arregimentação de índios aldeados, esse foi o caso da solicitação feita em 1760, onde os moradores de Parnaguá informava ao rei sobre as hostilidades praticadas pelos índios Gueguê, Timbira e Acoroá contra os moradores da freguesia de Parnaguá e Gurgueia no Piauí e da freguesia de Pastos Bons no Maranhão¹⁶⁷. No documento, os moradores informam a situação que se encontravam as fazendas de gado. Para conter os ataques, os moradores solicitavam que o rei, ordenasse ao governador de Pernambuco, que da Serra de Ibiapaba, enviasse um corpo de 500 a 600 índios, semelhante solicitação deveria ser feita ao governador do Maranhão, para socorrer com os índios necessários. Se compararmos com os números de soldados luso recrutados para as tropas militares durante esses conflitos podemos ter uma visão melhor de como eram compostas as tropas em relação ao número de índios e soldados luso.

Em 1761, quando os índios Timbira estavam em guerra com os moradores da capitania do Piauí, o governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas escreveu para secretário de

¹⁶⁵ Carta do governador do Maranhão, Luís Vasconcelos Lobo, para o rei D. José. São Luís do Maranhão. 17 de novembro de 1751. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3287.

¹⁶⁶ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre a continuação da guerra ofensiva contra o gentio Gueguê e outras nações suas confederadas. Lisboa. 17 de abril de 1751. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3258.

¹⁶⁷ Representação dos moradores de Parnaguá ao rei D. José. 7 de janeiro de 1760. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 39, D. 3848.

estado Francisco Xavier Furtado, sobre o socorro a ser prestado a capitania do Piauí¹⁶⁸. Na carta, o governador, dentro os pedidos feitos, havia também um pedido de mais duzentos índios, “os melhores para a guerra”, eles foram enviados todos do arraial de S. Felix, que chegavam um pouco mais de 100, e os que houvessem das nações Arayô, Trememês, Anapurú, por serem os mais capazes para a guerra. Notamos que esses episódios retratam que havia grupos indígenas que eram mais visados para os recrutados, devido sua habilidade para a guerra, esse foi o caso principalmente dos Arayô e Anapurú.

Como já mencionamos, nem todos os aliados estavam aldeados, havia nações indígenas aliadas que não haviam descidos para nenhum aldeamento. Este é o caso dos índios da nação Amanajó que em 1764, haviam saído em direção a freguesia de S. Bento das Balças, uma pouco mais de 20 índios para procurado os colonos para se oferecerem a lutar contra os Timbira, por serem seus inimigos¹⁶⁹.

A defesa e o avanço da fronteira colonial principalmente com as frequentes guerras nos sertões tornavam essa ação necessária e urgente, apesar da superioridade numérica do contingente indígena, o constante aumento dos conflitos no sertão era necessário para a mobilização de outras tropas para esse cenário. Esses soldados lusos eram em geral muito reduzidos, podemos tomar com exemplo, a carta de 1771 do governador do Piauí informava ao secretário Martinho de Melo e Castro informando o planejamento prévio da tropa de guerra sob o comando do tenente João do Rego Castelo Branco, para evitar as hostilidades dos índios Acoroá, aos moradores de Parnaguá e Jurumenha¹⁷⁰. Para essa empreitada seria necessário expedir-se da vila de Jurumenha uma tropa de 150 homens para transitar pelas fronteiras e prevenir a repetição dos assaltos dos Acoroá as fazendas dos moradores. Foram dadas as instruções de como deveria proceder a formação da tropa, segundo o documento, o alistamento das tropas deveria ser seguido conforme os números estipulados para cada vila do Piauí. Dessa forma, da vila de Parnaguá deveriam ser 10 soldados auxiliares e 20 ordenanças comandados por Sebastião Tavares de Lira. Da vila de Valença, 10 soldados auxiliares e 10 de ordenanças, esses seriam comandados pelos seus respectivos cabos de esquadra. Da vila de Jurumenha, 10

¹⁶⁸ Ofício do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Maranhão, 15 de novembro de 1763, AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41\Doc. 4044.

¹⁶⁹ Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 3 de agosto de 1764. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4063.

¹⁷⁰ Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Martinho de Melo e Castro, Oeiras do Piauí, 20 de maio de 1771, AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 11, D. 660.

soldados auxiliares e 20 de ordenanças, esses comandados pelo cabo João Caldeira da Silva e pelo tenente João Rodrigues Bezerra. De Oeiras, 10 soldados auxiliares e 10 das ordenanças comandados pelos seus respectivos cabos de esquadra. Ao todo chegava-se ao número de 100 homens, o que não chegava a formar o número requerido, foi preciso para completar o valor de 150 soldados, levar da aldeia de São João de Sendé, 50 índios Gueguê para completar.

Diante disso, podemos perceber o corpo das tropas militares, e constatar que os números dos soldados que formavam as tropas portuguesas eram muito menores. Sem os guerreiros indígenas para compor as tropas os luso-brasileiros não teriam força para seguir fazer frente às demandas de defesa da região. Conforme Viana (2019), entre 1623 e 1747, as cinco companhias pagas da capitania do Pará e Maranhão não atingiram o número de 340 soldados pagos. Portanto, a capacidade de fazer frente à resistência dos índios hostis não estava, nesses soldados, mas, se valia antes de tudo das alianças com os indígenas.

Segundo Santos (2010), conforme o movimento sertanista ganhavam um ritmo, deixando de ser apenas apressamento de índios para a escravização, as tropas formadas para combater as hostilidades dos índios hostis e a uma efetiva ocupação territorial, as expedições se tornavam mais organizadas e equipadas do que as bandeiras. Essas expedições de conquista territorial requeriam uma organização prévia, dado a dificuldade dos caminhos e distâncias dos lugares. Era preciso organizar as expedições, principalmente quando se tratava de um vasto espaço ocupado por muitos povos indígenas, era necessário, além da capacidade bélica, armamento e munições e mantimentos. Apesar da maioria das vezes ser precária, havia todo um aparato material e logístico para preparação da tropa.

Devido à distância e todas as dificuldades com os gastos e o sustento das tropas era necessária uma logística de organização e contribuição complexa. Devidos aos problemas econômicos para custear os ataques era preciso dispor de uma dinâmica onde cada distrito da capitania do Piauí deveria contribuir, pois “he uma guerra que se hade fazer sem dinheiro, sem pão de munição, nem bagages em hum paiz despovoado e estéril”. O documento nos ajuda a compreender como se dava essa dinâmica de distribuição¹⁷¹. O formulário escrito pelo governador, citado anteriormente, apresentava as informações a respeito das distribuições dos mantimentos para subsistência e conservação das tropas. Conforme o formulário, a quantidade com que cada distrito deveria contribuir se deveria regular pelo número de pessoa e o tempo que poderia durar a companhia. Segundo os dados apresentados, um corpo de 500 homens, poderia gastar cada dia cerca de 5 bois, cada mês, 150, e seis meses que poderia durar a

¹⁷¹ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa. 15 de março de 1740. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 3, D. 157.

campanha 900 bois, e dando mil e quinhentos alqueires de farinha, e ainda havia a necessidade de acrescentar algumas porções de milho e feijões e cavalos para a condução desses mantimentos. Essa quantia seria repartida entre os distritos. Diante desses dados, era necessária uma relação dos números de fazendas de cada distrito, na época, como os dados vila da Moucha eram mais precisos, seria mais fácil saber o número e a quantidade de todas as fazendas que iriam contribuir foi a primeira a fazerem o levantamento. Essa divisão deveria ser feita com equidade para que não houve problemas. Deveria ser feito uma lista com as instruções para cada distrito, com os números que cada morador, para que cada um estivesse ciente e preparado para satisfazer no tempo e forma que se lhe determinava. Segundo Santos (2010), esse custeio feito pelos próprios moradores era muito comum, visto que, esses proprietários, era os principais beneficiados com a fim das hostilidades dos índios. E seriam ainda restituídos com as presas que seriam feitas nesses ataques.

Para realizar esse trabalho, seria nomeado em cada distrito um homem para receber e conduzir os bois, farinhas e mais mantimentos para ao arraial. As paragens eram o local onde deveriam ser levar as boiadas e mantimentos deveriam ser um lugar onde houvesse bons pastos e água, e segurança dos assaltos dos gentios, e que ficasse poucos dias distante do arraial. Esse local serviria como um espaço de suporte para os Arraiais, de onde eram mantidos os suprimentos necessários para as tropas, em cada vinte ou trinta dias uma remeça desses mantimentos eram enviados aos arraiais. Esses locais eram uma espécie de acampamento militar e serviam de alojamento para os soldados e depósitos para os mantimentos e munições, eram esses espaços permitiam o sustento das tropas¹⁷².

A dificuldade em avançar a ocupação portuguesa ou mesma de se estabelecer uma ocupação efetiva, era devido a reação indígena. Essas empreitadas demandavam uma organização e cabia uma definição de estratégias militar. A construção de arraiais e a organização de sistema para orientar a circulação das tropas no sertão. O armazenamento de mantimentos e munições. Durante esses conflitos, uma espécie de arraial, entre a Gurgueia e Parnaguá, na parte que lhe parecia mais exposta a ocorrência daqueles gentios. Deveria ficar a poucos dias do arraial para que se possa ir uma escolta buscar os socorros necessários a cada vinte dias ou trinta dias o lugar serviria como “armazém dos mantimentos” para o sustento da tropa. Segundo Santos (2010), essas estruturas parecem ter sido temporárias de apoio ao

¹⁷² O termo arraial segundo o dicionário de Raphael Bluteau significava “o alojamento de um exército na campanha”, segundo Fonseca (2011), em Portugal, arraial referia-se então apenas aos acampamentos militares.

avanço de tropas cumprida a sua função, segundo o autor, é muito provável que muitas dessas casas-fortes tenham sido simplesmente abandonadas, depois dos conflitos.

Voltemos a discussão sobre as logísticas de distribuição, segundo Santos (2010), era comum a organização de uma entrada sertanista envolvesse o governador geral, esse poderiam praticar do planejamento de assuntos como, o número de soldados que deveriam ser recrutados, a abastecimento de mantimentos e as questões de armamentos e munições. Como foi o caso, pois ficaria a cargo do ouvidor geral junto aos oficiais da comarca fazer esse levantamento em cada distrito. Deveria ser estabelecido uma lógica para não se amontoarem todos juntos e nem falte totalmente os mantimentos. Devido à distância do local escolhido, cada lugar, vila ou freguesia deveria enviar os mantimentos em uma ordem estabelecida, os mais distantes do lugar deveriam ser os primeiros a enviarem, os que ficavam mais próximos deveriam ser os últimos para “acudir” a qualquer falta que possa acontecer. Dessa forma, as freguesias da Piracoruca, Ribeira do Parnaíba, Longâz e Jerobim deveriam ser as primeiras a enviar, até o fim de abril todo o seu comboio deveria estar na paragem. A freguesia da vila da Moucha deveria seguir enviando sua parte até o fim de julho. As demais localidades Gurgueia e freguesia de Parnaguá e Gelboê que era as mais próximas, serial as últimas a enviar os mantimentos. Os capitães-mores dos distritos de suas jurisdições que pertenciam a superintendência militar da expedição deveriam prestar serviços na condução dos mantimentos, mas também para as operações de guerra. Aos juízes ordinários e oficiais de justiça eram feitos a mesma recomendação no que depender das suas jurisdições¹⁷³.

Além dos mantimentos, as tropas carregavam armas, pólvora, munições e ferramentas. Esses itens eram usados nesses conflitos. Conforme os documentos mostraram, a capitania do Piauí sofria, além da falta de soldados, com as carências de armamentos, a falta de armas e munições, foi um problema bem claro nas documentações e foi uma das preocupações nesses conflitos. Durante a segunda metade do século XVII, militares e governadores queixavam-se sobre a qualidade dos armamentos, ou da essência desses. Várias petições foram feitas durante esse período solicitando socorro bélico, os pedidos eram feitos ao reino, ou principalmente as capitanias do Maranhão e Pará. Em 14 de novembro de 1756, por meio de um ofício do governador interino do Estado do Maranhão e Pará, bispo do Pará, D. Fr. Miguel de Bulhões e Sousa, para o ex-secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real, informava sobre o fornecimento de pólvora armazenada nos armazéns da cidade de Belém do

¹⁷³ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa. 15 de março de 1740. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 3, D. 157.

Pará para socorrer as populações das capitanias do Maranhão e Piauí das contínuas hostilidades praticadas pelas praticadas pelos índios Gueguê, Acoroá e Timbira¹⁷⁴. Na época foram enviados cerca de 6 barris de pólvora para o Piauí¹⁷⁵.

Em 9 de junho de 1761, houve um segundo pedido de socorro a ser enviado a capitania do Piauí que estava em conflitos com os gentios Timbira¹⁷⁶. Mas o pedido só foi atendido em 15 de novembro de 1763, conforme o ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o socorro a ser prestado ao governo da capitania do Piauí, contra a guerra que ali se travava com o gentio Timbira. No pedido foi enviado uma lista das relações das munições e demais apetrechos de guerras necessárias para se fazer a guerra, na lista encontravam-se pólvoras, balas, machados, facões, facas. Naquele mesmo ano, o governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, escreveu para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando sobre a invasão que os gentios Gueguê e Timbira, fizeram na ribeira do Itapecuru e no arraial de São Teles da Boavista, na freguesia de São Bento de Balsas. Na cópia inclusa, o capitão-mor da tropa solicitava, cerca de 80 armas para colocar os gentios Gueguê fora dos Pastos Bons.

Em carta de 16 de agosto de 1765, o governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, ao rei D. José, informando os problemas com a falta de armamento na capitania do Piauí¹⁷⁷. O governador havia de “socorrer a capitania do Piauí” com as armas que fossem necessárias para a guerra, pois as que se encontravam na capitania não só se encontravam velhas, mas também diminutas. Ele solicitava que se ordenasse a secretária de estado, para enviar ao Piauí cerca de 150 armas.

Mais um pedido foi registrado, esse em 20 de junho 1770, quando o governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, informava as contínuas queixas dos moradores da

¹⁷⁴ Ofício do governador interino do Estado do Maranhão e Pará, Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sectário de Estado da marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Belém do Pará, 14 de novembro de 1756. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 41\Doc. 3818.

¹⁷⁵ Nessas tropas de guerras, eram levados desde armamentos, outros apetrechos específicos para serem usados para as presas que seriam feitas nesses conflitos, como correntes, cadeados, grilhões e cordas. Outros itens como machados, foices, facões eram usados para lidar o ambiente de mata, construir abrigos e sobrevivência da tropa.

¹⁷⁶ Ofício do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Maranhão, 15 de novembro de 1763, AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41\Doc. 4044.

¹⁷⁷ Carta do governador do Estado do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, ao rei d. José. Maranhão, 16 de agosto de 1765. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 552.

vila de Parnaguá aos ataques dos índios Acoroá, informava sobre os problemas com os armamentos “todo o armamento que há de nada pode já servir pela inferior qualidade e grande ruínas a que o tempo o reduzi”¹⁷⁸. No documento foi apresentado uma lista de todo os armamentos e munições de guerra que se achavam na capitania. Das munições se encontravam 7 arrobas e 17 libras de pólvora, 40 arrobas e 30 libras de chumbo, 11 arrobas e seis libras de balas, dos armamentos 97 armas de fogo.

Os conflitos contra grupos indígenas hostis foram frequentes em todo o período da conquista. Além de todo os problemas elencados anteriormente como a falta de soldados, munições, armamentos e mantimento, havia ainda as diversidades geográficas apresentadas nessa região, caatinga no Piauí, dificultava a conquistas das tropas, alto Piauí, uma expedição contra os índios Pimenteira, as secas e a falta de água, as dificuldades da caatinga, grandes distâncias, os obstáculos como serras e morros dificultava as tropas que ocupavam o local em busca dos índios, as condições agrestes do meio em que se lutava e das dificuldades em se conquistar os indígenas que se refugiavam, em constante mobilidade. Os luso-brasileiros se queixavam constantemente das condições agrestes do meio em que se lutavam e das dificuldades em se conquista as populações indígenas, “he preciso entrar por matos e catingas aonde nem agora há para beber senão a que se leva em borrachas”, muitas tropas tiveram que voltar devido as péssimas condições, o que gerava ainda mais despesas para manter as tropas¹⁷⁹.

As narrativas históricas do período colonial retratam sociedades belicosas, organizadas em grupos militares, habitando a região da Amazônia colonial portuguesa mostram o envolvimento em guerras coloniais, de alguns grupos étnicos ou, ainda a incorporação de determinadas etnias nas tropas coloniais ou mesmo o comércio de cativos envolvendo intermediários indígenas. A documentação colonial de fato aponta para um processo de reorientação da guerra colonial e mudanças significativas ao reformular as guerras indígenas diante do novo quadro de alianças e inimizades com os demais grupos existentes no contexto colonial. Estas tenções ganharam novos contornos no século XVIII, através dos processos de ocupação das terras orientais do Estado do Maranhão, quando se caminha para uma ocupação mais efetiva, os ataques representavam uma descontinuidade da ocupação luso-brasileira e uma reocupação desses espaços pelos indígenas. Esses conflitos de certa forma redefiniam as territorialidades luso-brasileiras nos sertões.

¹⁷⁸ Carta do governador do Piauí Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao rei D. José, Oeiras do Piauí, 20 de julho de 1770. AHU, Avulsos do Piauí Cx. 11, D. 644.

¹⁷⁹ Carta do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao rei D. José. Oeiras do Piauí. 20 de julho de 1770. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 643.

2. A luta pelo domínio da terra e a resistência indígena no Piauí e nos sertões do Maranhão

A conquista e a ocupação dos sertões foram caracterizadas pela instabilidade dos povoamentos coloniais. Assim, o processo de povoamento luso-brasileiro e a consolidação dos domínios territoriais nos sertões foram marcados por avanços e retrocessos durante todo o período colonial. Desde o início da colonização portuguesa no antigo Estado do Maranhão havia uma grande dificuldade em assegurar o controle sobre o território colonial, o que levou, a uma descontinuidade da ocupação portuguesa dos sertões e manteve os núcleos já estabelecidos sob constante ataques das áreas vizinhas não ocupadas. Essas áreas não conquistadas, *os sertões*, mantinham um clima de tensão e ameaças da retomada dos indígenas de território já ocupados. Segundo Santos (2010), essa descontinuidade e irregularidade da ocupação permitem supor que a expansão da colonização portuguesa não deve ser vista como irreversível e que diversas vezes teve recuos. Dessa forma, a autora sugere que a ocupação luso-brasileira deve ser vista não somente a partir de uma colonização que se expande e avança, mas como um movimento sutil de ocupação que avançava mais que também perdia terreno. Essa instabilidade estaria relacionada as resistências indígenas no interior do território colonial, essas populações indígenas protagonizaram movimentos que desarticulavam a ocupação e povoamento dos sertões, em um dos mais importantes estágios para a consolidação da ocupação portuguesa.

Diante disso, durante a segunda metade do século XVIII, com a interiorização e penetração dos sertões por meio da expansão da pecuária, a colonização portuguesa não conseguia exercer uniformemente o controle sobre esses territórios já ocupados, e caminhava em um ritmo irregular. Durante todo o processo de ocupação e a territorialização luso-brasileira desses antigos espaços indígenas, houve intensos conflitos abertos entre indígenas e colonos pelo controle do território. Essas tensões do ponto de vista territorial provocariam uma situação de vulnerabilidade do domínio luso, frente as constantes ameaças indígenas de retomada do território ou de despovoamento da ocupação, face às investidas dos ataques e conflitos dos índios do curso, as fazendas de gado provocavam um despovoamento do território que levaram constantes recuos da expansão portuguesa. A resistência oferecida pelos indígenas nas fronteiras do Piauí e Maranhão rompiam com os ritmos da ocupação lusa nos sertões e constituiu seguramente uma ameaça dura à precária territorialização desses espaços. Diante dessa questão, não há como pensar em uma consolidação do domínio luso, nesse período em que se assiste ainda a intensos ataques indígenas contra os núcleos povoamento da ocupação luso-brasileira dos sertões.

No processo histórico de expansão portuguesa nas fronteiras do Maranhão e Piauí foi palco de conflitos, disputas, alianças, acordos, interesses forjados pelos índios que buscavam dentro dessas dinâmicas resistirem dentro de suas próprias percepções aos avanços coloniais. Estratégias diversas foram vivenciadas por diferentes grupos indígenas, esses personagens refaziam-se a si e sua identidade naquelas fronteiras coloniais. A luta pelo domínio da terra era o principal elemento mobilizador da guerra. A ocupação luso-brasileira e todos os movimentos de instalação dos empreendimentos coloniais no sertão e a reação dos povos indígenas sustentou uma luta contínua ao longo do século XVIII.

2.1. Gueguê, Timbira e Acoroá

Em 28 de julho de 1738, o então governador do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Brancos, escrevia ao rei D. João V, dando parecer da reunião que se executou com propósito de discutir sobre as hostilidades e invasões feitas por diferentes nações indígena no Piauí e sertões do Maranhão¹⁸⁰. Na reunião ocorrida em julho de 1738, no Tribunal da Juntas das Missões¹⁸¹, convocada pelo governador, foram tratados dos assuntos a respeito das invasões que sofriam os moradores da maior parte dos sertões da capitania do Piauí feita por diferentes nações de gentios, entre essas os Acorá-mirim, Acoroá-assú, Gueguê e Timbira que por espaço de duzentas léguas viam percorrendo contra os povoadores daqueles sertões. Segundo o governador, as ações iam desde as Aldeias Altas (capitania do Maranhão) até os Campos de Parnaguá e Gelboê (capitania do Piauí). Tais fronteiras foram forjadas por inúmeras experiências de guerras, conflitos, mas também de alianças. Em cópia inclusa no assento que se tomou na Junta das Missões, que resultou na maior parte dos votos dos deputados que se decretasse guerra defensiva contra diferentes grupos indígenas, com o intuito de desarticulação dos movimentos indígenas que ameaçavam os povoadores. Apesar do governador desejar guerra ofensiva, mas, devido a prevalência no número de votos em contrário, foi servido ordenar

¹⁸⁰ Carta do governador do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Brancos, ao rei D. João. São Luís do Maranhão, 28 de julho de 1738. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 24, D. 2479.

¹⁸¹ A Junta das Missões, era composta por prelados jesuítas, carmelitas, mercedários, capuchos e da piedade, pelo governador, pelo ouvidor geral e pelo bispo, era juridicamente responsável para determinar assuntos que estivessem ligados aos índios e seu governo, sobre essa questão ver: MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza. O regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. Revista de Pesquisa Histórica - N. 27-1, 2009.

por ordem guerra defensiva, ficando suspensa a execução militar a que se deveria proceder contra os índios.

Em 1738, o vigário provincial superior das Missões, José de Sousa, dava parecer favorável para que se fazer guerra aos índios que causavam estrados no Estado do Maranhão¹⁸². Esses ataques estariam despovoando muitas fazendas de gados e com os seus assaltos estavam provocando muitas mortes e provocando grande destruição dos núcleos de povoamentos. Segundo a carta, já haviam tido duas devassas, uma na vila da Mocha pelo ouvidor geral Francisco Xavier Maroto Boroa e outra pelo juiz ordinário do Parnaguá Bernardo Pereira. Desde os anos de 1730, essas nações vinham assolando os campos, ribeiras e vizinhanças da vila da Mocha, roubando de gado e cavalos levando os moradores a desocupar suas propriedades, mais de 200 pessoas se retiram temendo suas vidas de seus escravos e de suas fazendas. Os índios haviam sido sentenciados a guerra ofensiva na Junta das Missões em 14 em julho de 1738, para não ficarem totalmente indefesos os moradores, foram ordenados pelo capitão-mor, Antônio Gomes Leite, cabo da tropa de guerra, levassem os índios da nação Jaicó situados no rio Itanhy junto a fronteira com a capitania do Ceará, para formar uma espécie de arraial entre Gurgueia e Parnaguá na parte que apresentavam mais exposta e frágil aos ataques dos gentios. Dessa forma, caso o rei ordenasse fazer guerras aos gentios, seria preciso um corpo de índios aldeados e guerreiros da Serra de Ibiapaba sem os quais não via meios de se poder fazer com segurança a expedição. E o ataque aos índios deveria ser atacar por mais de uma frente, sendo uma delas pelo rio Tocantins, buscando evitar a fuga dos índios durante o conflito¹⁸³.

Apesar dos interesses do governador em fazer uma frente de guerra pelo Tocantins, o pedido não foi aceito pelo rei D. João V que, em 1740, emitiu uma carta informando que a guerra deveria ser feita apenas pela Parnaguá¹⁸⁴. Devido os constantes conflitos com os sertanistas na capitania do Piauí e a ausência de uma frente no rio Tocantins, levaram os Acoroá a buscarem um novo local que oferecessem condições de sobrevivência. Conforme Apolinario (2005), nas décadas de 1740, os índios Acoroá-Assú passaram a excursionar com maior frequência o sertão do Norte de Goiás (atual Estado do Tocantins), especialmente as ribeiras

¹⁸² Carta do vigário provincial superior das Missões, José de Sousa ao rei D. João V. Maranhão. 19 de julho de 1738. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 24, D. 2477.

¹⁸³ As revoltas dos índios Gueguês são descritas desde as expedições de Francisco Dias de Avila e Domingos Rodrigues de Carvalho no sertão do Pajeú. Os índios faziam frequentes ataques as fazendas e currais de gado do dos dois lados do rio São Francisco. Rio Salitre, Esses conflitos ocorreram no ano de 1676, a vitória das duas companhias de ordenanças, sob o comando de Domingos Afonso Sertão e Francisco Rodrigues.

¹⁸⁴ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. 15 de março de 1740. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 3, D.1 57.

dos rios afluentes do rio Tocantins e pararam a ocupar o interior do sertão goiano, mas não demorou para esses entrarem em conflitos com os moradores locais. Nessa época, os Acoroá passaram a infestar as minas novas, e o então capitão-mor Antonio Gomes Leite, nesse período deixou a capitania do Piauí e passou a capitanear as tropas de guerra nas terras novas de Goiás.

Diante do que foi decretado no Tribunal, o governador do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Brancos, escreve ao rei D. João V, sobre as experiências adquiridas com as expedições de guerra que haviam sido enviadas no dia 16 de abril de 1739¹⁸⁵. Segundo o governador, as expedições das tropas militares portuguesa contra as nações dos gentios Gueguê, Acoroá e outras que infestavam a capitania do Piauí, não estavam sendo suficientes para exterminar ou mesmo reduzir as hostilidades por ser “gentio do corso, não tendo um domicílio certo”, esses “vam e vem pellas estradas”, e pela grande opressão que padeciam os moradores daquela comarca, sendo necessário socorro para a subsistência de “gente de guerra” para a condução de ajuda necessária para essa região. Solicitava ainda que o rei ordenasse ao capitão-mor de Parnaguá, Antonio Gomes Leite, a assumir o posto de cabo da tropa portuguesa naquela expedição.

No final de julho de 1744, em correspondência trocada entre o capitão-mor de Parnaguá e cabo da tropa de guerra Antonio Gomes Leite e o governador do Estado do Maranhão e Pará João de Abreu de Castelo Branco, informando sobre as ações tomadas para o estabelecimento da aliança com os gentios Gueguê vista por aqueles moradores como “a mais prejudicial, e mais feroz daqueles sertões”¹⁸⁶. Nestas condições, estabelecer alianças com os índios era imprescindível para os portugueses e, sobretudo, necessário. Como já mencionamos, as alianças e as hostilidades eram, em geral, mais circunstanciais do que duráveis. Por parte dos portugueses, a política de transformar parcelas significativas das populações indígenas em aliados e vassalos era, por outro lado, essencial para a consolidação de seu poder na região. Afinal, sem os guerreiros índios, que suplantavam em número e em conhecimento da região aos militares portugueses, não somente teriam perdido o controle sobre a terra, mas também não poderiam dominar efetivamente a quantidade inumerável de homens que se localizavam ao longo das dezenas de rios nos sertões. Para as comunidades indígenas, se aproximar dos portugueses, além de ser uma questão de sobrevivência, era também estratégica, na medida em que os índios souberam tirar partido dessas alianças para defender seus interesses.

¹⁸⁵ Carta do governador e capitão do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. Belém do Pará, 2 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 27, D. 2570.

¹⁸⁶ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a carta do governador do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco. Lisboa. 24 de julho de 1745. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 2, D. 235.

Em 1744, os Gueguê se renderam voluntariamente e estabeleceram um acordo de paz com os portugueses. Ao informar ao governador do Maranhão sobre essa questão o capitão Antonio Gomes Leite relatou:

“Suspendeu a exclusão da guerra a voluntaria submissão do proprio Gueguê, saindo dos seus mattos aquazi duas mil pessoas, com as quais ficou o dito Padre João Rodrigues, voltando-se pera as suas aldeias todos os domesticos, que tinha acompanhado, e consertou ao gentio na paz, e submissão por espaso de onze meses”¹⁸⁷

O estabelecimento dos índios Gueguê no arraial que contava inicialmente com cerca de 1.600, mas já havia chegado a 2.000 indígenas no aldeamento, o que estava gerando enormes gastos. Diante dessa situação, o capitão escreveu sobre as dificuldades em prover gado para alimentar todos aqueles indígenas, à custa de suas fazendas de gado. Antonio Gomes declarava não ter cabedais para continuar com a grande despesa e gastos por mais tempo. De acordo com as informações apresentadas, se gastava em média a cada dois dias vinte bois de seus currais, apesar das fazendas de Antonio Gomes Leite ser uma das mais abastadas de toda a capitania do Piauí não conseguiria manter enorme despesa¹⁸⁸. Sendo assim, o capitão solicitava que o governador convocasse os principais moradores dos distritos da freguesia do Parnaguá para ajudarem no sustento do arraial “visto a consistir na sua amizade e a conservação dos Gueguê” no aldeamento. Visto que a paz estabelecida com os índios Gueguê era importante, não apenas por ficarem livre as terras do Piauí das hostilidades e ataque dos índios, mas também ficariam defendidas as fronteiras de novas invasões do gentio Acoroá que ainda continuavam os ataques às fazendas da região e de outras nações inimigas, que nessa época assolavam os moradores locais.

Porém, as iniciativas levantadas pelo então padre João Ribeiro de Carvalho da Companhia de Jesus missionário dos índios Barbados que se achavam no mesmo arraial em que foram encaminhados os índios Gueguê, dificultou esse processo¹⁸⁹. O padre jesuíta nutria

¹⁸⁷ Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus no Maranhão, João Ferreira para o Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. São Luís do Maranhão, 18 de dezembro de 1748. AHU, Cx, 31, D. 3143.

¹⁸⁸ Conforme as informações contidas no documento, o capitão mor, era de família honrada da província, casado com uma neta de D. Francisco de Castelo Branco capitão de infantaria e um dos mais respeitados da comarca do Piauí. Dessa forma, devido os gastos feitos pelo capitão mor, foi sugerido uma mercê proporcionada ao seu merecimento e cuidado. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, Lisboa, 24 de julho de 1745. AHU, Cx. 4, D. 235.

¹⁸⁹ Em 15 de setembro de 1747 o governador do Estado do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão endereçada ao rei D. João V, sobre as desordens provocada pelo Padre, e informava que o dito padre havia sido embarcado ao reino. Carta do governador do Estado do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, ao rei D. João V. Pará, 15 de setembro de 1747. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 4, D. 283.

algumas desavenças com o capitão, e era uma pessoa influente, e se valendo do poder que exercia naquela localidade havia convencido os ditos moradores de “que seria melhor matar com alguma indústria todo, aquele gentio, e reduzir os que ficassem a escravidão, do que conserva-los”. Diante desse contexto, compreendemos que talvez pelas relações internas cultivadas entre o padre João Ribeiro de Carvalho e o capitão mor Antonio Gomes Leite, seja o motivo que de nenhum dos moradores tenham ajudado no sustento daqueles gentios. Ação essa que levou o capitão a prover sozinho gastando as suas fazendas com o sustento daquele arraial. Diante dessa citação, o governador solicitou a tesouraria dos resgates do Pará e Maranhão, que se aplicasse “o resgate de cinco mil cruzados para o estabelecimento daqueles índios, cuja despesa terá efeito no caso que eles sem violência convenham em vir se situar nos rios Mearim e Itapecuru”¹⁹⁰. Ou mesmo conservando todos, ou alguma parte dele nas vizinhanças do Parnaguá. Mesmo com os gastos regados, parecia mais vantajoso em manter os índios Gueguê como aliados.

A carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus de 1748 ajuda a entender melhor os fios condutores dessas desavenças, a carta foi endereçada para a secretária de Estado da Marinha e Ultramar¹⁹¹. Segundo as informações enviadas na correspondência, em 11 de julho do ano de 1743, o governador do Maranhão mandou convocar uma Junta das Missões, para informar sobre as hostilidades e insultos, que atualmente executava aos gentios Gueguê em todo o gênero de pessoas pelos distritos da Gurgueia e Parnaguá. Nessa reunião ficou determinado que o arraial continuasse sob o comando do padre João Rodrigues e que os padres Capuchos não ficassem no mesmo aldeamento. De acordo com as informações fornecidas na documentação, os padres Capuchos tinham autoridade dentro da localidade de Parnaguá, e insatisfeitos com a presença do padre jesuíta no comando do aldeamento dos índios Gueguê, os padres capuchinos invadiram o aldeamento e expulsaram violentamente o padre João Rodrigues e se introduziram na dita missão. Com a ausência do capitão, os índios acabaram rompendo o acordo de paz e matando o missionário Capucho chamado de frei Bento que os doutrinavam. Ao abandonarem o aldeamento os índios Gueguê invadiram um armazém onde levaram todas as armas, pólvoras e chumbos existente no armazém consigo.

Não se sabe os verdadeiros os motivos que levaram os gentios Gueguê a matarem o padre, mas depois desse episódio, os indígenas continuaram com maior intensidade as

¹⁹⁰ *Idem.*

¹⁹¹ Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus no Maranhão, João Ferreira, para a Secretária de Estado da Marinha e Ultramar. São Luís do Maranhão, 18 de dezembro de 1748. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 31, D. 3143.

hostilidades aos moradores dos sertões do Piauí. Pois, como foi enfatizado, na fuga do aldeamento, os gentios saíram “dispersos por todo aquele sertão do Parnaguá guiado por cinco escravos ladinos do capitão-mor, cometendo todo o gênero de insultos, não só pelos moradores daquele distrito com morte de gente e destruição de muitas fazendas de gado”. Nesse momento, fica claro a existência de uma possível aliança entre os índios Gueguê e escravos negros.¹⁹²

Depois desse episódio, os ataques não estavam se resumindo as fazendas de gado, mas também aos viajantes sertanejos que passavam da Bahia, Maranhão e do próprio Parnaguá, rota comercial para o abastecimento de carne em outras regiões das colônias sobretudo para o Estado do Brasil. Sendo assim, a disputa das tropas com os indígenas também foi caracterizada pelo domínio dos caminhos, que nesse momento eram controlados pelos índios.

“cometendo não só casas particulares, que levão a escalar, mas sahindo nas estradas, e caminhos públicos, matando e roubando aos comboiros e certanejos com a ruina do comercio por aquelles destrictos em forma, que por elles se não pode passar porem com os insultos, violência e mortandades, que executa esta nação Guegue”¹⁹³

Além dos ataques e assaltos as fazendas de gado, a ocupação dos caminhos e a tomada de controle por parte dos índios, dificultavam e prejudicava o trânsito de pessoas, mercadorias, e principalmente a passagem do gado, que abastecia outras capitânicas. Como mencionado no segundo capítulo, por esses caminhos e estrada, os curraleiros da Bahia e do Piauí desenvolveram um intenso comércio de troca e venda de carne. As capitânicas exportadoras, mais precisamente a agrícola e a mineira, dependiam da produção bovina do sertão para manterem as unidades produtoras, o gado produzido no Piauí alimentava a população local e forneciam seus derivados às regiões exportadoras. Com os constantes ataques indígenas que ocupavam e conseqüentemente bloquear os caminhos do sertão dificultava o transporte do gado que levavam meses em caminhadas até as feiras, esses conflitos ocasionavam muitas vezes a perda quase que completa das cargas. Fora os problemas ocasionais que já geravam um grande empecilho, as condições precárias dos caminhos, as fugas e perdas naturalmente gerada nesse percurso.

O avanço das ações dos Gueguê ocorria concomitantemente com as ações das tropas militares portuguesas que buscavam pacificar a região. Portanto, após o estopim do conflito

¹⁹² É importante destacar já nesse momento que a documentação não deixa claro se esses denominados “negros”, “pretos ladinos” se trata de africanos especificamente. Pois em alguns momentos aparecem também os termos “mestiços”.

¹⁹³ *Idem.*

com a saída dos indígenas do aldeamento foram articuladas estratégias de guerra para conter as investidas. Na formação dessas tropas militares, podemos observar a participação ativa dos índios aliados, que eram indispensáveis às tropas portuguesas, sobretudo os índios aldeados. Durante os conflitos com os Gueguê, uma das estratégias apresentadas pelo padre João Pereira, reitor do colégio do Maranhão, para conter os avanços dos ataques às fazendas de gado era que nas principais fronteiras se estabeleçam outros já domésticos e guerreiros que se achavam situados pelos sertões. Pois uma das grandes dificuldades das tropas em fazer guerras aos índios Gueguê se dava pelas estratégias que os índios usavam.

“sentindo os Gueguês qualquer invasão de armas inimigas se retirão aos seus mattos, e bosque impenetráveis, donde espelidando o regresso das nossas armas sahir de novo a hostilizar ora em huas, ora em outras partes, não se podendo prontamente acudir com o remédio pellas dificuldades do recurso, e distancias dos certões¹⁹⁴”

Durante os conflitos essa foi uma prática comum, e foi uma das alternativas para diminuir a força aos ataques dos índios seria utilizar os aldeamentos como uma espécie de barreiras para impedir esses ataques. Deveriam estabelecer aldeias de “índios domesticados”. Durante esses períodos de guerra aldeias inteiras eram deslocadas para esses locais de conflitos, como foi o caso das aldeias dos índios Arayô e Anapurú em 1748.

“Que nas principais fronteiras deste gentio se estabeleçam outros já domésticos, e guerreiros, que se achão situado pello certão, em partes, aonde se não fazem precisos: como são os índios da nação Arayô e da nação Anapurú, gente bellicoza, com todos seus agregados, os quaes se achão situados na margem do rio Parnaíba e para evitar a estes o regresso para as povoações, em que residem, desamparados os lugares em que fora postos, será bem, que vão com todos seus principais e familiares escoltando-se citios e comodados aonde dividida hua de outras nação estabelesão suas aldeias e dando ajuda dos moradores daqueles dstrictos, e soldados posão com facilidade encontrar, reprimir e rebater a fúria do gentio Gueguê, e penetrar se os seus mattos, e so assim me parece se poderá conseguir o bom sucesso da guerra, socego dos moradores daqueles dstrictos, e a expedição dos caminhos para o comercio”¹⁹⁵

Percebemos aqui que nesse momento a principal estratégia da Coroa para combater os índios hostis. A mudança da localização das aldeias, Arayô e Anapurú, que por serem nações

¹⁹⁴ Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus no Maranhão, João Ferreira, para a Secretária de Estado da Marinha e Ultramar. São Luís do Maranhão, 18 de dezembro de 1748. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 31, D. 3143.

¹⁹⁵ *Idem*

guerreiras poderiam rebater os ataques dos índios inimigos era uma estratégia muito usadas, a mudança dos aldeamentos serviria assim, “para formar barreira ao dito inimigo” e conter os avanços dos ataques. Mas essa estratégia deveria ser feita com bastante cautela, e sem perturbação para os índios aldeados, dada a “repugnância que tem os ditos índios nas mudanças violência de seus domicílios e na comunicação e mistura de diversas castas”, e essa insatisfação poderiam levar os índios a abonarem os aldeamentos e retornarem as suas aldeias, o que prejudicaria ainda a situação. Somente assim conseguiriam os moradores e soldados daqueles distritos com facilidade encontrar, reprimir e rebater as hostilidades do gentio Gueguê, conseguindo assim, penetrar seus matos e conseguir trazer sucesso dos moradores e caminhos para o comércio, que era fundamental para a economia da capitania.

Em carta, o ouvidor geral do Piauí retrava a capitania do Parnaguá como “infetada de gentios Gueguê” que após romperem o acordo de paz, e matado os missionários que os doutrinavam, continuavam os ataques as fazendas e moradores encontrava-se quase “inabitável toda a capitania de Parnaguá”. Diante dos avanços cada vez mais preocupantes, o ouvidor geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silveira Botelho, buscando conter os danos, convocou os moradores da sua jurisdição para irem armados defenderem suas propriedades, um deles José de Abreu Bacelar, que armado com seus escravos armados e familiares, formou uma pequena tropa para atacarem os índios¹⁹⁶. Os ataques dos moradores tiveram relativo sucesso, chegando a encontrar diversas malocas, matando alguns e capturando outras e ainda regatando “meninos brancos”, que os índios mantinham como prezas. Os gastos com as ações contra os índios Gueguê foram retirados de suas fazendas, para o sustento de gente, transporte e bagagens.

Necessidade de munições, sessenta armas de fogo e auxílio dos índios aldeados na ribeira do rio Parnaíba eram solicitadas. Mas, como foi relatado, ainda que as nações de Arayô e Anapurú escolhidas pelas juntas estão sujeitas ao ordinário e administradas pelo Bispo do Maranhão, se encontravam nesse período tão pequena numericamente que ambas não formam o número de trinta índios. Dessa forma, ordenavam o capitão-mor que se retirasse da aldeia do Itapecuru e de outras aldeias e enviassem ao sargento-mor João do Rego Castelo Branco. Foi solicitado ainda o auxílio da Serra de Ibiapaba, pertencente a capitania de Pernambuco e administrada pelos jesuítas, que fossem enviados para ajudar a compor as tropas de guerra nesses conflitos¹⁹⁷. Mas com as devidas preocupações em não fragilizar a defesa de outra

¹⁹⁶ Ofício do ouvidor geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silva, ao governador do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. Vila da Moura. 6 de novembro de 1747. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 4. D. 285.

¹⁹⁷ Carta do governador do Maranhão, Luís Vasconcelos Lobo, para o rei D. José. São Luís do Maranhão. 17 de novembro de 1751. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3287.

fronteira, foi solicitado que os missionários de Ibiapaba “possam persuadir alguns os índios de suas missões a descerem voluntariamente, assegurando suas casas e ainda algum pequeno prêmio”.

Em 1747, os índios Gueguê começavam a ocupar além da capitania do Piauí, esses começaram a incursionar pelos sertões da capitania do Maranhão. Nesse período, os Gueguê haviam se unido a outras duas nações chamadas Timbira e Acoroá e juntos discorriam hostilidades na capitania do Maranhão, nas ribeiras do Itapecuru e Parnaíba, cometendo mortes, roubos e despovoando muitas fazendas de gado¹⁹⁸. Devido a essas novas investidas dos indígenes, nesse ano, foi convocando uma nova Junta das Missões em São Luís, para declarar guerras defensiva aos índios. Com a retirada do então capitão-mor Antonio Gomes Leite para as Terras Novas de Goiás, o governador do Maranhão Francisco Pedro de Mendonça Gorjão chegou a nomear o capitão-mor Paulo de Carvalho da Cunha para ocupar o cargo de cabo da tropa de guerra no Parnaguá. Mas, nessa reunião foi determinado que o cabo dessa expedição seria o sargento-mor João de Rego Castelo Branco, não apenas pela capacidade conhecida, mas também pelo pedido feito de muitos moradores. Em virtude da dita junta, o governador mandou vir da provedoria do Maranhão, o socorro de “um quintal de pólvora, dois de chumbo e quarenta arma de fogo” e ainda índios da serra da Ibiapaba para formarem o corpo da tropa.

Ao longo dos anos, os índios foram descendo e ocupavam outras localidades, mesmo com as estratégias de conter os avanços dos ataques dos índios Gueguê, Timbira e Acoroá não foram suficientes para conter as hostilidades, e os ataques logo que descerão para a capitania do Maranhão, se concentrando na freguesia de S. Bento das Balças próximo ao rio Itapecuru.

Não satisfeito só o dito gentio Gueguê com as hostilidades cometidos na capitania do Piauí se unio com duas nações mais chamadas Timbiras e Acoroás, discorrendo por todos aaquelles Certões com a mesma crueldade baxarão as mais principais da capitania do Maranhão, ribeira do Itapecuru e Parnaiba execuando mortes, latrocínio, por causa e consternados os seus moradores tem despovoado bastantes fazendas de gado com erreparavel prejuízo¹⁹⁹

Na segunda metade do século XVIII, os Gueguê eram colocados com um dos maiores grupos indígenas resistindo a ocupação lusa nos sertões do Maranhão. Os Gueguê se valeram

¹⁹⁸ Carta de governador do Maranhão, Francisco de Pedro Mendonça Gorjão, para o rei D. João V. Pará. 22 de setembro de 1747. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 29, D. 2781.

¹⁹⁹ Carta do governador do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V. Pará. 13 de agosto de 1750. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 31, D. 2983.

da estratégia de se aliar a outros, não apenas de índios como foi o caso das nações Acoroá e Timbira, como também de negros e desertores. Talvez seja esse o motivo de frente de resistência indígena ter conseguido avançar tão fortemente o rio Parnaíba e Itapecuru e construírem estratégia para atacarem as fazendas de gado e “com irreparável prejuízo” dessa região, dito isso, as alianças foram fundamentais para a sobrevivência desses indígenas. É importante ressaltar ainda a posição em que os Gueguês se encontravam e de como eles souberam utilizar em seu favor as rivalidades também construídas pelos Timbira e Acoroá, assim como negro escravizados e desertores militares aos portugueses.

Carta do ouvidor-geral do Maranhão, João de Cruz Dinis Pinheiro, ao rei D. José, sobre as hostilidades que os índios Gueguê e Timbira têm feito aos moradores de São Bento das Balsas. Em virtude disso, julga necessário fazer-lhes guerra²⁰⁰. Os índios Gueguê, Timbira e Acoroá misturados a outros e com alguns “mestiços ladinos”, vinham fazendo hostilidades aos moradores da freguesia de S. Bento das Balças, roubando e matando e ateando fogo nas casas de modo que se encontravam nessa freguesia 12 fazendas de gado despovoadas.

De acordo com a documentação, uma preocupação do governador consistia no prejuízo causado pelo abandono das fazendas, pois, durante todo o período de conflitos, inúmeras relatos de fazendas forma abandonadas, devido ao receio dos moradores de sofrerem ataques. Em 7 de janeiro de 1760, uma representação feita pelos moradores de Parnaguá ao rei D. José, sobre as hostilidades e crueldades praticadas pelas nações de gentios Acoroá, Timbira e Gueguê contra as fazendas de gado dos moradores das freguesias de Parnaguá e Gurgueia, praticando das mesmas ações aos moradores da freguesia de Pastos Bons, na capitania do Maranhão²⁰¹. De acordo com os moradores, “muitas são já as fazendas despovoadas por haverem experimentados semelhante tirania”. As fazendas situadas nas fronteiras dos inimigos eram as que experimentavam maior ataques, devido a isso os moradores temiam que logo se encontrariam inteiramente despovoada aquela freguesia, e se encontravam pouca gente nessas localidades o que dificultava a formação de uma tropa para combater os ataques constantes. O fato de as fazendas já abrigarem um número pequeno de trabalhadores, dificultava a defesa dos moradores aos ataques, com a ameaça de abandono a situação ficava ainda mais drástica. Na carta, a

²⁰⁰ Carta do ouvidor geral do Maranhão, João da Cruz Dinis Pinheiro, ao rei D. José. São Luís do Maranhão, 20 de julho de 1750. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 31, D. 3222.

²⁰¹ Representação feita pelos moradores de Parnaguá ao rei D. José. 7 de janeiro de 1760. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 39, D. 3848.

maioria dos moradores de Parnaguá ameaçavam abandoná-las, caso o governo não organizasse uma expedição para combater os ataques dos índios.

As ações das hostilidades dos indígenas estariam afetando novamente as relações comerciais, que passavam pela freguesia de Pastos Bons em direção a região das Minas e as terras novas de Goiás.

Inesplicaves são os insultos que as referidas nações de gentios cometem incessantemente as vidas e fazendas dos sobreditos moradores, matando muitos deste escalando as cazas, e roubandolhas, levando em sua companhia as mulheres e filhas dos mesmos moradores²⁰²

Em janeiro de 1760, um ofício do desembargador, Francisco Marcelino de Gouveia, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre as consequências verificadas no Piauí devido à presença dos índios Gueguê, Timbira e Acoroá²⁰³. Diante das inúmeras queixas feitas pelos moradores, o desembargador resolveu ir pessoalmente para examinar as povoações da capitania do Piauí e as notícias sobre as hostilidades desses índios. Ao seguir viagem se depararam com as estradas “infestavam de índios” e resolveu seguir caminho pela freguesia de N. Senhora do Livramento do Parnaguá. Havia chegado notícia de que há poucos meses os índios Gueguê tinham queimado uma fazenda chamada Mocambira, que ficava nas margens do rio Gurgueia, onde havia matado sete e levando três em sua companhia. Segundo os relatos do desembargador havia cerca de 23 fazendas de gado despovoadas na freguesia de S. Antonio da Gurgueia. Sobre os insultos feitos a fazenda Mocambira, foi feito o levantamento dos acontecimentos, onde foram convocadas as testemunhas que presenciaram aos acontecimentos, ao todo foram ouvidas quatro testemunhas, todas moradores da fazenda próxima chamada Cajazeira, esse que durante o ataque estavam levando uma boiada para a fazenda Mocambira e teriam visto o ataque. As testemunhas foram Antonio Vieiras (vaqueiro), Luiz Nunes da Silva (vaqueiro), João Pereira Vidal (índio) e Thomé Pereira da Silva (índio crioulo).

Na fazenda chamada Cajazeiras, a primeira testemunha ouvida foi Antonio Vieiras, morador da fazenda Cajazeira, onde criava gado, em seu testemunho informou que no mês de maio, levava um lote de gado para a fazenda Mocambim, acompanhando de outros homens,

²⁰² Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus no Maranhão, João Ferreira, para a secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. São Luís do Maranhão. 18 de dezembro de 1748. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 31, D. 3143.

²⁰³ Carta do desembargador Francisco Marcelino de Gouveia ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Real. Vila da Moucha Piauí, 25 de janeiro de 1760. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 6, D.382.

chegando lá viu as casas que eram cobertas de palha ardendo em fogo e os currais da fazenda dois índios que com os tiros de flechas estavam matando o gado, esses fugiram para as margens do rio Gurgueia como era costume sair para fazer seus assaltos. Com a retirada dos índios a testemunha informou que foi examinar todas as casas da fazenda já consumidas com pelo fogo, mas também haviam encontrados setes pessoas mortas a “tiro de flechas”. E notou que faltavam três pessoas, que até o momento não tinham notícias, e que provavelmente os índios haviam levados “porque seu costume he levarem consigo as mulheres”, desses três prisioneiros duas eram mulheres e um homem. Segundo as testemunhas, o gado morto seria para o seu sustento dos índios que viviam nas “ásperas montanhas e lagos desertos destes sertões”.

A partir dessa organização, os conflitos se intensificariam ainda mais, as investidas expandiram pela capitania do Maranhão, mais precisamente a freguesia de São Bento das Balças. É interessante notar que os índios delimitavam bem o seu raio de ação, as investidas eram dadas em áreas de influência para impedir os avanços das tropas portuguesas nessas paragens. A partir disso, podemos inferir que a ação indígena contra o avanço das fazendas de gado foi desencadeada, sobretudo em defesa do espaço indígena que, de certa forma, estava sendo tensionado pela presença lusa no sertão. Não é à toa que a ação dos grupos indígenas na região estava provocando o despovoamento de muitas fazendas de gado e levando a ruína aqueles moradores. “roubando e matando, colocando fogo nas casas de modo q’achão dez ou doze fazendas de gado despovoada e mortas, e prisioneiras suas mais de sincoenta pessoas as q. e insultos que as fazendas de gado”²⁰⁴. Levaram a um cenário de despovoadas de muitas fazendas e gerando grades prejuízos a fazenda real.

Hê certo q’ o gentio Gueguê com a união dos Timbiras e Acoroás fazem hu considerável poder, e não poderão ser rebatidos, nem debelar-lhes as suas forças, sem q’ V. Mag^{de} seja servido mandar q’ da Serra da Ibiapaba se tire hú número de Índios capas de ajudar essa empresa pois aquela gente como tão costumada a guerra, he q’ lhe ’o de fazer grave oposição. Também tenho notícia, q’ com aqueles bárbaros andão unidos alguns homens brancos, e pretos ladinos²⁰⁵

Ainda conheçamos pouco sobre as alianças entre índios aldeados, negros fugidos e mestiços no Maranhão. Esse episódio, já é possível perceber que essas, mesmo que superficialmente, foram tecidas. Porém, as documentações não fornecem muitos detalhes dessas

²⁰⁴ Carta do Governador e Capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V. Vila da Moucha, 13 de agosto de 1750. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 31, D. 2983.

²⁰⁵ *Idem*.

alianças. Ao que tudo indica muitos desses “pretos ladinos” poderiam ser escravos fugitivos amocambados nos sertões, ou ainda escravos das fazendas invadidas por esses próprios grupos indígenas, que após atacarem alguns dos escravos eram levados ou mesmo por decisão própria decidiam seguir junto aos indígenas. Os classificados como “homens brancos”, nossa hipótese é que sejam desertores militares que se aliavam tanto aos índios como aos negros entram em contato com os povos indígenas nos sertões. Falaremos mais sobre essa hipótese no último tópico desse terceiro capítulo.

Essas experiências ajudaram os índios a criarem maneiras de combater seu novo inimigo. E em alguns casos, essas estratégias eram tão ofensivas como defensivas. Em ofício de 3 de agosto de 1764, do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o descimento dos índios Amanajós, que haviam se oferecido para lutar contra os índios Timbira, na guerra contra os Gueguê e seus aliados²⁰⁶. Em correspondência trocada no de 15 de novembro de 1763, ele havia solicitado ao capitão mor José de Meireles de ajudar no descimento de uma maloca de gentio Amanajó para a freguesia de São Bento das Balças. Os índios Amanajós estavam aldeados nas proximidades da freguesia de S. Teles da Boa vista, sobre o comando de um missionário mercenário. Os Amanajós, mediante as incursões guerreiras, tinham com os Timbira “uma rivalidade de longa data”. Em contraponto a relação amistosa dos portugueses, desse modo, a aliança se mostrava vantajosa para ambos os lados. Assim, “voluntariamente se oferecerão vinte e tantos para hirem a guerra contra os Timbira, por serem estes os seus maiores inimigos”²⁰⁷.

Porém essa aliança não conseguiu se concretizar devido aos problemas gerados pelo capitão mor José de Meireles e o religioso mercenário que se mostravam empenhado em manter os ditos indígenas naquela freguesia de S. Teles da Boa Vista²⁰⁸. Assim, ambos não acataram diligência do governador e sem a ajuda do capitão mor os Amanajós não chegaram para a vizinhança como se pretendia. Em todo caso, os índios parecem estar trabalhando conscientemente ao entrar em contato com os portugueses. Pois, mesmo diante desses problemas, os indígenas buscavam manter a aliança com os portugueses. Mesmo sem terem

²⁰⁶ Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 3 de agosto de 1764. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4063.

²⁰⁷ *Idem*.

²⁰⁸ Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre as medidas que tem tomado para os descimentos dos índios Amanajós. 28 de julho de 1765. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 42, D. 4109.

conseguido socorrer a região como era pretendido, o índio principal dos Amanajó mandou aos portugueses um índio de presente acompanhado de dois que foram persuadir os portugueses de lhe mandarem ferramentas, e que eles desceriam até a freguesia quando necessário. Segundo o governador a relação de troca seria mantida entregando as ferramentas aos indígenas pois “para desta sorte os contenatar e ter seguros na amizade que procurarão ter conosco”. Os Amanajó, por sua vez, sabiam tirar proveito dessas alianças. De um lado usando os portugueses como aliados contra os Timbira, e do outro o ganho de ferramentas e outras mercadorias que necessitavam para o trabalho nas roças. Podemos então perceber as relações de trocas, que eram interessantes para ambos os lados, porém nem sempre iguais.

Em 23 de junho de 1772, em correspondência escrita pelo então governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o governador informa sobre os conflitos que estariam tendo com os indígenas que habitavam o interior. De acordo com o governador, a região de Pastos Bons na freguesia de São Bento de Balsas por “infestados de gentios”, impossibilitando os moradores de estabelecerem e aumentarem as suas fazendas de gado. Dado o interesse dos moradores e autoridades locais em ocupar a região, onde havia terras boas, e próprias para a cultura do gado.

“sendo a freguesia de S. Bento das Balças de pastos bons sumamente infestadas de gentio e querendo os moradores da mesma freguesia adiantar as suas fazendas de gados, por lhes constar que naquele continente havia terras boas, e próprias para os efeitos que pretendiam se ajuntarão os mesmos moradores e foram aquele descobrimento. Acharão com efeito excelentes terras, pastos e águas, porém, muitos infestadas de gentio²⁰⁹”

A ocupação das terras pelos indígenas impossibilitava os moradores que buscavam romper a resistência indígena. Uma das alternativas foi a aliança, as tropas buscaram ir ao encontro dos índios com objetivo de negociar com os eles. A tropa comandada pelo capitão Antonio Rabelo Bandeira recebeu a entrada de um índio Principal, informando que queria “descer e ser amigo dos brancos”. Parecendo conveniente a proposta, foi encarregado ao mesmo capitão Antonio Rabelo, a diligência de ir com uma tropa formada pelos moradores ir encontrar os índios, e “prometendo-lhe os vestidos, e o mais com que S. Mag^{de} mandar premiar os novos descidos, para o que devião vir os Principais a minha presença como hê estilo”. Com o intuito de executar a ordem expedida pelo governador, a tropa seguiu ao encontro da aldeia dos índios,

²⁰⁹ Ofício do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Maranhão, 23 de junho de 1772. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 46, D. 4476.

onde encontrou um número de gentios armados, sem nenhuma intenção de seguir com os portugueses, dizendo “que não queriam nada com os bancos, que herão muito velhacos”. Diante dessa postura, e como as ordens que de nenhuma sorte se ofendesse, os gentios e a tropa seguiram em retirada sem afeito algum. Insatisfeito com o insucesso das negociações com os índios, o capitão informava ao governador, que somente com a guerra se conseguiriam descer os índios, “porque hoje sem guerra se não desce gentio algum, e só com o temor das armas, se poderá conseguir a paz com aquele gentio”. Romper a resistência indígena nesse espaço tão importante para a criação do gado era fundamental “desinfestar aqueles sertões”, pois, ficariam livres também os rios Mearim e Grajaú, e os moradores poderiam navegar com felicidade de Pastos Bons até as terras das Minas de S. Felix.

Em 5 julho 1765, foi enviado um ofício do governador do Piauí João Pereira de Caldas ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça furtado, informando o resultado sobre a campanha efetuada contra os índios²¹⁰. Nessa época, as campanhas militares efetuadas contra os índios, se mantinham sobre o comando do coronel João do Rego Castelo Branco, que durante sua atuação conseguiu resgatar muitos cristãos das mãos dos índios. Segundo o documento, a campanha foi enviada em 28 de agosto de 1764, e havia percorrido cerca de nove meses pelos sertões, e conseguiu resgatadas duas mulheres cristã que estavam sob o poder dos índios. E ainda fazer cerca de 337 prisioneiros indígenas, e mais de 400 mortos. Ao lado dos índios Acoroá, foram capturados ainda cerca de 55 índios da nação Amanajó, dos que ainda não haviam sido descidos para a freguesia de Pastos Bons. Segundo o governador, esses contingentes indígenas capturados seriam divididos. Os índios que tinham pouca idade seriam repartidos pelos moradores que possuíam condições de os educarem, vestirem e sustentarem. Os demais, seriam remetidas ao governo do Maranhão, para serem levadas para as povoações mais remotas daquela capitania, para evitar as deserções. Durante essa campanha ainda ocorreu a rendição voluntária de uma maloca de índios Cahicahize, composta somente de 15 pessoas, os que ainda existiam dessa nação, que já há muito anos haviam sido descidos para o rio Itapecuru, para onde esses foram enviados.

A campanha se seguiu no ano seguinte contra os índios, seguindo o caminho pela margem ocidental do rio Uruçuí. Conforme o ofício do governador do Piauí, informava ao secretário de estado da marinha e ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre

²¹⁰ Carta do governador do Piauí, João Pereira Caldas ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Oeiras do Piauí, 5 de julho de 1765. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 546.

tratado de paz estabelecido pelo João do Rego Castelo Branco com os índios Gueguê²¹¹. De acordo com o ofício, as negociações de paz, trocando os prisioneiros que neles haviam já feito, pelas pessoas cristãs que os índios conservavam. Segundo o tenente, eram essas as condições para o acordo, “que lhe déssemos os seus para nos darem os nosso”, o que foi feito mediante as condições acordadas. Ao relatar sobre a caso, o coronel buscava mostrar as benesses advindas com o acordo, além dos resgates dos prisioneiros, a tropa se encontrava numa posição de difícil retirada, dessa forma o acordo seria a melhor alternativa.

Em 2 de abril de 1766, um novo ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, é enviado ao secretário e estado, Francisco Xavier de Mendonça Frutado, informando as novas informações sobre todo o progresso que tinha resultado da campanha que havia estabelecido com os índios Gueguê²¹². De acordo com documento, o tenente João do Rego Castelo Branco, o número dos índios que foram descidos, chegavam em cerca de 558, desses números, 20 eram cristãos prisioneiros e 13 índios da nação Amanajó, e cerca de 5 feitos de outros descimentos antigos. Ao todo foram encaminhadas essas 558 pessoas para o novo aldeamento. A redução e o descimento dos índios Gueguê foi importante “pela qualidade daquele inimigo”, sem dúvida os que mais hostilizavam todos os moradores daquela capitania. Os índios foram estabelecidos num aldeamento denominado S. João de Sende, onde logo estabeleceram suas roças.

As terras do dito lugar me dizem serem boas, e há nellas muitas frutas, e não pouca caça, que em muito ajudão para ser menos sensível a mesma despeza de sustento pela Real Fazenda toda aquella gente tem athe agora dado mostras de se conservar, e já tem feito bastante cazas, e a Igreja, aqual esta quazi concluida. O lugar fica retirado desta cidade couza de oito ou nove legoas, e há nelle toa a mais commodidade precisa para se esperar o adiantamento de seu estabelecimento. Já agora fica inteiramente livre e desembaraçada a comunicação de toda esta capitania.²¹³

²¹¹ Ofício do governador do Piauí João Pereira Caldas ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça, Oeiras do Piauí, 19 de julho de 1765. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 551.

²¹² Conforme o tenente João Rego Castelo Branco, durante a contabilização dos índios não foram informadas as crianças capturadas, nem mesmo as que durante o descimento dos índios para o aldeamento nasceram. Essas crianças foram batizadas, e receberam os nomes de José, Bento, João, Luiz e Mariana. Cerca de 120 pessoas haviam falecidos pelo caminho e que também haviam desertado cerca de 3 famílias, composta por 13 pessoas. Quando chegaram nas terras pertencentes a freguesia de Juromenha, ficaram alguns índios enfermos e foram deixados em algumas fazendas, cerca de oito fazendas entre elas: Fazenda da Prata, duas índias e um filho, Fazenda de S. João, dois índios, fazenda das Carnaíbas uma índia e dois índios. Foram entregues aos moradores da mesma freguesia Antonio Gonçalo de Almeida, um rapaz, José de Souza Brito, outra rapaz e Antonio Vieira, um rapaz. Essa discussão ajuda a entender que há muitos percalços durante esses trajetos. Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Oeiras do Piauí, 2 de abril de 1766. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 563.

²¹³ Idem.

Em 24 de julho de 1766, o governador do Piauí dava um novo parecer ao secretário de estado sobre os índios Gueguê que se mantinham estabelecidos em São João de Sende²¹⁴. De acordo com o governador, a povoação que contava com cerca de oito ou nove léguas, se achavam bem adiantados seus roçados, esperando o período das chuvas, que seria no mês de outubro, até a chegada seria necessário “assistir com algumas rezes e farinhas”, enquanto não se tinha os meios necessários para sua subsistência. Solicitava ainda, da capitania do Pará, o envio de algumas ferramentas para ajudar aquela povoação. Segundo as notícias que chegavam por meio de um segundo ofício do governador do Piauí, em 1774, existindo cerca de 327 índios no aldeamento, fora os que estavam fora do aldeamento²¹⁵.

Apesar do acordo de paz com os índios Gueguê e seu aldeamentos, os moradores não estavam livres de ataques em suas fazendas, pois ainda havia outros grupos que mantiam fortemente seus ataques. Em 1770, as queixas vinham dos moradores da vila de Parnaguá devido os assaltos dos índios Acoroá e da dificuldade em se fazer a guerra aos índios rebeldes²¹⁶. No documento, os moradores informavam a falta de soldados e mantimentos para o sustento das tropas “combater hum inimigo tão reforçado com o dito Acoroá”, que já haviam sido enfrentados pelos povos das Minas da Natividade e Goyazes. Informava ainda que já haviam feito grandes despesas na tentativa de expulsar os índios das suas roças e muitas tentativas fracassadas de tentarem aldear os índios.

Dois anos depois, em junho 7 de 1772, o governador do Piauí informava em um ofício ao secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro sobre o aldeamento dos índios Acoroá. Segundo o documento, uma tropa comandada pelo tenente coronel João do Rego Castelo Branco, conseguindo “extrair do matto”, cerca de 876 índios, mas ainda ficaram alguns índios dispersos que buscavam “recolher” para serem aldeados. No ofício, o governador informava ainda, que devido ao grande número de índios aldeados, a maior preocupação era o sustento desse contingente de índios. Dessa forma, os meios para promover a sustentação era uma preocupação, pois as autoridades locais deveriam fornecer os meios capazes para os índios Acoroá pudessem construir suas roças para subsistência, assim como foi feito com os Gueguê. Por esse motivo, a missão foi estabelecida já com algumas casas, e foi nomeado como

²¹⁴ Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao Secretário de Estado do Marinha e Ultramar. Oeiras do Piauí, 24 de julho de 1766. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 572.

²¹⁵ Ofício (cópia) do governador do Pará, João Pereira Caldas, ao governador do Piauí Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, Oeiras Piauí, 3 de janeiro de 1774. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 711.

²¹⁶ Carta do governador do Piauí Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao rei D. José, Oeiras do Piauí, 20 de julho de 1770. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 644.

diretor o próprio tenente João Rego castelo Branco. A missão chamada São Gonçalo de Amarante, se encontrava no limite da freguesia, cerca de vinte e oito léguas da cidade de Oeiras.

Não se sabe os reais motivos, mas em 1773, houve uma inesperável fuga dos índios Acoroá, porém, rapidamente foi enviado uma tropa para fazê-los retornarem²¹⁷. As tropas conseguiram capturar a maioria mulheres e crianças, porém poucos homens foram capturados. Preocupados com novas fugas, e evitar mais problemas foram solicitados seis soldados “a fim de segurar melhor a quietação destes bárbaros, enquanto se não desenganos de ser verdadeira, e cristão a nossa amizade”. Depois desse episódio, não foi registrado outras fugas dos indígenas.

2.2. Os Pimenteira

No final da segunda metade do século XVIII, a resistência indígena continuava a ser uma das maiores questões a serem resolvida pelo governo do Piauí, apesar da maioria dos índios que provocavam intensos ataques as fazendas de gado e vilas e cidades encontrarem-se aldeados, como era o exemplo dos índios Gueguê e Acoroá que no final da década de 1770, esses se encontravam reduzidos em aldeias, os Gueguê em São João de Sende e os Acoroá em São Gonçalo do Amarante, ambos no Piauí. Apesar disso, os sertões do Piauí ainda sofriam com as investidas dos índios, que disputavam com os moradores o controle do território e de seus recursos. Dentre as etnias que ainda estavam dispersas e promovendo forte ataques na capitania no Piauí impossibilitando o processo de ocupação da região estavam o grupo indígena denominado Pimenteira.

Em 1770, conforme uma carta do governador do Piauí ao rei, informando sobre a investigação realizada pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar, Francisco Carvalho, aos índios aldeados no lugar chamado Pimenteira²¹⁸. Segundo as informações, entre as cabeceiras do rio Piauí e o rio São Francisco, “sertões incultos, e que parece pela sua aspereza impraticável”, existiam sempre algumas aldeias de índios silvestres, a que vulgarmente se chamam de Pimenteira, sem cometer hostilidades aos moradores. Conforme Mott (1995), os índios Pimenteira viviam pacificamente, em um sítio que levava o mesmo nome, era um local

²¹⁷ Ofício do governador do Piauí, ao Secretário de Estado, Oeiras Piauí, 7 de julho de 1772, AHU, Avulsos do Piauí, CX. 12, D. 686; Ofício do governador do Piauí, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Oeiras do Piauí, 14 de julho de 1773. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 710; Ofício do governador do Pará João Pereira Caldas ao governador do Piauí, Oeiras do Piauí, 3 de janeiro de 1774. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 711.

²¹⁸ Carta do Governador do Piauí, Gonçalo Lourenco Botelho de Castro, ao rei D. José. 20 de julho de 1770. Oeiras do Piauí. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 20, D. 1055.

que chegava a ter 30 ou 40 léguas de extensão. Segundo o autor, esse grupo vivia nessa localidade sem causar nenhum incômodo aos moradores, mas depois de algum tempo começaram a provocar assaltos, matando e fazendo estrago nas fazendas mais próximas dessa localidade.

Os conflitos teriam se iniciado por volta de 1770, quando o tenente Francisco Carvalho, obteve licença e armou uma pequena tropa e entrou com ela para investigar a nação indígena e as forças das referidas aldeias. Mas a expedição, depois de largos dias sertão adentro não tinha condições de seguir devido à falta de água, e acabou retorcendo sem ao mesmo conseguir chegar as aldeias. No final desse mesmo ano, foi noticiado a morte de um morador da fazenda Aldeia, chamado Faustino Ferreira, que era vizinhos das aldeias indígenas, por esse motivo, o ataque foi atribuído aos índios Pimenteira, devido ao ataque muitos moradores acabaram fugindo e buscando refúgios em fazendas maiores e mais povoadas. Devido à dificuldade dessa região, distância e a rigorosidade da seca sofrida, não era fácil formar uma tropa para conseguir alcançá-las. Uma segunda tentativa foi feita, seguindo a rota da ribeira do Corimatá, para as terras incultas chamada Pimenteira. Essa seguiu em 1769, pela nascente do rio São Francisco, seguindo ao norte até encontrar uma aldeia já despovoada, pelos ranchos que foram encontradas e devido as grandes trilhas e a existência de roças despovoadas indicavam haver aldeados cerca de 400 almas. Diante do que foi encontrado, (roças, aldeias, ranchos), ou seja, sinais da presença indígena naquele espaço o capitão afirmava ser uma nação que já havia tido contado e terem sido aldeados por religiosos, pois, suas casas era a imitação de católicos, seus ranchos eram muito limpos, e em alguns desse foram encontradas contas de rezar, e instrumentos de ferro para as suas lavouras²¹⁹.

Outra referência sobre essa questão aparece na carta do governador João de Amorim Pereira, sobre os índios Pimenteira onde deixa claro essa questão:

“há todas as razões para supor que os ditos índios Pimenteiras, forão já no tempo dos jesuítas, manços e domésticos, porque seletem achando em alguns que se tomarão imagens esculpidas em pedras que trazem como emfeites e tão bem porque muitos annos sepaçarão sem fazerem ostilidades como as que presentemente pratição não deixando pedra sobre pedra”²²⁰

²¹⁹ *Idem.*

²²⁰ Ofício do governador do Piauí D. João de Amorim Pereira ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Oeiras do Piauí, 30 de março de 1798. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 20, D. 1055.

Diante dessa afirmação, podemos que os índios já haviam sido aldeados e domesticados, mas que nas últimas décadas do século XVIII, os índios Pimenteira estavam em guerra com os moradores. Os Pimenteira, conforme já mencionamos, era um dos grupos indígenas que migrou de Pernambuco para o Piauí, fugindo do avanço pastoril que avançava nessa região. Autora Oliveira (2007), que trabalhou com os mapas do Piauí nos séculos XVIII e XIX, constatou que os Pimenteira aparecem localizados entre os rios Piauí e Gurgueia, o que segundo a autora pode ser hipótese de que o grupo tem sua formação no sudeste do Piauí, e não se constituindo como uma única etnia. De acordo com as documentações analisadas, afirmam que há a possibilidade de existirem duas etnias, Coripó e Prassaniú, ou mais grupos que fugiram das frentes pastoril que no século XVII, atuavam no São Francisco.

Como podemos observar uma queixa frequente na documentação sobre o combater os índios Pimenteira era a dificuldade dos caminhos e distância do sertão onde residiam esses sujeitos. De acordo com as notícias enviadas da primeira tropa, já fica muito claro a dificuldades em seguir por essas “bandas”. A dificuldade de acesso devido a serras e morros e seca impediram a permanência por mais tempo da tropa.

Este denominado gentio Pimenteira, pella as péssimas situações em que se acha no certão do certão mais agrete e terrível aque neste continente chamão catingas pelo serrado dos matos pella nímia faltade agoas, setem feito quazi invencível sem embargo de ter este governo a plicado as possíveis providencias de contra”²²¹

Foram essas péssimas condições que levaram várias expedições voltarem sem mesmo terem conseguido alcançar os índios. Não somente porque os Pimenteira estavam em constante mobilização, se deslocando de uma região para outra, como foi relatado desde o início e assim se seguiram ao longo dos anos. Mas devido as dificuldades de alcançarem esses sertões, sendo essa uma preocupação frequente nas cartas, como foi relatado em 1776, quando chegaram notícia de que os índios estavam atacando as fazendas nas cabeceiras do rio Piauí, e foi enviado uma tropa militar, comandada por João do Rego Castelo Branco mais que devido à grande seca daquele ano a tropa se recolheu. Os registros documentais mostram que os comandantes envolvidos nessas primeiras campanhas punitivas organizadas contra os Pimenteira tinham “pouco ou nenhum conhecimento desse sertão” agrete da caatinga que eram apresentados como terrivelmente difíceis. No ano seguinte, se formou uma segunda tropa que saiu ao rio

²²¹ Carta do Governador do Piauí, Gonçalo Lourenco Botelho de Castro, ao rei D. José. 20 de julho de 1770. Oeiras do Piauí. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 20, D. 1055.

São Francisco até a cabeceira do rio Piauí, novamente sem efeito. Foi formada uma terceira tropa no ano de 1779, essa obteve êxito e chegou ao rio Gurgueia e chegou a entrar em confronto com os Pimenteiras.

Em 16 de maio de 1771, um ofício do governador do Piauí Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informando sobre novos ataques efetuados pelas suas tropas aos índios que se localizavam em Pimenteiras, devido as hostilidades deste para com os moradores do Alto Piauí²²². Os moradores buscavam expulsar os índios das terras, mas não tinham a ordem de fazer guerra ofensiva “qualidade da nação q era e não podendo declarar guerra”, com o intuito de “repelir das ditas terras” os moradores forma uma tropa composta de 30 homens para se defender quando vier um possível atacados novamente. Para esse “desinfestarem seus domicílios”, o governo enviou auxílio pelo vaqueiro da Serra, João Vaz Vieira, de uma arroba de pólvora, outro de chumbo e outra de bala e 120 pederneiras para se repartirem pelos moradores. Como não havia sido permitido guerra ofensiva aos índios, os moradores tinham apenas a ordem de se defender nos limites de suas fazendas.

Nesse mesmo ano, os moradores se queixavam ainda de ataques de outro grupo, nesse caso, envolvendo os gentios Jaicó, que mesmo estando aldeados, estavam invadindo várias fazendas de gado. Segundo Oliveira (2007), os Jaicó ocupavam as terras localizadas no centro-sul do Piauí, aldeamento no aldeamento chamado Nossa Senhora das Mercês desde 1714. Conforme foi apresentado no segundo capítulo, no levantamento feito em 1767, os índios Jaicó estavam localizados no distrito da cidade de Oeiras, no lugar chamado Cajueiro, num aldeamento que contava com 28 casas, e cerca de 354 indígenas²²³. Conforme foi registrado em 1771, o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro escreve um ofício ao secretário de estado, sobre as hostilidades praticadas pelos índios Jaicó²²⁴. De acordo com as informações, podemos perceber que os Jaicó já viviam aldeados a muitos anos, segundo o governador, há cerca de quarenta anos que esses já se encontravam todos “civilizados na língua e costume dos portugueses que destes se não diferencia mais”. Mas apesar de viverem a muitos anos aldeados,

²²² Ofício do Governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao Secretário de Estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo de Castro. Oeiras do Piauí, 16 de maio de 1771. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 659.

²²³ Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier Furtado. Oeiras do Piauí. 6 de julho de 1765. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 547.

²²⁴ Ofício do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Oeiras do Piauí, 11 de julho de 1771. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 663.

esses eram conhecidos pela sua “inconstância e deserções que costumavam praticar”. Viviam longos períodos fora do aldeamento provocando inúmeras hostilidades. E por volta de 1771, esses estavam atacando as fazendas dos moradores locais, devido aos constantes ataques e insultos, o governador chegou a sugerir a retirada dos índios do Piauí para a capitania do Pará.

Na falta de obediência de viverem sujeitos e unidos na dita sua Misão de forma q para não fazerem rossas e nem outro nenhum serviço, que lhe seja útil para a subsistencia da vida a maior parte do anno vivem no matto roubando e matando muitos gados de várias fazendas da mesma capitania sem com tudo haver já modo de evitar nelles esta prejudicial liberdade²²⁵.

Segundo o governo, o único meio para remediar as desordens praticadas pelos índios, seriam “exterminar” os ditos índios para o Pará, onde os índios não podiam desertar e retornar aos seus antigos territórios e assim evitar mais prejuízos nas fazendas dos moradores. Não temos a confirmação que foi realmente efetivada, pois não foi encontrado mais nenhum registro sobre a atuação desse grupo no Piauí.

Durante esse período, haviam notícias que os índios Pimenteira estavam ocupando as terras próximas a Cabeceiras do Piauí, onde era ocupado por muitas fazendas de gado, temendo possíveis ataques dos índios, foram organizadas expedições para combater os índios. Mas devido aos problemas dos caminhos e a falta de água essas expedições não obtiveram sucesso. Assim, depois de contates ataques e invasões sofridas, muitos donos de terras e fazendas no Piauí se uniram para solicitarem uma atuação do governo diante das invasões, assim, por meio de um requerimento de 31 de outubro de 1778, os moradores, José Certão, José Pais Landim, José Dias, José Gonçalo Dias das Costa, Matias Afonso Frade, José Ribeiro Soares Inácio Gomes, Gonçalo Pinto, Antonio dos Santos, Antonio Ferreira, Francisco Lopes, Francisco de Sousa Baloma, Vitor Pereira dos Santos, e mais moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória solicitavam a rainha D. Maria I, que ela ordene aos governadores e ouvidores para realizar uma expedições ao sertão para a destruição, redução e civilização dos índios bárbaros, evitando os ataques e roubos as fazendas de gado²²⁶. De acordo com os moradores, eles vivem oprimidos pelos índios bárbaros, os quais continuamente “estão invadindo aquelas fazendas, e sertões, furtando, e matando o gado vacum, e cavalar, matando os moradores das ditas fazendas, e escravos dela, em forma, que tendo-se devassado de várias mortes”.

[...] nas suas fazendas de gado sitas nas cabiceiras da Ribeira do Piauhy, freguezia de N. Senhora da Victoria da Comarca da cidade de Oeyras, cujas

²²⁵ *Idem*.

²²⁶ Requerimento de José Certão, José Paes Landim, José Dias da Costa e mais moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, a rainha D. Maria I. 31 de outubro de 1778. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 31, D. 767.

fazendas são as dos possoes Curral do Campo, Getubã, Picada, Agoa verde, o Pouso da estradas, S. João, S. Anna, as Lages, das Almas, de Coisara, de Onça, Cavalleiro, de S. Lourenço, de S. Antonio, da Conceição, todas sitas nas cabeceiras da dita ribeira, e outras de viúvas honestas, q'elles vivem apprimindos do gentio barbaro do lugar chamado as Pimenteiras, os quaes continuamente estão invadindo aquellas fazendas, e Certõens, furtando, e matando o gado vacum, e cavallar, matando os moradores das ditas fazendas, e escravos della, em forma, q'tendo-se devassado varias mortes sahião culpados os taes gentios, e por duas vezes se he deo Bandeira de q'houve pouco efeito, tanto por haverem então falta de agoa para a tropa, como por falta de gente, para mandarem o cabo com poucas pessoas, pois a cabo foi compelido pelo D^{or} Ouv^{or} daquella Comarca, q'lhe não deo adjuntorio algum, nem gente necessária para fazerem a dita entrada, pois sô deo ordem para hirem, os mesmo moradores das fazendas quando alias são muitas de viúvas q não tem homens, nem posses para a dita guerra, o q'tudo he em prejuízo não só dos fieis vassalos de V. Mag. q'estão exposto aperder as vidas, como tem socedido nas invazões daquelle gentio, mas també em grave prejuízo da Real fazenda de V. Mag na falta do Dizimo, com os furtos, e mortes dos gados, por cuja razão recorrem a V. Mag para q'elhes dé a necessária providencia, mandado positivamente ao gov e Ouv, q'existirem naquella comarca, q'faça entrar bandeira para a conquista daquelle gentio, e que vão providos de homens bastantes e munição de boa guerra, sem o q'fica infrutifera toda a entrada e bandeiras q'se fier sem a necessária providencia, por serem muitos os gentios, e ser necessario fazerem-se grandes sercos, e fortes ataques"²²⁷

Percebe-se ainda nos relatos que os moradores pressionavam o governo para que se tomassem medidas mais fortes para atacarem os índios, que já haviam destruídos muitas fazendas e que iriam ficar desertas pelas hostilidades que sofriam com os constantes assaltos. Diante da falta de medidas mais incisivas contra os ataques, os moradores ameaçavam abandonar suas fazendas e casas durante todo o período de conflitos, o que gerava uma grande preocupação ao governo, que temia os prejuízos acarretado com o abandono das propriedades. Essas ameaças serviam como uma forma de obter ajudar do governo para combater os índios. Devido as inúmeras queixas, em 1779, foi organizada uma nova expedição comandada por João do Rego Castelo Branco, a expedição seguiu para a ribeira do Piauí, mas não obteve sucesso e os Pimenteira continuavam a atacar as fazendas, levando os moradores dessa região a fazer inúmeras queixas ao governo, nas quais reclamavam das invasões, assaltos e ainda das mortes de muitos senhores de terras pelos índios.

Em 8 de junho de 1790, pelo ofício do governador interino do Piauí, Fernando Pereira Leite de Fóios, que informava sobre os índios Pimenteira, que habitam nas cabeceiras da ribeira do Piauí estavam atacando as fazendas mais próximas²²⁸. Um desses ataques aconteceu na

²²⁷ *Idem.*

²²⁸ Ofício do governador interino do Piauí. Oeiras do Piauí, 8 de julho de 1790. HU, Avulsos do Piauí, Cx. 18, D. 929.

fazenda chamada Cavaleiro, onde estariam roubando, matando, furtando o gado vacum e cavalari, entre outros animais como cabras, caneiros, galinha e cachorros, segundo os relatos, os índios matavam as cabras e chegavam a penduravam nas cercas. Quando os índios Pimenteira invadiram a fazenda havia apenas dois homens, que conseguiram fugir e que foram socorridos por um padre que abriu as portas de sua casa para acolhê-los. Como mostramos no segundo capítulo, muitas dessas fazendas eram ocupadas por poucas pessoas, muitas delas apenas por escravos, que durante os ataques fugiram buscando refúgios em fazendas mais povoadas.

Em 11 de julho de 1790, um novo ofício do governador reforçando o pedido de auxílio para os habitantes do Piauí, em virtude dos índios Pimenteira atacando as fazendas mais próximas²²⁹. No documento, o governador citava a carta do morador Agostinho Afonso Certão, antigo morador da fazenda da Conceição, localizada na cabeceira do Piauí, informando os ataques dos índios a fazenda, onde mataram uma jovem de nome Ana, e um índio da nação Jaicó e cinco vaqueiros que estavam na dita fazenda. Afonso Certão, solicitava o “socorro de gente” para fortalecer as defesas daquelas fazendas que corriam os mesmos riscos. Devido aos constantes investidas e a falta de uma solução por parte do governo muitos moradores abandonaram suas fazendas, como foi o caso da fazenda Conceição. E de outros muitos, que durante esse período a instabilidade da ocupação dessa região muitos sertanistas abandonaram suas fazendas temendo suas vidas. O governo, nesse período, enviou auxílio para formar uma tropa para ajudar nas defesas das terras.

Devido aos problemas de defesa da capitania, muitos moradores faziam a própria defesa de suas propriedades, mas ao constatar a força dos índios Pimenteira era imprescindível o apoio das autoridades, em mobilizar as tropas de soldados e de índios aldeados. Durante esses conflitos, a falta de soldados foi um dos maiores problemas enfrentado sobretudo pelo governo do Piauí, e os índios aldeados continuavam a ser a principal força militar, Gueguê, Acoroá e Jaicó estavam aliadas as tropas que foram formadas para combater os Pimenteira.

No final do século XVIII, depois de receber inúmeras queixas dos moradores, os sertões do Piauí continuavam “infestadas de gentios”. Em 1798, em um ofício o governador do Piauí, João de Amorim Pereira, escrevia ao secretário de estado, Rodrigo de Sousa Coutinho, para informar sobre a necessidade de se fazer guerra aos índios Pimenteira, devido aos ataques dos

²²⁹ Ofício do governador interino do Piauí. Oeiras do Piauí, 11 de julho de 1790. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 18, D. 930.

mesmos às fazendas de gado na cabeceira do rio Piauí, matando as pessoas, e até os animais²³⁰. Os ataques dos índios nas cabeceiras do Piauí, “onde estavam situadas muitas das melhores fazendas de gado da mesma capitania, próprias para a produção de todos os gêneros de importação”, essas fazendas nos últimos quatro anos vinham sofrendo repetidos ataques, que faziam os moradores a abandonarem suas fazendas, casas até mesmo o gado, segundo o governador, se achava já cerca de vinte e sete fazendas de gado abandonadas deixando expostas as fazendas do Real Fisco.

Tabela 5 - As fazendas atacadas pelos índios Pimenteira na cabeceira do rio Piauí

Nome das Fazendas
Fazenda Aldeia
Fazendas Possões
Fazenda Curral do Campo
Fazenda Getubã
Fazenda Picada
Fazenda Água Verde
Fazenda o Pousso da estrada
Fazenda São João
Fazenda Santa Anna
Fazenda as Lages
Fazenda das Almas
Fazenda de Coisara
Fazenda de Onça
Fazenda Cavaleiro
Fazenda de S. Lourenço
Fazenda de Santo Antonio
Fazenda da Conceição

Fonte: AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 31, D. 767.

A partir de 1770, os índios Pimenteira foram, talvez, o grupo indígena que mais resistiu a ocupação portuguesa de suas terras, atacando as fazendas e expulsão os invasores sertanistas. Com o aldeamento dos Gueguê e Acoroá, os Pimenteira aparecem nas documentações, como os principais obstáculos e empecilhos para consolidação da ocupação portuguesa e para a manutenção dos domínios coloniais.

²³⁰ Ofício do governador do Piauí, D. João de Amorim Pereira, ao Secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Oeiras do Piauí, 30 de março de 1798. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 20, D. 1055.

Conforme a figura 1, a seguir, a reprodução do mapa geográfico da capitania do Piauí, e parte das do Maranhão e do Grão-Pará, nos ajuda a entender o território ocupado pelos índios Pimenteira, e ainda a localizar muitas das fazendas relatadas na documentação que foram atacadas pelo grupo.



Figura 1: Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará. [1816?]. 1 mapa ms., col., desenho a nanquim e a tinta ferrogálica, 39 x 62,5cm. em f., 42 x 65,5. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart215946/cart215946.jpg.

Os ataques dos índios Pimenteira seguiram até o século XIX, mesmo com as contínuas entradas para combatê-los, esses refugiavam em outras localidades da capitania do Piauí. De acordo Oliveira (2007), que mapeou as ações dos índios Pimenteira no Piauí, afirma que por volta de 1815, os índios foram dados com extintos da capitania do Piauí. Conforme a autora, o grupo indígena, conseguiu resistir 40 anos de guerra continua.

3. Terras, aldeias e mocambos: a construção de espaços de alianças entre índios e negros

A Amazônia, entre todas as regiões brasileiras coloniais, foi a que as populações indígenas de forma mais intensa e original gestaram uma rica tradição de resistência com a formação de grupos de fugitivos. Essas foram as palavras de Gomes (1997), ao se retratar a tentativa de vários indígenas de escapar do extermínio ou à escravização. As populações indígenas desde o século XVII já vinham conhecendo as políticas coloniais de resgate, entradas, descimentos e aldeamentos. A resistência as missões já aconteciam com fugas individuais e coletivas de índios aldeado e a formação de mocambos de índios em toda a capitania. Conforme os dados apresentados pelo autor, que ao fazer o levantamento dos mocambos de índios fugidos na Amazonia colonial, constatou que justamente nessas regiões se estabeleceram as principais vilas e diretórios da década de 1750.

Ao longo da administração pombalina com a implantação do Diretório dos índios e a retirada povos inteiros de suas terras para povoações coloniais levou as populações indígenas a resistirem, lutarem e a fugirem. O que reforçava a ideia de que as fugas para esses mocambos significavam resistir as imposições dos aldeamentos. A tradição indígena de fugas, rapidamente foram assimiladas pelos africanos, esses e seus descendentes, com a auxílio e juntamente com os índios, criavam suas rotas de fugas, formaram seus mocambos e buscavam autonomia no meio à floresta. Esses mocambos de índios e de negros que por vezes se misturavam e construíram espaços de autonomia, onde se constituía a formação desses novos vínculos, a recriação de solidariedades, que, por motivos diversos, estavam agora compartilhando os mesmos dilemas e criaram estratégias de resistências coletivas.

Na Amazônia, formaram-se vários mocambos constituídos por índios e negros que ao longo da colonização estabeleceram vínculos entre si. As rotas de fuga dos escravos negros era a mata, onde a sobrevivência se fazia possível por meio da aliança com os indígenas. Segundo

Gomes (1997), os negros fugidos provavelmente contavam com grupos indígenas para estabelecer rotas de fugas, pois, dominar a floresta era o primeiro passo para conquista a liberdade. Os índios, melhores do que ninguém, conheciam as passagens locais e sabiam utilizar delas para formação de seus abrigos. As práticas de fugas dos índios eram uma constante no Maranhão e preocupavam os senhores e autoridades coloniais. As revoltas geradas com os frequentes incômodos por esses mocambos levaram as autoridades coloniais a planejarem e organizarem muitas expedições punitiva formadas de soldados luso-brasileiros e índios aliados, foram usadas para destruição desses espaços e “apanharem” os fugidos. Nessas narrativas, os índios ocupavam as duas posições, eram os que fugiam juntos aos negros para os mocambos, em outros casos, faziam parte das tropas de combate e capturas desses amocambados.

No Maranhão, como mencionado, a prática de fuga entre os índios foi uma constata, muitos dessas deserções de índios, era a fuga das aldeias, geralmente dado pelo regime de trabalho, principalmente nas aldeias administradas pelos jesuítas, sobre essa questão, em 1737, o sargento-mor Carlos Varjão Rolim enviava uma carta para a secretária de Estado, sobre a deserção dos índios do trabalho de construção das muralhas da fortaleza da barra da cidade de São Luís²³¹. O sargento informava que a construção já estaria muito adiantada se não fosse os índios que tralhavam na construção não estivesse fugindo para as suas aldeias. Outra menção de fuga aconteceu em 1754, quando o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o vice provincial da Companhia de Jesus, informando da deserção dos índios²³². Segundo o jesuíta, cerca de 43 índios, todos pertencentes a aldeia administrada da companhia de Jesus, e que em seguida, mais 12 índios fugiram da aldeia. O padre informava ainda que outras deserções já haviam acontecido cerca de meses, dessa vez, de uma fábrica de canoas, cerca de 60 índios carpinteiro e 188 de diversos serviços, retornando as suas aldeias. O regime de trabalho imposto pelos religiosos e moradores levaram muitos índios a abandonarem os aldeamentos e a fugiram em buscavam de autonomia.

No decorrer do processo de colonização, o governo procurou tomar providência para resolver os problemas das fugas. Em carta de 1749, o governador do Maranhão Francisco Pedro de Mendonça Gorjão escrevia ao rei, em resposta a uma provisão de 23 de julho de 1748, sobre a representação dos oficiais da cidade de Belém referente a conveniência em se capturar os

²³¹ Carta do sargento-mor, engenheiro Carlos Varjão Rolim, para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. 2 de junho de 1737. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 23, D. 2390.

²³² Carta do governador do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o vice provincial do Companhia de Jesus. Pará. 20 de agosto 1754. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 37, D. 3431.

índios e escravos fugidos²³³. Segundo os oficiais da Câmara, os índios tinham natural propensão a fugirem a seus senhores. As fugas se davam aos poucos, mas esses se juntavam e faziam povoações entrando pelos matos chamadas mocambos, e esse havia muito no Estado. Diante disso, o governador informava que deveria ser enviado uma escolta de soldados aos mocambos e que os senhores dos escravos capturados deveriam pagar por cada um a quantia de 10 mil réis, “para satisfação dos soldados e índios que forem nas tais escoltas”. Segundo, haviam muito fugidos, e muitas povoações, dessa forma, seriam preciso um número significativo de soldados, mas, devido terem poucos, estas escoltas deveriam ser acompanhadas de índios aliados das aldeias vizinhas. Para formar esse efetivo seria convocado as aldeias de índios pacíficos, sob a direção dos padres, que se viam forçados, pelas ordens dos governos, a contribuir para essas empresas.

Suplicamos a V. Mag^{de} seja servido atender a conformação em que se seacha muitos moradores desta cidade na falta de seus escravos e salvação das almas dos mesmos índios fogidos, porque vivem nos tais mocambos com as seus ritos gentílicos sendo já batizados sem Deus e sem rei, sem senhor²³⁴.

Esses espaços compreendiam formas de resistência dos escravos às condições impostas pelo cativo, mas de manterem suas práticas culturais, tanto ameríndias como africanas. Quanto a questão da utilização de indígenas para combater mocambos, exímios conhecedores dos caminhos e sertões, conheciam a geografia local, os índios não representavam apenas força militar nessas escoltas, eram também utilizados como guias e exímios conhecedores dos sertões.

Em 21 de maio de 1750, o Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a carta dos oficiais da Câmara da cidade de Belém do Pará, acerca da conveniência de se proceder à escolta militar dos mocambos durante a captura dos índios e escravos negros fugidos dos seus senhores²³⁵. O Conselho solicitou que o governador do Maranhão ouvisse a Junta das Missões e enviasse um parecer sobre o assunto, o que foi feito e encaminhado em carta datada de 9 de março de 1749, onde o informava que:

as povoações que os escravos fugidos faziam nos mattos, a que naquele estado chamão mocambos, e no Brasil quilombo em todo o tempo forão mui prejudicaciais as fazendas dos moradores não só pela destruição que faze nas culturas, mas por agregarem a si outros escravos, que convudados da liberdade da vida, e isenção de senhorio desamparão as mesmas fazendas e associados huns com outros commettem todo o gênero de insultos. Que no Brazil há

²³³ Carta do governador do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V. 9 de março de 1749. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 31. D. 2905.

²³⁴ *Idem*.

²³⁵ Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, Lisboa, 21 de maio de 1750. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 31, D. 2977.

capitães do matto dedicados a darem nos quilombos, para o que se costumão prevenir de gente, armas e munições, que os mesmos capitães á sua custa e deligencia fazem juntar e despois lhe he resarsida a despeza com o achado, que todo o senhor de escravos lhe passa por cada hum que se lhe entrega, e lhe fica convertencia, que os incita a continuarem semelhantes deligencias. Que as desta qualidade, que lhe consta se tem praticado naquela capitania no tempo de seus antecessores forão executados por militares da guarnição daquela praça e deles se nomeava hum cabo de escolta q com pequeno numero de soldados e maior de indios de guerra faziam hum corpo suficiente que municados pela Real Fazenda de V. Mag^{de} entravão em ação e muitas vezes sucedia que dos achados que se pagavão por cabeça apenas cobrião a despeza da Real Fazenda²³⁶.

O parecer do Conselho apresentava alguns pontos discordantes, acreditava-se conveniente as expedições de escoltas que os oficiais da câmara do Pará pretendiam fazer todos os anos por diversas partes à procura de mocambos, sem haver certeza da localização onde esses estavam. Para evitar as frequentes fugas dos escravos, deveria ser nomeado capitão de campos ou mato, em locais onde possam, juntos de alguns agregados, capturar os fugidos de seus senhores ou aldeias. E que nas câmaras de São Luís e Belém se faça prêmio por cada um dos fugidos que forem capturados, levando em consideração alguns pontos (distância, risco e trabalho) empregado nas empreitadas. Essas questões deveriam ser levadas em conta nas vilas das suas comarcas.

Sobre a formação das tropas que deveriam fazer essas capturas, deveriam ir em grande número, dessa forma deveria nomear um cabo com soldados e índios armados que seriam preparados à custa da Fazenda Real. Sobre o “prêmio” que os senhores dos escravos e administradores pagariam pelos capturados, “se satisfará a Fazenda Real, e o mais se repartirá pelos cabos, soldados e índios que forem na expedição”.

Outro parecer colocado, sobre os fugidos, diz respeito sobre a promulgação da lei de 3 de março de 1741, para que os fugidos que fossem preços em quilombos formados fossem marcados com uma espada, e sendo pego pela segunda vez, deveria lhe cortar uma orelha. A prática da lei seria conveniente para se evitarem os mocambos no Estado do Maranhão, dessa forma, negros e índios que forem escravos e forem apanhados e presos em mocambos formados receberiam a mesma sentença. Essa decisão acabou gerado descontentamentos, conforme pode se observar em carta de 16 de novembro de 1752, do governador do estado do Maranhão Francisco de Mendonça Furtado, ao rei, onde denunciava a não observância por partes dos oficiais de justiça e moradores, em relação ao cumprimento das leis, quanto a colocação de uma marca aos mocambos de escravos pretos fugidos para os quilombos daquele estado, e a

²³⁶ *Idem.*

proibição expressa da realização de tal ato junto dos índios existente nesses mocambos e quilombos em cumprimento da lei que confere a liberdade aos mesmos²³⁷.

Dois pontos importantes nessa discussão é a distinção na legislação colonial sobre esses grupos, mesmo ocupando a mesma categoria de fugitivos, eram tratados de forma distinta, os negros recebiam sentença mais severas. Outro ponto é a frequência dessas fugas, apesar dos aprisionamentos e retorno aos seus senhores, esses fugidos acabavam fugindo novamente. A prática era tão comum, que já se estabeleciam normas para esses sujeitos que constantemente fugiam para esses mocambos.

Mesmo com as constantes tentativas de destruir esses espaços com o envio de tropas para atuar na repressão aos mocambos. Segundo Souza (2016), mesmo que o governo tentasse eliminar os mocambos da fronteira, a rede de proteção estabelecida nas matas e rios acabava limitando as ações sobre fugitivos e desertores. Segundo a autora, a organização desses espaços era complexo do que as autoridades locais poderiam supor. Além da questão naturais, Gomes (1994) sugere que esses mocambos construíram uma extensa rede de proteção e solidariedade com outros agentes sociais, incluindo relações mercantis, sociais e culturais cada vez mais solidificavam-se. Refutar a ideia de constituírem núcleos “isolados”.

As fugas levavam não somente a perda da mão de obra, mas preocupava as associações uns com os outros cometendo roubos e insultos aos moradores e passageiros. As relações de alianças entre índios e negro nesses contextos são dinâmicas e complexas, elas estavam relacionadas aos interesses específicos e podiam variar dado os interesses envolvidos. Em alguns momentos dos conflitos travados entre luso-brasileiros e indígenas, nos sertões do Maranhão, a presença de negros é enfatizada. Apesar das fontes não serem tão claras é possível perceber que houve relações de alianças entre esses grupos nesses conflitos.

A relação entre índios e negros não ficaram tão claras, esses dividiram experiências de alianças e de hostilidade em vários momentos. Em 1747, quando os Gueguê fugiram do aldeados onde estavam depois de terem se rendido voluntariamente, esses fugiram do arraial guiados por cinco escravos ladinos, que eram escravos do capitão-mor Antonio Gomes Leite. Esses escravos ladinos por algum motivo ou interesse, resolveram acompanhar os Gueguê em sua fuga, e provavelmente se aliaram nos ataques e hostilidades aos moradores do Parnaguá²³⁸.

²³⁷ Carta do governador do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o rei D. José I. Pará, 16 de novembro de 1752. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 33, D. 3151.

²³⁸ Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus no Maranhão, João Ferreira, para a Secretária de Estado da Marinha e Ultramar. São Luís do Maranhão, 18 de dezembro de 1748. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 31, D. 3143.

Pois, constantemente, os moradores e autoridades faziam referência a presença de homens negros juntos do Gueguê, em 1750, quando o governador do Estado do Maranhão Pedro de Mendonça Gorjão, informando sobre os insultos provocados pelas nações Gueguê, que haviam se juntado aos Timbira e Acoroá nos ataques as fazendas nos sertões agora na capitania do Maranhão, nas proximidades da freguesia de S. Bento das Balças. Nesse momento é relatado também que os índios andavam unidos com alguns “pretos ladinos”, que os tem instruído no modo de “pelejar e os inflamam mais para as suas atrocidades” roubando e matando e ateando fogo nas casas de modo que se encontravam nessa freguesia 12 fazendas de gado despovoadas e levando consigo cerca de 50 pessoas como prisioneiros pelos índios e seus “sócios”²³⁹. Essa aliança preocupava os moradores e as autoridades, esses reconheciam os riscos que poderiam causar, em 1763, José Vieira de Escobar escreve uma carta endereçada para o capitão mor Martinho Lopes Rebelo, para informa sobre ter visto um negro que andava na companhia de um índio Gueguê no arraial de São Teles²⁴⁰. Índios e negros dividiam interesses em comuns e juntos acabaram criando estratégias de resistências coletivas, lutaram juntos em conflitos e formavam espaços de autonomia nos sertões.

Outros sujeitos que acompanhavam e se inseriram nessas relações de alianças com os índios foram “homens brancos”, que sugerimos serem desertores militares. Nas próprias comunidades de fugitivos, os mocambos abrigavam não somente negros e índios, mas também desertores militares. Segundo Silva (2016), a segunda metade do século XVIII, as fugas de escravos africanos passariam a se intensificar tanto no Maranhão, como na capitania do Piauí. Assim, não era incomum nessas expedições exploratórias colonizadores se depararem com mocambeiros convivendo livremente com desertores e índios locais.

Para Gomes (1997), as origens e as motivações das frequentes deserções de soldados no Grão-Pará podiam ser complexas, mas, de maneira geral, as fugas eram pelos recrutamentos militar, e dos trabalhos nas fortalezas e vilas. Esses sujeitos preferiam viver nas matas e junto às suas roças. As notícias sobre as revoltas e hostilidades estarem sendo acompanhado por negros e possivelmente desertores militares deixavam as autoridades coloniais ainda mais preocupadas. Segundo Silva (2016), o insucesso contra os índios em conflitos, se dava em geral pela grande quantidade de desertores das tropas em combate. Essa prática também era feita

²³⁹ Carta do governador do Estado do maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V. Pará, 13 de agosto de 1750. AHU, Avulsos do Pará, CX. 31, D. 2983.

²⁴⁰ Carta (cópia) de José Vieira de Escobar para o capitão mor Martinho de Lopes Rebelo. 19 de abril de 1763. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4009.

pelos próprios índios aldeados com formavam boa parte do corpo das tropas. Não à toa que quando os Gueguê cogitavam novamente selar um acordo de paz, as autoridades informavam que essa só seria aceita com a entrega ou captura desses homens pretos e brancos que andavam na companhia dos índios e atuavam diretamente nos conflitos.

Outra situação em que aconteciam as fugas de índios era durante os recrutamentos militares dos indígenas aldeados que eram constantemente solicitados para formarem o corpo das tropas. Isso se dava em parte pela forma como se prosseguia em alguns casos a participação de índios que eram recém aldeados, esses se mostravam ainda mais propenso a desertarem durante as expedições punitivas. Esse foi o caso dos índios Gueguê. Em 1771, pouco depois de se aldearem em São João de Sende, foram solicitados cerca de 50 índios para lutarem contra os índios Pimenteira. Na solicitação, foi feita uma recomendação “que se haja com elles vigilância para que se confervem e para isso concorrerâ muito que handem sempre acompanhados de pessoas, que os saibão dirigir por que desta sorte evitar se há o motivo de dezerção aquelles são naturalmente propenços e fáceis”²⁴¹.

Essas necessidades constantes de índios para as tropas que em geral deveriam percorrer muitos dias e longas extensão de terras, levavam muitos índios a abandonarem e buscarem retornas as suas aldeias de origem, o que nem sempre essa possível devido as longas distâncias, o que pode ter levado esses desertores se abrigarem nesses outros espaços. Esses índios frequentemente rompiam essa dinâmica de mobilização das tropas, às constantes fugas dos índios que eram retirados das aldeias usavam desse momento para fugirem retornarem sua autonomia no sertão. Não somente os índios recém-aldeados, mas muitos indígenas e soldados usavam essas mobilizações para fugirem para o “sertão”. No Piauí, segundo Oliveira (2007), durante os conflitos com os Pimenteira foi registrado o surgimento de quilombos na região das ribeiras do Piauí. Por volta de 1794, quando os conflitos estavam ainda mais drásticos na região, o governador solicitava a formação de uma tropa para combater o surgimento de um quilombo. Segundo a autora, não aparecem mais informações sobre esse caso registrado na capitania.

Essas questões levantadas evidenciam que esses sujeitos (índios, negros e mestiços), “embora inseridos em uma lógica de mobilização para defesa, também imprimiram suas interpretações dessa mobilidade. Seja pela fuga, conflitos, ataques ou alianças desenharam suas próprias redes de mobilidade, que conformaram, em grande medida, as relações no sertão”

²⁴¹ Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Oeiras do Piauí. 16 de maio de 1771. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 659.

(VIANA, 2019, p. 227). A formação desses espaços de autonomia evidencia a existência de relações desenvolvida por esses sujeitos que partilhavam da mesma ambição, a liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegamos ao final desse trabalho, é pertinente refletir sobre as questões principais que nortearam nossa discussão. Primeiro, nossa intenção com este trabalho foi refletir em parte sobre o avanço das fronteiras coloniais em direção a capitânicas do Piauí e os sertões do Maranhão no século XVIII, mas sobretudo, problematizar as relações que os povos indígenas construíram nesse processo que acabaram por se mostrar distintas e diversas. Essa região era densamente povoada por diversos povos indígenas, com demandas e agendas distintas, muitas vezes discordantes, e com o advindo dos empreendimentos coloniais, essa situação ganha contornos ainda mais complexos e dinâmicos, esses indígenas ao longo da colonização se incorporam e ocuparam posições diferentes nas redes de relações construídas na sociedade colonial, motivados e atuando por interesses próprios. Dessa forma, alianças, acordos, negociações, em muitas situações predominavam em relação ao confronto, porém, esse também por vezes foi inevitável. Dito isso, nossa intenção, desde o início, foi perceber que os grupos indígenas, enquanto sujeitos históricos atuantes de sua própria história nos espaços coloniais, ao mesmo tempo, compreendem o território que vem a formar os sertões do Piauí e Maranhão como parte integrante e indissociável dessas relações, ou seja, entendemos que esse território se construiu a partir das relações estabelecida entre esses diferentes sujeitos.

Ao longo do texto, podemos perceber a importância crucial dos povos indígenas na conquista, ocupação e manutenção dos territórios coloniais e o papel ativo dos índios nas políticas expansionistas dos Impérios Ibéricos. Desde o princípio da expansão no Norte da América portuguesa, os índios desenvolveram com eles relações de alianças, as quais possibilitaram a conquista e permanência das possessões americanas da Coroa portuguesa. Vimos que ao longo de toda a história da ocupação do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, a Coroa portuguesa se valeu das alianças firmadas com os povos indígenas. Essa foi uma política de suma importância para manter a soberania portuguesa em regiões fronteiriças desde o início do século XVII e ao longo do século XVIII, com a ocupação dos sertões do Piauí e Maranhão.

A tabela 6 exemplifica essa questão, por meio dela, podemos ter uma visão dos principais grupos indígenas que participaram dessa rede de relações estabelecidas entre índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí.

Tabela 6- Entre aliados e inimigos: os índios na ocupação dos sertões do Maranhão e Piauí.

Aliados	Ano	Local	Inimigos
Jaicó, Barbados, Guanaré, Arayô e Anapurú	1739	Parnaguá e Gurgueia no Piauí	Acoroá, Gueguê e Timbira
Arayô e Anapurú aldeias e das Itapecuru	1750	Sertões do Maranhão e em Parnaguá no Piauí	Acoroá, Gueguê e Timbira
Arayô, Anapurú e Trememês	1761	Arraial de S. Felix no Maranhão	Acoroá, Gueguê e Timbira
Amanajó	1764	Bento das Balças no Maranhão	Timbira
Gueguê	1771	Parnaguá e Jurumenha no Piauí	Acoroá
Gueguê, Acoroá e Jaicó	1770-1790	Ribeira do rio Piauí	Pimenteira

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação aos portugueses, os interesses em firmar aliança com os índios são mais conhecidos. Apontamos que para isso os portugueses se valeram dos intermediários indígenas, os índios Principais, para mobilizar os seus grupos e formarem verdadeiras tropas indígenas, fortes o bastante para se defenderem e efetuarem ataques contra os índios hostis, das fugas e revoltas de seus escravos negros. Ao longo do período colonial, os portugueses se serviram de verdadeiras milícias indígenas, formada por índios aliados, tanto os aldeados como também de nações indígenas que se mantinham dispersas no sertão. Esses “soldados indígenas” foram fundamentais para manutenção das fronteiras coloniais, e foram a principal força militar, os luso-brasileiros com essas alianças se valiam também, do conhecimento indígena, nas guerras assimilando assim, as técnicas locais. Portanto, diversos acordos e alianças entre portugueses e grupos indígenas foram indispensáveis em diversos momentos da conquista. Além de soldados nos combates, vimos que os índios eram usados nessas expedições como guias, remadores, caçadores, ou seja, eram peças fundamentais e indispensáveis e ocupavam posições distintas nessas empreitadas.

A falta de uma defesa dos territórios ocupados e a precariedade das tropas militares do Maranhão e Piauí, que sem defesa, eram obrigados a constantemente requerer auxílio militar de outras capitânicas, principalmente a de Pernambuco, durante esses conflitos. Conforme os documentos discutidos e analisados podemos perceber que o Estado do Maranhão, sofria com a dependência dos índios da Serra de Ibiapaba. Durante os conflitos e a formação de expedições punitivas, constantemente foram solicitados a mobilização de tropas de Pernambuco, e dos índios da Serra de Ibiapaba. O que reforça a dependência da Coroa das forças indígenas em questões militares não apenas do Maranhão, mas também as de Pernambuco como aparece nas diversas ordens para a mobilização desses índios para a capitania do Piauí. Nesses conflitos podemos perceber que aldeias inteiras foram mobilizadas para os espaços de conflitos e a

importância da política de aldeamento, pois a principal parcela de recrutamento vinha dos aldeamentos. E foi possível compreender os grupos indígenas envolvidos nessas tropas indígenas com os Arayô, Anapurú, Amanajó, Barbados, Guanaré e Jaicó. Constatamos que essas alianças e a incorporação dos indígenas nas tropas portuguesas foram fundamentais para a defesa dos territórios coloniais. Principalmente porque a parcela da estrutura militar formado pelas companhias militares regulares, auxiliares e de ordenanças era normalmente pequeno.

Durante a discussão foi possível ainda compreender e conhecer os interesses dos indígenas em estabelecer tais alianças, essas que se inseriam dentro das necessidades dos próprios índios, e que nelas buscavam vantagens e contemplar interesses específicos. Ao serem aldeados pelos portugueses, os índios, em muitos casos, conseguiam negociar suas condições, esse foi o caso dos Guajajara, que ocupavam as proximidades do rio Pindaré. Esses estipularam condições para serem aldeados, onde exigiram que não deveriam ser obrigados a servir nenhum dos moradores contra sua vontade. Outro ponto importante e usado pelos índios era utilização dos auxílios dos portugueses para combater inimigos antigos, como foi o caso dos índios da nação Amanajó, quando esses buscaram se valer dos portugueses para combater os Timbira. Ou seja, os portugueses foram integrados pelos indígenas em suas antigas relações de intrigas. Além desses interesses havia outros, como o ganho de ferramentas. Esses instrumentos utilizados em suas roças eram muito estimados e cobiçados pelos indígenas, machados, foices, facas e outros utensílios de trabalho, eram usados nas negociações para estabelecer alianças com os indígenas. Esses instrumentos muito estimados pelos indígenas.

Durante esse processo de ocupação dos sertões, muitos indígenas, como estratégia de sobrevivência, acabaram fugindo em constantes deslocamento para o interior e a enfrentar novos processos de territorialização, em busca de áreas distantes dos territórios coloniais que se formavam. E como a capitania do Piauí devido ao seu processo de ocupação tardia, acabou se tornando território de muitas dessas nações desapropriada pelo avanço do gado, esse foi o caso dos Gueguê, Acoroá e Pimenteira. Assim, durante o movimento de conquista e ocupação luso-brasileira nos sertões os colonizadores, foi possível perceber a resistência de muitas nações indígenas que povoam e controlados antes das invasões pelos colonos. Essa expansão foi marcada por intensos confrontos com as populações indígenas que povoam e controlados aqueles sertões antes das invasões pelos curraleiros. Dessa forma, o avanço da frente pastoril nessa região aconteceu associado as guerras, com inúmeros grupos indígenas que resistiram a invasão e apropriação portuguesa em seus territórios, dificultavam a ocupação e permanências desses criadores de gado. Nações indígenas como os Gueguê, Timbira, Acoroá e Pimenteira

entre outros grupos foram protagonistas de fortes ataques aos povoados coloniais em defesa de seus territórios e construíram uma imagem de belicosidade em torno de si.

REFERÊNCIAS

Arquivo Histórico Ultramarino-Piauí

“Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II”. Lisboa. 26 de fevereiro, AHU, Avulsos do Piauí. Cx. 1. Doc. 4.

“Carta de ouvidor geral do Piauí Antonio Marques Cardoso ao rei D. João V”. Vila da Moura. 3 outubro 1727. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 1, D. 35.

“Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire ao rei D. João V”. 25 de setembro de 1728. AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 1. Doc. 40.

“Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire ao rei D. João V”. 16 de julho de 1729. AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 16. Doc. 48.

“Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco”. Lisboa. 15 de março de 1740. AHU, Avulsos de Piauí. Cx. 3. D. 157.

“Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. Lisboa. 24 de julho de 1745. AHU, Cx. 4, D. 235.

“Carta do governador do Estado do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão endereçada ao rei D. João V”. 15 de setembro de 1747 AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 4, D. 283.

“Carta do desembargador Francisco Marcelino de Gouveia ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Real”. Vila da Moura Piauí. 25 de janeiro de 1760. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 6, D.382.

“Carta régia do rei D. José ao governador do Piauí, João Pereira Caldas”. Lisboa. 19 de junho de 1761, AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 8, D. 457.

“Carta do governador do Piauí, João Pereira Caldas ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado”. Oeiras do Piauí. 5 de julho de 1765. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 546.

“Ofício do governador do Piauí João Pereira Caldas, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier Furtado”. Oeiras do Piauí. 6 de julho de 1765, AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9. D. 547.

“Ofício do governador do Piauí João Pereira Caldas ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça”. Oeiras do Piauí. 19 de julho de 1765. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 551.

“Carta do governador do Estado do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, ao rei d. José. Maranhão”. 16 de agosto de 1765. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 552.

“Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado”. Oeiras do Piauí, 2 de abril de 1766. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D.563.

“Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao Secretário de Estado do Marinha e Ultramar”. Oeiras do Piauí, 24 de julho de 1766. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 9, D. 572.

“Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. Oeiras do Piauí. 19 de julho de 1770. AHU. Avulsos do Piauí. Cx. 11, Doc, 633.

“Carta do Governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de castro, ao rei D. José”. Oeiras do Piauí, 20 de julho de 1770. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 643.

“Carta do governador do Piauí Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao rei D. José”. Oeiras do Piauí, 20 de julho de 1770. AHU, Avulsos do Piauí Cx. 11, D. 644.

“Ofício do Governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao Secretário de Estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo de Castro”. Oeiras do Piauí, 16 de maio de 1771. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 659.

“Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Martinho de Melo e Castro”. Oeiras do Piauí, 20 de maio de 1771, AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 11, D. 660.

“Ofício do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro”. Oeiras do Piauí, 11 de julho de 1771. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 663.

“Ofício do ouvidor do Piauí António José Morais Durão ao secretário de Estado da marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro”. Oeiras do Piauí, 15 de junho de 1772. AHU, Avulsos do Piauí, CX. 12. D.684.

“Ofício do governador do Piauí, ao Secretário de Estado”. Oeiras Piauí. 7 de julho de 1772, AHU, Avulsos do Piauí, CX. 12, D. 686.

“Ofício do governador do Piauí, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. Oeiras do Piauí. 14 de julho de 1773. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 710.

“Ofício (cópia) do governador do Pará, João Pereira Caldas, ao governador do Piauí Gonçalo Lourenço Botelho de Castro”. Oeiras Piauí. 3 de janeiro de 1774. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 12, D. 711.

“Requerimento de José Certão, José Pais Landim, José Dias da Costa e mais moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, á rainha D. Maria I”. 31 de outubro de 1778. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 31, D. 767.

“Ofício do governador ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. Oeiras Piauí, 4 de janeiro, de 1785. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 14, D. 816.

“Ofício do governador do Maranhão e Piauí, José Teles de Silva ao Secretário de Estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. 13 de fevereiro 1786. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 15, D. 826.

“Ofício do governador interino do Piauí. Oeiras do Piauí”. 8 de julho de 1790. HU, Avulsos do Piauí, Cx. 18, D. 929.

“Ofício do governador interino do Piauí. Oeiras do Piauí”. 11 de julho de 1790. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 18, D. 930.

“Ofício do governador do Piauí D. João de Amorim Pereira ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho”. Oeiras do Piauí, 30 de março de 1798. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 20, D. 1055.

“Carta do Governador e Capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V”. Vila da Moucha, 13 de agosto de 1750. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 31, D. 2983.

Arquivo Histórico Ultramarino – Maranhão

“Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre o requerimento de João Fernandes de Oliveira e Antônio Ferreira”. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 1, D. 111.

“Carta do governador e capitão general do Estado do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, para o rei D. João V”. 11 junho de 1716. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 519.

“Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a petição dos moradores e oficiais da câmara da cidade de São Luís”. Lisboa. 17 de julho de 1673. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 5, D. 576.

“Carta do governador do Piauí Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao rei D. José”. Oeiras do Piauí. 20 de julho de 1770. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 644.

“Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. II”. Lisboa, 4 de novembro de 1692. AHU. Avulsos do Maranhão, Cx. 8, D. 852.

“Carta do tenente Fernão Carrilho ao rei D. Pedro II”. São Luís do Maranhão, 29 de abril de 1700. AHU. Avulso do Maranhão, Cx. 10, D. 1004.

“Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João, sobre o pagamento aos índios que acompanham tropas ao sertão”. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 11, D. 1120.

“Provisão do rei D. João V, para o governador e capitão general do Estado do Maranhão, Bernardo Pereira de Berredo”. 20 de outubro de 1718, AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 12, D. 1204.

“Carta do superior das missões da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão, ao rei D. João V”. 3 de agosto de 1719. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 12, D. 1220.

“Carta do governador do Estado do Maranhão, José da Serra, para o rei D. João V”. Belém do Pará, 21 de setembro de 1732. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 14, D. 1284.

“Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Luís do Maranhão”, 18 de julho de 1721. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 13. D. 1310.

“Requerimento do visitador geral da Companhia de Jesus ao rei D. João V, em que solicita o resgate de escravos para trabalharem nos colégios jesuítas” datada de 2 março de 1726. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 15, D. 1496.

“Carta do governador do Maranhão João da Maia da Gama para o secretário do Conselho Ultramarino André Lopes de Lavre”. 27 de setembro de 1727. Belém do Pará. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 15, D.1610.

“Requerimento do reitor do colégio de Nossa senhora da Luz da Companhia de Jesus, João Tavares, ao rei D. João V”. 7 de janeiro de 1728. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx, 16, D. 1621.

“Carta do visitador e missionário da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão, ao rei D. João V”. São Luís, 3 de abril de 1728. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 16, D. 1644.

“Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V”. 16 de setembro de 1728. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 16, D. 1689.

“Inventário elaborado por Alexandre de Sousa Freire”. de 1728. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 16, D. 1712.

“Requerimento do visitador da província do Maranhão, padre Jacinto de Carvalho, ao rei D. João V, em que solicita que se observem os privilégios dos padres da Companhia de Jesus sobre os índios da aldeia de Maracu” AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 17, D. 1773.

“Carta do procurador geral das missões do Maranhão, padre Jacinto de Carvalho, ao rei D. João V”. 12 de fevereiro de 1730. AHU, Avulsos de Maranhão, Cx. 17. 1784.

“Carta do procurador geral das missões do Maranhão, padre Jacinto de Carvalho, para o rei D. João V”. 13 de fevereiro de 1730. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 17, D. 1785.

“Carta do visitador geral das Missões da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, padre Jacinto de Carvalho, para o rei D”. João V. 4 de maio de 1737. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 20, D. 1843.

“Carta dos oficiais da câmara da cidade de São Luís do Maranhão ao rei D. João V”. 8 de agosto de 1733. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx, 20. D. 2099.

“Carta do governador do Maranhão José da Serra ao rei D. José V”. 6 de setembro, Belém do Pará. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 21. D. 2121.

“Carta do Câmara da cidade de São Luís ao rei D. João V”. 8 de julho de 1735. AHU, Avulso do Maranhão, Cx. 22, D. 2247.

“Carta do sargento mor engenheiro Carlos Varjão Rolim para a secretária de Estado da Marinha e Ultramar”. 2 de junho de 1737. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 23, D. 2390.

“Carta do governador do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Brancos, ao rei D. João V, dando conta da reunião que executou a propósito dos ataques, por tribos indígenas verificados no sertão”. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 24, D. 2479.

“Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. 27 de janeiro de 1765. Lisboa. AHU, Avulsos do Maranhão. Cx 25. D. 2536

“Requerimento de Estevão de Passos ao rei D. João V, solicitando provisão que confirme que os padres da Companhia de Jesus não podem ter fazendas fora das duas léguas estipuladas para cada missão”, datada de 9 de dezembro de 1739. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 25, D. 2608.

“Despacho do Conselho Ultramarino para o Governador do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco”. 9 de março de 1740, Lisboa. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 26. D. 2638.

“Carta do governador do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, ao rei D. João V”. 6 de novembro, de 1743, Pará. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 27, D. 2816.

“Carta do governado do Maranhão João de Abreu Castelo Branco, para o Secretário da Marinha, António Guedes Pereira”. 30 de novembro de 1744. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 28, D. 2885.

“Consulta do conselho ultramarino para o rei D. João V, sobre a carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão”. Lisboa. 20 de junho de 1746. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 5, D. 2976.

“Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus no Maranhão, João Ferreira, para a Secretária de Estado da Marinha e Ultramar, sobre a Junta das Missões, sobre hostilidades e insultos provocados pelo gentio Gueguê”. São Luís. 18 de dezembro de 1748. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 31, D. 3143.

“Requerimento dos moradores da freguesia de São Bento das Balsas ao rei D. João V”. 18 de janeiro de 1750. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx, 31. D. 3179.

“Carta do ouvidor geral do Maranhão, João da Cruz Dinis Pinheiro, ao rei D. José”. São Luís. 20 de julho de 1750. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 31, D. 3222.

“Requerimento dos moradores da freguesia de São Bento das Balsas ao rei D. José”. 18 de novembro de 1750. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3233.

“Consulta do Consulta Ultramarina ao rei D. José, sobre a continuação da guerra ofensiva contra o gentio Gueguê e outras nações suas confederadas pelos insultos cometidos na capitania do Maranhão”. 17 de abril de 1751. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3258.

“Requerimento de João da Silva Ledo ao rei D. José, pedindo autorização para enviar o seu navio para transportar escravos”. 19 de junho de 1752. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3308.

“Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre o requerimento de João Fernandes de Oliveira e Antônio Ferreira”. 17 de novembro de 1752. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 33, D. 3330.

“Carta régia para o governador do Estado do Maranhão, sobre a situação de conflito em que os moradores do Piauí, dos sertões da Bahia e de Pernambuco”. 1752. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 33, D. 3343.

“Carta do bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa, ao rei D. José, em resposta a um provisão na qual ordena que dê o seu parecer sobre carta do provedor da fazenda Real do Maranhão, acerca dos índios a empregar no Real Serviço”. 5 de dezembro de 1755. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 36, Doc. 3606.

“Requerimento do principal da aldeia grande dos Barbados, o índio Estevão, ao rei D. José, pedindo confirmação de carta de data de sesmária na zona da referida aldeia”. 16 de fevereiro de 1757. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 37, D. 3695.

“Em requerimento do principal da aldeia pequena dos Barbados, o índio Pedro, ao rei D. José, pedindo confirmação de carta de data de sesmária na zona da referida aldeia”. 16 de fevereiro de 1757. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 37, D. 3696.

“Requerimento dos moradores de Parnaguá ao rei D. José”. 7 de janeiro de 1760. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 39, D. 3848.

“Carta do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier Furtado”. 2 de julho de 1762. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 3997.

“Carta (cópia) de José Vieira de Escobar para o capitão mor Martinho de Lopes Rebelo”. 19 de abril de 1763. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4009.

“Ofício do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado”. 15 de novembro de 1763, AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4044.

“Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 20 de Agosto de 1764. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D.4072.

“Carta do governador do capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o rei D. José. Maranhão”. 12 de agosto de 1768. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 43, D. 4219.

“Ofício do governador do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas, para o arcepreste da patriarcal Paulo de Carvalho e Mendonça”. 5 de março de 1769. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 43, D. 4244.

“Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. 20 de agosto de 1770. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 44, D. 4336.

“Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas para o Secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro”. 10 de maio de 1771. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 45, D. 4398.

“Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas para o Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Marquês de Pombal”. 22 de agosto de 1771. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 45, D. 4416.

“Ofício do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Maranhão”. 23 de junho de 1772. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 46, D. 4476.

“Ofício do governador do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas para o rei D. José”. 14 de outubro de 1773. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 47, D. 4582.

“Ofício do governador Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. 14 de novembro de 1773. AHU, Avulsos do Maranhão. Cx. 47, D. 4588.

“Ofício do governador do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas para o Secretário do Estado, Martinho de Melo e Castro”. 18 de novembro de 1774. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 48, D. 4671.

“Ofício do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o Secretário de Estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. Maranhão, 28, julho de 1775. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 49, D. 4768.

“Ofício do governador do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o Secretário de Estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. 7 de maio de 1778. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx, 52, D. 5014.

“Carta do governador do maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para a rainha D. Maria I”. 22 de janeiro de 1781, Lisboa. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 56, D. 5267.

Arquivo Histórico Ultramarino – Pará

“Carta do governador e capitão general do Estado do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, para o rei D. João V”. Belém. 11 de junho de 1716. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 519.

“Carta do governador do Estado do Maranhão José da Serra para o rei D. João V”. 21 de setembro de 1732. Belém. AHU, Avulsos do Pará. Cx, 14. D. 1284.

“Carta do visitador geral das Missões da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, padre Jacinto de Carvalho, para o rei D. João V”. Lisboa. 4 de maio de 1737. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 20, D. 1843.

“Carta do governador do Maranhão e Pará, João de Abreu Castelo Branco, para o rei D. João V”. Belém. 2 de setembro de 1739. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2071.

“Carta do governador e capitão do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V”. Belém. 2 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 27, D. 2570.

“Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. João V”. Lisboa. 21 de maio de 1750. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 31, D. 2977.

“Carta do governador do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V”. Belém. 13 de agosto de 1750. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 31, D. 2983.

“Carta do vice provincial da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão, para o rei D. José I”. Colégio do Pará. 1 de dezembro de 1751. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 32, D. 3066.

“Carta do governador do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o rei D. José I”. 16 de novembro de 1752. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 33, D. 3151.

“Ofício do governador interino do Estado do Maranhão e Pará, Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sectário de Estado da marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real”. Belém. 14 de novembro de 1756. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 41, D. 3818.

“Ofício do governador do Estado do Pará e rio Negro, João Pereira Caldas para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. 6 de novembro de 1773. AHU, Avulsos do Pará. Cx.71, D. 6064.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 1998.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. “Bicho solto: natureza, espaços e história na transição da modernidade para a pós-modernidade”. Nos destinos de fronteira: História, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

ALDEN, Dauril. O significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada. Belém: UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, 1974.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AB'SABER, A. N. História geral da civilização brasileira: administração, economia, sociedade. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. t. 1, v. 2.

AB'SABER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. ESTUDOS AVANÇADOS. Dossiê Nordeste seco. São Paulo: IEA/USP, v. 13, n. 36, maio/agosto, 1999.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial. Novos súditos cristãos do Império português. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, SP. 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. História e Direito: Sesmarias e Conflitos de Terras entre índios em freguesias extramuros do Rio de Janeiro (Século XVIII). 2002, 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

_____. “Trabalho Compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII”. Revista Arrabaldes, ano I, nº 2 (set-dez 1988), pp. 101-117.

ARRAES, Esdras. As vilas de índios dos sertões do norte e do estado do Maranhão: desenho, território e reforma urbana no século XVIII. Antíteses, v. 11, n. 21, p. 193-216, jan./jun. 2018.

ARRAES, Esdras, Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da Capitania do Piauí, 1697-1761. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 257-298. 2016

ANDRADE, M. C. de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) História econômica do período colonial. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Abphe, 1996.

ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do Século XVIII. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1995.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Povos Timbira, territorialização e a construção de práticas políticas nos cenários coloniais. Revista de História, n. 168, p.244-270, 2013.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão: políticas indigenistas e indígenas na capitania de Goiás. Goiânia: Kelps, 2005.

ASSIS, Nívia Paula Dias. A capitania de São José do Piauí na racionalidade espacial pombalina (1750-1777). 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) PPGH, Natal, 2012.

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. Em Outras Margens do Atlântico: Tráfico Negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750). 2009, 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFPA, Belém, PA, 2009.

BRANDÃO, Tanya M. P. A elite colonial piauiense: família e poder. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995

BRANDÃO, Tanya M. P. O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: EDUFPI, 1999.

BENATTE, Antonio Paulo. História e antropologia no campo da Nova História. *Revista de História em Reflexão*: Vol. 1 n. 1, UFGD - Dourados Jan/Jun, 2007.

BOMBARDI, Fernanda. Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimento de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750). 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHS, USP, São Paulo, SP, 2014.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Resistência indígena no Piauí Colonial. Imperatriz: Ética, 2008.

CARRARA, Ângelo Alves. Paisagens de um grande sertão: a margem esquerda do Médio-São Francisco nos séculos XVIII a XX.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América portuguesa (SÉCULOS XVII E XVIII). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 84-103, abr. 2019.

_____. Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Belém: Ed. Açai, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. MELO, Vanice Siqueira de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 167-200, jun. 2013.

CARVALHO, Carlota. O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil. Imperatriz: Ética, 2006.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista - Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CARDOSO, Alírio Carvalho. Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordo e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653). 2002. 263 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - PPGH, UNICAMP, Campinas, SP, 2002.

CARVALHO, Carlota. O Sertão. Subsídios para a História e a Geografia do Maranhão. Imperatriz: Ética, 2006.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Lealdade Negociadas: Povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos na regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). 2012. 595 f. Tese (Doutorado em História). PPGHS, USP, São Paulo, SP, 2012.

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz. A revolta dos primeiros índios cristãos: guerra e conflitos na construção da Amazônia portuguesa, século XVII. *Fronteira e Debates*, Macapá, V.2, n. 1, jan/jun. 2015.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. “Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”: o papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668) Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2011.

CUNHA, Alba Monique Chagas da. Sertão, sertões: colonização, conflitos e História indígena em Pernambuco no. Período pombalino (1759-1798). 2013, 135 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – PPGHCR, UFRPE, Recife, PE. 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). Legislação Indigenista no século XIX. São Paulo: EDUSP/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1a ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DIAS, Camila Loureiro. Civilidade, Cultura e Comércio: os princípios fundamentais da política indigenista na Amazônia (1614-1757). 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHS, USP, São Paulo, SP, 2009.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento: da pré-história á sociedade escravista colonial.

DIAS, Claudete M. M; DIAS, P.S.S. História dos índios do Piauí. Teresina: EDUFPI/ Gráfica do Povo, 2011.

DREYFUS, Simone. Os empreendimentos Coloniais e os Espaços de Políticos Indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Coretino) de 1613 a 1796. In: CASTRO Eduardo Viveiro de; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) Amazônia: etnologia e história indígenas. São Paulo: NHII/USP – Fapesp, 1993. p. 19 - 41.

DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 2000.

_____. “Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do norte do Brasil”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnoistória. Prosa Uniderp. v. 3, n. 1, p. 39-48, jun. 2003.

FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (orgs.) Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FELIPE, Mariely de Albuquerque Melo. “E a natureza os entregou ao jogo dos tempos”: A Seca de 1791 na capitania de Pernambuco e suas anexas. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) -PPGHE, USP, São Paulo, SP. 2020.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e Vilas D'el Rei - Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GALLOIS, Dominique T. Redes de relações nas Guianas. São Paulo: Fapesp, 2005.

GALLOIS, Dominique T. Migração, Guerra e Comércio: os Waiapi na Guiana. FFLCH/USP, 1986. p. 121.

GOMES, Flávio dos Santos. A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII - XIX). Tese de Doutorado. São Paulo: Unicamp, 1997.

GOMES, Flávio. “Migrações, populações indígenas e etno-genese na América Portuguesa (Amazônia Colonial, s. XVIII)”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. n. 11, p. 1- 21, jan, 2011.

GOULART, José Alípio. O Brasil do boi e do couro. Rio de Janeiro; Edição GDR, 1965.

GUZMÁN, Décio de Alencar. A colonização da Amazônia: guerra, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. III, nº 2, 2008, p.103-139.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, vol. 29, n.1, 2003, p. 11-24.

HARRIS, Mark. “Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais os Tapajó e além na história ameríndia”. *Revista de Antropologia*, v. 58 n.1. 2015, p. 33-68.

HILL, Jonathan. (Org.) *History, Power and Identity: ethnogenesis in the Americas, 1942- 1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 6. ed. 1994.

_____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 3. ed. 1977.

JUNIOR, Almir Diniz de Carvalho. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII), *REVISTA DE HISTÓRIA - PAULO*, No 168, p. 69-99, janeiro / junho 2013.

MAIA, Légio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial – Século XVIII*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Ed. 34, 1994.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.t.5.

- LINHARES, Maria Yedda Leite. “Subsistência e sistemas agrários na Colônia, uma discussão”, *Estudos Econômicos*, USP, vol. 13, Número Especial, 1983, p. 745-762;
- LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira, combates e controvérsias*, Brasiliense, São Paulo, 1981.
- LITTLE, Paul. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. *Anuário Antropológico 2002-2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Povos indígenas nas guerras e conquista do sertão Nordeste no período colonial. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, N. 27-1, 2009, p. 331-61.
- MELATTI, Julio Cezar. *Índios e criadores: a situação dos Krahó na área pastoril do Tocantins*. Editoração do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, volume 3, 1967.
- MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em História social da Amazônia) - PPGHIST, UFPA, Belém, PA, 2011.
- MOISÉS, Beatriz Perrone. *Índios Livres e Índios Escravos: Os princípios da legislação Indigenista do Período Colonial (séculos XVI a XVIII)*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretária Municipal de Cultura. FAPESP, 1992.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. 235 f. Tese (Livre Docência na Área de Etnologia) - IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 2001.
- MOTT, L. R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella. 1985.
- NEGREIROS, Rômulo Macêdo Barreto de. *As trilhas da morte do sertão das Pimenteiras-PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território*. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - PPGA, UFPE, Recife. PE, 2012.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. *Vieira e a imaginação social jesuítica: Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- _____. *O combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1971.
- NEVES, Eduardo Góes. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

OLIVEIRA, Ana S. N. O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. 2007. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Ensaio de Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A Sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. As roças brasileiras, do período colonial à atualidade: caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, no 48, p. 755-780: jul/dez 2012

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. VARANDO MUNDOS: *Navegação no Vale do rio Grajaú*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2011. p. 21.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. 1998. 577 f. Tese (Doutorado em História) - PPGHS, USP, São Paulo, SP, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Aldeados, aliados, inimigos e escravos: lugares dos índios na legislação portuguesa para o Brasil. Congresso Luso-brasileiro-Portugal/Brasil: memória e imaginários. Lisboa, Fundação Calauste Gulbenkian. 1999.

POMPA, Cristina. Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: EDUSC, 2003, p. 221-293.

PORRO, Antônio. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 12.ed. 1972.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Fapesp, 2002.

RAFFESTIN, Claude. “O que é o território”. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Berta. Os índios das águas pretas. São Paulo: EDUSP/ Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memórias dos sertões maranhenses. São Paulo: Siciliano, 2000.

RICUPERO, Rodrigo. A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530-c.1630. São Paulo: Alameda, 2009.

RIELLO, Giorgio. Nature, production and regulation in eighteenth-century Britain and France: the case of the leather industry. *Historical Research*, vol. 81, no. 211 (February 2008), p. 75-99.

ROCHA, Rafael Ale. A Elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). 2013. 330 f. Tese (Doutorado em História) - PPGH, UFF, Niterói, RJ, 2013.

ROCHA, Rafael Ale. Os oficiais índios na Amazônia Pombalina: sociedade, Hierarquia e Resistência. Niterói. Dissertação, Universidade Federal Fluminense. 2009.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia Portuguesa. In, DEL PRIORI, Mary e GOMES, Flavio, (orgs.). Os senhores dos rios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 123-139.

_____. Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Edua, 2011.

SANTOS, Francisco Jorge dos. Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina. Manaus: EDUA, 1999.

SANTOS, Juvandi de Sousa. As fazendas de gado dos Jesuítas na Paraíba Colonial. Série: Arqueologia/ Paleontologia. v. V. Campina Grande, Paraíba, 2015.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Fronteira do sertão baiano: 1640-1750. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2010.

_____. Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798). Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1995.

SILVA, Edson. Índios do semiárido nordestino: (re)reconhecendo sociodiversidades. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica. n. 35, p. 254-272, 2017.

SILVA, Esmeralda Lima da. “Discorrendo por todos aqueles sertões”: alianças, guerras e conflitos na fronteira da capitania do Piauí e Maranhão na segunda metade do século XVIII. Tessituras - Revista de Antropologia e Arqueologia. v. 10, n. 1, p.339-359, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/2889>. Acesso em 10 de out de 2022.

_____. “Nas duas margens do Atlântico equatorial”: as dinâmicas do tráfico negreiro entre a Alta Guiné e a capitania do Maranhão (1778-1797). Sertão História - Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 144-176, 2023. Disponível em: <http://revistas.urca.br/index.php/SertH/article/view/891>. Acesso em: 26 jul. 2023.

_____. “Tantas e tão duplicadas mercês”: a administração dos bens jesuítas no extinto Estado do Grão-Pará e Maranhão (1750-1770). Caxias: Monografia de graduação em (História), 2019.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. Estudos Sociedade e Agricultura, p. 119-156, 1997.

SILVA, Kalina Vandarlei. Nas solidões vastas: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. 2010.

SILVA, Mairton Celestino. Um caminho para o Estado do Brasil: Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí. 1600-1800. Recife, Tese, Universidade Federal do Pernambuco, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz.; GOMES, Nilma Lino. (Org.). Antropologia e História: debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Marcia Eliane Melo e, A junta das missões ultramarinas na América Portuguesa (1681-1757). Anais da V jornada setecentista. Curitiba, 2003.

SOUZA JUNIOR, José Alves. Traumas do cotidiano. Religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina. Belém: Edufpa, 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias de COSTA GOMES, Paulo Cesar da, LOBATO CORRÊA, Roberto (orgs.). Geografia: conceitos e temas. 2a edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. Militares, Mocambos e o viver ao modo indígena na fronteira entre Pará e Maranhão (1790-1830). Caravelle [Online], 107 | 2016, posto online no dia 31 dezembro 2016, consultado o 19 abril 2023. URL: <http://journals.openedition.org/caravelle/2087>; DOI: <https://doi.org/10.4000/caravelle.2087>

VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VIANA, Wania Alexandrino. Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII). 2019. 362 f. Tese (Doutorado em História) - PPHIST, UFPA, Belém, PA, 2019.